



**DIAGNÓSTICO
SOCIAL
DE TOMAR
2023**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Diagnóstico Social de Tomar

PROMOTOR

Município de Tomar



ELABORADO POR

Terrisirga, Territórios & Redes, Lda.



Com o apoio da equipa técnica do Município de Tomar

ÍNDICE

	Página	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	Página
		1 Demografia	16
		2 Educação	29
		3 Atividades económicas e mercado de trabalho	56
		4 Ação social	66
		5 Saúde, dependências e estruturas de apoio a populações especialmente vulneráveis	79
		6 Segurança, proteção e cidadania	112
		7 Cultura e desporto	132
		8 Habitação	145
		9 Trabalho em rede	157
		10 Alterações climáticas	163
		11 Transição digital	166
NOTA INTRODUTÓRIA	4		
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PDS DE TOMAR	5		
O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO	9		
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	11		
		OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	169
		ANEXOS	174

NOTA INTRODUTÓRIA

As profundas transformações que estamos a viver ameaçam, não só o emprego, os rendimentos, a saúde e a economia global, mas também o contexto de relativa paz e prosperidade dos últimos 75 anos.

Os efeitos globais da pandemia trouxeram uma crise económica que adicionou às fortes assimetrias existentes (desigualdades económicas, sociais e territoriais) um conjunto de novas assimetrias, motivadas por ajuste forçado na oferta e na procura, na produção e no consumo, que afetou empresas, os vários setores de atividade, as famílias e os territórios.

O atual contexto global é tanto mais desafiante num cenário em que o conflitos na Ucrânia e, mais recentemente, no Médio Oriente vieram acentuar as assimetrias existentes, agravando a crise socioeconómica, precipitando um aumento da inflação sem precedentes nas últimas décadas e desenhando um quadro de profunda incerteza com o qual ainda estamos a lidar.

Os impactos combinados da pandemia e da guerra estão de facto a gerar novas assimetrias, com implicações nacionais, regionais e locais que diferem, por vezes de forma profunda, dos problemas e desigualdades que se observavam no modelo de crescimento económico interrompido pela pandemia.

Adicionalmente, as assimetrias e desigualdades acumuladas, anteriores à pandemia e à guerra, condicionam a capacidade de resposta e recuperação das pessoas, das famílias, das empresas, das instituições e dos territórios perante as incertezas que se acumulam, mas que produzem efeitos em várias esferas.

O momento atual, moldado por conjuntura difícil e um futuro a médio prazo incerto, exige um quadro articulado de planeamento e atuação, que envolva o Município de Tomar, a Rede Social e demais atores relevantes para o desenvolvimento social do território. É imperativo que se robusteçam as dinâmicas de trabalho em torno da antecipação e correção dos problemas e da superação dos desafios que Tomar irá enfrentar nos próximos anos.

A importância e dimensão dos desafios que se colocam a Tomar nos próximos anos determinam a elaboração do Diagnóstico Social, do Plano de Desenvolvimento Social e do Plano de Ação, bem como da Carta Social Municipal, instrumentos de planeamento assentes numa abordagem *bottom-up* que privilegiará o envolvimento dos vários atores nas suas diferentes etapas: diagnóstico, estratégia de intervenção e medidas.

Pretende-se, também, que o PDS de Tomar contribua para a prossecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, num quadro de articulação com o trabalho desenvolvido e os projetos que têm vindo a ser implementados ou planeados pelo Município de Tomar.

Este exercício de planeamento será também desenvolvido num quadro de estreita articulação com os vários instrumentos de financiamento existentes, designadamente o Plano de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2030 (quadro comunitário para o período 2021 – 2027), que se constituem como instrumentos imprescindíveis para a operacionalização das medidas e dos projetos que contribuam para a melhoria e capacitação das respostas sociais do território.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PDS DE TOMAR

A noção de Desenvolvimento Social surgiu da necessidade de alterar as visões tradicionais dos modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de "cima para baixo". Estas conceções produziram um conjunto de efeitos bem vinculados no país:

- fortes desequilíbrios no espaço nacional, geradores de processos de desertificação, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do interior do país;
- e graves desigualdades sociais, problemas de ordenamento territorial e deterioração ambiental nos polos industrializados e urbanizados.

As noções de desenvolvimento local, desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento social vieram contestar os modelos tradicionais, trazendo perspetivas alternativas, com as suas bases definidas, sobretudo, em torno de um conjunto de princípios e de um programa de ação que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal também subscreveu.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

➤ a erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis;

➤ a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector económico e empresarial para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do autoemprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação);

➤ a integração social entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a proteção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc.;

➤ o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de inclusão social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1 uma noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente.

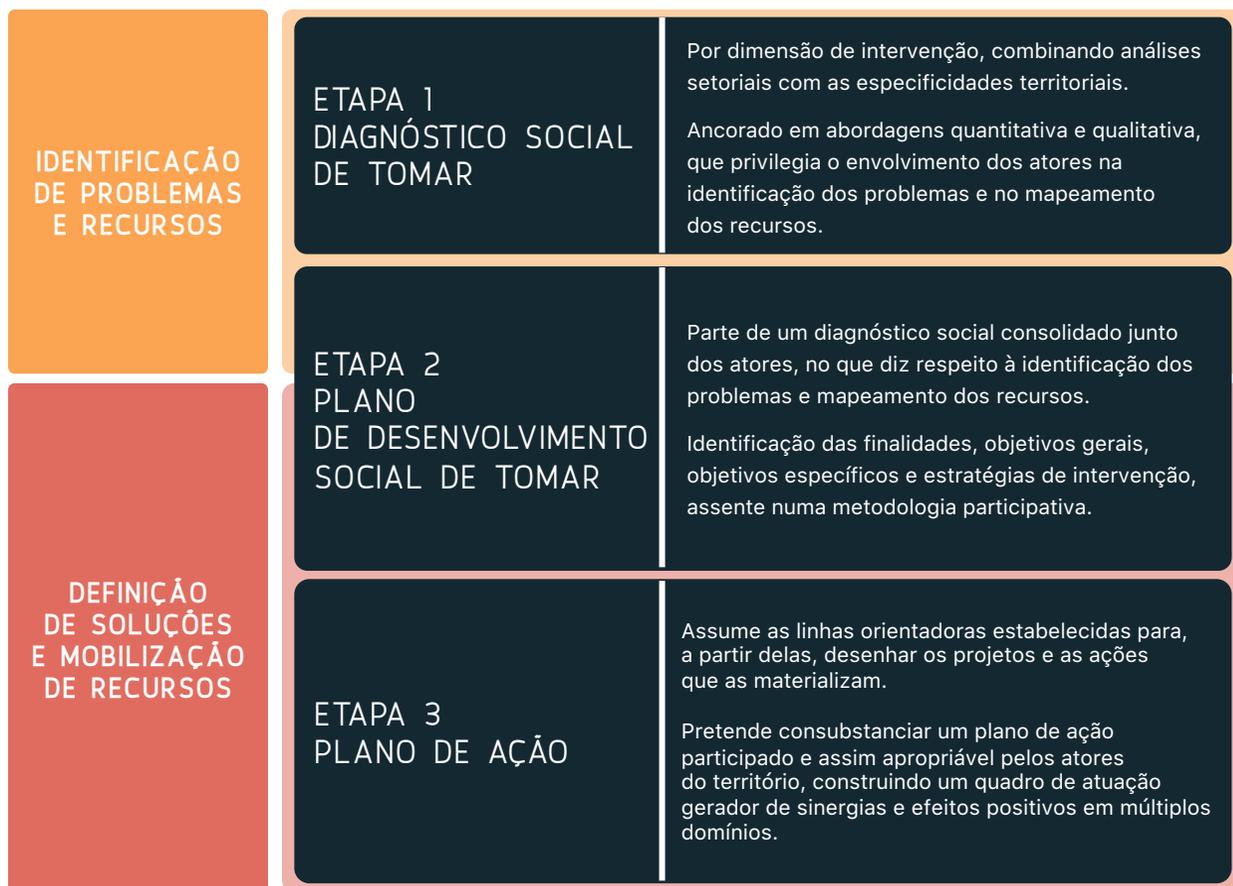
2 a transparência na administração em todos os sectores, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PDS DE TOMAR

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) deverá permitir traçar o retrato de uma situação social desejável, mas também realista do concelho e das freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

O PDS deverá consubstanciar um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e coletivas, com o objetivo de servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer sejam as que resultam da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação), quer sejam as que sejam propostas fora do âmbito do CLAS. O PDS deverá, assim, procurar vincular as iniciativas de todos os atores cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do concelho.

O PDS deverá, ainda, inserir-se num processo de planeamento estratégico que procure dar respostas às rápidas e profundas transformações que ocorrem na sociedade, em particular aquelas que resultarão de um contexto atual exigente para o desenvolvimento social. O PDS deverá, desta forma, ser encarado como um processo de planeamento estratégico.



ETAPA 1

DIAGNÓSTICO SOCIAL

UM DIAGNÓSTICO PARTICIPADO, ABRANGENTE, ATUALIZADO E PROSPETIVO DO CONCELHO DE TOMAR QUE PERMITA IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS PROBLEMAS E RECURSOS

O presente documento corresponde à etapa 1 do processo de construção do PDS de Tomar, consubstanciando o Diagnóstico Social de Tomar, elaborado com base na metodologia proposta no Plano de Desenvolvimento Social, do Programa Rede Social.

O conhecimento da realidade interna do concelho de Tomar e a apreensão das dinâmicas locais, num cenário de profundo envolvimento dos atores que atuam numa lógica de proximidade à realidade local e que são responsáveis por dinamizar e sustentar essas dinâmicas, constitui-se como o objetivo do Diagnóstico Social. Neste, deverão ser identificados os problemas e avaliados os recursos disponíveis, bem como a eficácia e eficiência do trabalho em rede desenvolvido.

O Diagnóstico Social de Tomar foi produzido num quadro de profunda articulação com a elaboração, ainda a decorrer, da Carta Social Municipal de Tomar, através de um processo iterativo que contribuiu para alimentar o conteúdo de ambos os instrumentos, não obstante as suas finalidades.

Pretende-se que o Diagnóstico Social de Tomar traduza um processo participado e uma visão multidisciplinar e intersectorial que tenha utilidade estratégica e se converta num instrumento para a ação.

A realização do diagnóstico teve por base os seguintes passos:

- **Identificação do território relevante para análise comparativa dos principais indicadores utilizados do Diagnóstico Social**, que permitem aferir o posicionamento e a dinâmica do Município de Tomar no quadro da região do Médio Tejo.
- **Definição dos domínios de intervenção que melhor permitem caracterizar os problemas e mapear os recursos disponíveis**, salientando-se a lógica de interpenetração entre os diferentes domínios e a sua leitura a um nível mais macro no âmbito do trabalho em rede, bem como da sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030;

- **Abordagem quantitativa** (estatísticas de fontes oficiais (com destaque para a Carta Social do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) e dados e informação dos atores sociais locais) e **qualitativa** (*focus group*, fóruns territoriais, entrevistas dirigidas, reuniões com a equipa técnica do Município de Tomar, aplicação de instrumentos de notação e de recolha de informação) orientada para os domínios de intervenção com o objetivo de realizar uma leitura integrada dos problemas que, posteriormente, permita definir as prioridades.

ETAPA 1 DIAGNÓSTICO SOCIAL

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO ARTICULADOS COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO ARTICULADOS COM A TRANSIÇÃO DIGITAL

Abordagem quantitativa



Análise documental
(Cartas Municipais, Planos de Ordenamento, outros planos setoriais)



Pesquisa online



Estatísticas oficiais, dados e informação específica provenientes dos atores sociais locais

Abordagem qualitativa



Focus group temáticos



Fórum territorial



Reuniões



Instrumentos de notação e de recolha de informação



Entrevistas



Fóruns Territoriais



Focus Group
Temáticos



Reuniões técnicas

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

O processo de participação procurou promover uma auscultação alargada dos principais atores do território, aqueles que estão mais próximos das dinâmicas do concelho e que melhor conhecem as diferentes realidades locais.

A auscultação dos atores foi fundamental para a elaboração do Diagnóstico Social de Tomar, uma vez que permitiu aprofundar a análise dos elementos desenvolvidos na abordagem quantitativa e identificar vulnerabilidades ou oportunidades que os dados e estatísticas oficiais muitas vezes não permitem apreender nas suas múltiplas dimensões e respetivas interações.

Os momentos de auscultação/participação consistiram:

- o na realização de cinco *focus group* temáticos (Educação, Qualificação, Atividades Económicas e Emprego; Grupos Vulneráveis e Inclusão Social; Coesão Socio-Territorial; Recursos e Redes de Trabalho Locais; e um *focus group* transversal a todos os domínios de intervenção, com o objetivo de alargar a participação ao maior número de entidades possível);
- o na realização de dois fóruns territoriais dirigidos aos representantes das Comissões Sociais de Freguesia e na disponibilização de uma ficha de notação online para preenchimento;

- o na realização de uma entrevista coletiva ao Executivo Municipal e entrevistas (coletivas e individuais) aos técnicos municipais;
- o na realização de entrevistas individuais aos representantes das estruturas político-partidárias com representação na Assembleia Municipal;
- o no lançamento de um instrumento de recolha de informação (ficha de notação) dirigida aos atores do concelho, com objetivo de promover um alargamento do processo de participação;
- o no lançamento de um instrumento de recolha de informação (inquérito por questionário) dirigido às instituições com repostas sociais do concelho.

Aos representantes das entidades locais e regionais e demais participantes agradece-se a disponibilidade demonstrada e o valioso contributo, não só para a elaboração do PDS de Tomar, mas também para a elaboração da Carta Social Municipal.



Entrevistas



Inquéritos
por questionário

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO



Ficha de Notação | Matriz de análise SWOT e Prioridades de intervenção

Nota 1: O preenchimento das fichas de notação deve ser, tanto quanto possível, resultado da reflexão da entidade e não somente a manifestação da posição individual de quem a representa.
Nota 2: Solicita-se o preenchimento da ficha de notação com respostas curtas e sistematizadas por pontos.

Nota 3: Solicita-se o envio das respostas até ao dia 25 de agosto de 2023.

Matriz SWOT



 TOMAR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2023 - 2030

Comissões Sociais de Freguesia - Ficha de Notação

Nota 1: O preenchimento das fichas de recolha de informação deve ser, tanto quanto possível, resultado da reflexão no âmbito da Comissão Social de Freguesia, isto é, partilhado pelas várias entidades que a compõem e não somente a manifestação da posição de uma entidade local.
Nota 2: Solicita-se o preenchimento do inquérito com respostas curtas e sistematizadas por pontos.
Nota 3: Solicita-se o envio das respostas até ao dia 30 de junho de 2023.

Identifique a Comissão Social de Freguesia

Texto de resposta curta

Constituição da Comissão Social de Freguesia
Identifique as entidades que constituem a Comissão Social de Freguesia.

Texto de resposta longa

Identifique os principais problemas/vulnerabilidades da freguesia

Texto de resposta longa

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O CONCELHO DE TOMAR

Com mais de 350 km² e cerca de 36.413 residentes (Censos 2021), Tomar assume-se como o quinto concelho com maior extensão territorial dos 13 que integram a região do Médio Tejo e o segundo com mais população, depois de Ourém.

A afirmação de Tomar no contexto nacional desenha-se a partir de um conjunto de elementos que estruturam a sua competitividade e atratividade, com uma contribuição crescente para a sua projeção internacional:

- **Um território central**, pelo seu posicionamento de charneira, entre a faixa litoral de Setúbal a Viana do Castelo (8 milhões de habitantes), e a sua inserção estratégica na “metrópole para o Atlântico” (4 milhões de habitantes), com ligação direta aos principais corredores viários e ferroviários nacionais, bem como às principais infraestruturas que garantem a conectividade internacional;
- **Um território cultural**, que se projeta e valoriza pela sua inserção na Rede do Património Mundial, com um conjunto patrimonial distintivo (Castelo dos Templários, Mata dos Sete Montes), um património construído classificado, um Centro Histórico referenciado nacional e internacionalmente, bem como uma oferta cultural qualificada e um calendário de eventos alargado, com particular destaque para a Festa dos Tabuleiros;
- **Um território criativo e inovador**, que se afirma como espaço de produção de conhecimento, ancorado no ensino superior (Instituto Politécnico de Tomar) e na sua articulação com a inovação tecnológica (CENIT - Centro de Inovação Tecnológica de Tomar), possuindo um suporte infraestrutural, com destaque para o Parque Empresarial de Tomar (PET), que alavanca o empreendedorismo e o desenvolvimento de negócios criativos e inovadores.
- **Um território cosmopolita**, que tem reforçado o seu posicionamento em redes nacionais e internacionais (Rota dos Lugares Património da Humanidade, a Rota dos Templários, a Rota dos (Castelos) Templários, os Caminhos de Santiago, a Rede de SmartCities e a Rede de Judiarias), apresentando um elevado potencial de crescimento do turismo de qualidade e de capitalização da sua inserção em redes patrimoniais, de conhecimento e tecnologia à escala global para a atração de visitantes e investidores.
- **Um território com qualidade de vida**, que combina uma oferta abrangente e de qualidade de serviços e equipamentos, apresentando uma cidade territorialmente ordenada e bem desenhada, bem como um património natural, com destaque para o Rio Nabão (elemento central na configuração espacial de Tomar, em termos urbanísticos e naturais, e um recurso fundamental na exploração agrícola e turística), e para os territórios integrados na REDE NATURA e a Albufeira de Castelo de Bode;
- **Um território que se assume como protagonista na adaptação às alterações climáticas**, consciente de que estas se constituem como a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais nas esferas económica, social e ambiental e, conseqüentemente, do desafio que representam no quadro da definição e implementação das políticas públicas.
- **Um território que reconhece a importância decisiva da educação no seu desenvolvimento**, assumindo a educação como um fator de relevo para a qualidade de vida das pessoas, com reflexos mais alargados na melhoria da competitividade e sustentabilidade do concelho. O Município de Tomar integra a Associação Internacional das Cidades Educadoras e à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, reforçando o seu compromisso para com a educação.

Estes elementos distintivos definem a identidade tomarense e projetam o território à escala nacional, com um crescente reconhecimento à escala internacional. Devem também ser mobilizados no âmbito do desenvolvimento social do concelho, pois podem contribuir de forma decisiva para uma valorização integrada dos vários domínios de intervenção do PDS.

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

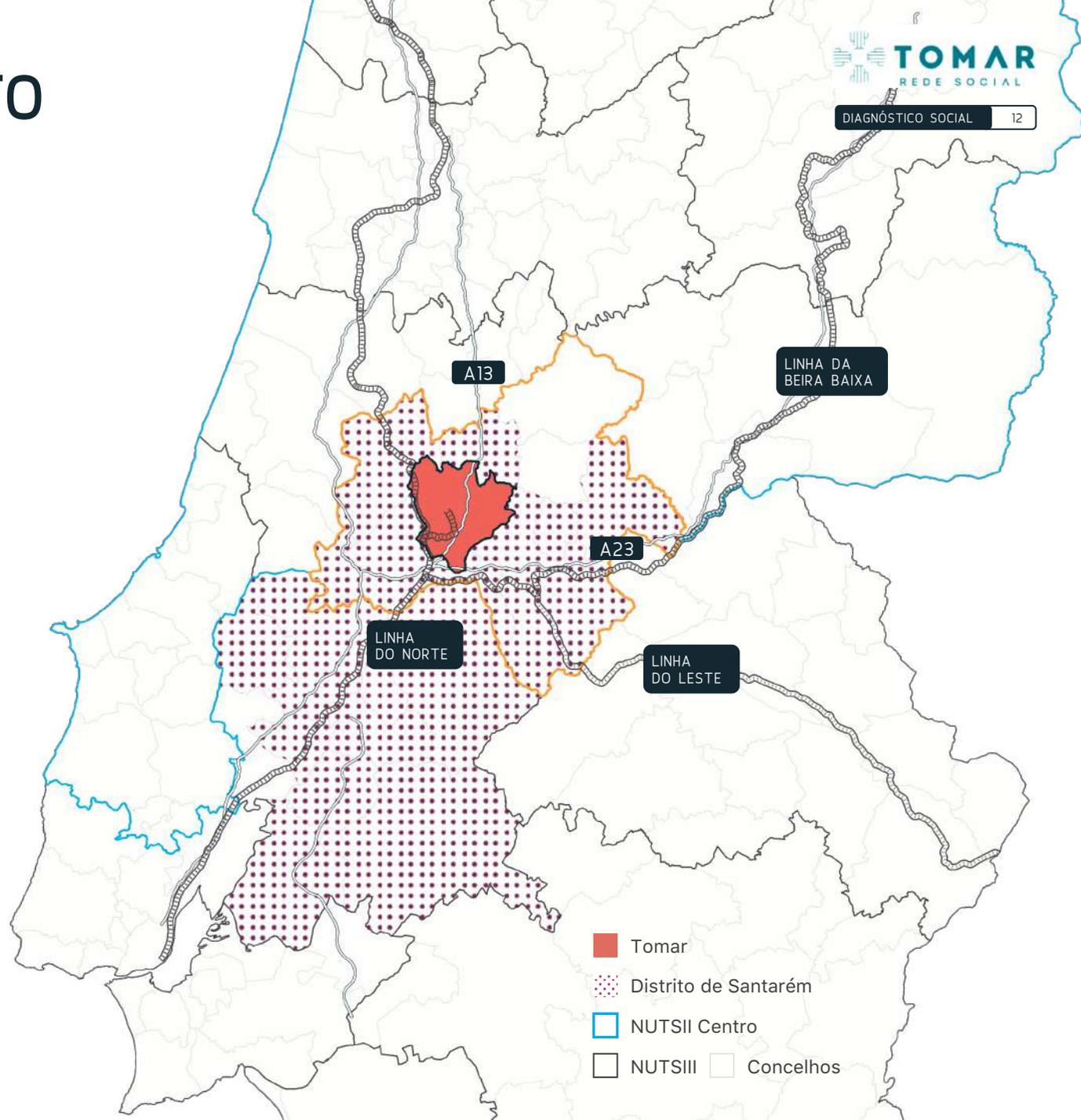
ACESSIBILIDADES

Tomar beneficia de um posicionamento estratégico, resultado da sua centralidade geográfica e da acessibilidade privilegiada aos principais corredores rodoviários e ferroviários nacionais.

A rede rodoviária coloca o centro de Tomar a apenas 50 minutos de Coimbra, Leiria e Santarém e a cerca de 1h30 de Lisboa, Castelo Branco e Portalegre.

A proximidade à estação ferroviária do Entroncamento, ponto nevrálgico da rede ferroviária nacional, confere a Tomar um posicionamento muito favorável se devidamente explorado o potencial da ferrovia no transporte de pessoas e bens.

A qualificação do interface de passageiros da cidade de Tomar e a construção de um outro interface na estação de Chão de Maças, adequado também ao serviço mercadorias (projetos em perspetiva), permitirão a Tomar reforçar o seu posicionamento no sistema urbano regional e nacional, consolidando a sua atratividade e competitividade.



ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

CONETIVIDADE INTERNA

A acessibilidade interna estrutura-se a partir dos eixos de ligação do concelho ao exterior (IC3/A13 e o IC9) e dos principais eixos de ligação entre os aglomerados de maior dimensão (EN), que por sua vez suportam a rede de distribuição interna e de acessibilidade local (EM e CM), que embora garanta uma boa cobertura territorial apresenta fragilidades ao nível das suas características físicas (traçado, perfil transversal e estado de conservação) e inserção urbana.

DISTÂNCIA
(KM E TEMPO) À
CIDADE DE TOMAR

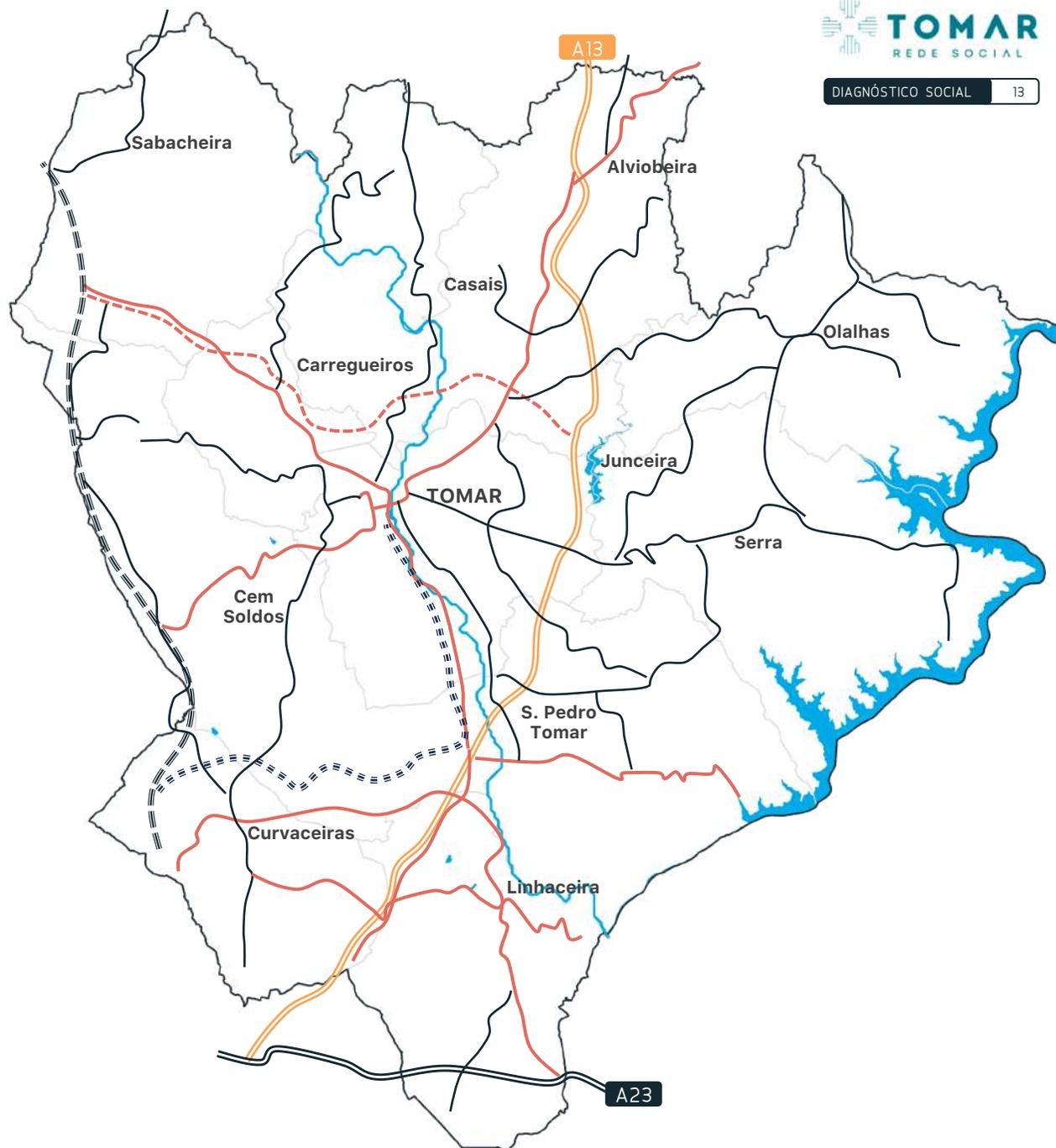


KM



MIN.

CARREGUEIROS	4.5	8
CEM SOLDOS	5.4	9
CASAIS	7.4	11
S. PEDRO DE TOMAR	7.6	12
JUNCEIRA	8.6	12
SERRA	10.2	13
ALVIOBEIRA	10.5	14
CURVACEIRAS	12.7	18
LINHACEIRA	12.9	18
OLALHAS	12.7	19
SABACHEIRA	15.4	20



ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

CONETIVIDADE INTERNA

A articulação estrutural e funcional entre a rede de aglomerados do concelho e a rede viária municipal é determinante para o funcionamento em rede dos serviços de apoio à população e para o equilíbrio das relações urbano-rurais.

A baixa densidade de ocupação do território e a acentuada dispersão populacional (mais de 60% da população reside fora da cidade de Tomar), aliadas à dependência funcional da cidade, constituem atualmente fortes constrangimentos à mobilidade e acessibilidade dos tomarenses.

No interior da cidade, o serviço de transporte urbano assegura a articulação entre os principais polos de geração e atração de fluxos (zonas habitacionais, equipamentos, espaços de atividades económicas, centro histórico, zonas comerciais e pontos de interesse turístico), e tem como ponto de rebatimento o terminal rodoviário/estação CP.

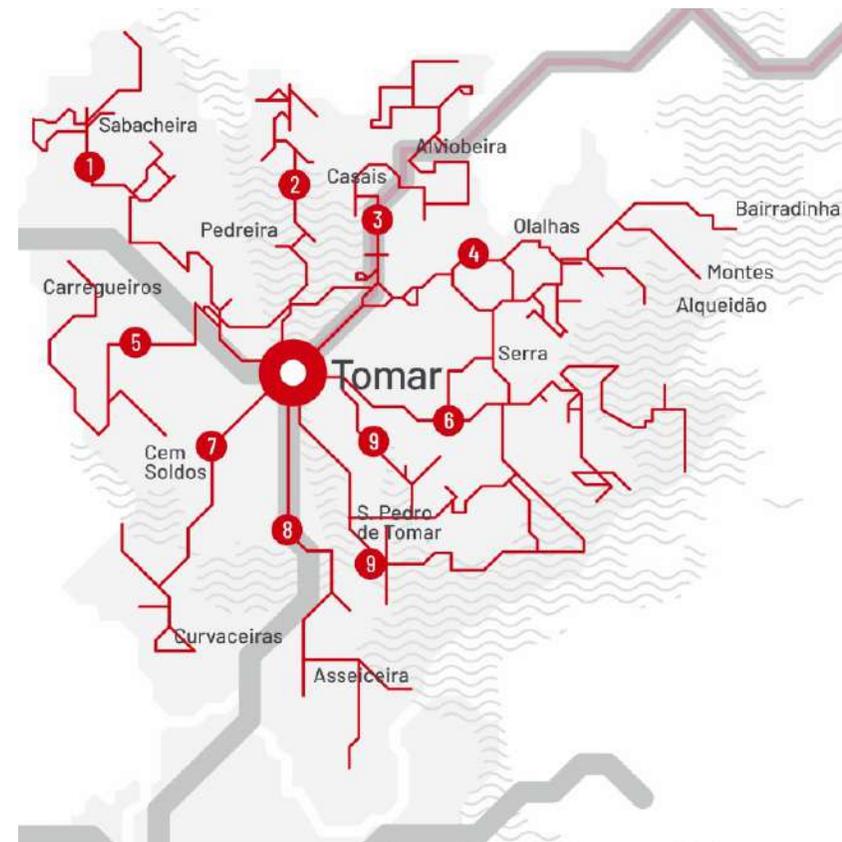
O serviço de transporte público regular tem-se revelado incapaz de satisfazer as necessidades da população rural, que se encontra fortemente dependente do transporte individual. Esta situação é particularmente penalizadora dos mais idosos e economicamente mais vulneráveis,

que com menor mobilidade, veem desta forma limitada a sua acessibilidade a um vasto conjunto de respostas sociais, infraestruturas, funções e serviços.

A introdução no território do Médio Tejo de um serviço de transporte a pedido, promovido como sendo uma *"solução inovadora, flexível, integradora, que reduz a pegada ecológica e que não deixa ninguém sem transporte"*, tem procurado ultrapassar os desafios que se colocam à prestação de serviço público de transporte em territórios de baixa densidade. No âmbito do projeto Link o serviço foi alargado às 13 sedes de concelho da região, funcionando também ao fim de semana nas cidades do Médio Tejo.

O serviço prestado apresenta circuitos, paragens e horários definidos, sendo o utilizador/cliente a marcar a viagem. Tomar dispõe de 9 circuitos que garantem uma boa cobertura territorial, embora o serviço apresente fortes limitações ao nível da cobertura temporal, não se revestindo da flexibilidade desejável. A forma de acesso à informação e agendamento das viagens é também um constrangimento, sobretudo para uma população digitalmente menos capacitada que é também aquela que mais depende deste tipo de serviço.

CIRCUITOS DE TRANSPORTE A PEDIDO NO MUNICÍPIO DE TOMAR



ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

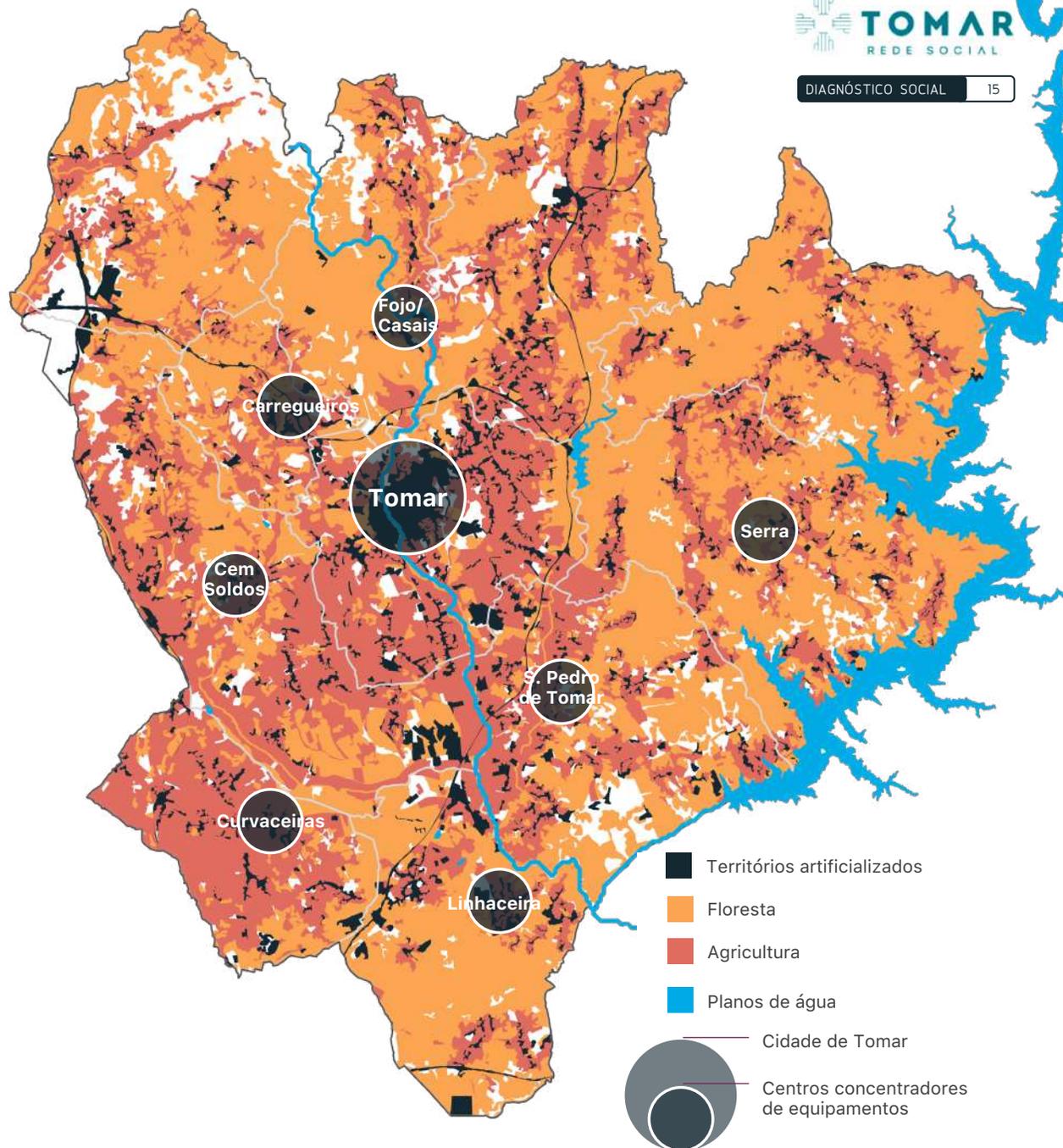
OCUPAÇÃO DO SOLO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Tomar apresenta um mosaico paisagístico que alterna espaços florestais e áreas agrícolas, que compartimentam e estruturam o território e surgem entrecortados por uma ocupação edificada dispersa por aglomerados de pequena dimensão.

O padrão de ocupação do solo tem-se mantido estável ao longo das últimas duas décadas, com predominância da ocupação florestal, que embora diversa regista um claro predomínio do eucalipto e do pinheiro bravo (40% e 29%, respetivamente, dos 44% ocupados por floresta).

Apesar da pouca representatividade da atividade agrícola e pecuária na base económica concelhia, 35% do solo está afeto a culturas agrícolas e pastagens.

No concelho identificam-se 180 aglomerados populacionais, fortemente dependentes da cidade de Tomar. Procurando equilibrar funcionalmente o sistema urbano, o modelo de ordenamento do PDM prevê o reforço e consolidação dos aglomerados com melhor capacidade para reunir e oferecer à população infraestruturas e serviços considerados indispensáveis, numa lógica descentralizada face à cidade; identificam-se para o efeito um conjunto de Centros concentradores de equipamentos e de Centros de valorização rural.



A decorative graphic element in the bottom-left corner of the page, consisting of thick, yellow, stylized lines that form a pattern resembling coral or abstract organic shapes.

1

DEMOGRAFIA

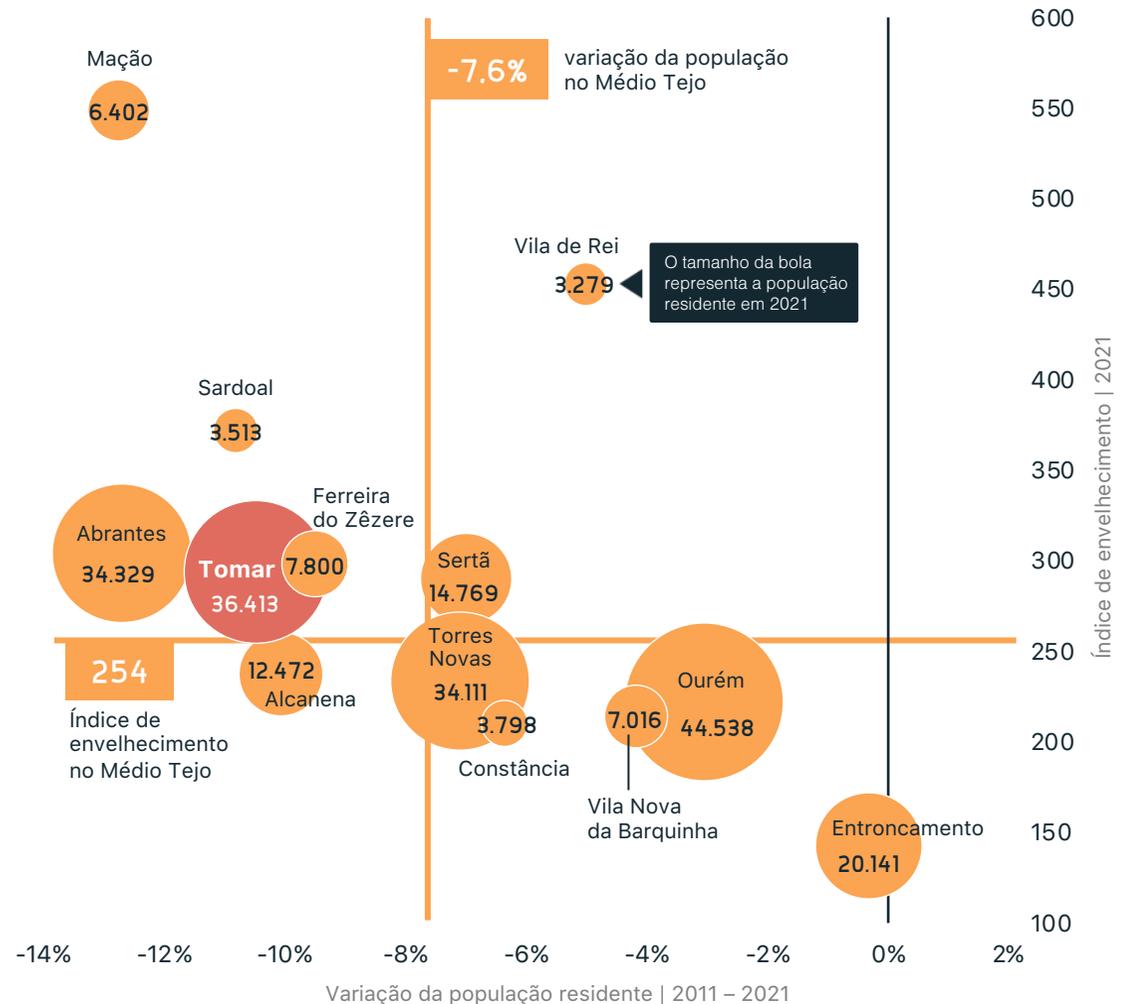
POSICIONAMENTO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Na última década assistiu-se a um agravamento do desequilíbrio demográfico, com as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (não obstante a perda de população entre 2011 e 2021) e a região do Algarve a concentrarem metade da população residente no país. Apenas as regiões do Oeste (0,8%), Cávado (1,6%), AML (1,7%) e Algarve (3,6%) observaram um crescimento populacional, num cenário de fortes perdas nas regiões do interior, a que se associa um progressivo envelhecimento.

O Médio Tejo registou uma diminuição de 7,6% da população residente entre 2011 e 2021, o que corresponde a uma perda de mais de 18 mil habitantes, posicionando-se como a sexta região mais envelhecida de Portugal. A dinâmica demográfica regressiva foi transversal a todos os concelhos da região, ainda que com diferentes intensidades: Entroncamento (com uma ligeira redução da população), bem como Ourém, Vila Nova da Barquinha, Vila de Rei, Constância, Torres Novas e Sertã registaram perdas inferiores à região do Médio Tejo; em Ferreira do Zêzere, Alcanena, Tomar (-10,5%), Sardoal, Mação e Abrantes a contração populacional foi superior à observada na região, representando mais de 68% das perdas de população no Médio Tejo.

Tomar, com 36.413 residentes, constitui-se como o segundo concelho mais populoso do Médio Tejo, concentra 15,9% da população residente na região, o que representa uma diminuição do seu peso populacional (16,4% em 2021), apresentando-se ainda como o sexto concelho mais envelhecido do Médio Tejo (294 residentes com 65 ou mais anos por cada 100 residentes entre os 0 e os 14 anos).

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ENVELHECIMENTO



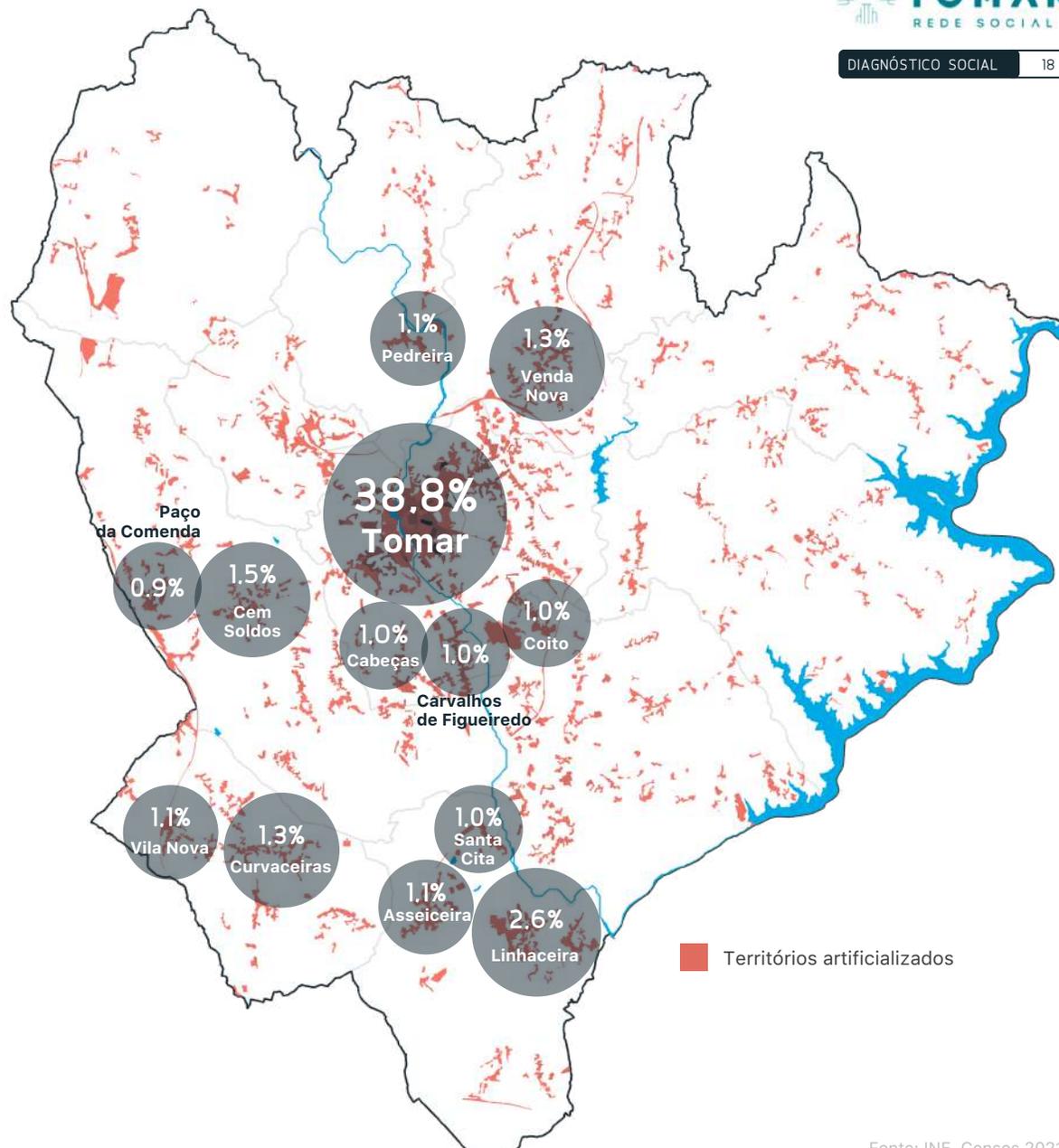
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Com uma densidade populacional de 103,68 habitantes/km², o concelho de Tomar é um território de baixa densidade, ocupando, em 2021, a 114.º posição entre os concelhos do país com maior densidade populacional. No Médio Tejo, apenas os concelhos do Entroncamento (1.466,93 habitantes/km²) e Ourém (106,89) apresentavam maior densidade populacional.

As perdas populacionais observadas em Tomar, entre 2011 e 2021, que foram transversais a todas as freguesias, contribuíram para acentuar o desequilíbrio entre a cidade de Tomar (que concentra 38,8% da população residente) e os restantes aglomerados. Com efeito, no último período intercensitário, observou-se um reforço do papel polarizador da UF de Tomar (aumentou o seu peso populacional no concelho de 44,8%, em 2011, para 46,5% em 2021), não obstante uma diminuição da densidade populacional (-42,03 habitantes/km² entre 2011 e 2021).

Em 2021, existiam no concelho apenas 13 lugares censitários com mais de 300 pessoas, que concentravam mais de metade da população residente. Nas freguesias da Sabacheira, de Olalhas e na UF de Serra e Junceira não existiam lugares com pelo menos 300 residentes.

A concentração de população na cidade de Tomar, mas também a dispersão da população por pequenos aglomerados, coloca desafios à coesão territorial, em particular no que diz respeito à provisão de serviços de interesse geral, à estruturação de respostas sociais adequadas, sobretudo num cenário de debilidades no funcionamento do sistema de transportes.



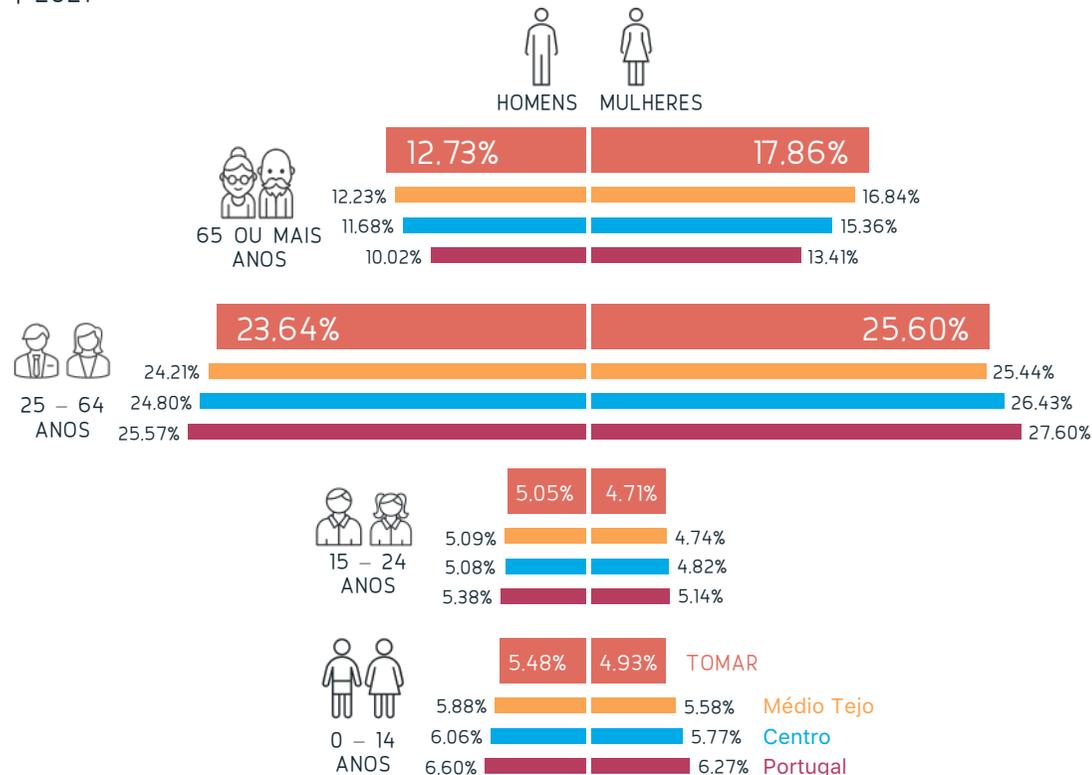
PERFIL ETÁRIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Em Tomar mais de 53% a população residente é do sexo feminino, representando uma proporção mais elevada face ao país, à região Centro e ao Médio Tejo. É particularmente relevante o diferencial entre mulheres e homens na faixa etária com 65 ou mais anos (+1.869 mulheres) que, embora se observe nas restantes unidades territoriais de análise, é mais significativo em Tomar.

A representatividade do sexo feminino é também maior na faixa dos 25 aos 64 anos (+713 mulheres), ainda que com menor expressão face aos territórios analisados. Nas faixas etárias mais jovens observa-se uma mudança na distribuição (+203 residentes do sexo masculino entre os 0 e 14 anos e +124 entre os 15 e 24 anos).

O envelhecimento da população ocorreu a um ritmo superior ao observado no país, na região Centro e no Médio Tejo, contribuindo para que a população com 65 ou mais anos represente já mais de metade da população em idade ativa (15 aos 64 anos). O peso da população jovem (0 aos 14 anos) na população em idade ativa registou, por sua vez, um decréscimo de 3 p.p., representando em 2021 cerca de 18% da população em idade ativa.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES CICLOS DE VIDA E SEXO | 2021



Região	Índice de Envelhecimento 2021	Variação	Índice de Dependência de Idosos 2021	Variação	Índice de Dependência de Jovens 2021	Variação
TOMAR	294	↑ 98 P.P face a 2011	52	↑ 11 P.P face a 2011	18	↓ 3 P.P face a 2011
MÉDIO TEJO	254	↑ 69 P.P face a 2011	49	↑ 9 P.P face a 2011	19	↓ 3 P.P face a 2011
CENTRO	229	↑ 65 P.P face a 2011	44	↑ 9 P.P face a 2011	19	↓ 2 P.P face a 2011
PORTUGAL	182	↑ 54 P.P face a 2011	37	↑ 8 P.P face a 2011	20	↓ 2 P.P face a 2011

PIRÂMIDE ETÁRIA

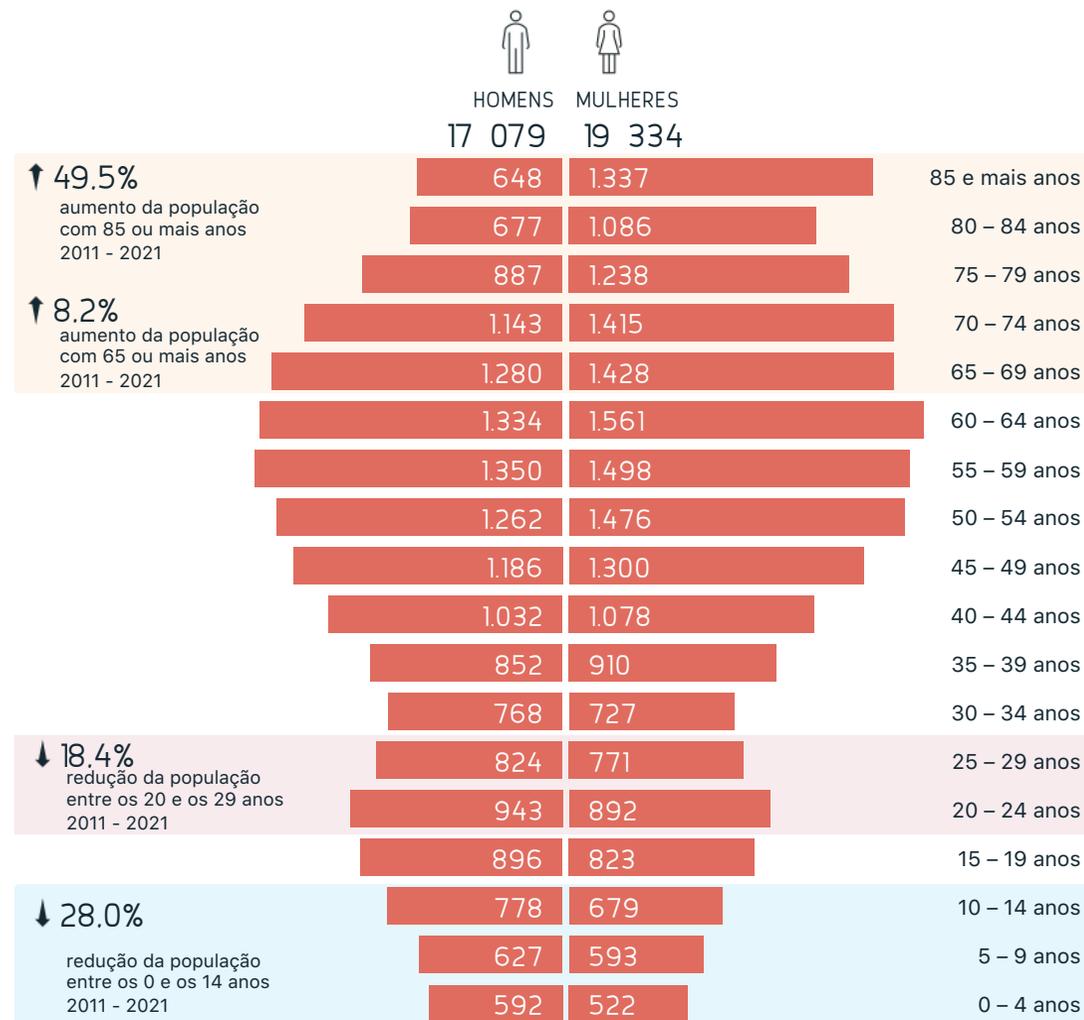
Entre 2011 e 2021, a população residente em Tomar com 65 ou mais anos registou um crescimento de 8,2% que, todavia, foi ligeiramente inferior ao observado no Médio Tejo (8,3%) e claramente inferior ao registado na região Centro (15,4%) e no país (20,6%). Importa, contudo, assinalar o forte crescimento da população com 85 ou mais anos que representa 5,5% do efetivo populacional de Tomar (representava 3,6% em 2011).

O progressivo envelhecimento da população residente tem reflexos numa pirâmide etária cada mais invertida, onde são evidentes as dificuldades de renovação da população. Com efeito, observaram-se perdas elevadas nas faixas etárias desde os 0 aos 4 anos até à faixa dos 45-49 anos.

A população entre os 0 e os 14 anos registou um decréscimo de 28%, representando, em 2021, apenas 10,4% da população residente (12,9% em 2011). Observou-se ainda uma forte quebra (30,2%) na faixa dos 5 aos 9 anos, bem como nas faixas dos 30 aos 34 anos e 35 a 39 anos (superiores também a 30%), o que, por um lado, confirma a dificuldade de renovação da população pela via natural e, por outro lado mostra os desafios associados à renovação da população em idade ativa.

Entre 2011 e 2021 o índice de renovação da população em idade ativa - relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (20 e 29 anos) e a que está a sair (55 e 54 anos) - registou uma diminuição superior a 18 p.p.

POPULAÇÃO RESIDENTE EM TOMAR POR GRUPO ETÁRIO E SEXO | 2021



DINÂMICA DEMOGRÁFICA INTERNA

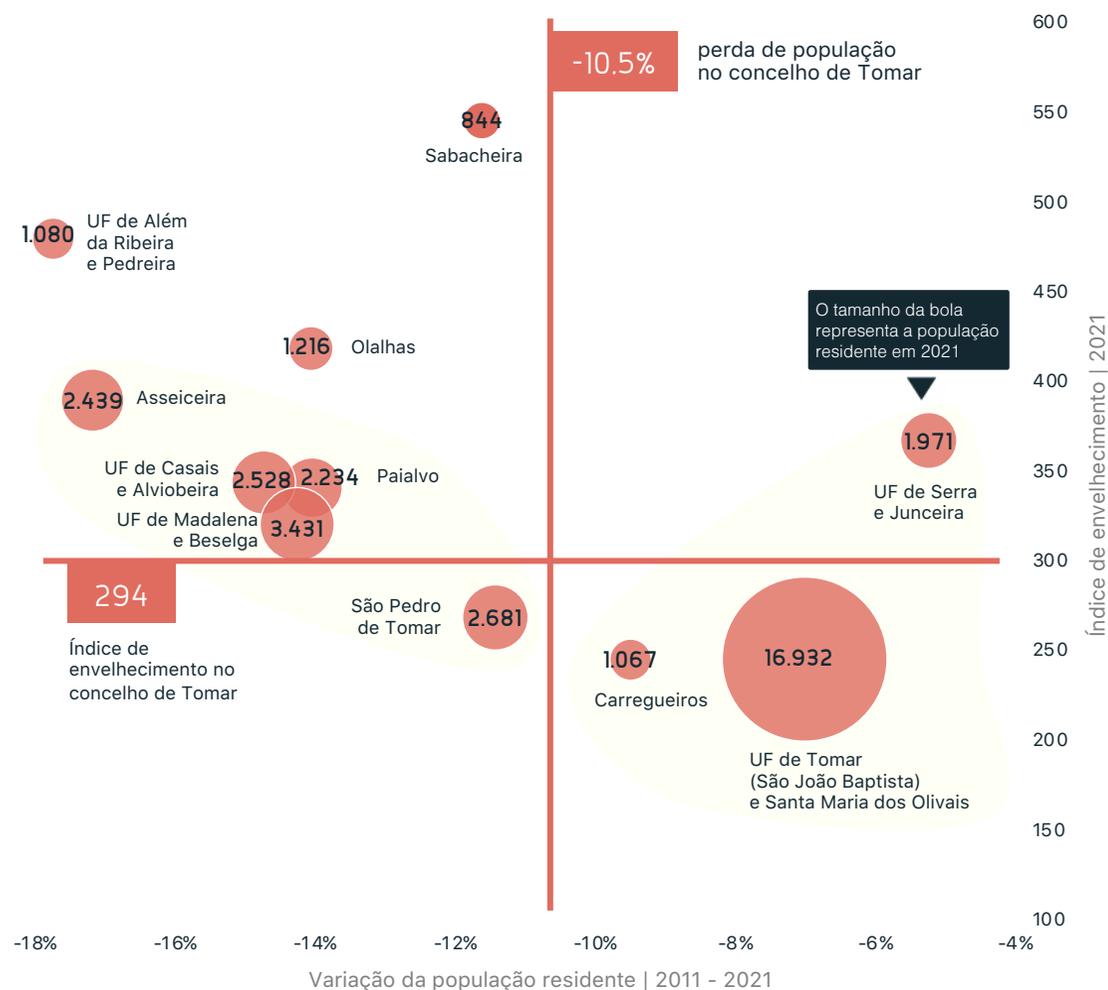
As dinâmicas demográficas internas confirmam um processo de perda populacional e envelhecimento que se estende a todas as freguesias e mostram uma aceleração face ao período 2001-2011. Apenas a freguesia da Sabacheira não observou uma intensificação das perdas populacionais, mas não escapou a um aumento significativo do envelhecimento (subida de 175 p.p. face a 2011): constituiu-se como o território mais envelhecido do concelho (545 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas dos 0 e os 14 anos).

A UF de Serra e Junceira, a UF de Tomar e a freguesia de Carregueiros registaram perdas populacionais inferiores ao concelho no seu todo, com as duas primeiras a revelarem reduções inferiores à média regional. Não obstante, a UF de Tomar perdeu 1.277 residentes entre 2011 e 2021, representando cerca de 30% do total da redução da população do concelho.

Observaram-se perdas substanciais nas freguesias de média dimensão (entre os 2 mil e os 3.500 residentes), com uma intensificação face às perdas registadas entre 2001 e 2011: Asseiceira, UF de Casais e Alviobeira, UF de Madalena e Beselga, Paialvo e São Pedro de Tomar perderam, no seu conjunto, 2.223 residentes entre 2011 e 2021, que compara com uma redução de 1.045 entre 2001 e 2011. Estas freguesias concentravam, em 2021, 36% da população residente no concelho.

As UF de Além da Ribeira e Pedreira registou a maior perda demográfica, em termos relativos, que correspondeu a uma diminuição de 233 residentes entre 2011 e 2021, registando ainda o maior aumento no índice de envelhecimento (209 p.p.)

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ENVELHECIMENTO NAS FREGUESIAS



FAMÍLIAS

Às perdas populacionais que se observaram no Médio Tejo entre 2011 e 2021 associa-se um decréscimo do número de famílias, em contraciclo com o desempenho da região Centro (crescimento de 0,50%) e do país (aumento de 2,61%). Na região, apenas os concelhos do Entroncamento, Ourém e Vila Nova da Barquinha (0,96%) registaram um aumento do número de agregados domésticos privados no último período intercensitário, determinado sobretudo pelo aumento do número de famílias com um ou dois elementos.

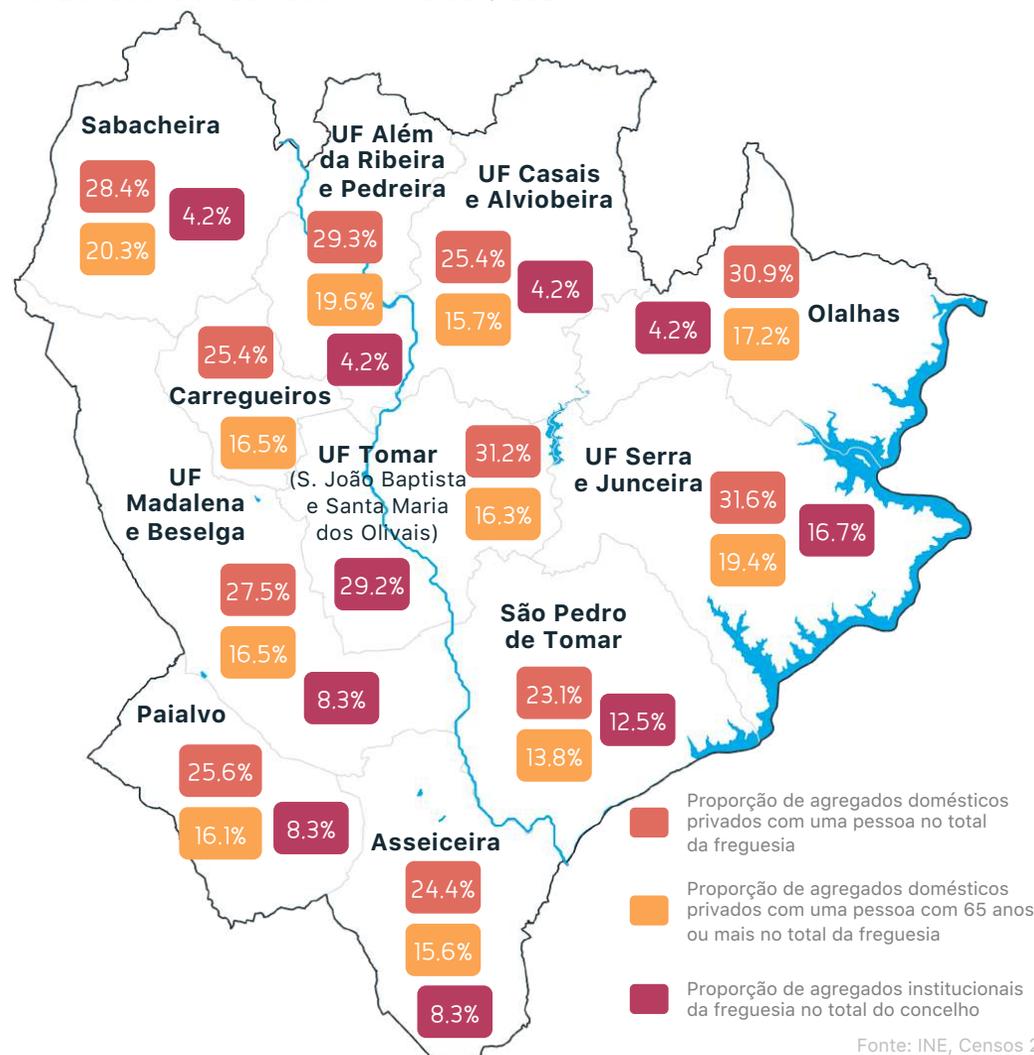
Em Tomar, pese embora o aumento do número de famílias unipessoais (17,4%), observou-se uma redução superior a 4% do número total de famílias no período analisado, isto é, menos 661 famílias face a 2011, que decorre de uma redução substancial das famílias com quatro ou mais pessoas (registaram uma redução superior a 23%).

As famílias constituídas por um ou dois elementos representavam cerca de dois terços do total do concelho, posicionando Tomar como o terceiro território do Médio Tejo com maior peso destas famílias, depois de Mação e Vila de Rei e o segundo em termos absolutos, apenas superado por Ourém.

No quadro interno, a UF de Serra e Junceira e a UF de Tomar (que concentra mais de 47% das famílias que vivem no concelho) apresentam a maior proporção de famílias unipessoais. Na freguesia da Sabacheira, na UF de Além da Ribeira e Pedreira e na UF de Serra e Junceira cerca de um quinto das famílias unipessoais tem pelo menos 65 anos.

Em 2021, existiam em Tomar 24 agregados institucionais*, sendo que mais de metade eram constituídos por menos de 20 pessoas. A UF de Tomar concentrava cerca de 30% destes agregados.

AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS | 2021



Fonte: INE, Censos 2021

*Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

ENVELHECIMENTO

LUGAR CENSITÁRIO

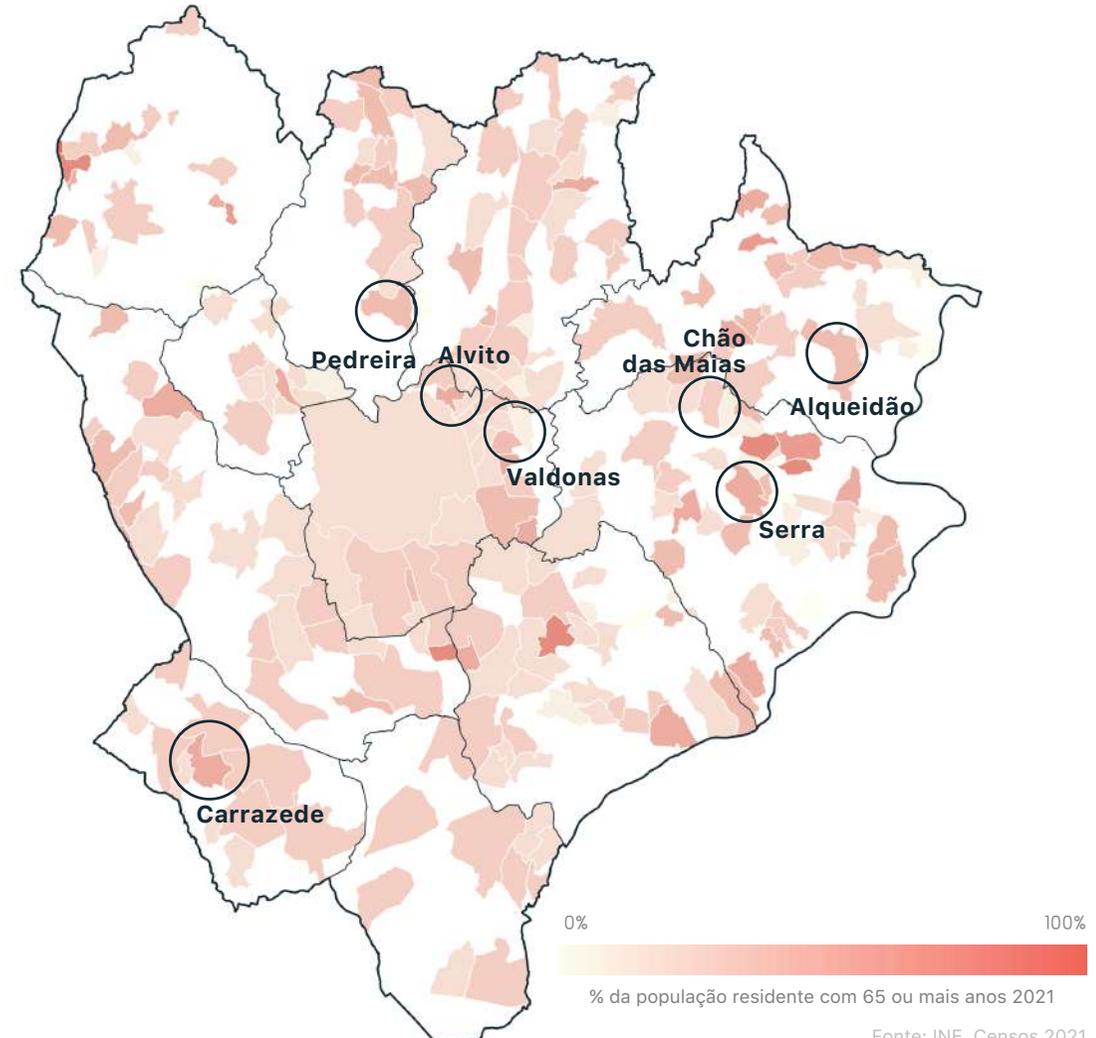
Nas últimas décadas, as dinâmicas demográficas de Tomar promoveram uma retração populacional, transversal a todo o território, com um aumento da polarização pela cidade, mas com aglomerados urbanos de pequena dimensão dispersos por todo o território, a que acresce um fenómeno de envelhecimento populacional que se intensificou na última década.

O concelho de Tomar apresenta-se como um território envelhecido, mesmo no quadro da região do Médio Tejo, observando-se não só uma elevada proporção da população com 65 ou mais anos (superior a 27% em todas as freguesias), mas também da população com 85 ou mais anos (superior a 4% em todas as freguesias) e com um crescimento significativo entre 2011 e 2021 (valor mais baixo de 19% na Sabacheira e mais elevado na UF de Além da Ribeira e Pedreira, onde atingiu os 100%).

Pese embora a cidade de Tomar (utiliza-se nesta análise o lugar censitário) concentrasse, em 2021, mais de um terço da população residente com 65 ou mais anos, identificavam-se aglomerados dispersos pelo concelho onde a população desta faixa etária, tendencialmente mais vulnerável e com maiores dificuldades de acesso aos serviços e respostas sociais, representava uma proporção significativa da população residente.

Alvito (60%), Serra (56%), Carrazede (51%), Alqueidão (43%), Pedreira (43%), Valdonas (42%) e Chão das Maias (40%) apresentavam-se como lugares com pelo menos 100 pessoas onde a população com 65 ou mais anos representava pelo menos 40% da população residente, apresentando, ainda, índices de envelhecimento superiores a 500.

POPULAÇÃO COM 65 OU MAIS ANOS POR LUGAR CENSITÁRIO



NATALIDADE E MIGRAÇÕES

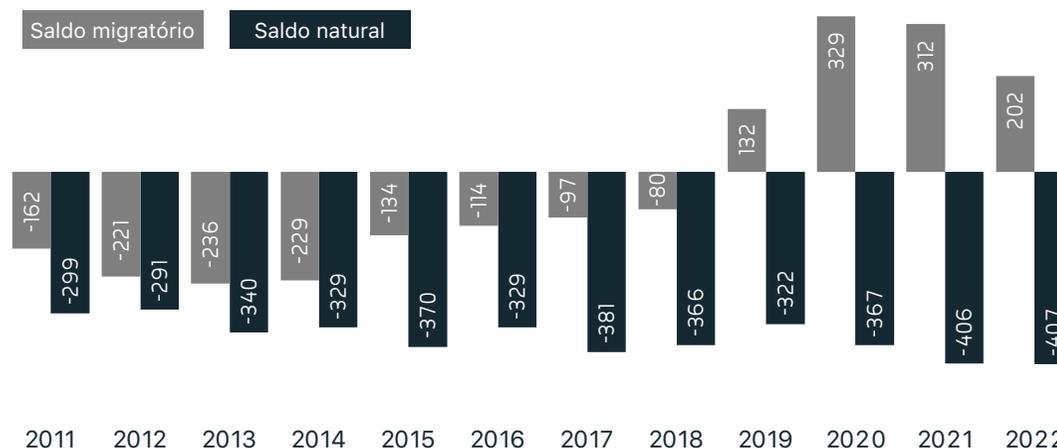
As perdas populacionais e o progressivo envelhecimento são causa e consequência de saldos naturais negativos, associados a uma forte quebra da natalidade, bem como de um contributo negativo da componente migratória, sobretudo durante os primeiros anos da década de 2010 que aceleraram o processo de esvaziamento populacional.

Em Tomar, as perdas populacionais resultam destas dinâmicas demográficas, mas assumiram uma maior intensidade na última década face ao desempenho regional. Entre 2011 e 2022, Tomar perdeu em média 351 residentes/ano por via do saldo natural (diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos), o que corresponde à perda média mais elevada, em termos absolutos, dos concelhos do Médio Tejo. As taxas de crescimento natural foram consistentemente negativas durante este período, tendo-se registado um agravamento nos últimos anos: em 2011, a taxa de crescimento natural atingiu -0,74%; em 2022 situava-se em -1,12%.

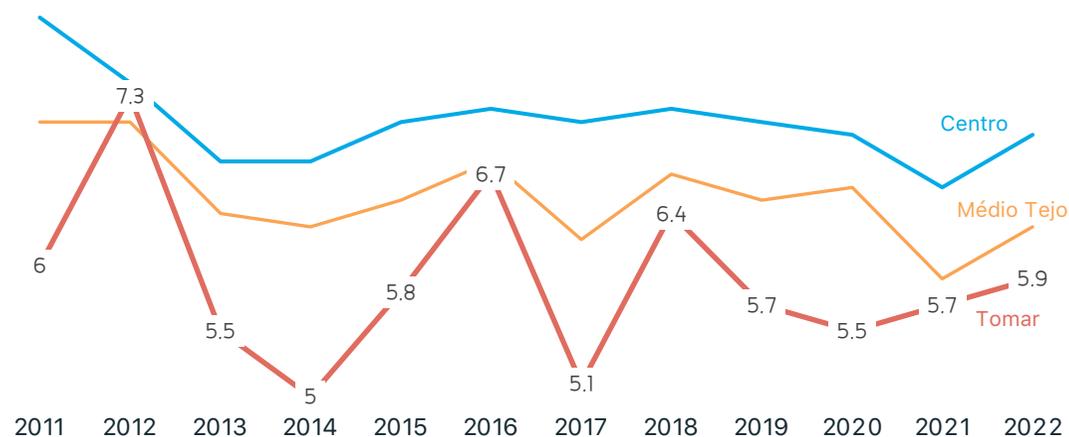
As dificuldades de renovação da população estão ligadas a taxas de natalidade claramente aquém das observadas no Médio Tejo, na região Centro e no país. Tomar apresentou, durante o período analisado, uma das mais baixas taxas de natalidade de todos os concelhos do Médio Tejo (a quarta mais baixa em 2022, com o pico a ser atingido em 2012, onde atingiu a quinta taxa mais elevada na região).

A partir de 2019, o concelho observou um contributo positivo do saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna), mas que não se mostrou suficiente para colmatar as perdas pela via natural.

SALDOS NATURAIS E MIGRATÓRIOS NO CONCELHO DE TOMAR



TAXA BRUTA DE NATALIDADE (%o)



POPULAÇÃO RESIDENTE POR PROVENIÊNCIA

As migrações têm contribuído para mitigar as perdas populacionais no Médio Tejo, sobretudo a partir de 2019. Com efeito, os dados censitários mostram que a região conseguiu captar mais de 19 mil pessoas que, à data de 31 de dezembro de 2019, não residiam no Médio Tejo, observando-se um predomínio de pessoas provenientes do território nacional (86,1%).

As migrações para Tomar, cerca de 2.800 novos residentes, representam 14,5% do total do Médio Tejo, e foram apenas superadas, em volume, pelas migrações para o concelho de Ourém. Em Tomar, a maioria das migrações (84,6%) foram realizadas por residentes no território nacional, mas observou-se um maior peso (14,5%) das migrações provenientes do estrangeiro face ao Médio Tejo.

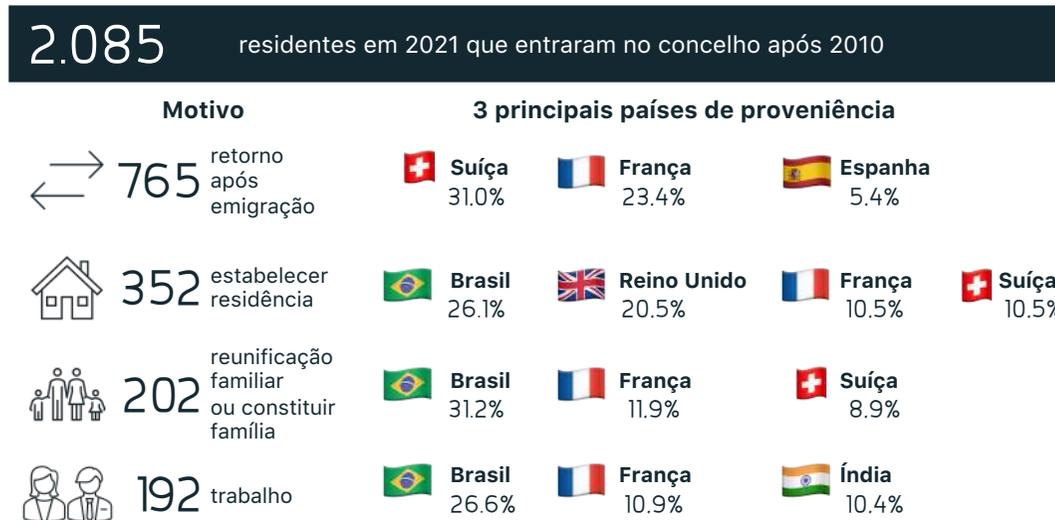
A UF de Tomar (composta pelas antigas freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais) polariza as migrações para o concelho: representa 37% das migrações provenientes de outras freguesias do concelho, mais de um terço das migrações de residentes em território nacional e 44% das migrações provenientes do estrangeiro. Importa, todavia, assinalar o desempenho relativo das freguesias de Carregueiros, Sabacheira e da UF de Serra e Junceira, onde os novos residentes representaram mais de 10% da sua população residente.

Os dados censitários revelam ainda que mais de um terço da população que entrou em Tomar após 2010, regressou ao concelho, sobretudo proveniente de países com forte presença de emigrantes. Regista-se também uma capacidade de atração de pessoas que estabeleceram a sua residência em Tomar, com destaque para a população de nacionalidade brasileira e também população do Reino Unido, França e Suíça.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR PROVENIÊNCIA (MIGRAÇÕES FACE A 31/12/2019)



POPULAÇÃO RESIDENTE QUE ENTROU EM TOMAR APÓS 2010



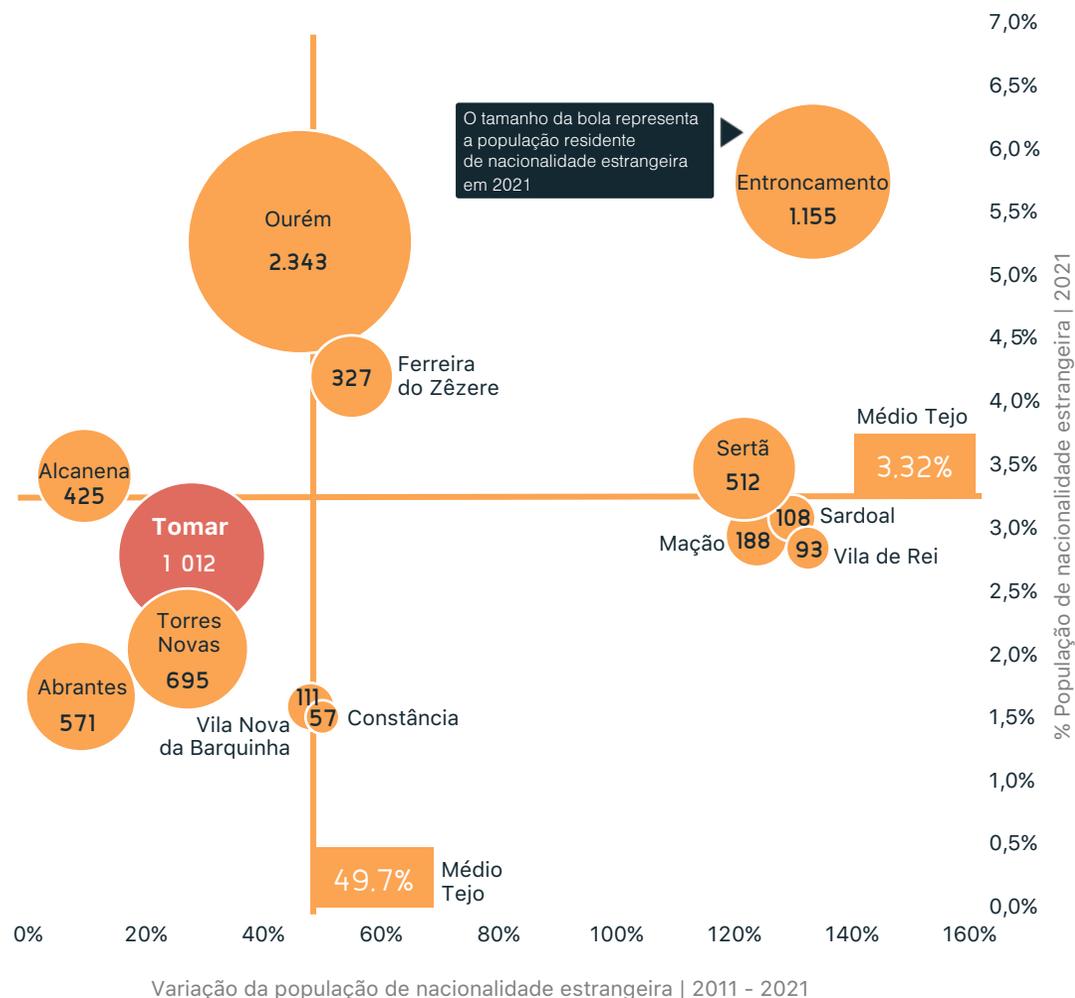
POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

As dinâmicas demográficas, com particular destaque para a intensificação dos movimentos migratórios nos últimos anos, promoveram uma alteração da composição dos territórios, contribuindo para mitigar as graves perdas populacionais, determinadas pelas baixas taxas de natalidade, bem como para o rejuvenescimento da população, aportando um novo dinamismo a territórios em risco de desertificação. Todavia, estes processos acarretam desafios relacionados com a plena integração destes novos residentes nas comunidades locais e a sua participação ativa e envolvimento na sociedade (ver Capítulo 6 – Segurança, Proteção e Cidadania).

Nos territórios do Médio Tejo, a população residente de nacionalidade estrangeira cresceu cerca de 50% no último período intercensitário, totalizando mais de 7.500 pessoas em 2021. Observam-se, contudo, ritmos diferenciados de crescimento e peso dos residentes de nacionalidade estrangeira entre os concelhos da região: Vila de Rei, Sardoal, Entroncamento, Mação e Sertã mais do que duplicaram a população residente de nacionalidade estrangeira; nos concelhos de Entroncamento, Ourém e Ferreira do Zêzere a proporção de população residente de nacionalidade estrangeira supera a média da região Centro e, no caso do Entroncamento, a média nacional.

A população residente de nacionalidade estrangeira em Tomar superou, em 2021, as mil pessoas, resultado de um crescimento de cerca de 28% (ainda assim o quarto mais baixo da região em termos relativos e absolutos). Esta população representa cerca de 2,8% da população residente em Tomar, um valor inferior ao Médio Tejo, à região Centro e ao país.

POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA



POPULAÇÃO POR NACIONALIDADE

De acordo com os dados censitários, o concelho de Tomar acolhia, em 2021, mais de 41 nacionalidades, o que traduz não só um alargamento da base geográfica de "recrutamento" de novos residentes, mas também um aumento do peso de algumas comunidades na população residente, motivado pelas dinâmicas de emprego ou de estudo (em particular do Instituto Politécnico de Tomar), pela qualidade de vida que o concelho pode oferecer e que tem motivado a fixação de famílias estrangeiras, ou, ainda, pela guerra (caso da comunidade Ucraniana).

Dos mais de mil residentes de nacionalidade estrangeira, cerca de metade eram provenientes do Continente europeu. O Reino Unido, com 164 residentes em 2021, representava mais de 16% da população residente de nacionalidade estrangeira, registando um crescimento de mais de 53% face a 2011. Os países da UE concentravam cerca de um quarto da população de nacionalidade estrangeira, com destaque para França, Países Baixos, Itália, Alemanha e Roménia, com um peso individual superior a 2%.

Já a comunidade brasileira, que representa cerca de um quarto da população residente de nacionalidade estrangeira, registou um crescimento superior a 43% em relação a 2011. A comunidade angolana constituiu-se como a terceira com maior peso na população de nacionalidade estrangeira, tendo registado um aumento superior a 60% face a 2011.

Importa também referir o aumento do peso da comunidade chinesa (mais de 5% da população residente de nacionalidade estrangeira, com crescimento de 39,5% face a 2011), da comunidade indiana (2,0%, com crescimento de 233%), bem como da comunidade dos Estados Unidos da América (2,0%, com aumento de 811%).

POPULAÇÃO RESIDENTE EM TOMAR DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM 2021

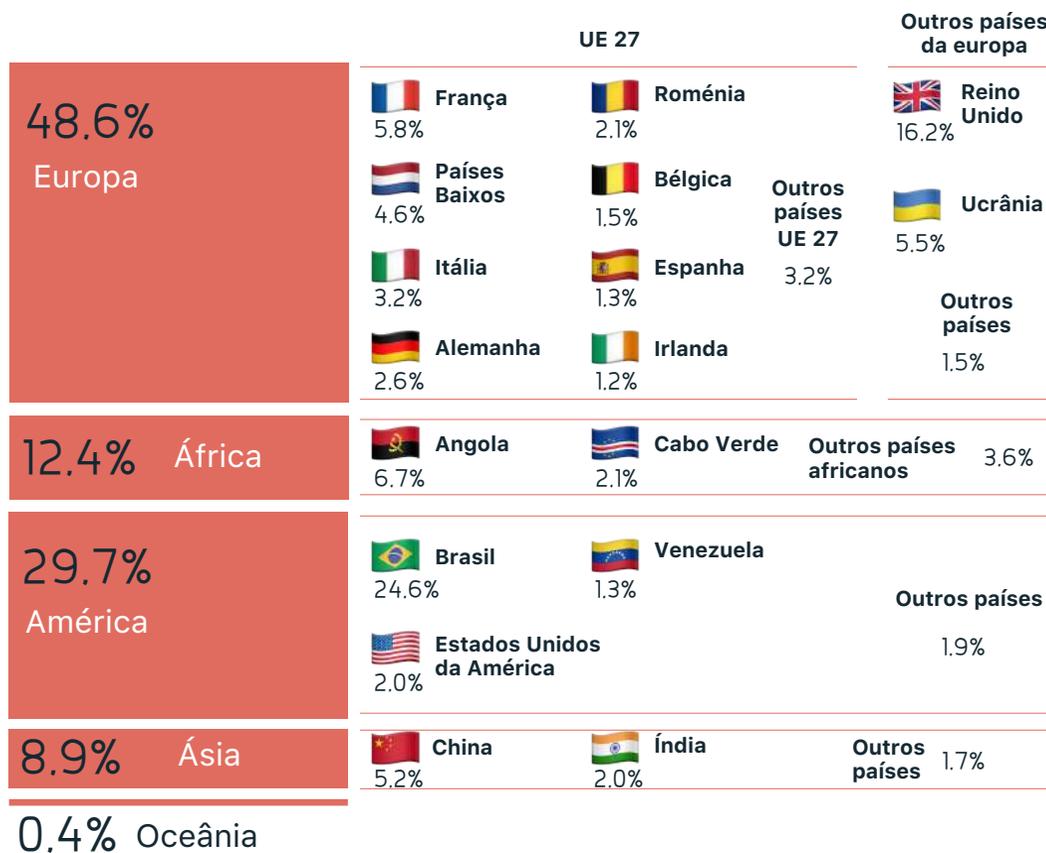
1.012

residentes de nacionalidade estrangeira em 2021

+27.8%
face a 2011

+ 41

nacionalidades



DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

SENTIDO IDENTITÁRIO

Interesse de alguns Tomarenses regressarem ao concelho (incluindo população mais jovem).

Sentido identitário/'Orgulho Tomarense' (presente também nos mais jovens).

DINÂMICAS SOCIETÁRIAS

Gradual consolidação do teletrabalho na cultura de trabalho em Portugal facilita o regresso de alguns Tomarenses ao concelho.

Valorização crescente de outros critérios de qualidade de vida (motivação crescente para mudança dos grandes centros urbanos).

Atração de população migrante em idade ativa (impacto demográfico na dinâmica de envelhecimento demográfico).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

DINÂMICAS CONCELHIAS

Envelhecimento demográfico (agravada pelas dinâmicas do mercado imobiliário).

Desertificação de algumas freguesias do concelho.

Saída de Tomarenses mais jovens para outros concelhos (dinâmica do mercado imobiliário: custo de arrendamento e de aquisição de habitação).

Dificuldade de atração de nova população residente (dinâmica do mercado imobiliário: custo de arrendamento e de aquisição de habitação).

Limitação das oportunidades de trabalho para os jovens / capacidade de retenção da população mais jovem e mais qualificada.

Densidade demográfica de algumas freguesias dificulta a existência de certos equipamentos e serviços (sustentabilidade).

Políticas de concentração de serviços na área urbana favorece desertificação das áreas mais rurais.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Fragilidade das políticas nacionais de apoio à natalidade e às famílias.

Modelo nacional de dimensionamento das infraestruturas em função da população residente (sub-dimensionamento das infraestruturas para fazer face a picos de acesso no verão).



2

EDUCAÇÃO

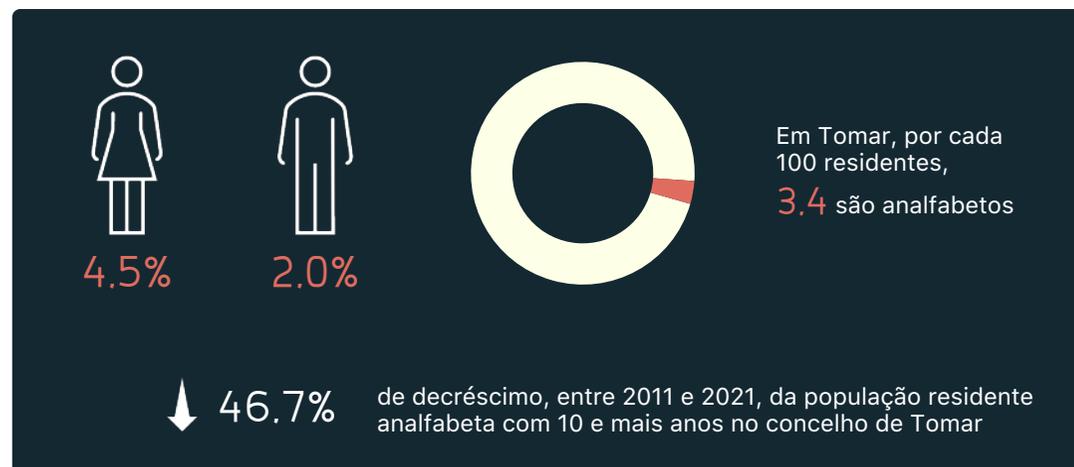
ANALFABETISMO

A taxa de analfabetismo demonstra a relação entre a população analfabeta com idade igual ou superior a 10 anos por cada cada 100 indivíduos da população total inserida nessa faixa etária, sendo um indicador crucial na análise do desenvolvimento da população. Ainda que Portugal revele algum atraso em relação à média europeia, os progressos registados nas últimas décadas são significativos e Tomar não é exceção.

A escolarização da população é uma das principais vertentes do desenvolvimento humano: uma população mais escolarizada e com maior conhecimento reveste-se de real importância na erradicação da pobreza, na igualdade de género, no acesso ao mercado de trabalho e na integração social.

De acordo com os dados censitários de 2021, o concelho de Tomar caracteriza-se por ter uma taxa de analfabetismo na ordem dos 3,4%, sendo as mulheres e os mais idosos os mais afetados por este fenómeno social, resultado de fatores de natureza histórica, cultural e económica. Ainda que Tomar apresente uma taxa de analfabetismo superior à média nacional (3%), ela é inferior às médias regionais (3,7%) e sub-regionais (3,8%), registando uma tendência bastante positiva ao longo da última década, passando dos 5,7% em 2011 para os 3,4% em 2021.

POPULAÇÃO RESIDENTE ANALFABETA SEGUNDO OS CENSOS



TAXA DE ANALFABETISMO

	2011	2021
Continente	5.2	3.0
Centro	6.4	3.7
Médio Tejo	6.3	3.8
Tomar	5.7	3.4

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO

Quanto ao nível de escolaridade completo mais elevado da população, constata-se, no computo geral, uma diminuição da população com níveis de ensino mais baixos e um aumento da população com níveis de ensino mais altos (12.º ano e ensino superior completos), entre 2011 e 2021, em todos os territórios em análise.

Contrariamente ao desejado, uma pequena franja da população portuguesa (5,8%), com mais de 15 anos, não tinha atingido nenhum nível de escolaridade em 2021, valor que sobe para os 6,5% em Tomar, ainda que inferior ao registado na região Centro (6,7) e no Médio Tejo (6,9).

O concelho Tomar, apesar dos progressos registados ao nível da escolarização da sua população, apresenta uma franja significativa de população com apenas o ensino básico (52,7%), ainda que a população mais qualificada tenha registado progressos no período intercensitário: +34,8% com ensino secundário e +32,4% com ensino superior.

Apesar do analfabetismo afetar principalmente as mulheres de uma geração mais velha, as novas gerações registam progressos significativos em matéria de escolarização, em 2021 são as mulheres que apresentam maiores qualificações comparativamente com os homens, representando estas, 20,3% da população residente em Tomar com o ensino superior completo.

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) | 2021



POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO EM 2021 (%) E VARIAÇÃO 2011/2021

	Nenhum	Variação 2011/21	Ensino Básico	Variação 2011/21	Ensino Secundário	Variação 2011/21	Ensino Superior	Variação 2011/21
Contínente	5.8	-43.2	49.4	15.8	24.7	47.8	20.0	+43.2
Centro	6.7	-47.9	52.5	-14.4	23.4	+48.5	17.4	+40.6
Médio Tejo	6.9	-49.1	53.7	-16.0	24.0	+41.6	15.3	+36.5
Tomar	6.5	-47.0	52.7	-19.9	23.9	+34.8	16.9	+32.4

CRECHES E EQUIPAMENTOS DE APOIO À INFÂNCIA

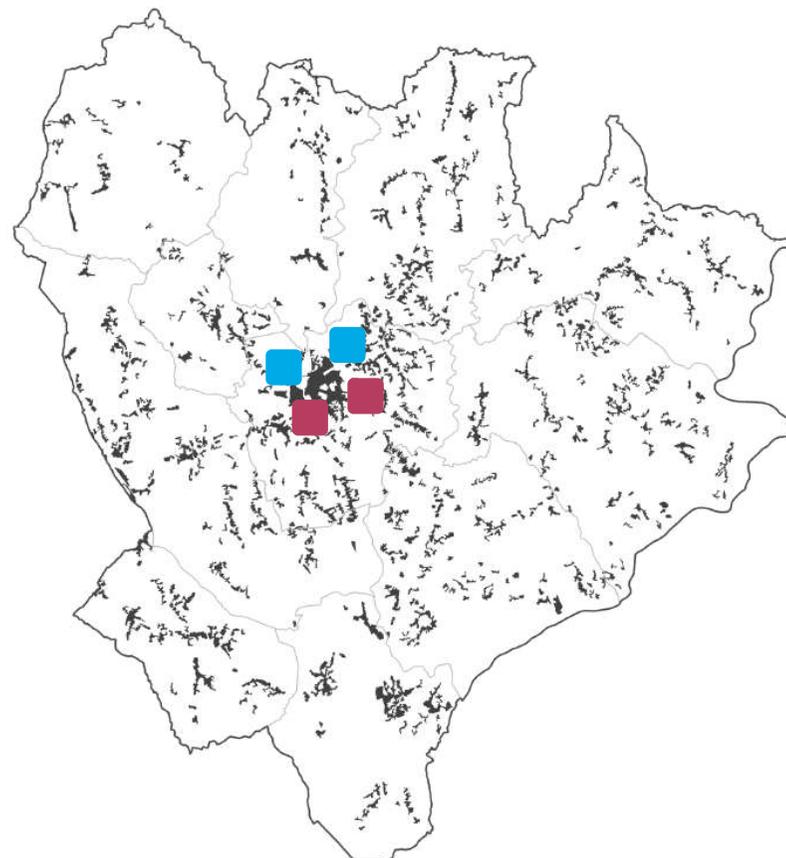
O equipamento creche é uma resposta social, desenvolvida em equipamento próprio, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

No início de 2023, a rede de estabelecimentos com oferta de creche no concelho de Tomar era constituída por 4 equipamentos, a que acrescem as 3 creches familiares. Ainda que metade destes sejam privados, era nas Instituições Privadas de Solidariedade Social (sem fins lucrativos) que estavam inscritas um maior número de crianças.

A sua distribuição territorial concentra-se sobretudo na cidade de Tomar, em zonas de maior densidade populacional, na UF de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais). Nenhuma outra freguesia do concelho dispunha desta tipologia de equipamentos para a infância, exceto as creches familiares.

A atual oferta desta resposta social não responde às necessidades do território, como constatado no processo de auscultação. A nova lei da gratuidade das creches veio colocar uma maior pressão sobre estas respostas, ainda que a publicação da Portaria 190-A/2023, de 5 de julho, com alterações às normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches tenha vindo a permitir a simplificação de procedimentos para a sua ampliação, permitindo aumentar a capacidade em função das áreas das salas e/ou do aumento do número de salas, o que se veio a verificar em alguns equipamentos do concelho para o ano letivo de 2023/2024.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS CRECHES | 2023



■ Entidades sem fins lucrativos (50%)

■ Entidades com fins lucrativos (50%)



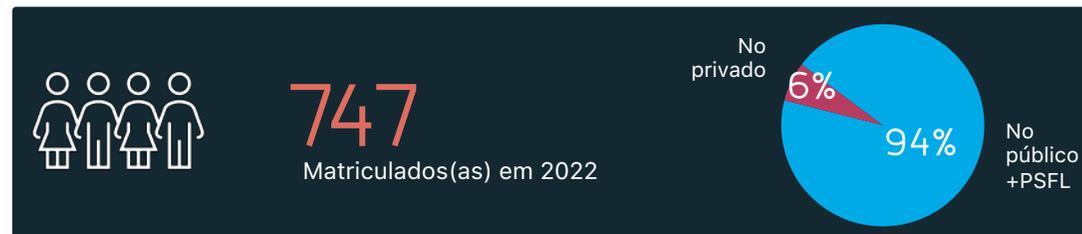
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida e abrange as crianças dos 3 anos até ao ingresso no ensino básico, sendo ministrada em estabelecimentos próprios conhecidos por jardins de infância.

No ano letivo 2021/2022, a taxa bruta de escolarização do pré-escolar no concelho de Tomar foi de 100%, o que supostamente indica que todas as crianças entre os 3 e os 6 anos de idade residentes no concelho estavam a frequentar este nível de ensino, destacando-se assim das médias nacionais (98%).

Pese embora Tomar apresentar uma boa taxa de escolarização, que nos últimos sete anos registou um aumento significativo (+7 p.p.), o número efetivo de matriculados(as) em estabelecimentos pré-escolares registou uma variação negativa entre 2015 e 2022 (-4,5%), superior às perdas registadas a nível nacional e regional, a par da descida da taxa de natalidade registada na última década, uma das mais baixas registadas no Médio Tejo.

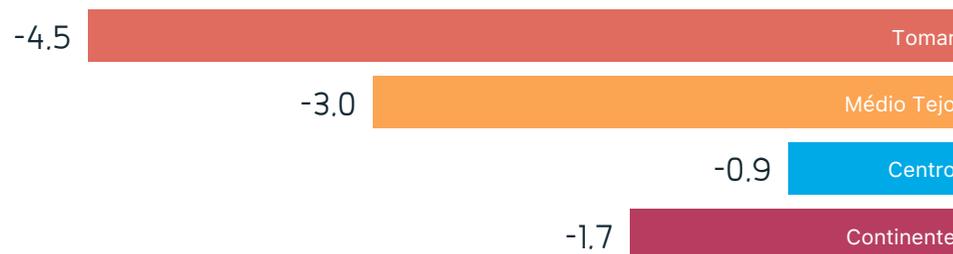
Em 2022, a rede de estabelecimentos pré-escolares no concelho de Tomar é composta por 22 jardins de infância, na maioria públicos, e cobre praticamente todas as freguesias do concelho.



TAXA BRUTA PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO EM 2022 E EVOLUÇÃO FACE A 2015



MATRICULADOS(AS) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | VAR. 2015/2022 (%)



ENSINO BÁSICO

1.º, 2.º E 3.º CICLO

O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais: 1.º ciclo (do 1.º ao 4.º ano), 2.º ciclo (do 5.º ao 6.º ano) e 3.º ciclo (do 7.º ao 9.º ano). Tendo em conta a taxa bruta de escolarização do ensino básico, constata-se, que em Portugal, na região Centro, no Médio Tejo e no concelho de Tomar, existiam no ano letivo de 2021/2022 mais alunos(as) a frequentar o ensino básico do que aqueles em idade de o frequentar (taxas acima dos 100%).

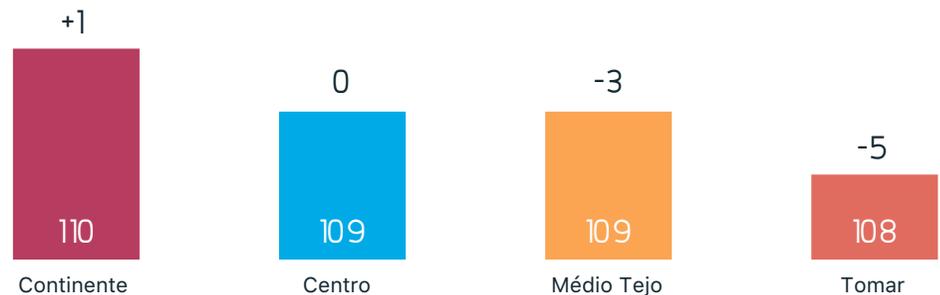
Se tivermos em conta os alunos(as) matriculados(as) por ciclo de ensino do ensino básico no concelho no ano letivo de 2021/22, a maior fatia concentra-se no 3.º ciclo (41%), seguido do 1º ciclo (38%) e depois no 2.º ciclo (21%). O concelho assistiu nos últimos 7 anos, a uma diminuição bastante significativa no número de alunos(as) matriculados(as) nos três ciclos do ensino básico (-21,7% face a 2015), ainda que em linha, embora mais acentuada, com a dinâmica de perda de alunos(as) registada a nível nacional e regional.

Esta tendência acompanha o envelhecimento populacional verificado no período, destacando-se Tomar como um dos territórios mais envelhecidos do Médio Tejo, com 294 idosos (população com 65 anos ou mais) por cada 100 jovens (população dos 0 aos 14 anos).

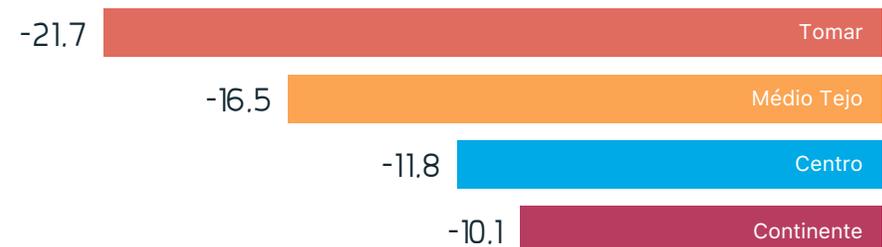
Nota: os 4% de alunos(as) a frequentar o ensino privado referem-se apenas aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.



TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO EM 2022 E EVOLUÇÃO FACE A 2015



MATRICULADOS(AS) NO ENSINO BÁSICO | VAR. 2015/2022 (%)



ENSINO SECUNDÁRIO

No ano letivo de 2021/2022, estavam matriculados nas escolas secundárias do concelho 1.297 alunos(as), frequentando o 10.º, 11.º e 12.º ano, nos cursos gerais e nos cursos de ensino profissional, de forma a completar a escolaridade obrigatória.

Tendo em conta a taxa bruta de escolarização(*) de Tomar para este nível de ensino (174%), muito acima das médias nacionais e regionais, assiste-se no concelho a duas dinâmicas distintas: por um lado, a capacidade de atrair jovens de outros concelhos para aqui estudar (em especial no ensino profissional), por outro, a permanência de taxas de retenção elevadas e o peso de alunos(as) que, com mais de 18 anos, estavam matriculados(as) em Cursos de Educação e Formação de adultos.

Apesar de em Tomar o número de alunos(as) a frequentar o ensino secundário seja muito superior ao número de jovens residentes em idade de frequentar este nível de ensino, pelas razões já explanadas, o concelho perdeu, entre 2015 e 2022, mais de 19% de alunos(as) neste nível de ensino, valor superior às perdas regionais registadas e em contraciclo com a tendência nacional, que ganha cerca de 1,3% em igual período.

Destaque-se uma taxa de retenção e desistência elevada em Tomar (15%), acima da média nacional (11%) e muito acima das médias regionais (9%) para este nível de ensino. Esta taxa, exige um maior combate ao insucesso escolar nas escolas do concelho, através de respostas inovadoras que primem por aprendizagens de qualidade por parte de todos e de cada um dos alunos(as).

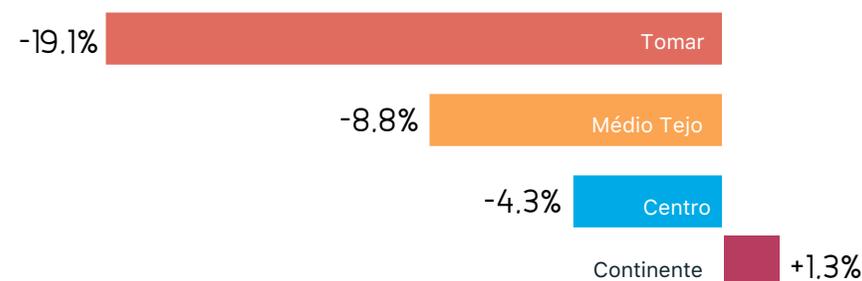
* Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário: Alunos matriculados no ensino secundário/População residente com idade entre 15 e 17 anos)*100. São considerados os alunos matriculados em todas as modalidades/cursos do ensino secundário, incluindo os cursos de aprendizagem para jovens com menos de 25 anos.



TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM 2022 E EVOLUÇÃO FACE A 2015



MATRICULADOS(AS) NO ENSINO SECUNDÁRIO | VAR. 2015/2022 (%)



ENSINO ARTÍSTICO

Os Cursos Artísticos Especializados (áreas das Artes Visuais e dos Audiovisuais, da Dança, da Música e do Teatro) são um percurso de ensino que proporciona uma formação especializada a jovens que revelem aptidões ou talento para ingresso e progressão numa via de estudos artísticos, em que se desenvolvem competências sociais, científicas e artísticas e simultaneamente se obtém o nível básico e/ou secundário de educação. Aprender música num contexto de ensino especializado faz já parte das opções educativas de uma grande parte das famílias portuguesas.

O concelho de Tomar tem privilegiado o ensino artístico nas suas escolas públicas, designadamente a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, com o ensino da música e da dança, e a Associação de Cultura Canto Firme, que assume um papel fundamental no ensino da música, com uma parceria com a escola de 3.º Ciclo e Secundária Jácome Ratton para os cursos profissionais de música de nível IV, nas vertentes de sopro e percussão e de cordas e teclas.

Para além do Ensino Articulado Artístico, estas duas entidades de referência em Tomar oferecem também uma oferta diversificada em termos de música, dança e teatro, dirigida a diferentes públicos alvo.

NÚMERO DE ALUNOS E TURMAS DO ENSINO ARTICULADO ARTÍSTICO | 2022/2023

	AE Nuno de Santa Maria		AE Templários	
	N.º de alunos	N.º de turmas	N.º de alunos	N.º de turmas
Música	91	9	45	12
Dança	28	5	21	11



Sociedade Filarmónica Gualdim Pais

Peia cultura, pelo desporto e pela sociedade

ENSINO PROFISSIONAL

No atual contexto de procura por novas competências face à evolução e complexidade da tecnologia e do digital, bem como dos próprios mercados, os sistemas de ensino profissional têm um papel fundamental a desempenhar na formação da força de trabalho do futuro e na criação de quadros médios qualificados.

A percentagem de alunos(as) a frequentar cursos profissionais em Tomar é bastante significativa (40,5%), ainda que ligeiramente inferior às médias da região Centro (41%) e do Médio Tejo (40,8%).

No ano letivo de 2022/2023, a oferta de ensino profissional concentrava-se em três escolas: Escola Secundária Maria do Olival (pública), Escola Secundária Jácome Ratton (pública) e a Escola Profissional de Tomar (privada).

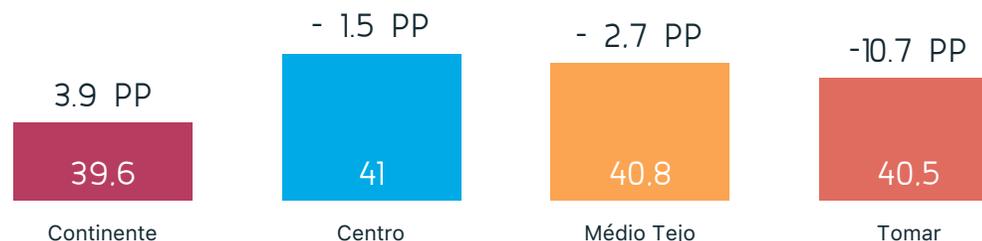
No que respeita às áreas de formação com maior adesão de jovens estudantes, destacam-se as Ciências Informáticas, o Desporto e a Hotelaria e Restauração, com 53,7% do total de matriculados em cursos de ensino profissional.

De acordo com os dados, os cursos profissionais são mais procurados por jovens do sexo masculino que por jovens do sexo feminino.

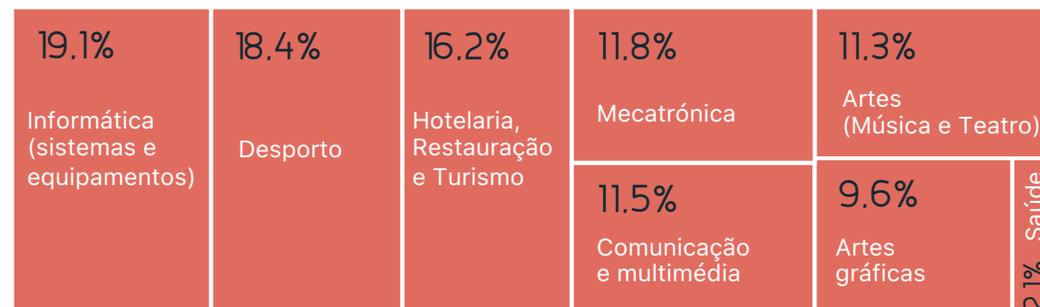
* A taxa de participação em cursos de dupla certificação calculada pela INE, inclui os alunos(as) matriculados(as) nos cursos profissionais (ensino profissional) + os alunos(as) matriculados(as) nos cursos de aprendizagem ministrados pelo IEFP.



TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO NAS MODALIDADES DO ENSINO SECUNDÁRIO ORIENTADAS PARA JOVENS EM 2021/2022 E VARIAÇÃO 2015/2022*



OFERTA FORMATIVA (% DE ALUNOS(AS) POR ÁREAS DE FORMAÇÃO) | 2021



PARQUE ESCOLAR

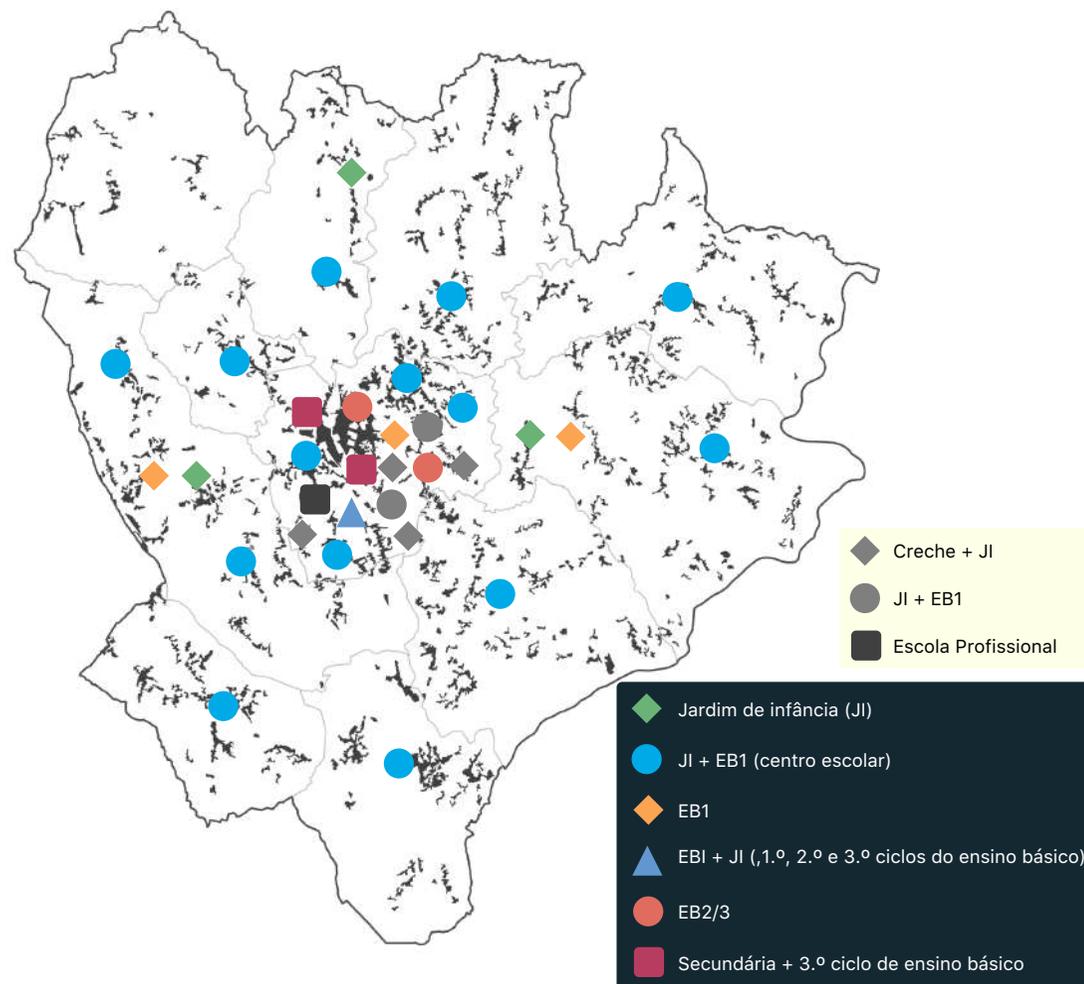
COBERTURA TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE EDUCATIVA PÚBLICA

Quanto à rede escolar pública, no ano de 2023, existiam dois Agrupamentos Escolares (Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria e Agrupamento de Escolas Templários) que integram a educação pré-escolar, os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, num total de 25 estabelecimentos de ensino.

Os dois agrupamentos reúnem 3 edifícios exclusivos para Jardim de Infância e 22 escolas, sendo:

- **14 Centros Escolares** (escolas com jardim de infância e 1.º ciclo) e **3 Escolas de 1.º Ciclo do Ensino Básico**;
- **1 Escola Básica Integrada** (JI + 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico);
- **2 Escolas com oferta de 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico**;
- **e 2 Escolas com oferta de Secundário com 3.º ciclo de Ensino Básico.**

Existem ainda dois estabelecimentos da rede particular e cooperativa com contratos de associação ao nível dos Jardim de Infância e 1.º ciclo, quatro estabelecimentos com Creche e Jardim de Infância e uma Escola Profissional.



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Os cursos de Educação e Formação de Adultos são uma modalidade de educação e formação criada com o intuito de suprimir a falta de habilitações escolares e conferir uma qualificação profissional, a par de uma cidadania plena e mais ativa.

Já os processos de RVCC trata-se do reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida de um indivíduo, seja em contextos formais, não formais ou informais, podendo certificar esses conhecimentos e competências com uma habilitação escolar (4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano de escolaridade) ou com uma certificação profissional, ou ambas simultaneamente.

No ano letivo de 2021/22 estavam matriculados(as) em ofertas de educação/formação de adultos 600 pessoas em Tomar, a maioria no ensino secundário (80%), donde 49,5% frequentavam cursos de educação e formação e 50,5% estavam em processos RVCC.

Estes valores superam as médias nacionais e da região Centro no que respeita a matriculados(as) em processos RVCC e revelam uma procura, por parte dos adultos residentes no concelho, em melhorarem os seus níveis de habilitações escolares. Entre 2015 e 2022 registou-se um aumento muito significativo de adultos em processo RVCC em Tomar.



600

Matriculados(as) em 2022

ALUNOS(AS) MATRICULADOS(AS) EM OFERTAS DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO ORIENTADAS PARA ADULTOS. SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E A OFERTA (EM % DO TOTAL DE MATRICULADOS(AS)) | 2022

	Ensino Básico - 3.º ciclo				Ensino Secundário			
	Total matriculados	CEF	RVCC	Evolução 2015/2022	Total matriculados	CEF	RVCC	Evolução 2015/2022
Continente	16.436	61.9	38.1	+1.8	45.258	55.9	44.1	+57.2
Centro	3.649	58.0	42.0	+14.5	10.642	52.5	47.5	+89.2
Médio Tejo	338	47.6	52.4	-23.0	1.308	42.0	58.0	+160.5
Tomar	115	49,6	50,4	-24,3	485	49,5	50,5	+209,3

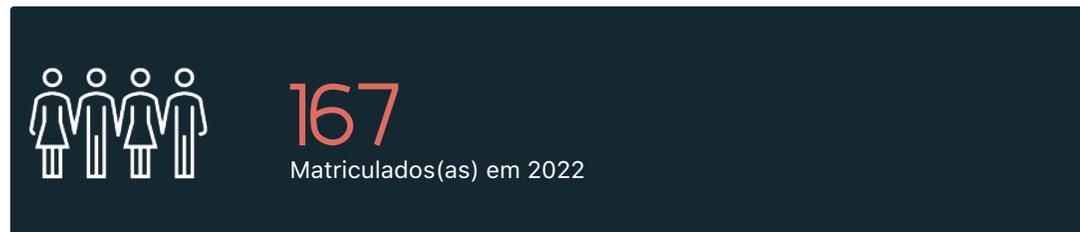
SEGUNDA OPORTUNIDADE - E2O TOMAR -

Muitos jovens continuam a abandonar a escola sem terem completado a sua formação básica e sem as qualificações indispensáveis à sua integração social. A taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação (APEF) em Portugal continua a ser uma das mais altas da Europa (10,8%) e é reconhecido que o abandono precoce tem um forte impacto nos jovens e nas suas famílias, podendo reforçar o ciclo de privação e pobreza, afetando sobretudo os jovens de estratos sociais mais desfavorecidos e por isso mais expostos aos processos de exclusão social.

Assim, e no âmbito da Estratégia Nacional de Redução do Abandono Precoce, foi criada a Rede Nacional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade (Rede E2O Portugal) que reúne um conjunto de instituições, projetos e iniciativas de educação de segunda oportunidade, empenhados em contribuir para a redução do abandono precoce da educação e formação dos jovens portugueses mais vulneráveis, no sentido de promover as suas qualificações escolares e profissionais e a sua integração social e profissional.

No concelho de Tomar o Agrupamento de Escolas Templários integra esta rede desde 2021, disponibilizando cursos PIEF e EFA para os jovens do concelho que abandonaram precocemente a escola, dando-lhes uma “segunda oportunidade” para retomar os estudos e melhorarem as suas qualificações.

Ainda em Março de 2023, o concelho de Tomar acolheu o encontro nacional “As Escolas de Segunda Oportunidade - Práticas e Desafios”, no auditório da Escola Secundária Jácome Ratton para apoiar a promoção e o desenvolvimento do processo de consolidação e crescimento desta nova política educativa.



ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023 - ESCOLA SEGUNDA OPORTUNIDADE

Área de Formação	Número de alunos	Observações
(PIEF) - Tipo 1	9	Visa a conclusão do 2.º ciclo do ensino básico
(PIEF) - Tipo 2	13	Visa a conclusão do 3.º ciclo do ensino básico
(cursos EFA Adultos) - EFA Básico	145	Visa a conclusão do 2.º ciclo do ensino básico



Em Portugal são sete as Escolas de Segunda Oportunidade (Matosinhos, Valongo, Gaia, Samora Correia, **Tomar**, Sintra e Lisboa) promovidas por um conjunto de instituições como a AE2O em Matosinhos, o Centro Social de Ermesinde, o IDIS em Gaia, o Agrupamento de **Escolas dos Templários em Tomar**, a Fundação Padre Tobias, em Samora Correia, o IAC (Instituto de Apoio à Criança) em Lisboa e a Associação ES+ em Sintra.

O sucesso desta iniciativa é reconhecido pela direção do Agrupamento de Escolas dos Templários, que no ano letivo 2022/2023 contava com 167 jovens a frequentar diferentes áreas de formação.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Centro de Formação Profissional de Tomar, que faz parte do Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo (CEFPMT), é responsável pela oferta de cursos profissionais para os residentes no concelho, como ainda dos residentes nos concelhos de Ourém e Ferreira do Zêzere.

O Centro oferece Formações Modulares Curtas, em que a carga horária se situa entre as 25 e as 300 horas; Formações Qualificantes (exclusivamente profissionais) em que o período médio são 12 meses; Formações de Dupla Certificação (escolar e profissional), com duração média de 18 a 20 meses; e os Cursos de Aprendizagem, formação qualificante para jovens com progressão escolar ao 12.º ano, cujo tempo médio atinge os 26 meses. Em 2021, mais de 4.400 formandos frequentaram cursos de formação profissional no CFP de Tomar.

Destaque para os Cursos de Aprendizagem que permitem obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos de nível superior. Estes cursos, com um foco especial na componente prática e na formação em contexto de trabalho, garantem ao diplomado o 12.º ano de escolaridade e ainda uma qualificação profissional de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações. Destinam-se a jovens com menos de 25 anos, com o 9.º ano de escolaridade e que ainda não tenham concluído o Ensino Secundário. No ano de 2021, 127 formandos(as) frequentavam estes cursos no Centro de Formação Profissional de Tomar.

Persiste, no entanto, uma falta de articulação entre o ensino profissional e a formação profissional do IEF, o que de acordo com a auscultação realizada cria fatores de entropia e de concorrência entre si.



4.449

Formandos(as) abrangidos em 2021

LISTA DE CURSOS COM OFERTA NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE TOMAR

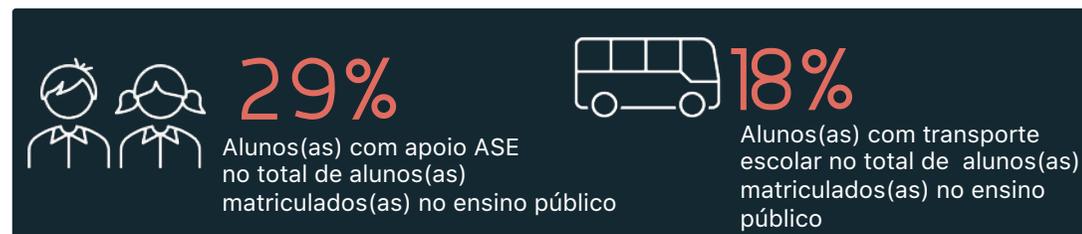
Artes do Espetáculo	Construção Civil e Engenharia Civil
Audiovisuais e Produção dos Media	Floricultura e Jardinagem
Artesanato	Silvicultura e Caça
Comércio	Saúde
Marketing e Publicidade	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
Secretariado e Trabalho Administrativo	Trabalho Social e Orientação
Enquadramento na Organização/Empresa	Hotelaria e Restauração
Metalurgia e Metalomecânica	Turismo e Lazer
Eletricidade e Energia	Cuidados de Beleza
Indústrias Alimentares	Proteção de Pessoas e Bens
Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Higiene e Segurança no Trabalho
Ciências Informáticas	

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A Ação Social Escolar (ASE) é uma das medidas de apoio às famílias com baixos recursos que tenham filhos(as) a frequentar o sistema de ensino. No âmbito da Ação Social Escolar são atribuídos apoios económicos aos alunos(as) de qualquer nível de ensino de forma a permitir-lhes suportar os respetivos encargos com os seus estudos (encargos com alimentação, material escolar, visitas de estudos e, nalguns casos, transporte escolar), existindo por isso diferentes escalões de apoio social escolar indexados aos escalões do abono de família e, por esta via, ao Indexante de Apoios Sociais (Escalão A 100% e Escalão B 50% e Escalão C).

No ano letivo de 2022/23, 1.369 alunos(as) eram beneficiários(as) do apoio social escolar nos dois Agrupamentos Escolares de Tomar (Templários e Nuno de Santa Maria), na sua maioria enquadrados no Escalão A (53%). De referir o decréscimo registado nos últimos oito anos no n.º de alunos(as) apoiados no 2.º e 3.º ciclo do básico e no ensino secundário, não obstante, registou-se um aumento significativo de crianças inscritas no pré-escolar e mais ligeiro no 1.º ciclo do básico. A percentagem de população escolar que necessita de apoio social é reveladora de alguma vulnerabilidade económica em que muitos agregados do concelho vivem e que tende a aumentar junto das famílias mais jovens.

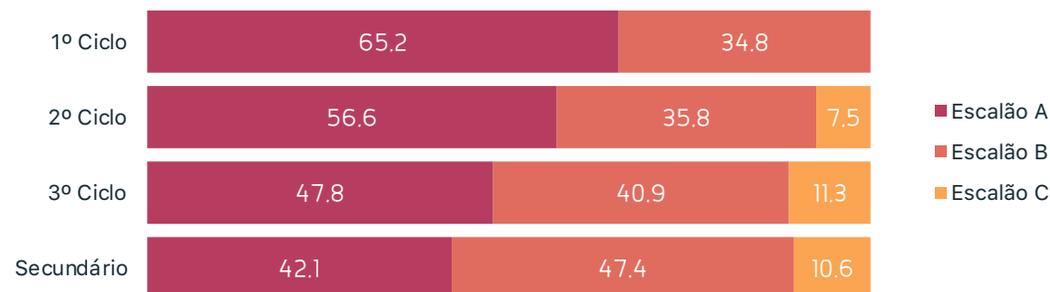
O transporte escolar é participado à parte e atribuído pelo município. A rede de transporte escolar do concelho de Tomar integra a rede de transporte coletivo de passageiros, que serve os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos(as), assim como itinerários extras e circuitos especiais, que se destinam aos alunos(as) que residem em locais que não dispõem de transportes públicos. No ano letivo de 2022/2023, 890 alunos(as) matriculados desde o educação pré-escolar ao ensino secundário beneficiavam desta medida.



NÚMERO DE ALUNOS(AS) COM APOIO ESCOLAR POR ESCALÃO NOS ANOS LETIVOS 2014/15 E 2021/22



% DE ALUNOS(AS) POR ESCALÃO DE APOIO SOCIAL NO TOTAL DE ALUNOS(AS) COM APOIO SOCIAL ESCOLAR | 2022/23



COMPETÊNCIAS DIGITAIS DOS MAIS JOVENS

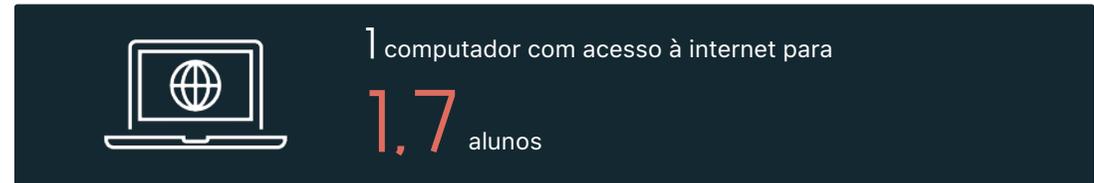
A deteção de competências digitais reforça a importância do desenvolvimento humano e tecnológico dos mais jovens, o que implica que o sistema educacional seja protagonista dessa transformação.

O acesso a computadores, e em especial com ligação à internet nas escolas, revela-se fundamental para o uso das novas tecnologias de informação, quer para uso de ferramentas de apoio ao ensino, como para a aquisição de competências digitais por parte dos(as) alunos(as).

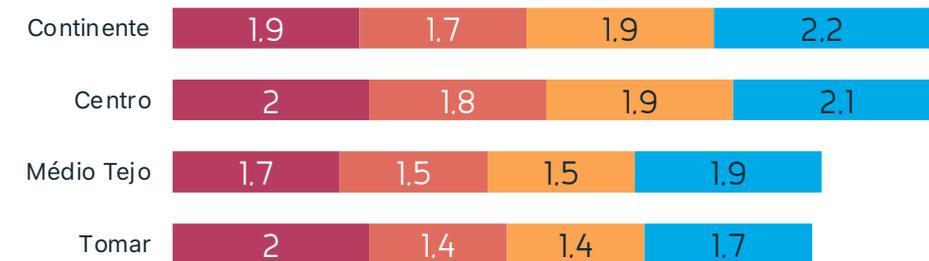
A média de alunos(as) por computador e por computador com ligação à internet são muito idênticas no concelho de Tomar e em todos os níveis de ensino, e inferiores às médias nacionais e regionais. O maior número de alunos(as) por computador regista-se no 1.º ciclo do ensino básico, com um computador para cada 2 alunos(as), reduzindo no 2.º e 3.º ciclo para um computador por 1,4 alunos(as), e no secundário para 1,7 alunos(as).

Regista-se uma melhoria significativa face aos dados dos anos anteriores, uma vez que em 2015 a média de alunos(as) por computador com ligação à internet era de 3. Estes dados revelam também o esforço do município no apetrechamento das escolas com equipamentos informáticos, em especial no 1.º ciclo do ensino básico que passou de um computador para cada 7 alunos(as) para 2,1 alunos(as).

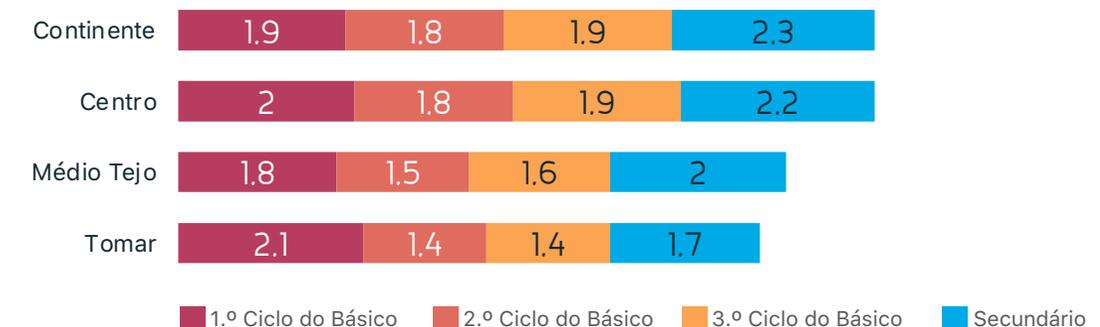
De acordo com o processo de auscultação realizado, o Município tem vindo a investir na renovação e aquisição de novos equipamentos informáticos e de vídeo para as salas de aula dos jardins de Infância e nas escolas básicas do 1.º ciclo.



MÉDIA DE ALUNOS(AS) MATRICULADOS(AS) POR COMPUTADOR. POR NÍVEL DE ENSINO | 2021



MÉDIA DE ALUNOS(AS) MATRICULADOS(AS) POR COMPUTADOR COM LIGAÇÃO À INTERNET. POR NÍVEL DE ENSINO | 2021



CENTROS DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) consiste numa resposta social desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho.

Os CATL desenvolvem-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente: acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família. Estes centros são uma resposta social procurada, sobretudo para alunos do ensino básico que frequentam escolas sem oferta, ou oferta reduzida, de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). No entanto, de forma a que as famílias consigam conciliar os seus compromissos profissionais com os horários escolares dos filhos, todas as escolas do ensino básico as associações de pais, em parceria com o Município de Tomar e os Agrupamentos de Escolas, têm impulsionado este tipo de resposta dentro dos próprios estabelecimentos de ensino em Tomar, sem custos acrescidos às famílias, e colmatado a reduzida oferta no concelho, o que explica a fraca oferta desta resposta social.

Em 2023, existia em Tomar apenas um CATL, com uma taxa de ocupação de 45%, sediado na UF de Tomar (S. João Batista e Santa Maria dos Olivais). A comparticipação familiar devida pela utilização dos serviços de CATL é determinada pelo rendimento per capita do agregado familiar e está dependente do número de lugares comparticipados pela segurança social, que agravado pela perda de rendimentos das famílias nos últimos anos poderá justificar a baixa taxa de utilização deste equipamento.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS CATL | 2023



- Entidades sem fins lucrativos (100%)
- Entidades com fins lucrativos (0%)



ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

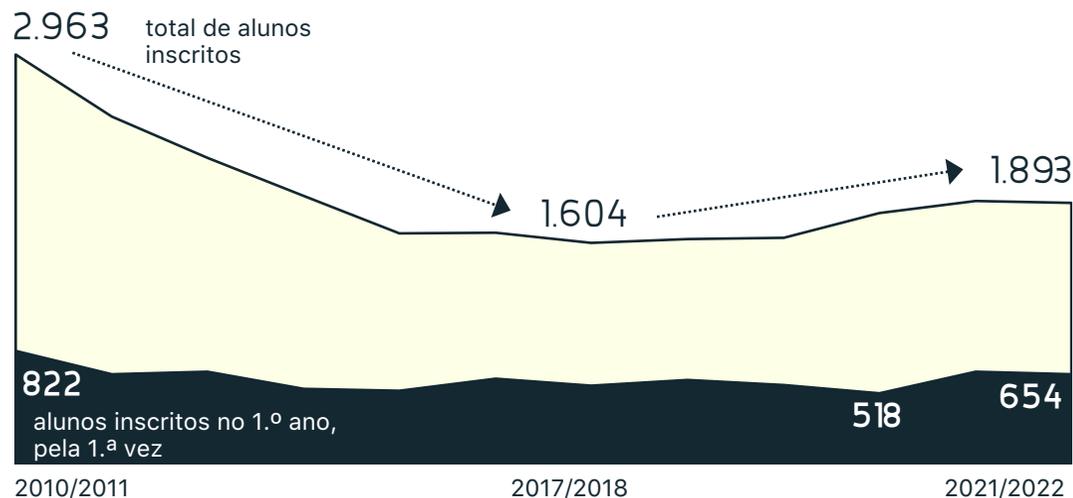
O Instituto Politécnico de Tomar concentra a oferta de ensino superior na região do Médio Tejo. Integra duas unidades orgânicas localizadas em Tomar (Escola Superior de Gestão de Tomar e Escola Superior de Tecnologia de Tomar) e uma unidade em Abrantes (Escola Superior de Tecnologia de Abrantes).

No ano letivo de 2021/2022, o IPT acolheu cerca de 1.900 alunos nas duas unidades orgânicas localizadas em Tomar, com mais de 650 novos alunos inscritos no primeiro ano, pela primeira vez. Nestas unidades orgânicas, o IPT registou uma quebra de inscritos durante os primeiros seis anos da década de 2010, mantendo, depois, o número de inscritos estabilizado em torno dos 1.600 alunos até 2019, ano em que se observou um crescimento mais pronunciado (10% face ao ano letivo anterior) e que permitiu alcançar nos últimos anos cerca de 1.900 alunos.

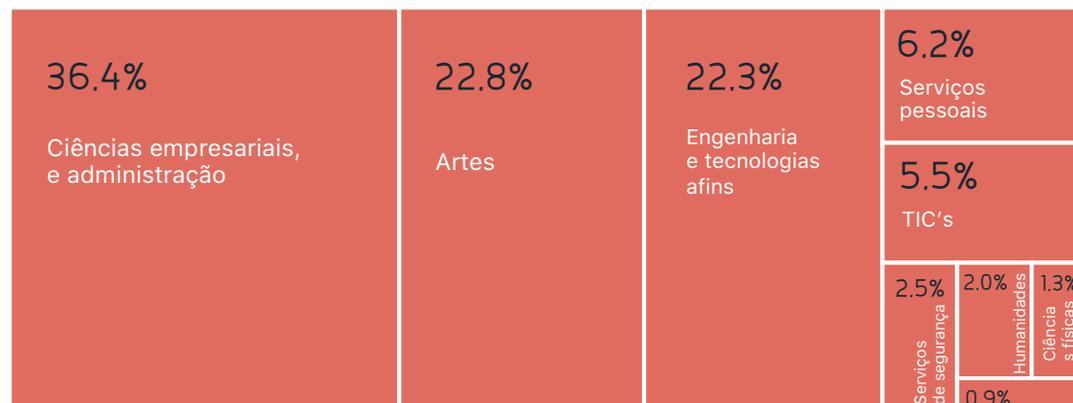
A oferta de cursos do IPT nas unidades orgânicas de Tomar é dominada por três áreas de formação que, em conjunto, representam quatro quintos dos cursos lecionados: ciências empresariais e administração, artes e engenharias e tecnologias afins.

Mais de 60% dos alunos inscritos em 2021/2022 frequentavam uma das 14 licenciaturas lecionadas, com Engenharia Informática (13%) e Gestão de Empresas (10%) a concentrarem cerca de um quarto dos inscritos. Os cursos técnico superior profissionais (15 cursos) acolhiam mais de um quinto dos inscritos, com o curso de Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação a observar o maior número de alunos (3,2% do total de inscritos). Os 13 mestrados lecionados contavam com 290 alunos, com os mestrados em Gestão (2,9% do total de inscritos), Conservação e Restauro (2,5%) e Gestão de Recursos Humanos (2,5%) a acolherem mais de metade dos alunos que frequentavam este ciclo de estudos.

ALUNOS INSCRITOS NO IPT (UNIDADES ORGÂNICAS DE TOMAR)



ALUNOS INSCRITOS NO IPT POR ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (DETALHADA) (UNIDADES ORGÂNICAS DE TOMAR) | 2021/2022



ENSINO SUPERIOR

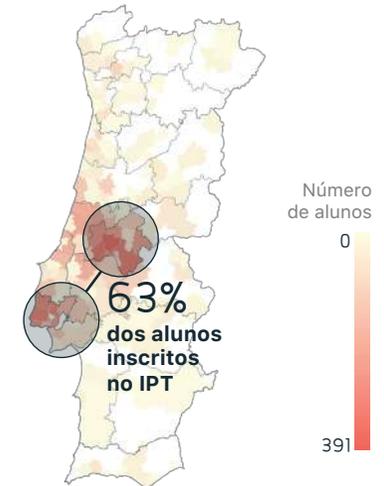
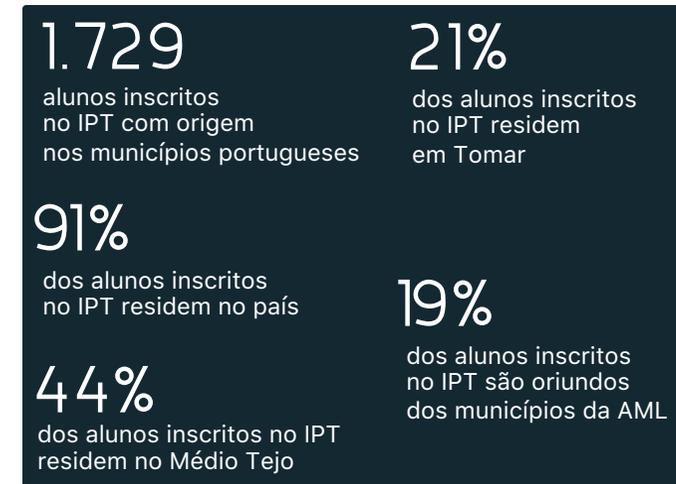
O IPT desempenha um papel decisivo para as dinâmicas socioeconómicas e para os equilíbrios demográficos, não só da cidade de Tomar e do concelho, mas no quadro mais alargado do Médio Tejo. Por um lado, ao garantir uma resposta de ensino superior na região, contribui para a fixação de população jovem no concelho, por outro lado, a captação de alunos de outros pontos do país e do estrangeiro, para além dos impactos imediatos nas vivências locais, produz também efeitos a longo prazo através dos alunos que decidem viver no concelho ou na região.

De facto, a capacidade de alargamento da base de territorial a alunos residentes noutras regiões, e em particular à AML, tem-se revelado importante para a recuperação do número de inscritos. Pese embora mais de 44% dos alunos inscritos residirem na região do Médio Tejo e, em particular, o concelho de Tomar (21%), observa-se um forte crescimento e preponderância dos alunos que residiam na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo a partir de 2015. No ano letivo de 2021/2022, os alunos inscritos com origem na AML representavam quase um quinto do total de inscritos.

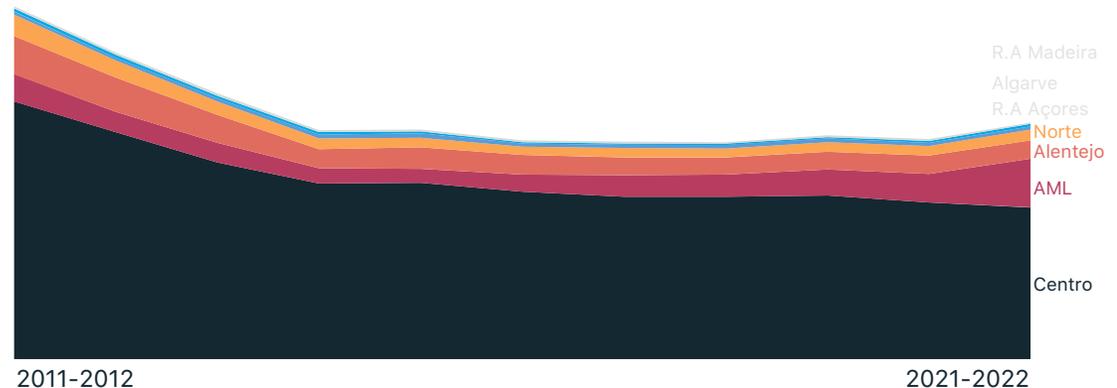
Esta dinâmica, associada ao alargamento da base de recrutamento territorial do IPT, coloca alguns desafios no que diz respeito ao acesso à habitação, onde se tem observado um crescimento substancial dos valores de arrendamento, sobretudo dos quartos para arrendar a estudantes, ainda que no distrito de Santarém os valores de arrendamento (250€/quarto) seja, segundo o último relatório do Observatório do Alojamento Estudantil, publicado no início de Agosto, inferior à média do país (349€).

Os Serviços de Ação Social do IPT dispõem de uma residência de estudantes construída de raiz no Campus do IPT em Tomar, com capacidade para cerca de 250 estudantes, dividida em dois polos (masculino e feminino), com mensalidades no valor de 77,56€ para os alunos bolseiros e de 120,00€ para os alunos não bolseiros.

ORIGEM DOS ALUNOS INSCRITOS NO IPT NO ANO LETIVO 2021/2022 (UNIDADES ORGÂNICAS DE TOMAR)



EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NO IPT POR NUTSII (UNIDADES ORGÂNICAS DE TOMAR)



CRIANÇAS E JOVENS

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

"ERA UMA VEZ... MONGES, CAVALEIROS E REIS — À DESCOBERTA DOS MOSTEIROS PATRIMÓNIO MUNDIAL DO CENTRO"

Esta iniciativa, dos Municípios de Alcobça, Tomar e Batalha, em parceria com o Mosteiro de Alcobça, Convento de Cristo e o Mosteiro da Batalha é dirigida aos alunos(as) de 4.º ano dos três concelhos e prevê que os alunos(as) inspirados pela época, tenham a oportunidade de descobrir os três Monumentos - Património Mundial da Humanidade da região Centro e desenvolver ateliers alusivos às personagens emblemáticas de cada monumento. Ao embarcar nessa viagem, os alunos(as) vão explorar a história, conhecer a forma como viviam os Monges, os Cavaleiros e os Reis e reconhecer o seu impacto do ponto de vista contemporâneo na região onde vivem.



FREEE – FEIRA DE EDUCAÇÃO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

A iniciativa decorre no pavilhão municipal e tem como principal objetivo dar a conhecer à população em geral, e em especial aos estudantes, as diferentes ofertas formativas e profissionais disponíveis no concelho.

ESPAÇO JUVENIL A GARAGEM

Este espaço municipal dedicado ao apoio ao associativismo juvenil, localizado nas antigas instalações dos Serviços de Mercados e Feiras na Rua Dr. Joaquim Jacinto n.º 100, pretende disponibilizar meios, espaço e recursos com a finalidade de potenciar o desenvolvimento de projetos dirigidos à juventude, funcionando num formato *open space* que potencie a interação, a partilha e o desenvolvimento de atividades, projetos e boas práticas, não só em benefício das associações juvenis, mas também da comunidade juvenil em geral.



"CHEFS DE CÁ" (MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR)

O projeto procura dinamizar o Mercado Municipal, promovendo os cursos profissionais de cozinha, pastelaria e mesa e bar da Escola Profissional num contexto prático, de forma a valorizar a formação na área da restauração em Tomar e fortalecer as parcerias com os estabelecimentos de restauração local.



CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

Trata-se de um órgão consultivo, composto por representantes das mais diversas forças vivas da comunidade, e tem como objetivo envolver todos os agentes dinâmicos da juventude do município e fazê-los tomar parte ativa na definição e prossecução da política de juventude do Concelho.

CARTÃO JOVEM MUNICIPAL

Iniciativa que concede aos jovens munícipes (entre os 12 e os 29 anos) um conjunto alargado de vantagens que promovem a mobilidade e a aquisição de serviços em áreas como o turismo, o desporto, a ocupação de tempos livres, as tecnologias de informação, entre outras. As vantagens do Cartão Jovem Municipal têm a particularidade de poderem ser utilizadas no município, em Portugal e na Europa.



DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

PARQUE ESCOLAR

Revisão da Carta Educativa (em curso).

Requalificação do Jardim de Infância Raul Lopes definida como prioridade de intervenção, que incluirá a resposta de Creche.

Projeto de reabilitação de escolas ou de estabelecimentos de ensino (Carta Educativa).

Projeto do IPT para construção de residência universitária (reforço da atratividade de alunos do Ensino Superior).

Projeto educativo concelhio (promoção da cidadania, componentes ambiente, voluntariado, apoio a atividades fora do espaço escolar).

DINÂMICAS SOCIETÁRIAS

Qualidade da oferta educativa no concelho (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, ensino secundário).

Qualidade da oferta de ensino articulado/artístico (algumas áreas de excelência a nível nacional).

Oferta de Ensino Superior no concelho (Instituto Politécnico de Tomar).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

PARQUE ESCOLAR

Degradação de Jardim Infantil Raul Lopes.

Necessidade de requalificação da EB23 Gualdim Pais.

Necessidade de requalificação da Escola Secundária Santa Maria do Olival.

Inexistência de residências de estudantes (3.º ciclo do ensino básico: ensino articulado, ensino secundário geral e profissional).

PARENTALIDADE E CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA

Alunos em famílias desestruturadas (reflexo no comportamento e percurso escolar).

Aumento do número de alunos com condições económicas desfavorecidas (situações de pobreza e/ou risco de pobreza na atual conjuntura económica).

Desresponsabilização parental de alguns educadores: alguns agregados mais jovens parecem não estar preparados para a responsabilidade parental.

Alguns alunos ainda ajudam as famílias no trabalho agrícola (ante e/ou pós escola).

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Aumento do número de pedidos de ação social escolar (novos migrantes e degradação das condições de vida da população associados à atual conjuntura económica).

Dificuldade de enquadrar na ação social escolar a curto prazo alunos migrantes ainda indocumentados, em especial a partir do 2.º ciclo.

Necessidade de intervenção da escola no domínio social por nem sempre haver uma gestão dos casos sinalizados/intervenção integrada e continuada sobre os casos (gestão de caso, plano familiar).

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

ENSINO PROFISSIONAL. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO ARTICULADO/ARTÍSTICO

Procura do ensino artístico no concelho (reconhecimento nacional de áreas de formação existentes no concelho, por exemplo instrumentistas).

Bolsas de alojamento e alimentação para alunos de outras zonas do país (ensino artístico).

Capacidade de atração de alunos de outros concelhos do Médio Tejo (formação profissional).

Disponibilidade do IEFP para promover ações de informação e esclarecimento (Dia Aberto) nos estabelecimentos de ensino.

Oferta educativa e formativa do Instituto Politécnico de Tomar.

Investimento do IPT na área da Logística (área em expansão no Médio Tejo).

Centro de Formação de Tomar de nível IV (IEFP).

Papel de intermediação da CIMT em termos de oferta formativa a nível regional (fatores de racionalização crescente da oferta).

Esforço da CIMT para integração do tecido empresarial e industrial local (adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho/SANQ).

Maior investimento e tentativa de revalorização do ensino profissional e das vias profissionalizantes nos últimos anos (embora ainda aquém do que se regista noutros países do norte e centro da Europa).

Maior investimento nos recursos/iniciativas de segundas oportunidades (Rede Nacional de Iniciativas e Escolas de Segunda Oportunidade).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

ENSINO PROFISSIONAL. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO ARTICULADO/ARTÍSTICO

Baixa motivação de algumas pessoas com baixa qualificação para frequência de ações de formação (aumento do nível de qualificação e empregabilidade).

Pouco incentivo das empresas para colaboradores investirem no aumento das suas competências/qualificação.

Escassez de incentivos (incluindo apoios diretos) que motivem as pessoas a investirem no aumento das suas qualificações.

Dificuldade em adaptar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho (frequentemente a formação profissional exige mobilização de recursos humanos, materiais, equipamentos, etc.; flexibilidade limitada).

Inadequação de alguma oferta formativa ao mercado de trabalho (designadamente na componente de formação prática e estágios; fragilidade de algumas componentes de formação no posto de trabalho).

Resistência de algumas empresas a maior colaboração com entidades formativas, (formação em posto de trabalho): receio de fatores de entropia e de perda de eficiência.

Algumas lacunas na concertação da oferta formativa a nível concelhio (decisão de ofertas não articuladas com os outros agentes educativos e formativos).

Promoção de ações de formação sem atender à empregabilidade.

Dificuldade de retenção de pessoal docente de excelência no concelho (área artística).

Desinvestimento no ensino técnico-profissional em Portugal durante décadas.

Promoção de formação inicial e de formação contínua (dupla certificação) por várias instituições de educação e formação cria fatores de entropia/concorrência entre si.

Falta de visão estratégica da tutela sobre a oferta formativa (por exemplo, recusa de oferta formativa no setor Agroalimentar há uns anos).

Inadequação dos referenciais de formação profissional nalguns cursos.

Articulação insuficiente entre Escolas Profissionais, IEFP e IPT em termos de recursos (por exemplo, oficinas e laboratórios).

Inexistência de PIEF ao nível do ensino secundário.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

MINORIAS E COMUNIDADES

Reforço da interculturalidade no concelho (aumento do número de alunos de comunidades migrantes).

Disponibilidade dos agentes educativos para acolher e integrar alunos estrangeiros de comunidades migrantes.

Capacidade das escolas/agrupamentos de se adaptarem à mudança do perfil dos alunos (interculturalidade).

Disponibilidade de alguns alunos para ajudarem os novos colegas (alunos migrantes) nos processos de integração (apoio na língua portuguesa, por exemplo).

Programa Escolhas (alargamento do projeto concelhio a outras minorias/às várias comunidades mais vulneráveis).

Motivação dos vários agentes no processo educativo para continuar a incentivar processos de educação, qualificação e inserção no mercado de trabalho de jovens da comunidade cigana.

Programa Escolhas (Know-how acumulado nas várias edições do Programa Escolhas).

Oferta de PLA - Português Língua de Acolhimento (Serviço de Formação do IEFP em Tomar; Centro Qualifica).

CRECHES

Gratuidade creches: igualdade de oportunidades.

Aprovação da Segurança Social para mais três creches.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

MINORIAS E COMUNIDADES

Instabilidade gerada pela entrada contínua de novos alunos (migrantes) ao longo de todo o ano letivo.

Limitação de recursos para fazer face ao aumento do número de alunos de comunidades migrantes (assegurar a sua integração de forma ainda mais célere).

Menor motivação/empenho de alguns alunos migrantes cujo projeto de vida das famílias não passa pela permanência em Portugal.

Dificuldades de integração de alunos migrantes pela barreira da língua (incluindo comunicação com encarregados de educação).

Resistência de alguns encarregados de educação da comunidade cigana no prosseguimento dos estudos dos seus educandos (educação e qualificação).

Dificuldade em incutir os hábitos e a disciplina prevaletentes nos estabelecimentos de ensino (por exemplo, pontualidade, assiduidade/absentismo injustificado).

Aumento da agressividade de alunos/jovens da comunidade cigana e episódios de conflitualidade entre alunos de comunidades migrantes e alunos da comunidade cigana.

Perceção sobre reprodução/não resolução de problemas de integração já antigos (alunos problemáticos filhos de ex-alunos também problemáticos).

Morosidade e complexidade dos processos de educação social (referentes culturais).

Dificuldade de integrar jovens enquadrados no PIEF (preconceito sobre aqueles jovens, alguns deles alunos da comunidade cigana).

CRECHES

Insuficiente capacidade instalada em creches (agravada pela recente alteração legislativa: gratuidades das creches).

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS

Centro Qualifica.

Empregabilidade de formandos na área da Geriatria, por exemplo (Centro Qualifica).

Oportunidades em termos da qualificação de adultos/ empregabilidade de perfis de formação (necessidades de colaboradores por parte das IPSS na área da geriatria, por exemplo).

PROGRAMAS E REDES

Pertença à Rede de Escolas Intercultural (Agrupamento dos Templários).

Pertença à Plataforma Escolas UNICEF (Agrupamento dos Templários).

Pertença à Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras e Associação Internacional de Cidades Educadoras.

Pertença à Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas (rede adapt.local).

Pertença à Rede Smartcities.

Pertença à Rede Nacional de Iniciativas e Escolas de Segunda Oportunidade (Agrupamento dos Templários).

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação.

Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E VOCACIONAL

Reforço dos Serviços de Orientação escolar e vocacional no Médio Tejo (Projeto-piloto CIMT).

PROLONGAMENTO ESCOLAR

Prolongamento do horário escolar em todos os jardins de infância e todas as escolas do 1.º ciclo do ensino básico (Componente de Apoio à Família).

Dinamização da componente de apoio à família pelas Associações de Pais (ATL, por protocolo com a autarquia).

Esforço da autarquia para reforçar a oferta de Atividades Extracurriculares fora da área urbana.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

ESTIGMATIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Desvalorização das vias profissionalizantes por parte de alunos e/ou encarregados de educação.

Desvalorização das vias profissionalizantes por parte de alguns docentes (encaminhamento apenas e/ou sobretudo dos alunos mais problemáticos).

Desconhecimento e/ou desvalorização do atual potencial de algumas profissões técnicas.

Desvalorização do Ensino Politécnico (influência na capacidade de atração de alunos).

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E VOCACIONAL

Fragilidade dos Serviços de Psicologia e Orientação Profissional (escassez de recursos humanos).

PROLONGAMENTO ESCOLAR

Carência de prolongamento do horário escolar nas escolas a partir do 2.º ciclo do ensino básico (Componente de Apoio à Família).

[não consensual] Promoção de Atividades Extracurriculares de natureza não lúdica (alguns casos coincidentes com o programa curricular, por exemplo, inglês).

Menor oferta de Atividades Extracurriculares nos estabelecimentos de ensino fora da área urbana concelhia.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR (MÉDIO TEJO)

PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo (CIMT): alocação de recursos necessários e não alocados pela Administração Central, acesso a alguns fundos comunitários.

Intervenção da Equipa Multidisciplinar, incluindo junto das famílias (Constituição da equipa multidisciplinar em Tomar: psicólogo, assistente social e terapeuta da fala).

Sinalização de casos de vulnerabilidade ao SAAS por parte da Equipa multidisciplinar.

Disponibilidade de vários parceiros locais para auxiliar na mobilidade intraconcelhia da equipa multidisciplinar.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR (MÉDIO TEJO)

Problemas de instabilidade/saúde mental de alunos (agravados pelo contexto pandémico e pelas redes sociais).

Escassez de recursos nos estabelecimentos de ensino, incluindo do pré-escolar, para fazer face a necessidades que influenciam o processo de ensino-aprendizagem (psicólogos, assistentes sociais, terapia da fala).

Descontinuidade da intervenção promovida pela equipa multidisciplinar por via da contratação por avença e, assim, da rotatividade dos técnicos (necessidade de criar novas relações terapêuticas com os técnicos).

Escassez de terapeutas da fala em Portugal.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Aumento significativo das crianças com necessidades educativas especiais.

Aumento dos alunos migrantes com necessidades educativas especiais (potencialmente maiores dificuldades de integração).

Falta de qualificação do pessoal docente e não docente para lidar com o aumento de crianças com necessidades Educativas Especiais (Ensino pré-escolar).

Resistência de alguns encarregados de educação à integração de crianças com Necessidades Educativas Especiais nas turmas dos seus educandos.

Enquadramento legal dos alunos com necessidades educativas especiais (e a despeito da bondade do espírito da lei, estabelecimentos educativos não têm os recursos necessários e/ou mais adequados, alguns alunos deixam de ter acesso a terapias específicas que teriam em unidades especializadas).

Barreiras arquitetónicas nalguns estabelecimentos de ensino.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

SEGURANÇA ESCOLAR E COMPORTAMENTOS DE RISCO

Programa Escola Segura.

Promoção de ações de sensibilização (*bullying*, violência no namoro, segurança online, comportamentos de risco...).

TRANSPORTES

Rede de transporte escolar.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

SEGURANÇA ESCOLAR E COMPORTAMENTOS DE RISCO

Desconhecimento de alguns membros da comunidade escolar sobre o âmbito e modelo de funcionamento da CPCJ: responsabilidades da escola/docentes/não docentes, fatores de risco, protocolos de encaminhamento e sinalização de crianças e jovens.

Consumos ilícitos nas zonas de proximidade às escolas e na zona da biblioteca [ver também Dependências].

Escassez de efetivos passíveis de afetar ao Programa Escola Segura (patrulhamento assegurado, mas menor capacidade para ações de sensibilização).

TRANSPORTES

Rede de transportes públicos municipal e inter-concelhia (sobretudo no período de férias escolares) limita possibilidade de formação profissional e formação em posto de trabalho (horários de formação, custo da deslocação em transporte privado, ...).

Rede de transportes públicos obsta à mobilidade dos alunos para outros concelhos (obstáculo a maior concertação da oferta formativa regional).

CONCLUSÕES

Pelo cruzamento estratégico que tem com quase todos os outros domínios da intervenção social concelhia, a educação e a formação ocupou um lugar central no âmbito do processo de diagnóstico participativo. Embora sejam designados alguns problemas em termos da degradação de alguns estabelecimentos de ensino, essa identificação está já feita e, também pelo processo em curso de revisão da Carta Educativa, prevê-se a requalificação desses equipamentos a curto e a médio prazo.

A qualidade geral da oferta educativa concelhia é outro ponto globalmente consensual entre os interlocutores locais. A despeito de algumas dificuldades de recursos, designadamente recursos humanos que possibilitem uma intervenção mais integrada e continuada sobre os casos mais vulneráveis ou problemáticos, a oferta educativa é percecionada como boa, assumindo-se até, nalguns domínios, como por exemplo o ensino artístico, como uma referência a nível regional e até nacional. No entanto, persistem taxas de retenção e abandono escolar ao nível do secundário preocupantes, acima das médias nacionais e regionais, e que carecem de uma atenção especial com respostas inovadoras.

A existência de ensino superior no concelho, bem como, num outro plano, de recursos em termos da qualificação de adultos é outro elemento valorizado localmente.

Já no que concerne à oferta de formação profissional no concelho são identificados alguns domínios de vulnerabilidade. Alguns agentes educativos acreditam que parte das lacunas em termos da oferta formativa no concelho deriva, desde logo, do próprio investimento que é feito, em termos de políticas educativas nacionais (desatualização de instalações, recursos materiais e logísticos, equipamentos, contratualização de professores, etc.).

Ainda ao nível das políticas de educação e de formação definidas a nível nacional, alguns interlocutores identificam um outro problema no enquadramento da formação profissional em Portugal e que, até certo ponto, influi no que comumente é designado como a necessidade de adaptar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho: a sobreposição que ocorre entre algumas entidades formadoras ao nível da formação inicial e da formação contínua. No dizer de alguns destes agentes, a formação inicial, a formação de base, deveria ser de 'banda larga' e, nesse sentido, não deveria estar tão centrada nas necessidades do mercado de trabalho, mas mais no interesse em fornecer aos alunos alicerces sólidos que lhes permitam depois enveredar por uma área de especialização.

A ancoragem em diagnósticos de necessidades de formação deve estar, na sua opinião, orientada para a formação contínua, o que, por sua vez,

coloca em cima da mesa a relevância de uma articulação cada vez mais estreita com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Não surpreendentemente, a desvalorização e estigmatização do ensino profissional reflete-se ainda hoje na perspectiva de alguns alunos, dos seus educadores, mas também até de alguns membros da comunidade educativa. A curto e médio prazo, a permanência de uma matriz geral de relativa desvalorização das vias profissionalizantes de ensino poderá colocar ainda mais desafios aos agentes com oferta formativa, designadamente as escolas profissionais.

Mas, para além desses constrangimentos de âmbito nacional, são identificados também alguns obstáculos de natureza concelhia e/ou regional, de onde se destaca a manutenção de alguma descoordenação da oferta formativa. Na prática, revelou-se a convicção entre alguns agentes educativos e formativos que, a despeito de alguns momentos de partilha sobre intenções e ofertas de cursos, não existe uma verdadeira articulação da oferta entre os diferentes estabelecimentos de ensino, levando não só à sobreposição de oferta nalguns casos, como à perda de eventuais sinergias passíveis de serem criadas.

CONCLUSÕES

Para além de a oferta de formação profissional nos estabelecimentos de ensino carecer de aprovação por parte das instâncias superiores (Ministério das Educação), de salvaguardar, no entanto, a referência expressa também a um domínio de oportunidade: a função de intermediação que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a assumir ao longo dos últimos anos a nível regional e que, segundo a informação recolhida, tem possibilitado a introdução de maior racionalidade no sistema, com a elaboração do sistema de antecipação de necessidades de qualificações para o Médio Tejo (SANQ).

A fragilidade dos Serviços de Psicologia e Orientação Profissional e a escassez de recursos que permitam uma intervenção multidisciplinar contínua junto de alguns estudantes emerge como uma das principais dificuldades diagnosticadas. Pese embora a constituição de equipas multidisciplinares, com financiamento no âmbito de um projeto da CIMT para a promoção do sucesso escolar (PEDIME), seja amplamente valorizada, é encarada como insuficiente em função do número de alunos e famílias que importaria acompanhar de forma mais próxima, regular e continuada. Grosso modo, o enquadramento de alguns alunos em contextos familiares disfuncionais e desestruturados, alguma desresponsabilização familiar noutros casos, os desafios acrescidos no trabalho com minorias étnicas com referentes culturais próprios e na integração de alunos de

comunidades migrantes (dinâmica em crescimento rápido e contínuo), mas também o aumento significativo de alunos com necessidades educativas especiais está na base daquela que é identificada, então, e como se afirmou, como uma das principais vulnerabilidades concelhias no domínio da educação.

A integração dos estabelecimentos de ensino concelhios em vários programas e redes educativas de nível nacional e internacional surge como um recurso e uma oportunidade, mas que é insuficiente para fazer face aos vários desafios com que a comunidade educativa se confronta no momento.

Por outro lado, e mesmo não sendo uma dinâmica educativa no sentido mais estrito, não se pode considerar despicienda a atual conjuntura económica que, fragilizando as condições materiais de vida dos agregados familiares, tende a repercutir-se de maneira célere na vida escolar. A este nível, vários agentes educativos manifestaram, aliás, que o aumento do número de pedidos de ação social escolar se faz já sentir nos estabelecimentos educativos concelhios (incluindo também pedidos por parte de população migrante).

Outra área que, na análise dos dados estatísticos e durante o processo participativo foi evidenciada, é a grande pressão que se faz sentir na capacidade instalada de creches, agravada pela alteração

legislativa no sentido da gratuitidade desta resposta social e que, sendo positiva, se repercutiu num aumento muito significativo do número de inscrições, alguns agregados familiares confrontavam-se com a inexistência de vagas para os seus educandos.

3

ATIVIDADES ECONÓMICAS E MERCADO DE TRABALHO



TECIDO ECONÓMICO

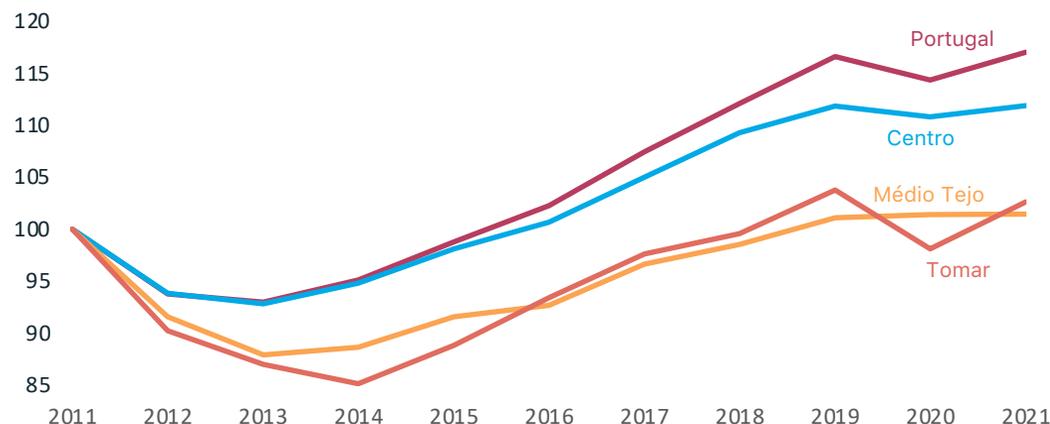
Os impactos da crise financeira e do subsequente período de ajustamento a que a economia portuguesa foi submetida produziram impactos substanciais no tecido económico tomarense. A contração no pessoal ao serviço nos estabelecimentos de Tomar ocorreu a um ritmo superior ao registado no país, na região Centro e no Médio Tejo: entre 2011 e 2014, Tomar registou uma perda de 17,5% do pessoal ao serviço, isto é, 1.400 postos de trabalho.

Se o tecido empresarial tomarense mostrou uma maior vulnerabilidade no período de ajustamento, evidenciou, também, uma maior capacidade de recuperação face ao Médio Tejo: entre 2014 e 2019, observou-se um crescimento do emprego de cerca de 22% que permitiu ultrapassar o volume de emprego pré-crise. Os efeitos da pandemia voltaram a evidenciar a maior vulnerabilidade do tecido económico local, observando-se uma quebra de 5,5% (a segunda mais elevada dos concelhos do Médio Tejo), mas também uma recuperação mais rápida face à região.

A dinâmica de criação de emprego, face a 2011, parece estar mais associada ao crescimento do emprego nos estabelecimentos existentes do que à criação de novas empresas. Entre 2011 e 2021, quer o número de empresas, quer de estabelecimentos registaram ligeiros recuos, num cenário de crescimento no país, na região Centro e no Médio Tejo.

Em 2021, os estabelecimentos tomarenses contavam com mais de 9.600 pessoas ao serviço, representando 13,6% do pessoal ao serviço no Médio Tejo (um aumento de 0,2 p.p. face a 2011), mais de 1% do emprego da região Centro (diminuição de 0,1 p.p. face a 2011) e 0,2% do emprego do país (menos 0,03 p.p.).

VARIAÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS | 2011 = 100



3.933

Empresas em Tomar | 2021

0.3% do país

1.4% do Centro

16.1% do Médio Tejo

↓ 0.6% face a 2011

4.135

Estabelecimentos em Tomar | 2021

0.3% do país

1.4% do Centro

16.1% do Médio Tejo

↓ 0.4% face a 2011

9.635

Pessoal ao serviço em Tomar | 2021

0.2% do país

1.2% do Centro

13.6% do Médio Tejo

↑ 2.6% face a 2011

PERFIL DE ESPECIALIZAÇÃO

O desempenho do tecido económico de Tomar evidencia um crescimento substancial do pessoal ao serviço em setores tecnológicos, determinado por investimentos decisivos para a competitividade do território, em particular a instalação do Centro de Inovação Tecnológica de Tomar.

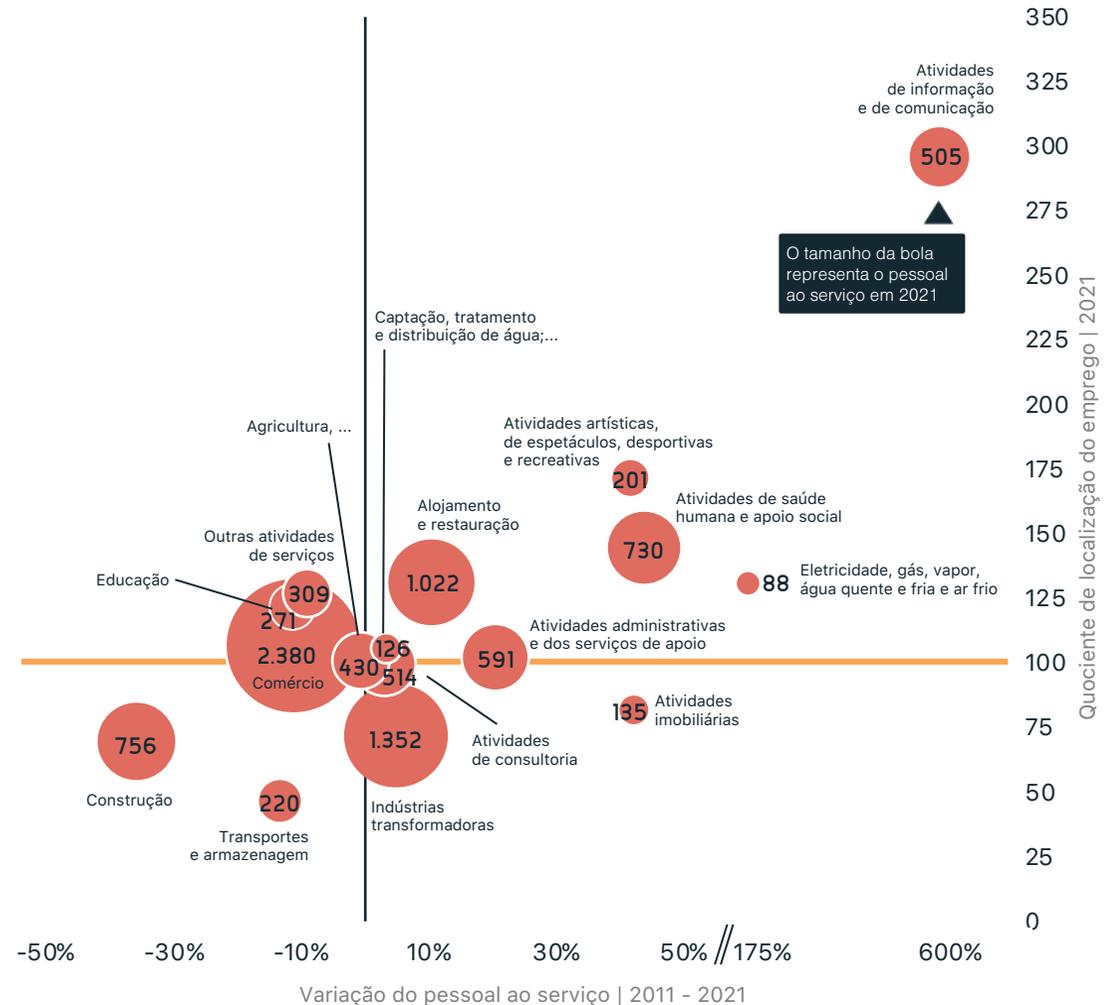
Entre 2011 e 2021, o pessoal ao serviço nas atividades de comunicação e informação aumentou mais de sete vezes, acrescentando mais de 430 postos de trabalho à bolsa de emprego no concelho, tendo sido fundamental para o ganho global de 247 pessoas ao serviço. Estas atividades concentram 5,2% do total do pessoal ao serviço nos estabelecimentos de Tomar, configurando um setor de forte especialização face ao Médio Tejo (onde representa apenas 1,8%).

O crescimento do emprego resultou, também, de um forte contributo de setores de moderada especialização face ao Médio Tejo: atividades humanas e de apoio social, atividades administrativas e serviços de apoio e alojamento e restauração. Estas atividades foram responsáveis pela criação de 418 postos de trabalho entre 2011 e 2021. Importa, ainda, assinalar o crescimento do emprego na indústria (setor de fraca especialização) que registou um aumento de 5% do pessoal ao serviço.

Num cenário de recuperação da crise financeira, no início da década de 2010, e de debelação dos impactos da pandemia, mais recentemente, foram os setores da construção e do comércio os mais afetados: entre 2011 e 2021, foram responsáveis pela perda de 725 postos de trabalho.

A educação, os transportes e armazenagem, e as outras atividades de serviços, registaram, no seu conjunto, uma diminuição de 100 pessoas ao serviço no mesmo período.

ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO CONCELHO DE TOMAR FACE AO MÉDIO TEJO



MOVIMENTOS PENDULARES

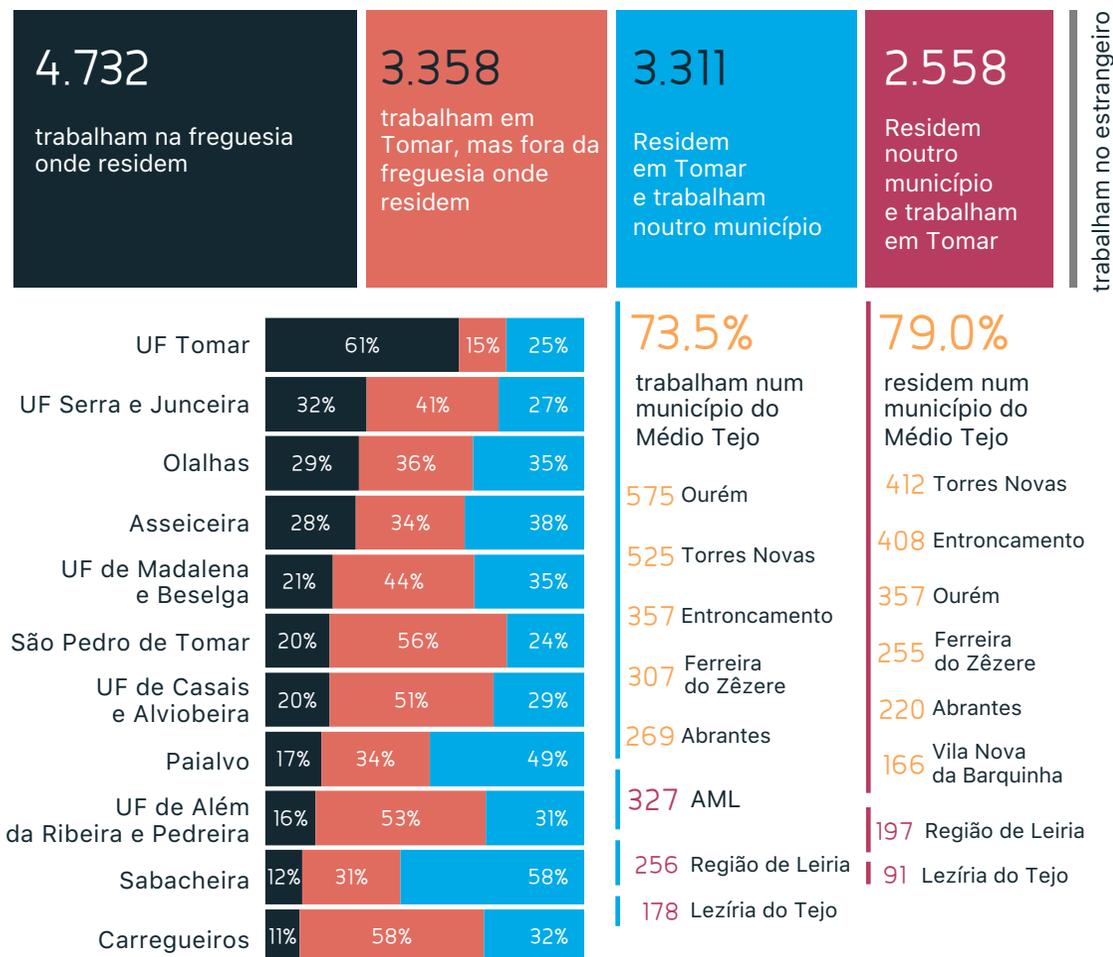
Em 2021, mais de 70% da população residente empregada trabalhava em Tomar: 40% trabalhava na freguesia de residência e cerca de 30% trabalhava noutra freguesia do concelho. Tomar apresentava-se como um emissor líquido de mão de obra (mais 753 pessoas a saírem do território para trabalhar noutros concelhos do que as que entravam para trabalhar em Tomar).

Mais de 2.500 pessoas, cerca de 30% da população residente empregada, deslocavam-se diariamente para outros concelhos (28,9%) ou para o estrangeiro (0,4%). Os movimentos pendulares, associados às deslocações por motivos laborais, mostram uma clara concentração destas viagens para o Médio Tejo (73,5% da população residente empregada que sai de Tomar para trabalhar) e, em particular, para os cinco territórios mais próximos: Ourém, Torres Novas, Entroncamento, Ferreira do Zêzere e Abrantes, que foram responsáveis por mais de 60% das saídas. De notar, ainda, as deslocações para a AML, sobretudo para o concelho de Lisboa, que representaram cerca de 10% das saídas.

A região do Médio Tejo constituiu-se também como a principal emissora de trabalhadores para o concelho: em 2021, cerca de quatro em cada cinco pessoas que entravam em Tomar para trabalhar chegavam do Médio Tejo. Torres Novas, Entroncamento, Ourém, Ferreira do Zêzere, Abrantes e Vila Nova da Barquinha representavam mais de 70% do total de entradas.

No quadro interno, observa-se uma polarização por parte da UF de Tomar, por via das dinâmicas socioeconómicas da cidade. A UF de Tomar mostrava-se como a única que conseguia fixar mais de metade da população residente empregada. Nas freguesias de Paialvo e Sabacheira, pelo menos metade da população residente empregada exercia a sua atividade profissional fora do concelho.

MOVIMENTOS PENDULARES POR MOTIVOS DE TRABALHO



RENDIMENTOS

A capacidade do tecido económico local em remunerar os trabalhadores com salários atrativos e dignos, que permitam fixar jovens qualificados, colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres ou quebrar ciclos de pobreza, que no atual quadro de pressão inflacionista e elevadas taxas de juro colocam sobre pressão as famílias mais vulneráveis, será fundamental para criar um território mais coeso e inclusivo.

Em 2021, o concelho de Tomar, com um ganho médio mensal dos trabalhadores de 1.093€, posicionava-se como o sétimo território do Médio Tejo, apresentando um valor inferior ao registado em Constância (1.242€), Entroncamento (1.212€), Abrantes (1.168€), Alcanena (1.161€), Torres Novas (1.145€) e Ourém (1.115€). O ganho médio mensal dos trabalhadores em Tomar correspondia a 98% do Médio Tejo (1.116€), num cenário que se agrava na comparação com a região Centro (95%) e com o país (85%).

Os diferenciais são mais elevados para os trabalhadores que possuem níveis mais baixos de educação, ganhando em média menos 10% face ao observado no Médio Tejo e que correspondia a pouco mais que o salário mínimo definido para 2021 (661€). Observa-se também um diferencial elevado no ganho médio mensal dos trabalhadores com licenciatura face ao país (-479€/mês em média). Já os trabalhadores com o ensino secundário, apresentavam um ganho médio mensal 3% acima do valor médio do Médio Tejo e 1% acima da região Centro.

É no setor primário que os trabalhadores ganham, em média, menos, ficando o concelho de Tomar aquém do ganho médio mensal registado no Médio Tejo, na região Centro e no país. O maior diferencial face ao país registou-se nos serviços, com o ganho médio mensal inferior em 20% no concelho. A desigualdade salarial entre homens e mulheres observa-se nas três grandes atividades, com o maior diferencial, a favor dos homens, a registar-se nos serviços.

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES(AS) EM TOMAR POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO | 2021

Total	Inferior ao 1.º Ciclo	Ensino Secundário	Licenciatura
1.093€	755€	1.088€	1.458€
85% do país	88% do país	94% do país	74% do país
95% do Centro	88% do Centro	101% do Centro	92% do Centro
98% do Médio Tejo	90% do Médio Tejo	103% do Médio Tejo	94% do Médio Tejo

GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES(AS) EM TOMAR POR ATIVIDADE ECONÓMICA E SEXO | 2021

Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca			Indústria			Serviços		
956€			1.180€			1.066€		
95% do país	95% do Centro	96% do Médio Tejo	97% do país	98% do Centro	98% do Médio Tejo	80% do país	95% do Centro	99% do Médio Tejo
Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
1.037€	890€		1.201€	1.070€		1.200€	969€	
14%			11%			19%		

O ganho médio mensal (GMM) contempla o montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário; inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

DESEMPREGO

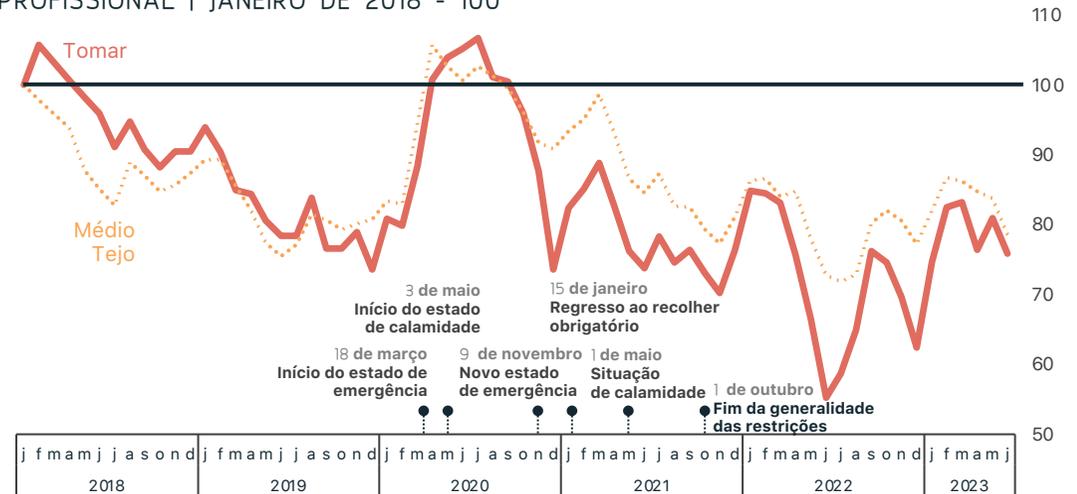
A evolução do desemprego no concelho de Tomar mostra os efeitos que a pandemia produziu no tecido económico e social. De facto, observou-se uma resposta, quase imediata, do mercado de trabalho ao estado de emergência sanitária que condicionou algumas atividades e fez parar completamente outras, colocando em situação de desemprego, no seu pico, em julho de 2020, mais de 1.070 pessoas (um aumento de 6,8% face a janeiro de 2018).

A recuperação pós-pandemia não foi imediata, mas, em março de 2022, iniciou-se uma forte redução do número de pessoas inscritas nos centros de emprego e formação profissional, que culminou, em junho de 2022, no valor mais baixo de pessoas à procura de emprego (555 registos no IEFP). Todavia, observou-se uma maior capacidade no território em travar as perdas de emprego face ao Médio Tejo, com uma redução mais acentuada do desemprego desde novembro de 2020.

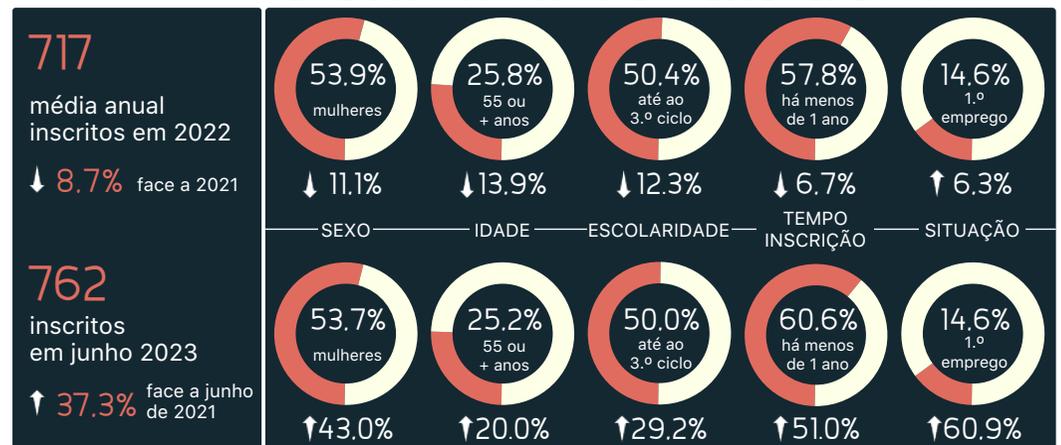
O contexto atual mostra, contudo, uma subida do desemprego não só de natureza conjuntural, associada à sazonalidade, sobretudo nos primeiros trimestres de 2022 e 2023, mas também de natureza estrutural, que tem afetado sobretudo as mulheres e as pessoas com baixas qualificações. Observou-se uma prevalência do desemprego nas mulheres e nas pessoas que não possuem mais que o 3.º ciclo do ensino básico (mais de metade dos desempregados inscritos), não obstante a redução do seu peso em 2022 face a 2021.

Em junho de 2023 estavam registadas no centro de emprego mais de 760 pessoas residentes em Tomar, o que corresponde a um aumento superior a 37% face ao mesmo mês do ano anterior. O perfil do desemprego neste mês mostra uma distribuição semelhante à observada em 2022 (média), observando-se, no entanto, um crescimento homólogo expressivo das pessoas que procuravam emprego há menos de um ano, que representavam mais de 60% do total de inscritos(as).

EVOLUÇÃO DOS INSCRITOS(AS) NOS CENTROS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | JANEIRO DE 2018 = 100



PERFIL DOS INSCRITOS NO IEFP RESIDENTES EM TOMAR



DESEMPREGO

FREGUESIAS

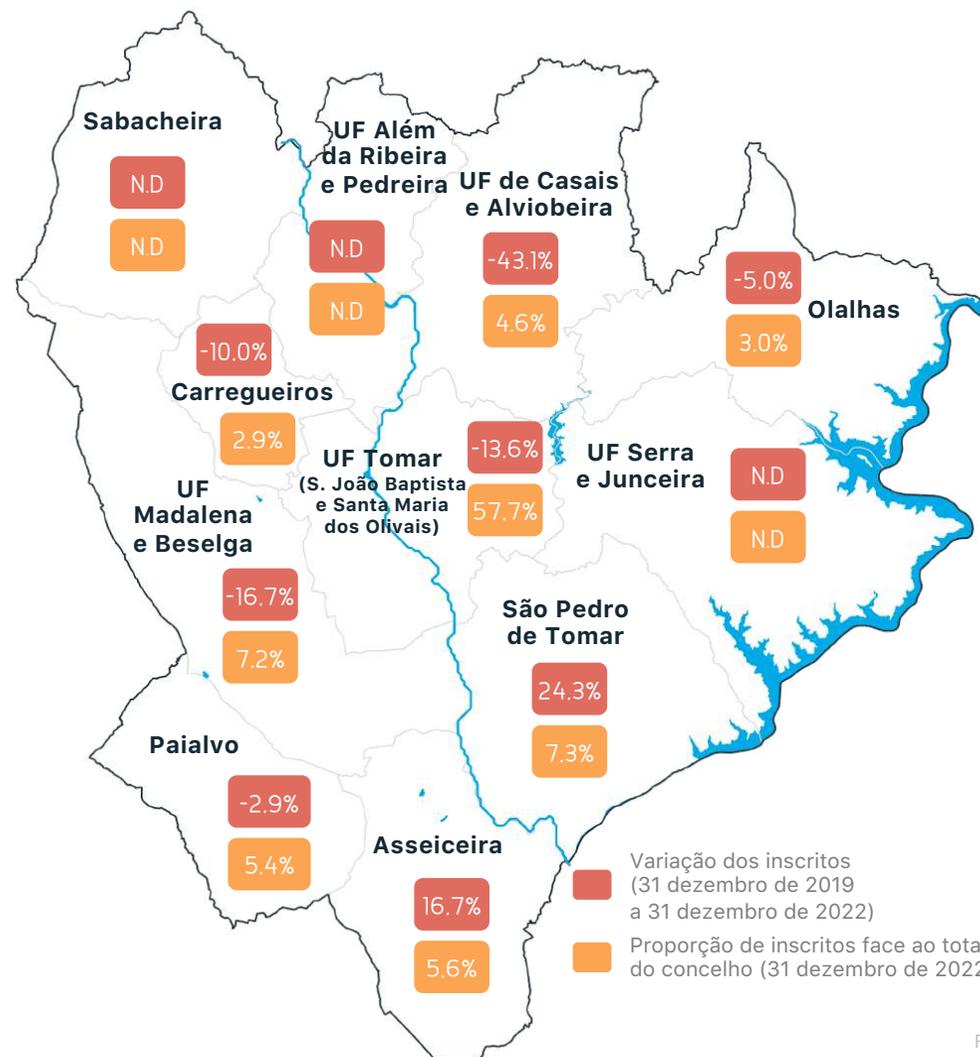
INSCRITOS(AS) NOS CENTROS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No quadro interno, a UF de Tomar concentrava, em 31 de dezembro de 2022, cerca de 58% do total de pessoas inscritas residentes em Tomar no centro de emprego e formação profissional, tendo registado uma redução de cerca de 14% face a 31 dezembro de 2019. Apenas as freguesias de São Pedro de Tomar e Asseiceira observaram um aumento dos inscritos neste período.

Nas freguesias em que é possível apurar as variações, isto é, que não apresentam dados confidenciais, observa-se uma prevalência do desemprego nas mulheres na UF de Madalena e Beselga (64%), na UF de Tomar (57%), na freguesia de Paialvo (56%) e na UF de Casais e Alviobeira (52%). Nas freguesias de Olalhas (68%), Asseiceira (60%) e São Pedro de Tomar (54%) eram os homens que detinham um maior peso no desemprego registado.

As freguesias de Carregueiros (50%), Olalhas (32%) e Asseiceira (26%) apresentaram o maior peso de inscritos(as) com 55 ou mais anos que são, tendencialmente, pessoas com baixas qualificações e com maiores dificuldades em serem absorvidas pelo mercado de trabalho. A UF de Tomar apresentava o maior número de inscritos(as) nesta faixa etária, representando, em 31 de dezembro de 2022, mais de um quinto do total de inscritos.

Importa ainda assinalar que cerca de metade dos inscritos(as) no centro de emprego residentes na UF de Tomar não possuíam mais que o 3.º ciclo do ensino básico.



ATIVIDADES ECONÓMICAS

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

A sua missão passa pela criação das condições necessárias ao investimento económico e pelo desenvolvimento de atividades de promoção do concelho junto de investidores nacionais e estrangeiros.

Cabe a este gabinete o desenvolvimento de ações que contribuam para a promoção do emprego, alteração da tendência de perda de população (sobretudo população jovem e qualificada), aumento do número de empresas ou melhoria da qualidade de vida, entre outras.

Considera o potencial turístico do concelho de Tomar, sendo que o turismo, a par da criatividade e tecnologia, deve ser encarado como um verdadeiro motor de desenvolvimento económico.

TOMARINVESTE



PROGRAMA RAMPA DIGITAL

Programa de formação destinado a empresas e organizações sem fins lucrativos que decorreu no dia 3 de março de 2023 na Biblioteca Municipal. A sessão contou com 60 participantes, testemunhos de empresas locais e ainda com a parceria do Instituto Politécnico de Tomar e Escola Profissional de Tomar.

O objetivo foi dar a conhecer o programa de formação criado pelo .PT com apoio da Google.org que é gratuito e prevê formação online e mentoria personalizada.

PET

O Parque Empresarial de Tomar tem como objetivo promover o desenvolvimento económico de forma sustentada e ordenada, contribuindo para a diversificação da base produtiva e para a dinamização do tecido económico, estimulando a criação de emprego e, conseqüentemente, a fixação da população.



DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar

Procura do território por parte de empresários (novas atividades económicas).

Incentivos à qualificação nas áreas digitais (Programa de Recuperação e Resiliência)

Instrumentos de financiamento para as empresas e para a competitividade e qualificação dos territórios, nomeadamente o Programa de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2030, em particular o Programa Regional do Centro 2021-2027 (Centro 2030).

ATIVIDADE ECONÓMICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Potencial de desenvolvimento turístico.

Potencial de mobilização de alguns empresários locais para iniciativas de inclusão social (maior envolvimento com o CLAS).

Responsabilidade Social.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

ATIVIDADE ECONÓMICA

Fragilidade/pouco dinamismo do tecido económico-empresarial local.

Fraco envolvimento dos empresários locais na promoção do desenvolvimento social.

MERCADO DE TRABALHO

Mercado imobiliário condiciona a capacidade de atração de novas atividades económicas (perceção da dificuldade de os colaboradores acederem a uma habitação a preços comportáveis).

Baixa atratividade de algumas funções/carreiras mesmo para pessoas com níveis mais baixos de escolaridade e de qualificação [nível remuneratório, trabalho por turnos, trabalho ao fim de semana em respostas sociais ou preferência por funções administrativas/trabalho de escritório].

Tecnologização dos modos de produção (riscos de desemprego).

MOTIVAÇÃO PESSOAL

Baixa motivação de algumas pessoas com baixa qualificação para frequência de ações de formação (aumento do nível de qualificação e empregabilidade).

INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO

Pouco incentivo das empresas para colaboradores investirem no aumento das suas competências/qualificação.

Escassez de incentivos (incluindo apoios diretos) que motivem as pessoas a investirem no aumento das suas qualificações.

REDE DE TRANSPORTES

Rede de transportes públicos condiciona a integração de formandos no mercado de trabalho após a formação (por exemplo, formandos na área da geriatria, amas, etc., sem veículo próprio).

CONCLUSÕES

No sentido em que as dinâmicas de crescimento económico impactam diretamente as condições materiais de vida das populações e a capacidade de investimento por parte de entidades públicas e privadas, o desenvolvimento social não pode ser inteiramente dissociado do desenvolvimento económico de um território. É nesse sentido que, no contexto deste Diagnóstico Social, se enquadram elementos que permitem caracterizar parte da realidade concelhia e da sua influência em termos mais estritamente sociais. É também por essa relação que, mesmo no processo participativo, a temática foi aflorada junto dos atores sociais locais concelhios.

Importa começar por dizer que no momento de realização do Diagnóstico Social, a conjuntura económica nacional e internacional é marcada por uma pressão inflacionista acentuada e pelo aumento das taxas de juro, dinâmicas que têm estado na base de uma série de medidas estatais que procuram esbater o impacto nas condições de vida da população residente. Apesar disso, e embora não surpreendentemente, vários atores referiram por relação a diferentes domínios da realidade social que o impacto da atual conjuntura económica se faz já sentir (por exemplo, número de pedidos de ação social escolar ou de habitação social/renda acessível, apoio alimentar, etc.).

Para além da conjuntura económica, as alterações no mercado imobiliário concentram parte das preocupações dos interlocutores locais. Para além, uma vez mais, de aspetos relacionados com a vulnerabilidade à pobreza ou as condições

habitação (ver capítulo 4. Ação Social e capítulo 8. Habitação), o aumento dos preços de arrendamento, o aumento dos encargos com a aquisição de habitação e a escassez de fogos disponíveis no mercado imobiliário são designados como limitativos também do potencial de atração de nova atividade económica para o concelho e, assim, também do seu desenvolvimento social.

O nível de qualificação da população em idade ativa é apontado também como um constrangimento potencial da atração de novas atividades económicas para o concelho e/ou da qualificação do tecido produtivo local. Para estes atores, esta debilidade é agravada por dois fatores distintos, mas que se reforçam entre si: por um lado, a baixa motivação de algumas pessoas para frequência de ações de formação, por outro, a escassez de incentivos tanto das empresas como estatais que motivem o efetivo investimento das pessoas no aumento do seu nível de qualificação e empregabilidade. Para além da fragilização da estrutura produtiva local, este elemento é percecionado como tão mais preocupante quanto a tecnologização dos modos de produção aumenta o risco de desemprego por parte de um segmento importante e mais vulnerável da população concelhia.

O nível de qualificação da população em idade ativa não é, porém, o único fator que os atores sociais locais destacam. A desvalorização de certas funções na área da hotelaria, construção e respostas sociais em detrimento de carreiras na área dos serviços (trabalho de escritório) conduz a

desajustes na bolsa de emprego local, isto é, ofertas de emprego para as quais o recrutamento de colaboradores é difícil.

Sobretudo na área das respostas sociais, as condições de trabalho (tabela remuneratória, e trabalho por turnos e ao fim de semana) fazem com que a contratação de colaboradores qualificados que assegurem o regular funcionamento dos equipamentos seja já um desafio.

Apesar destes fatores de vulnerabilidade e do seu impacto potencial no desenvolvimento social concelhio, são apontados também domínios de oportunidade, destacando-se, sobretudo, a presença de uma instituição de ensino superior no concelho, com potencial de aprofundamento da articulação com o tecido empresarial local e regional e a emergência de novas medidas de incentivo à qualificação e/ou requalificação da população em idade ativa, mormente nas áreas digitais.

O potencial de mobilização de alguns empresários locais para projetos ou iniciativas mais centradas na promoção de processos de inclusão social afigura-se como outro domínio de oportunidade, especialmente no sentido em que, e como se afirmou, em última instância não é possível ponderar a promoção do desenvolvimento social sem equacionar também o desenvolvimento económico de um território.

4

AÇÃO SOCIAL



RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS

Tomar apresenta um valor mediano do rendimento declarado por agregado fiscal ligeiramente inferior ao do Médio Tejo e ao da região Centro. Desagregando por escalões de rendimento, verifica-se que mais de metade dos agregados fiscais concelhios (56,6%) têm, cumulativamente, rendimentos abaixo dos 13.500€ anuais: 10% com rendimento bruto declarado inferior a 5.000€ anual, 28,0% de 5.000€ e inferior a 10.000€ e 18,4% de 10.000€ a 13.499€.

No concelho, apenas 9,4% dos agregados fiscais apresentam um rendimento bruto declarado superior a 32.500€ anuais.

Não sendo uma especificidade de Tomar, o baixo nível de rendimento anual dos agregados fiscais mantém as pessoas em condições de vida de precariedade e, sobretudo numa conjuntura económica internacional como a atual, sem margem de manobra para fazer face a um agravamento de custo de vida.

Em 2021, e tendo por referência os dados de 2017, a OIT alertava já para o facto de os baixos salários se traduzirem numa taxa de risco de pobreza da população empregada na ordem dos 9,7%, significando isto que mesmo em agregados familiares onde pelo menos um dos adultos está inserido no mercado de trabalho formal, 9,7% enfrenta situações de pobreza.¹

Também a Rede Europeia Anti-pobreza, no seu relatório de 2022, alerta para o facto de, por relação a 2021, a população em risco de pobreza ou exclusão social ter aumentado em 12%. (Pobreza e exclusão social em Portugal, Relatório 2022)

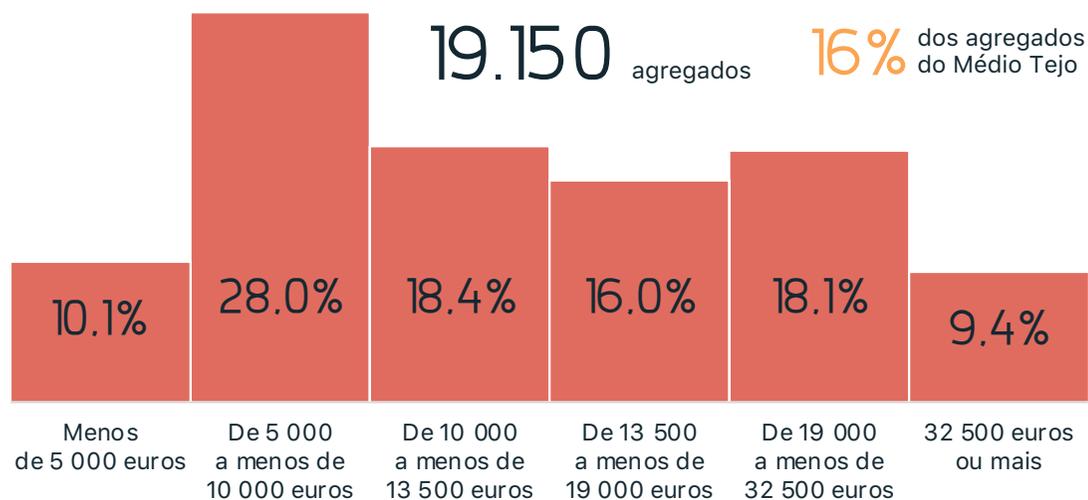
Já em outubro de 2023, foi aprovada a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, estruturada em seis eixos estratégicos que visam uma redução sistémica do risco de pobreza, os quais, em termos da definição da intervenção social concelhia nos próximos anos, devem ser acompanhados pelos atores sociais locais.

¹https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_836143.pdf

VALOR MEDIANO DO RENDIMENTO BRUTO DECLARADO DEDUZIDO DO IRS LIQUIDADO POR AGREGADO FISCAL | 2021



AGREGADOS FISCAIS RESIDENTES EM TOMAR POR ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO DECLARADO DEDUZIDO DO IRS LIQUIDADO | 2021



Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira

RENDIMENTOS

DESIGUALDADES

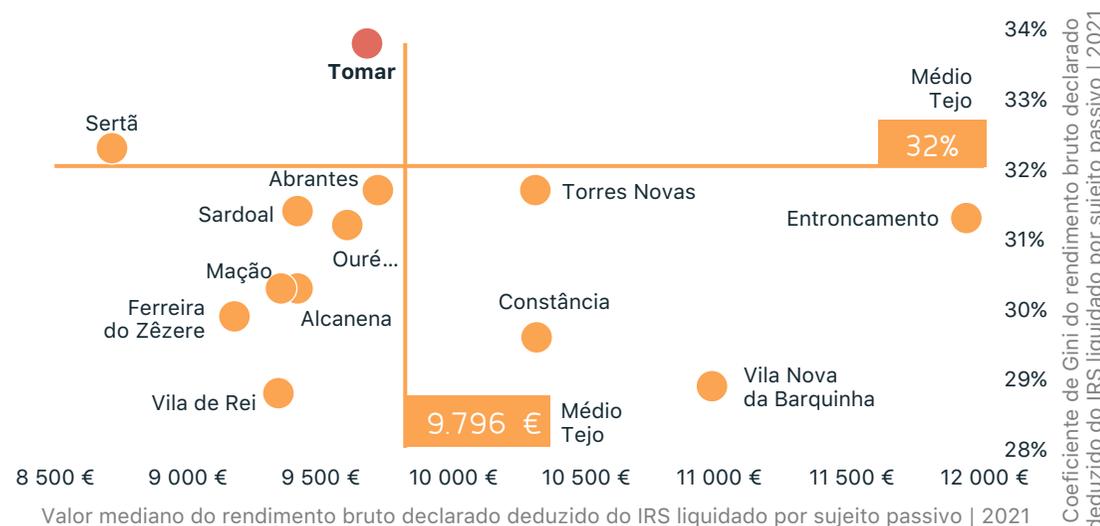
O concelho de Tomar apresentava-se como o território do Médio Tejo com a maior desigualdade na distribuição dos rendimentos (33,8%), medida através do Coeficiente de Gini do rendimento rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo em 2021, a que se associa, ainda, um rendimento inferior à mediana da região. A desigualdade na distribuição de rendimentos superava ainda o referencial do Centro (33,4%), mas era inferior ao país (36,1%).

Não obstante, entre 2015 e 2021, Tomar registou uma redução das desigualdades na distribuição do rendimento, com uma diminuição do Coeficiente de Gini de 3,4 p.p., a segunda mais elevada nos territórios do Médio Tejo, apenas superada pelo concelho de Constância.

O rácio P80/P20 é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento e traduz o número de vezes que o rendimento do sujeito passivo situado no percentil 80 é superior ao rendimento do sujeito passivo do percentil 20. Também neste indicador o concelho de Tomar mostrou uma maior desigualdade face ao Médio Tejo, em linha com a região Centro e inferior ao país.

Não obstante a redução observada neste indicador, os sujeitos passivos com residência fiscal em Tomar situados no percentil 80 ganham 2,6 vezes mais que os sujeitos passivos situados no percentil 20, o que corresponde à maior desigualdade observada em 2021 entre os territórios do Médio Tejo.

COEFICIENTE DE GINI* E VALOR MEDIANO DO RENDIMENTO POR SUJEITO PASSIVO



DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO BRUTO DECLARADO DEDUZIDO DO IRS LIQUIDADO DOS SUJEITOS PASSIVOS (P80/P20**)



*Coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

** Percentil 80 do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado/ Percentil 20 do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado.

TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

PENSÕES

De acordo com o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, a população sénior é um dos grupos populacionais de maior vulnerabilidade socioeconómica: 24% da população com 65 anos ou mais está em risco de pobreza ou exclusão social e, entre a população com 75 anos ou mais, esse risco sobe para 26,7%. O impacto da pandemia no rendimento e nas condições de vida fez-se sentir para o total da população residente (aumento de 12% da população em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, sendo este o maior aumento na União Europeia), mas a vulnerabilização da condição de vida foi ainda mais significativa no caso das pessoas idosas: entre 2019 e 2021, os casos de privação material e social severa aumentaram 33%. (Pobreza e exclusão social em Portugal, Relatório 2022).

De salvaguardar que, ainda segundo o Observatório Nacional, as prestações sociais assumiram-se como um fator fundamental para evitar um agravamento ainda maior das desigualdades sociais: as transferências sociais e, especialmente as pensões, possibilitaram uma redução de 41% do coeficiente de Gini (indicador de desigualdade na distribuição do rendimento).

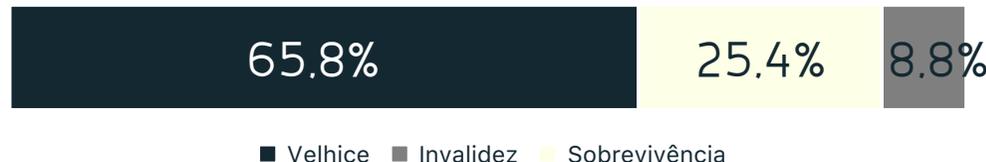
Sendo o sexto concelho mais envelhecido, não surpreende que em Tomar o peso da população beneficiária de pensão da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações seja, em 2022, superior à do Médio Tejo (50,7% e 45,7%, respetivamente). Tomar é também o décimo concelho com maior proporção de pensionistas no total da população residente com 15 e mais anos, suplantado apenas por Abrantes (53,2%), Sardoal (53,7%) e Mação (58,8%). Ourém (35,5%) e Entroncamento (36,8%) são, no Médio Tejo, os concelhos em que essa proporção é menor.

De apontar ainda o valor bastante baixo das pensões de invalidez, sobrevivência e até mesmo de velhice, cujo valor médio mensal é inferior ao valor do limiar da pobreza (554€ mensais, em 2022). Mesmo considerando a existência de outras transferências sociais para a população mais idosa, este indicador revela uma fragilidade a merecer uma atenção especial de todas entidades públicas e privadas do concelho.

PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL E DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS (%) | 2022



PENSIONISTAS POR TIPO DE PENSÃO EM TOMAR (EM % DO TOTAL DE PENSIONISTAS) | 2022



VALOR MÉDIO MENSAL DAS PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL POR TIPO DE PENSÃO | 2021



TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Acompanhando a tendência nacional de diminuição da taxa de desemprego, Tomar registou entre 2015 e 2022 um decréscimo de 54,4%. Por relação ao Médio Tejo, à região Centro e ao Continente, Tomar emerge, aliás, como a unidade territorial em que aquela diminuição foi mais vincada.

Sendo esta uma tendência muito positiva, a análise dos dados desagregados por género e por escalão etário permitem identificar alguns dos grupos que revelam maior fragilidade.

Desde logo, uma maior vulnerabilidade das mulheres. Por comparação com os homens, as mulheres registam taxas de desemprego superiores em todas as unidades territoriais de referência. Paralelamente, e reflexo também da desigualdade salarial, os valores médios de subsídio de desemprego auferidos pelas mulheres são inferiores aos dos homens em todos os contextos.

Já no que respeita à desagregação por escalão etário, em Tomar destaca-se o desemprego jovem (população com idade entre os 25 e os 29 anos), mas também a maior vulnerabilidade das pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos (22,7%), entre os 50 e os 54 anos de idade (24,8%) e com 55 e mais anos (12,1%). Cumulativamente, os desempregados destes três últimos escalões etários totalizam 59,6% dos beneficiários de subsídio de desemprego. Este deve ser encarado como um fator de preocupação, pois, justamente pela idade, podem configurar uma população com dificuldades acrescidas de reintegração no mercado de trabalho, configurando potencialmente, assim, maior vulnerabilidade à pobreza. Paralelamente, e uma vez mais em função da idade, de considerar também que em muitos casos se tratarão de pessoas com descendentes nos agregados familiares, pelo que aquela situação de vulnerabilidade tenderá a afetar não só o próprio, mas também os seus familiares.

BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO POR SEXO. VALORES MÉDIOS AUFERIDOS (€) E MÉDIA DE DIAS | 2021 E 2022

		% por sexo (2022)	Valor médio auferido (2021)	Média (dias) (2021)
	Continente	44.2%	3 384€	173
	Centro	42.4%	3 197€	162
	Médio Tejo	44.1%	3 027€	159
	Tomar	47.3%	3 207€	173
	Continente	55.8%	3 085€	182
	Centro	57.6%	2 799€	169
	Médio Tejo	55.9%	2 663€	162
	Tomar	52.7%	2 794€	174

BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO (TOTAL E POR ESCALÃO ETÁRIO. 2021 E 2022)

	Total	Variação 2015/2022	Escalão etário (%) (2021)					55 e mais anos
			<25 anos	25 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 54	
Continente	391.251	-37.7	6.2	22.8	12.0	24.2	24.6	10.3
Centro	70.795	-39.4	5.8	23.2	11.3	23.7	25.4	10.6
Médio Tejo	6.629	-44.9	6.2	22.5	11.1	23.5	25.2	11.5
Tomar	919	-54.4	5.4	23.7	11.2	22.7	24.8	12.1

TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

ABONO DE FAMÍLIA

Enquadrado nas medidas de apoio às famílias, o abono de família é uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. A definição do valor do abono de família é variável em função dos escalões de rendimentos dos agregados familiares.

Em setembro de 2022, foi aprovada uma alteração do 1.º e 2.º escalões por forma a garantir que o apoio a crianças e jovens menores de idade fosse equivalente a pelo menos 600 euros anuais. Em Tomar, em 2021, o valor médio anual desta prestação social era de 611€.

Fruto, naturalmente, do envelhecimento da pirâmide demográfica concelhia, registou-se uma diminuição do número de beneficiários (incluindo descendentes ou equiparados) do abono de família. De registar que esse decréscimo em Tomar surge em contraciclo com o observado no Médio Tejo e na região Centro (taxa de variação de beneficiários equivalente a -7,4%, em Tomar, entre 2015 e 2022).

Também no final de 2022, foi aprovada uma nova prestação social complementar ao abono de família e dirigida a crianças e jovens em risco de pobreza extrema: a Garantia para a Infância. Esta medida, que complementa o abono e as deduções fiscais, visa garantir um mínimo de 1.200€ anuais de apoio para crianças e jovens, tendo sido estimado que abranja automaticamente um total de 123 mil beneficiários. De implementação faseada, a Garantia para a Infância tinha uma prestação de 70€ mensais em 2022 subindo para 100€ mensais em 2023.



2.529

Agregados com abono de família em Tomar (2022)



3.806

Descendentes abrangidos em Tomar (2022)



611€

Valor médio anual em Tomar (2021)

ABONO DE FAMÍLIA | 2015-2022

	Beneficiários			Descendentes ou equiparados		
	2015	2022	Varição (%)	2015	2022	Varição (%)
Continente	788.337	786.664	-0.2	1.156.626	1.153.440	-0.3
Centro	16.4326	16.6172	1.1	243.457	245.566	0.9
Médio Tejo	16.771	17.504	4.4	25.841	26.693	3.3
Tomar	2.731	2.529	-7.4	4188	3.806	-9.1

TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA À 3ª PESSOA E PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

O Subsídio de assistência à 3.ª pessoa é uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de terceira pessoa.

Em Tomar, em 2021, havia 54 beneficiários desta prestação social, o que representa um total de menos 5 beneficiários do que em 2015. O valor médio anual por beneficiário era equivalente a 1.333€ (em 2015, esse valor anual era de 1.051€).

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência (componente base). Para além da componente base, a PSI tem ainda uma componente Complemento, que tem como objetivo combater a pobreza das pessoas com deficiência, e uma componente de Majoração, que visa compensar encargos específicos resultantes da situação de deficiência. No sistema de proteção social nacional, a PSI substituiu o Subsídio mensal vitalício, pelo que não existem dados diretamente comparáveis.

Em Tomar existiam, em 2021, 564 beneficiários da Prestação Social para a Inclusão, sendo que o valor médio anual por beneficiário era de 3.514€. A distribuição por género era equilibrada, registando-se apenas uma ligeira prevalência dos beneficiários masculinos (52,5% contra 47,5% do género feminino).



54

Beneficiários/as do subsídio à 3ª pessoa

1.333€

Valor médio anual por beneficiário/a



564

Beneficiários/as da prestação social para a inclusão

3.514€

Valor médio anual por beneficiário/a

BENEFICIÁRIOS(AS) DO SUBSÍDIO À 3ª PESSOA E BENEFICIÁRIOS(AS) DA PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO | 2021

	Prestação social para a inclusão (2021)			Subsídio por assistência de terceira pessoa (Beneficiários)		
	Total	H	M	2015	2021	Varição 2015/2021 (%)
Continente	116.336	50.7	49.3	11.771	11.942	4.0
Centro	26.144	51.3	48.7	2.191	2.175	1.3
Médio Tejo	3.137	51.1	48.9	317	289	-7.6
Tomar	564	52.5	47.5	59	54	-6.8

AÇÃO SOCIAL

SAAS – SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) é o serviço que garante o atendimento e o acompanhamento das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo situações de emergência social. Formalmente, os objetivos do SAAS são:

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir situações de pobreza e de exclusão sociais;
- Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Sedeado na autarquia, e no seguimento do processo de delegação de competências da administração central para a administração local, o SAAS passou a assumir-se em abril de 2022 como a porta de entrada do atendimento social concelhio. A intervenção delineada decorre, necessariamente do diagnóstico de situação feito em relação a cada utente e, envolve, não raras vezes, a mobilização da intervenção junto de outros parceiros locais (públicos e privados).

Entre abril e dezembro de 2022, no que respeita ao atendimento social direto, foram abertos 330 processos; entre janeiro e setembro de 2023, o número de novos processos é de 253. A maioria dos pedidos prende-se com solicitação de apoio alimentar, revelando a vulnerabilidade severa de alguns agregados familiares residentes no concelho.

ATENDIMENTOS NO SAAS – INTERVENÇÃO SOCIAL DIRETA



Fonte: SAAS Tomar

De registar ainda que, de acordo com a informação recolhida junto do SAAS, a maioria dos pedidos é de famílias monoparentais femininas e de famílias nucleares com filhos a cargo e com ambos os adultos desempregados. Juntamente com os idosos e os agregados familiares migrantes (ver Capítulo 6), estes emergem, portanto, como perfis sócio-demográficos em situação de especial risco e vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. De sublinhar ainda, o facto de, na maior parte destes perfis (famílias monoparentais femininas, famílias nucleares com filhos a cargo e famílias migrantes) estarem enquadrados também crianças e jovens, pelo que existem vulnerabilidades complementares.

Dentro do SAAS, para além da intervenção social direta, existe também o Núcleo Local de Inserção. O NLI no concelho iniciou a sua atividade no concelho em Outubro de 2005, através de um protocolo de cooperação entre o CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar e o Centro Distrital de Segurança Social de Santarém. O funcionamento do Núcleo Local de Inserção, que continua protocolado entre a Câmara Municipal de Tomar e o CIRE, é assegurado por uma equipa multidisciplinar composta por profissionais das áreas do Serviço Social, da Psicologia, da Educação Social e ajudantes de Ação Direta.

TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Em 2022, existiam 820 beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Tomar, menos 44 beneficiários do que em 2015. Por relação ao total da população residente, a percentagem de beneficiários era de 2,5% em 2022 (2,6% em 2015). As mulheres representam 53,3% do total de beneficiários.

Quanto ao escalão etário dos beneficiários, em 2022, 42,4 % têm idades inferiores a 25 anos. Na medida que que o Rendimento Social de Inserção é uma medida de proteção social dirigida a pessoas que se encontram já em situação de carência económica grave, este indicador revela a condição de vulnerabilidade do segmento mais jovem da população. Chama-se a atenção também, contudo, para as pessoas com 55 e mais anos, considerando, sobretudo, o aumento muito significativo do número de beneficiários: de 11% (95 beneficiários), em 2015, duplica para 22,1% em 2022 (181 beneficiários), o que equivale a uma taxa de variação de 90,5%. Tal como indicado em relação ao subsídio de desemprego, este indicador revela, portanto, um segmento populacional de vulnerabilidade acrescida atendendo até à sua potencial maior dificuldade em reingressar no mercado de trabalho.

Por fim, de indicar que, em 2022, o valor médio anual por beneficiário era equivalente a 1.191€, salvaguardando-se, uma vez mais, que é uma prestação social dirigida a pessoas já em situação de carência económica grave e que define, em paralelo, o estabelecimento de um contrato de inserção destinado a promover a inserção social, laboral e comunitária dos beneficiários.



BENEFICIÁRIOS(AS) DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO| 2015 E 2022

	Total de beneficiários		Beneficiários em % da pop. residente		Escalão etário (%)							
	2015	2022	2015	2022	< 25		25-39		40-54		>55	
	2015	2022	2015	2022	2015	2022	2015	2022	2015	2022	2015	2022
Continente	264.852	241.441	3.1	2.8	42.4	41.2	18.1	16.4	25.1	20.3	14.5	22.1
Centro	44.417	42.514	2.3	2.1	40.8	39.4	18.6	16.8	25.3	20.3	15.3	23.6
Médio Tejo	4.108	4.374	2.0	2.1	42.8	42.8	18.6	16.3	25.3	19.8	12.9	21.1
Tomar	864	820	2.6	2.5	46.1	42.4	17.5	16.2	25.5	19.3	11	22.1

APOIO ALIMENTAR À POPULAÇÃO MAIS CARENCIADA

Enquadrando-se no âmbito das iniciativas de apoio à população mais carenciada, o apoio alimentar em Tomar está estruturado em quatro instrumentos principais:

1 Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas)

Gerido, por protocolo com a Segurança Social, pela Cáritas Paroquial de Tomar.

2 Cesta Básica/Cabazes de Emergência, da iniciativa da Junta Urbana de Tomar

Distribuição pontual por encaminhamento do SAAS (assume-se como uma resposta temporária e de emergência).

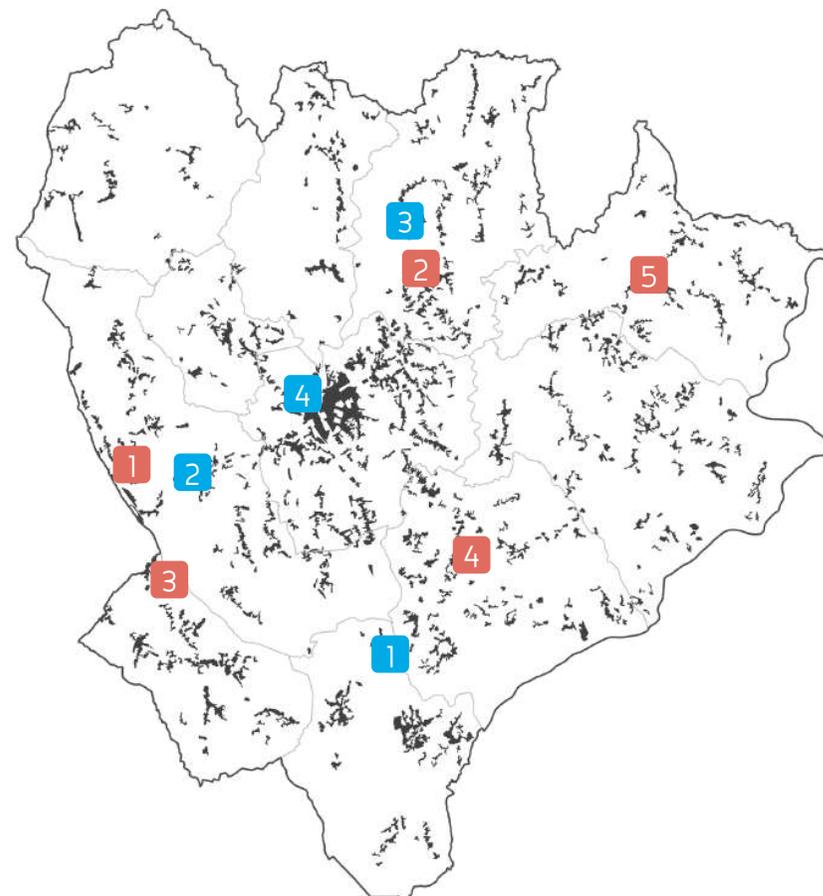
3 Banco Alimentar, com seis pontos de distribuição, quatro com apoio mensal e dois com distribuição pontual

- 1 Cáritas Paroquial de Asseiceira (distribuição mensal)
- 2 Cáritas Interparoquial de Beselga/Madalena (distribuição mensal)
- 3 Cáritas Paroquial de Casais (distribuição mensal)
- 4 Cáritas Paroquial de Tomar (distribuição mensal)

4 Cantinas Sociais, resposta da Segurança Social protocolada com cinco IPSS locais

- 1 ACDSS Paço da Comenda (serve área urbana também)
- 2 Associação Cultural Recreativa e Social Venda Nova (serve área urbana também)
- 3 Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Paialvo
- 4 Associação de Apoio Social da Freguesia de São Pedro de Tomar
- 5 CASO - Centro de Assistência Social de Olalhas

LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ALIMENTAR (2023)



5 Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo Abrantes/Tomar)

Campanhas de angariação próprias e protocolo com superfície comercial

A distribuição do apoio alimentar da Cruz Vermelha Portuguesa é feita maioritariamente ao domicílio nos aglomerados rurais concelhios.

APOIO ALIMENTAR À POPULAÇÃO MAIS CARENCIADA

Tendo por referência março de 2023, verifica-se que a capacidade instalada em termos de cantinas sociais estava praticamente esgotada no concelho: no total, eram servidas 89 refeições diárias, existindo apenas uma vaga disponível em função do número de acordos (90 acordos) no conjunto das cinco entidades concelhias que têm protocolada esta resposta social.

De acordo com os dados do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, naquela data, eram abrangidos 42 agregados familiares, num total de 47 pessoas.

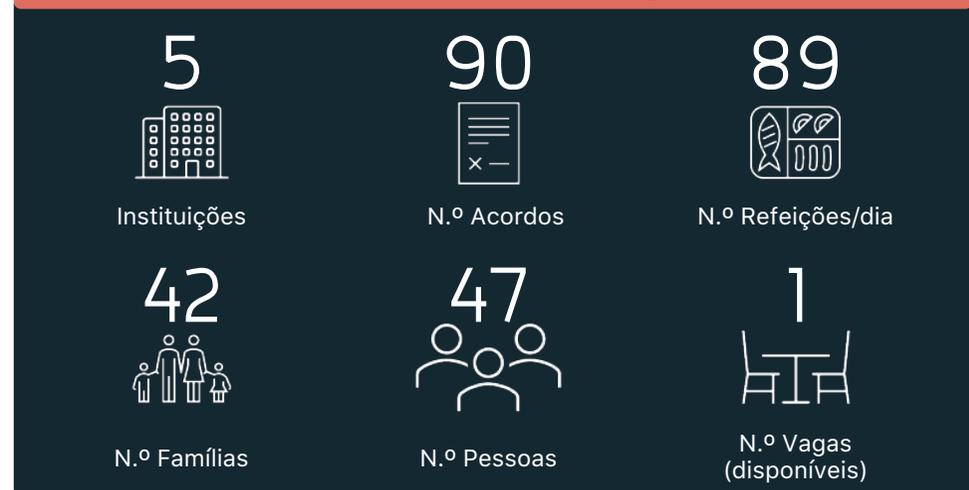
Recorda-se que o apoio alimentar é a principal solicitação dirigida pelos utentes ao SAAS, pelo que a existência no concelho de outras respostas neste domínio se afigura relevante (Cesta Básica/Cabazes de Emergência e Banco Alimentar).

No que respeita ao POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, e também de acordo com a informação recolhida no SAAS, em 2023 tinham beneficiado deste apoio de 93 famílias. Já segundo a Cáritas de Tomar, em 2023, existem 171 agregados familiares a receber apoio do POAPMC, correspondendo a 434 utentes.

A Cruz Vermelha Portuguesa (núcleo Abrantes/Tomar) assegura também apoio alimentar no concelho, fazendo, na maioria dos casos, a distribuição ao domicílio nos aglomerados rurais do concelho. De acordo com os dados fornecidos, e comparando os dados dos primeiros semestres de 2021, 2022 e 2023, verifica-se uma diminuição gradual do número de beneficiários. Salva-se, no entanto, que no primeiro semestre de 2021 estava-se ainda em crise pandémica, contexto no qual se verificou um aumento acentuado deste tipo de apoio. Assim, não se pode minimizar a relevância de, no primeiro semestre de 2023, 213 pessoas terem já beneficiado deste apoio da Cruz Vermelha Portuguesa (50 crianças e 163 adultos).

Esta instituição dispõe ainda de uma Loja Social que emerge como uma resposta de intervenção e de emergência com o objetivo de suprir as necessidades imediatas de pessoas ou famílias carenciadas de alguns produtos, mormente vestuário. O recurso à Loja Social é articulado também com o SAAS.

CANTINAS SOCIAIS (março 2023)



Fonte: SAAS Tomar

APOIO ALIMENTAR | CRUZ VERMELHA (N.º BENEFICIÁRIOS)



APOIO ALIMENTAR | CÁRITAS DE TOMAR (N.º BENEFICIÁRIOS)



Fonte: Cruz Vermelha e Cáritas

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

COMPETÊNCIAS, SERVIÇOS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE APOIOS

[não é consensual] Transferência de competências da Administração Central: aproximação das respostas e recursos de intervenção social ao terreno e gestão do processo de incorporação destas competências no concelho.

SAAS como a porta de entrada de todos os atendimentos e acompanhamentos sociais (gestão de apoios e de recursos).

Conta CAF (manutenção de medida do anterior Centro de Apoio à Família); os apoios passíveis de atribuir via conta CAF são, e mediante avaliação técnica, muito variados.

Complemento Garantia para a Infância.

Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto (em fase de candidatura).

CONDIÇÕES DE VIDA E APOIO ALIMENTAR

Gestão dos apoios centralizado no SAAS: encaminhamento de utentes para Cantina Social e Cabaz de Emergência (Junta de Freguesia) e POAPMC.

[não é consensual] Modelo implementado previne a duplicação de apoios.

Existência de resposta criada pela Junta de Freguesia Urbana (Cesta Básica/cabazes de emergência) para enquadrar utentes que ainda não podem aceder a outras respostas (por exemplo, POAPMC por não terem NISS).

Cantinas Sociais

Municípios sentem-se bastante apoiados pelas instituições públicas e do setor social (*feedback* da maioria das entidades, incluindo regionais).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

COMPETÊNCIAS, SERVIÇOS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE APOIOS

Pressão colocada nos serviços de ação social das autarquias pela transferência de competências da Administração central.

[não é consensual] Dificuldade de saber agora quem são os interlocutores locais nalguns domínios (decorrente da transferência de competências da Administração Central para os municípios).

[não é consensual] Autarquia não delegar competências nas IPSS.

Necessidade de rever medidas dos contratos de inserção/RSI (designadamente via adequação da formação profissional às necessidades do mercado de trabalho e para que RSI seja uma medida de política social transitória para a maioria das pessoas).

Aumento do número de beneficiários do RSI de comunidades migrantes (perfil de pessoas migrantes que chegam ao concelho: baixa escolaridade, cultura de trabalho, trabalho informal, diferenças culturais, ...).

Dificuldade em trabalhar com algumas pessoas/agregados por resistência dos próprios (educação social, competências pessoais, sociais, gestão doméstica, gestão financeira e familiar,...); complexidade e morosidade do processo de mudança de mentalidades.

CONDIÇÕES DE VIDA E APOIO ALIMENTAR

Vulnerabilização crescente das condições de vida de pessoas e agregados familiares (conjuntura económica atual: aumento das rendas/prestação de créditos, inflação).

Aumento do número de pedidos à Junta de Freguesia de 'Cesta Básica'/Cabazes de Emergência (muitos por parte de imigrantes).

[não é consensual] Manutenção de alguns casos de duplicação de apoios (apesar de modelo de gestão e articulação mais recente ter diminuído essas situações).

Trabalho informal como estratégia de sobrevivência (dificuldades acrescidas para entidades intervirem sobre os casos).

Elevado número de utentes encaminhados pela Linha de Emergência Nacional para unidade hoteleira concelhia.

CONCLUSÕES

Datado de 2022, o último relatório da Rede Europeia Anti-Pobreza alerta para o facto de em Portugal, e por relação a 2021, se ter verificado um aumento considerável da população em risco de pobreza. Significativamente, essa condição de vulnerabilidade não se verifica apenas nas pessoas excluídas do mercado de trabalho. De acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho, datado de 2021, os baixos salários em Portugal traduzem-se numa taxa de risco de pobreza da população empregada quase de 10%. Sendo os baixos salários uma tendência que caracteriza a realidade nacional, Tomar apresenta, apesar de tudo, médias de rendimento ainda um pouco mais baixas do que as das unidades territoriais regionais de referência (Médio Tejo e Centro).

A tendência de diminuição da taxa de desemprego no concelho está em linha também com a registada no país em geral. Como grupos mais vulneráveis, emergem as mulheres, os jovens com idade inferior a 25 anos, mas também as pessoas entre os 40 e os 49 anos de idade e, sobretudo, com idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos e, depois, com mais de 55 anos. Este revela-se, assim, como um grupo a que deve ser dada especial atenção no sentido em que, justamente pela sua idade, pode configurar um segmento populacional cujo reingresso no mercado de trabalho é mais difícil e a situação de desemprego, prologando-se no tempo, pode agravar fatores de vulnerabilidade social (risco de pobreza ou exclusão social).

Este não é, de resto, o único indicador que indicia uma vulnerabilidade crescente dos segmentos mais velhos da população concelhia. Desde logo, e pese embora se registre um decréscimo do número total de beneficiários do RSI, é juntamente no escalão etário mais velho (idade superior a 55 anos) que se observa uma subida acentuada. Por outro lado, o valor médio das pensões é bastante baixo, registando-se que, em muitos casos, é mesmo inferior ao valor do limiar da pobreza. Registe-se também que segundo o estudo já citado da Rede Europeia Anti-Pobreza a população sénior é um dos grupos populacionais de maior vulnerabilidade socioeconómica.

O mesmo estudo ressalva, por outro lado, a relevância que as prestações sociais têm tido para evitar um agravamento ainda maior das desigualdades sociais.

Até pela conjuntura económica internacional atual, o agravamento das condições de vida da população residente foi reportado por inúmeros interlocutores locais contactados durante o processo de diagnóstico participativo, sendo uma fonte mais ou menos generalizada de preocupação local.

Apesar de a rede de apoios estar estruturada no concelho (por exemplo, atendimento social, rede de cantinas sociais, apoios disponíveis para situações de carência como a conta CAF, entre outros), o recente processo de descentralização de competências para a administração local gera, entre alguns, o receio de emergência de alguns

fatores de entropia, sobretudo quando se antecipa um aumento da procura e, assim, uma pressão crescente sobre os serviços e as respostas sociais, respostas sociais essas cuja sustentabilidade é já difícil em função das políticas nacionais (protocolos com Segurança Social, montantes de comparticipação), mas também de dinâmicas demográficas que pressionam crescentemente as Instituições Particulares de Solidariedade Social concelhias (por exemplo, envelhecimento demográfico).

5

**SAÚDE,
DEPENDÊNCIAS
E ESTRUTURAS
DE APOIO A
POPULAÇÕES
ESPECIALMENTE
VULNERÁVEIS**



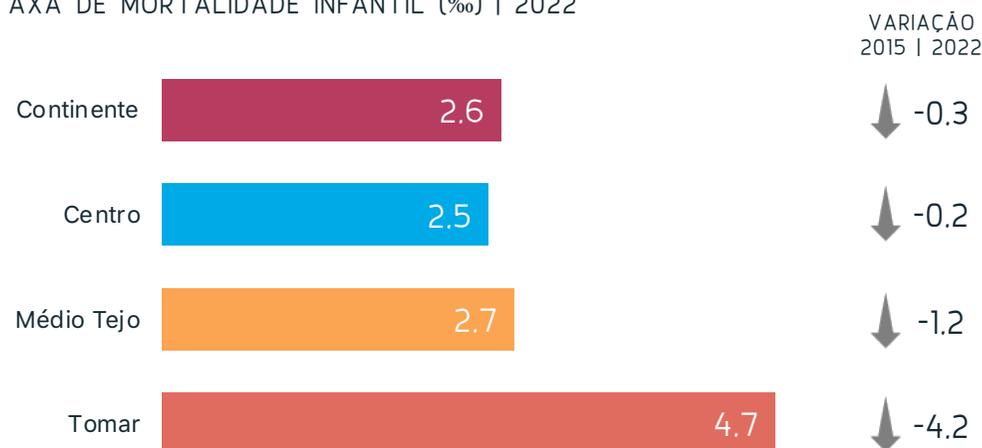
MORTALIDADE INFANTIL E NEONATAL

As taxas de mortalidade infantil e neonatal refletem de forma genérica as condições de vida de uma determinada população, uma vez que tem associado um conjunto de fatores específicos, como o acesso aos cuidados de saúde e a sua qualidade, a alimentação, a habitação, entre outros, fatores que de per si são condições decisivas da sobrevivência no primeiro ano de vida.

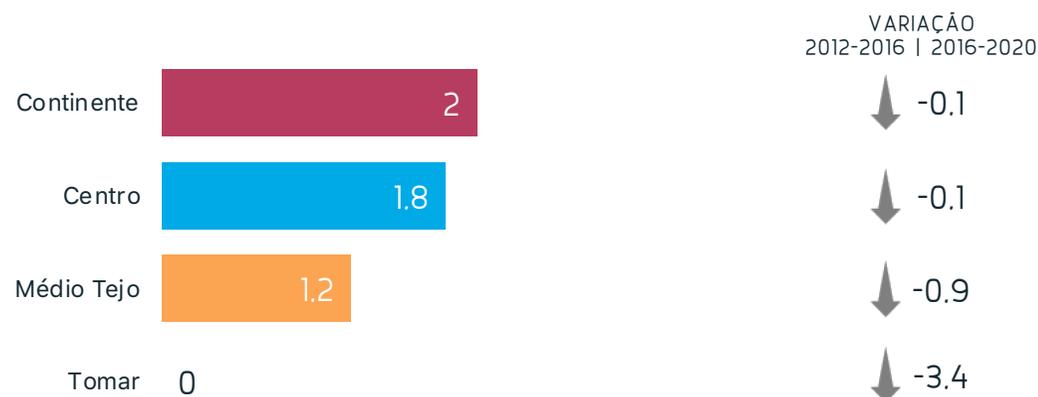
Portugal tem vindo a registar, nos primeiros anos do século XXI, as mais baixas taxas de mortalidade infantil da sua história (3 por 1000 nascimentos), e em 2022, o Continente apresentava uma taxa inferior, na ordem dos 2,6%, embora no Médio Tejo se estabilize nos 2,7%.

Neste contexto, o concelho de Tomar destaca-se pela negativa, registando em 2022 uma taxa de 4,7%, no entanto registou uma evolução bastante positiva entre 2015 e 2022 (-4,2%). Já no que respeita à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por cada 1000 nascimentos vivos) observado no período relativo aos últimos cinco anos disponíveis, o concelho de Tomar registou uma melhoria significativa face ao período anterior, passando dos 3,4% para os 0.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (‰) | 2022



TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE NEONATAL (‰) | 2016-2020



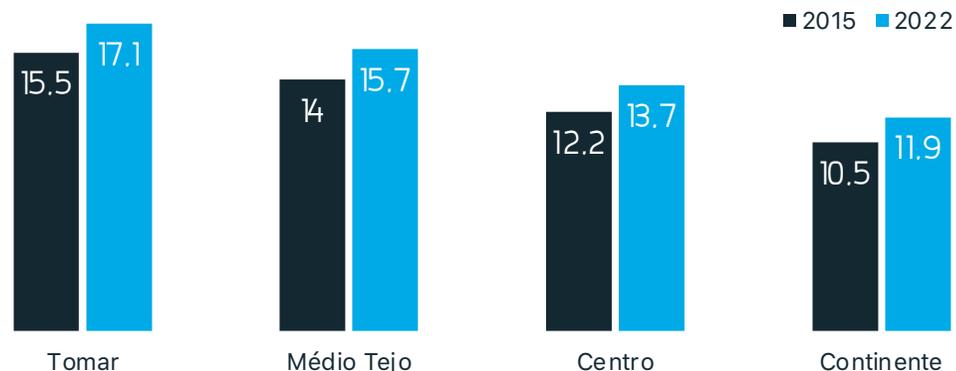
MORTALIDADE GERAL

A taxa bruta de mortalidade (mortos por mil habitantes), atingiu em 2022, no concelho de Tomar, os 17,1‰, uma taxa superior às médias nacionais e regionais. Ainda que as taxas de mortalidade tenham registado um ligeiro crescimento face a 2015 em todo o território nacional, e que pode estar associado ao período da pandemia da Covid 19, Tomar registou uma subida de 1,6, ligeiramente inferior ao registado no Médio Tejo (1,7) em igual período.

Em 2021, a taxa de mortalidade em Tomar por doenças do aparelho circulatório é ligeiramente superior à de mortalidade por tumores malignos, respetivamente: 4,8‰ e 3,4‰ e acima das médias nacionais: 3,1 ‰ e 2,6‰. Estas doenças são responsáveis por quase metade das mortes registadas no concelho (48,8% do total de mortes).

Ao longo dos últimos sete anos, o concelho de Tomar assistiu a um aumento das mortes por doenças do aparelho circulatório e a uma ligeira diminuição das mortes por tumores malignos, de acordo com dados mais recentes de 2021, a % de mortes por doenças do aparelho circulatório representava mais 8,4% do que as mortes por tumores malignos. Destaque-se que 3,7% do total de mortes são por diabetes e 9,1% por doenças do aparelho respiratório.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (‰) | 2015 E 2022



PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE EM TOMAR (EM % DO TOTAL DE MORTES) | 2021



TAXA DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO (‰)



TAXA DE MORTALIDADE POR TUMORES MALIGNOS (‰)

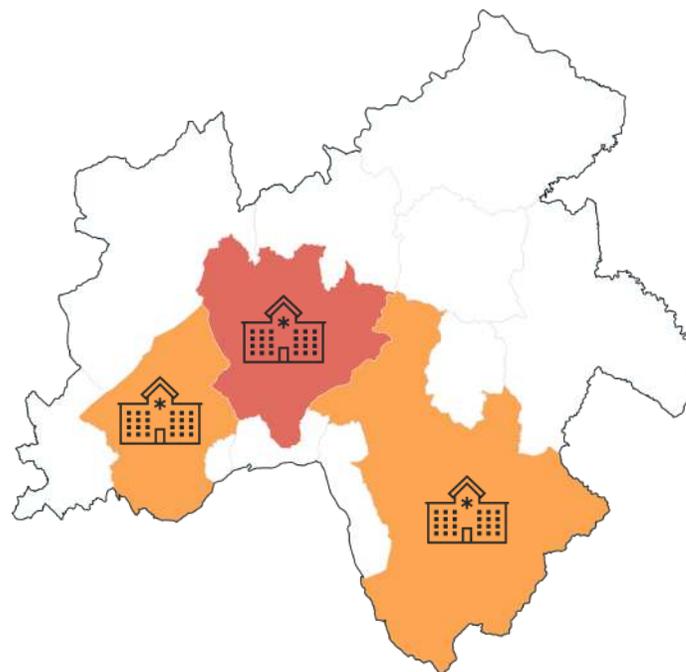


EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E RECURSOS HUMANOS

Os hospitais desempenham um papel preponderante no Serviço Nacional de Saúde, sendo responsáveis pela disponibilização de meios com interferência direta na qualidade de vida das populações, por disporem de recursos humanos especializados e de recursos técnicos sofisticados para a prestação de cuidados de saúde.

A população do concelho de Tomar está abrangida pelo Centro hospitalar do Médio Tejo, com uma unidade hospitalar instalada no centro da cidade de Tomar. A unidade de Tomar do CHMT (Hospital Nossa Senhora da Graça) foi inaugurado em 2003, tendo celebrado 20 anos no início do presente ano.

Em 2021, os recursos humanos da saúde a trabalhar no Hospital de Tomar contabilizavam 2.111 profissionais, registando-se aumentos na ordem dos 30% de médicos e técnicos de diagnóstico e terapêutica e na ordem dos 20% de enfermeiros e pessoal auxiliar entre 2015 e 2021.



O Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. integra três unidades hospitalares, localizadas em Abrantes, Tomar e Torres Novas.

O CHMT tem uma área de abrangência que engloba 15 concelhos, servindo uma população de cerca de 251 mil habitantes.

PESSOAL AO SERVIÇO (N.º) NO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO | 2021 (VARIÇÃO FACE A 2015)



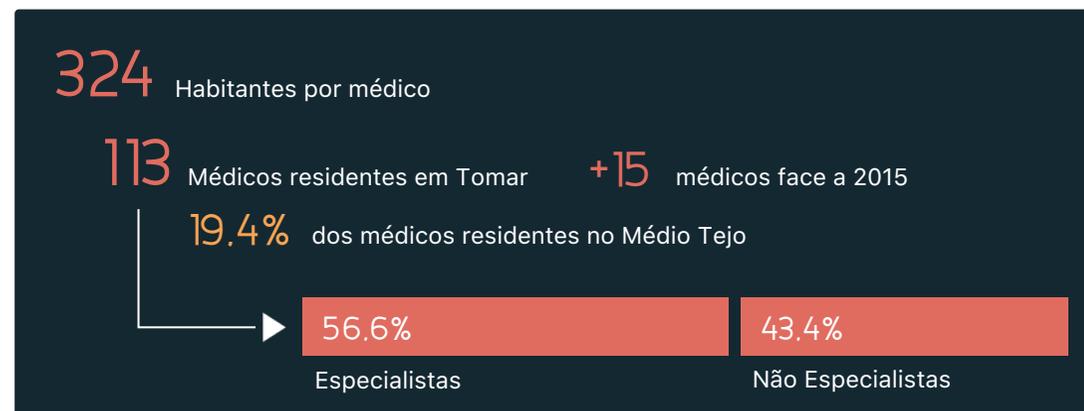
Total	Médicos		Enfermeiros		Pessoal auxiliar		Técnicos de diagnóstico e terapêutica		Outros	
2 111	255	+33%	792	+20%	593	+25%	185	+33%	286	+9%

RECURSOS HUMANOS NA SAÚDE

Os recursos humanos são uma parte essencial do sector da saúde, em especial na prestação de cuidados de saúde à população. Nos últimos anos, quer em Portugal, quer em muitos outros países, a relevância de quem trabalha na área da saúde ganhou maior visibilidade, tendo em conta a falta de profissionais de saúde para satisfazer a procura existente, em especial no que respeita aos médicos de família. As dificuldades existentes poderão vir a acentuar-se nos próximos anos, pelo que as oportunidades criadas pelo desenvolvimento tecnológico e digital, bem como de programas municipais para atrair médicos para o território serão fundamentais.

Em 2021, residiam em Tomar 113 médicos(as), o que corresponde a uma média de 324 habitantes por médico(a), dos quais, 56,6% eram médicos(as) especialistas.

Tendo em conta o número de profissionais em saúde por mil habitantes, o concelho de Tomar apresenta um valor inferior quando comparado com a média do Continente no que respeita a médicos(as), respetivamente 6 e 7,6, e uma diferença ainda mais acentuada no que respeita a enfermeiros(as), apenas 3,1 face aos 5,7 no Continente.



RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE (MÉDICOS, ENFERMEIROS E FARMACÊUTICOS POR MIL HABITANTES) E POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) | 2021

	 Enfermeiras/os	 Médicas/os	 Farmacêuticas/os	 População
Continente	7.6	5.7	1.5	10.343.066
Centro	7.8	5.4	1.5	2.227.239
Médio Tejo	6.2	2.5	1.3	228.581
Tomar	6	3.1	1.4	36.413

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

O ACES Médio Tejo (Agrupamento de Centros de Saúde) insere-se administrativamente na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e tem uma área de abrangência que comporta onze concelhos (Ourém, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Mação, Abrantes, Constância, Vila Nova da Barquinha, Entroncamento, Torres Novas, Alcanena e Tomar). Em 2023, na sua totalidade, o ACES Médio Tejo, contabilizava 110 médicos(as), 202 enfermeiros(as) e 37 técnicos(as) superiores de saúde, diagnóstico e terapêutica.

A rede de centros de saúde no concelho de Tomar é composta por uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP) com 15 polos distribuídos pelas várias freguesias, três Unidades de Saúde Familiar (USF), uma Unidade de Respostas Assistenciais Partilhadas (URAP) e uma Unidade de Saúde Pública (USP), nos quais trabalham 23,6% do total de médicos de família do ACES Médio Tejo.

ACES MÉDIO TEJO – CONCELHOS ABRANGIDOS



202 Enfermeiros

110 Médicos

37 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

REDE DE CENTROS DE SAÚDE DO CONCELHO DE TOMAR

UCSP Tomar + Polos		USF Marmelais
Polo Venda Nova	Polo Soianda	
Polo Carrazede	Polo Alviobeira	USF Santa Maria de Tomar
Polo Porto Lage	Polo Asseiceira	
Polo Carregueiros	Polo Vale Vanteiro	USF Rural
Polo Junceira	Polo Santa Cita	
Polo Madalena	Polo Linhaceira	USP Médio Tejo - Polo Tomar
Polo Roda Grande	Polo Comenda Sabacheira	
Polo Longra Vale Calvo		URAP Médio Tejo - Tomar (Sede)

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

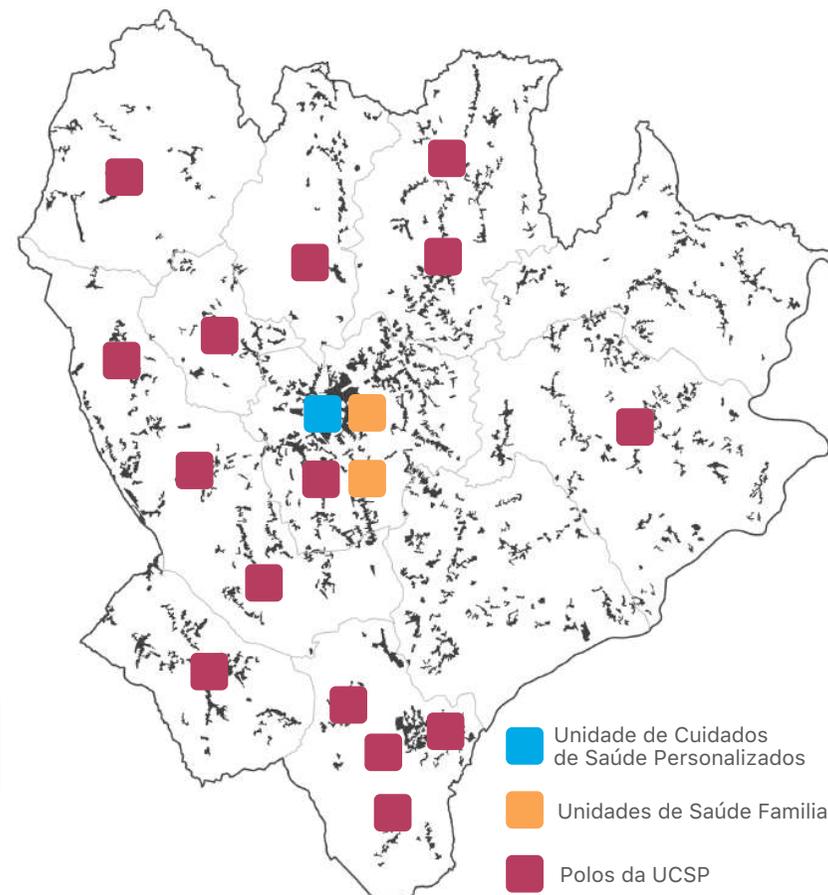
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS EM TOMAR (2023)

Em 2023, dos 43.742 utentes inscritos(as) nas unidades de cuidados de saúde primários no município de Tomar, 91,6% tinham médico(a) de família, deixando a descoberto mais 3.600 pessoas sem médico(a) de família atribuído (ainda que para algumas poderá ser por opção própria).

Tomar apresenta uma estrutura de unidades de saúde de proximidade bem distribuída pelo seu território, ainda que muitos dos polos da UCSP tenham horários condicionados e ofereçam serviços mais reduzidos, o número de utentes por médico(a) acompanha as médias nacionais (1.600), com destaque para a UCSP de Tomar, em que o valor médio desce para os 1.258 utentes por médico(a).

RECURSOS HUMANOS. UTENTES E UTENTES COM MÉDICO DE FAMÍLIA NAS UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TOMAR | 2023

	Médicos de Família	Enfermeiros	Utentes	% de utentes com médico família	N.º de utentes por médico de família
UCSP Tomar	9	12	14.994	75,5	1.258
USF Marmelais	6	6	10.178	100	1.696
USF Santa Maria de Tomar	11	11	18.570	100	1.688
Total Tomar	26	29	43.742	91,6	1.541

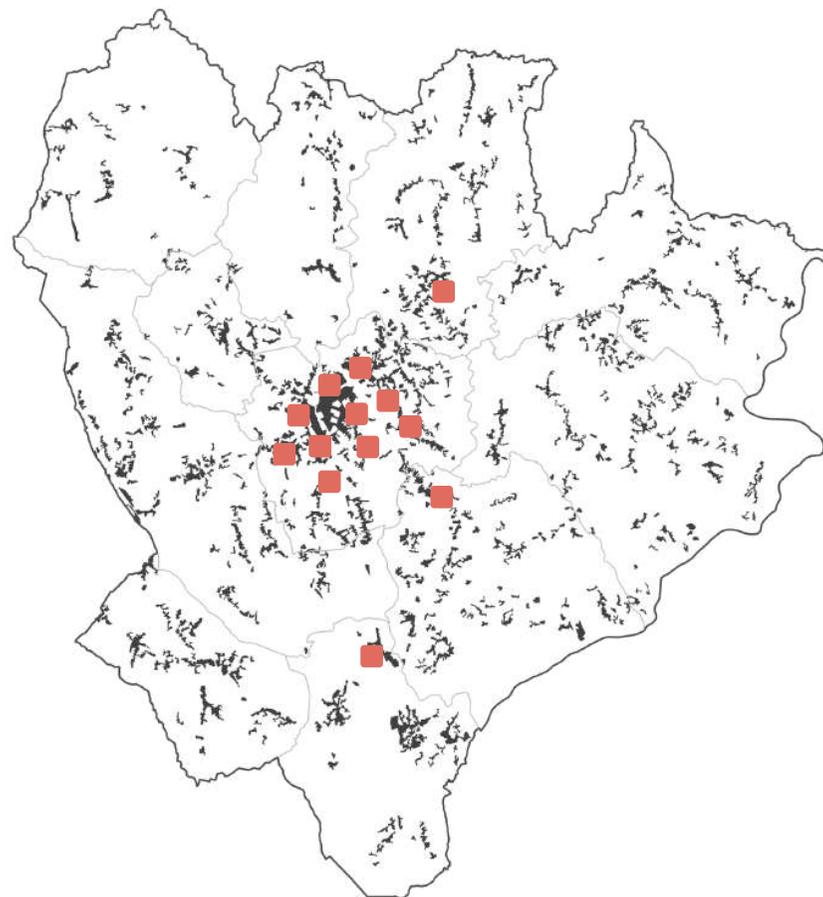


FARMÁCIAS

LOCALIZAÇÃO DAS FARMÁCIAS POR FREGUESIA EM TOMAR | 2023

O concelho de Tomar contava em 2023 com 13 farmácias, cerca de 4,1 farmácias por 10.000 habitantes, acima da média da região Centro (3,6). No concelho existiam ainda duas unidades farmacêuticas móveis para assegurar este serviço a populações mais dispersas e isoladas no território, ainda que com horários condicionados.

Quanto à localização das farmácias, as mesmas encontram-se mais concentradas no centro urbano do concelho e noutras áreas mais densamente povoadas, o que pode indicar que uma parte da população residente nas freguesias mais afastadas da cidade de Tomar poderá ter maior dificuldade de acesso, em especial as pessoas com maior idade, incapacidade física e pouca autonomia.



Farmácias (N.º)

13

Tomar

78

Médio Tejo

735

Centro

Postos
Farmacêuticos
Móveis (N.º)

2

14

66

Farmácias por
10 mil habitantes

4.1

4.0

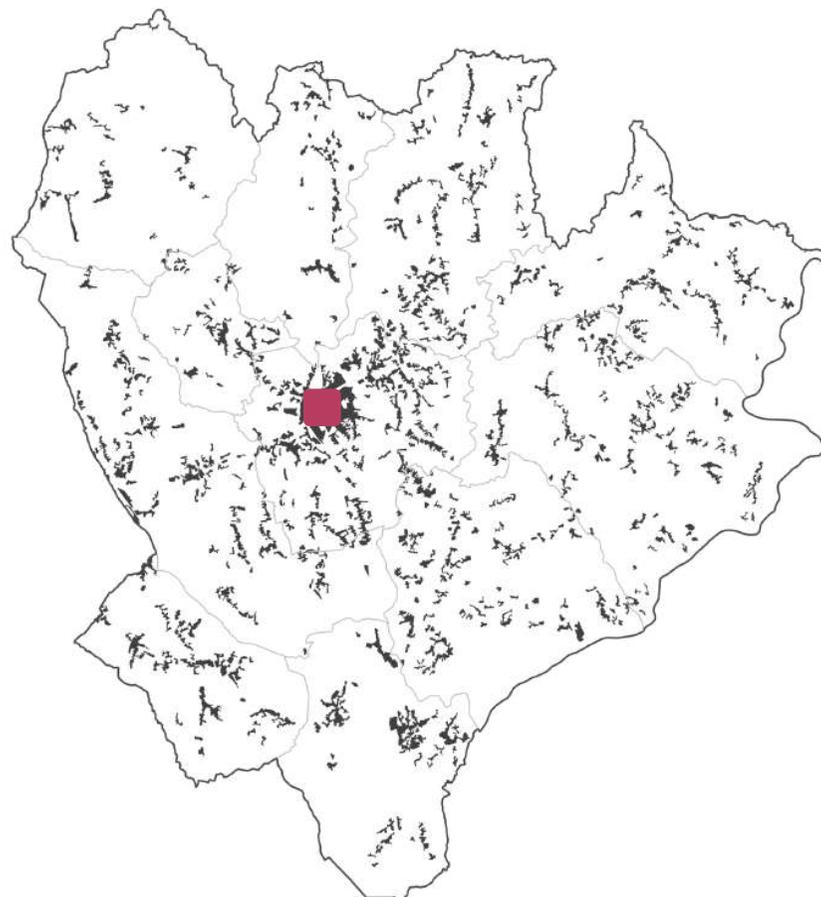
3.6

CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS | 2023

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é constituída por um conjunto de instituições, do setor público, privado ou social, que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas em situação de dependência, tanto no domicílio como em instalações próprias. Em cada unidade são oferecidos cuidados de convalescença, recuperação e reintegração de doentes crónicos e pessoas em situação de dependência.

O concelho de Tomar não dispõe de uma Equipa de Cuidados Continuados, registando-se apenas a existência de uma Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM), resposta de âmbito supraconcelhio no quadro da RNCCI, sedeadada na UF de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais) com capacidade para 23 utentes, sendo a mesma gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Tomar, que remodelou e adaptou para o efeito o edifício do antigo Hospital de Tomar. A previsibilidade de dias de internamento nesta Unidade pode ir até aos 180 dias. A UCCI tem, ainda, internamentos de 30 dias seguidos para descanso do principais cuidadores.



23



Capacidade

100%



Taxa de utilização

DEPENDÊNCIAS

CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS (ÁLCOOL) E ILÍCITAS (DROGAS)

Todas as dependências, independentemente da sua patologia, acarretam consequências graves para as pessoas, e em especial para os jovens, com consequências graves ao nível da integração social da pessoa dependente, e com efeitos diretos no Serviço Nacional de Saúde.

De acordo com o Relatório Regional do SICAD* de 2019, a região Centro registou prevalências significativas de consumo de álcool ao longo da vida, ainda que inferiores às restantes NUTSII para a população no geral (com exceção do Alentejo que apresenta o valor mais baixo). Já no que respeita aos mais jovens, o consumo de álcool é mais elevado face a outras regiões do país, em especial na prevalência de consumos nos últimos 30 dias.

De acordo com o mesmo estudo a região Centro registou a maior prevalência de consumos de drogas ao longo da vida na população entre os 15 e os 74 anos (14,2%), ainda que ligeiramente inferior a outras regiões no consumo dos mais jovens. No entanto, no inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa nacional, a região Centro, depois do Algarve, é a que apresenta maiores consumos nos últimos 30 dias.

Assim, na área da saúde, as dependências de álcool, suas causas e consequências devem ser alvo de preocupação, em especial dos consumidores mais jovens. O consumo de álcool, em jovens com 18 ou menos anos, deve merecer especial atenção, como forma de prevenir futuros problemas sociais e de saúde pública.

Em Tomar, as pessoas com dependências são acompanhadas pela Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET) de Abrantes, que acompanha e monitoriza estes indivíduos através de consultas e apoio psicológico.

CONSUMO DE ÁLCOOL POR NUTSII

	Prevalências de consumo de alguma bebida alcoólica ao longo da vida (%)		Prevalência de consumo diário nos últimos 30 dias (%)
	15 - 74 anos (2017)	18 anos (2021)*	18 anos (2021)*
Portugal	85.3	88.6	10.3
Norte	87.1	86	8.5
Centro	82.4	89.3	11.8
AML	86.2	91.1	11.4
Alentejo	78.4	92.6	12.8
Algarve	91.4	89.7	11.3

CONSUMO DE DROGAS POR NUTSII

	Prevalências de consumo ao longo da vida de qualquer substância ilícita (drogas) (%)		Prevalência de consumo diário nos últimos 30 dias (%)
	15 - 74 anos (2017)	18 anos (2021)*	18 anos (2021)*
Portugal	10.4	32.2	14.7
Norte	8.3	29.3	13.6
Centro	14.2	33.7	15.8
AML	11.1	34.4	14.7
Alentejo	7.8	32.1	14
Algarve	9.8	37.3	18.5

(Drogas: Cannabis e Outras substâncias ilícitas que não cannabis)

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

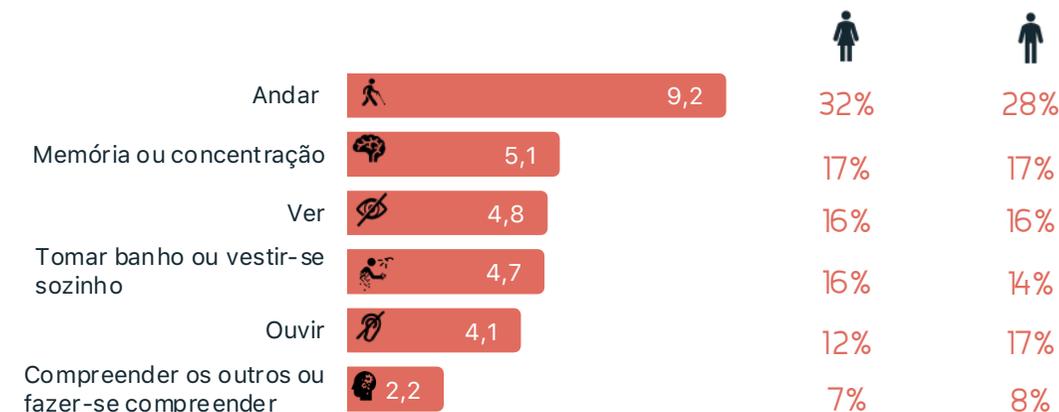
De acordo com os Censos de 2021, residiam em Tomar perto de 2.350 pessoas com um grau de deficiência ou incapacidade de 100%, o que corresponde a cerca de 6,4% da população residente.

Numa análise por tipologia de dificuldade e considerando as pessoas que referem ter muita dificuldade ou total incapacidade para realizar a ação, 9,2% da população residente com mais de 15 anos não conseguiam andar e 4,7% não conseguiam fazer a sua higiene pessoal, dificuldades associadas a uma população mais idosa. Já no que respeita à população residente com problemas ao nível das suas funções mentais (compreender os outros ou fazer-se compreender), existiam cerca de 22 pessoas por mil habitantes no concelho de Tomar.

Os problemas de memória e incapacidade de concentração, são a segunda maior dificuldade que afeta a população de Tomar com 15 e mais anos (5,1%), com maior representatividade nas camadas mais jovens (26,8%).

Reconhecendo a importância desta temática, a análise realizada neste diagnóstico deve ter em conta que a observação da mesma numa operação censitária tem várias limitações decorrentes da própria autoclassificação do indivíduo, assim como pela complexidade das questões para a caracterização das diversas dimensões associadas às deficiências e incapacidades, ressalva-se assim que os dados apresentados são uma aproximação à realidade do concelho.

% DE POPULAÇÃO COM 15 E MAIS ANOS COM MUITA DIFICULDADE OU TOTAL INCAPACIDADE POR TIPO DE DIFICULDADE | 2021



POPULAÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO POR TIPO DE DIFICULDADE (COM MUITA DIFICULDADE OU TOTAL INCAPACIDADE) | 2021



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Tomar dispõe de uma oferta insuficiente de respostas sociais dirigidas à população com deficiência ou incapacidade, tendo atingido já a sua capacidade máxima.

A promoção da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades das pessoas designadas por pessoas com deficiência ou incapacidade encontra resposta na prestação de cuidados de saúde (reabilitação e tratamento) e no desenvolvimento de ações e intervenções direcionadas para a promoção de meios acessíveis e geradores de competências e de atitudes sociais que conduzam a oportunidades de participação social e profissional.

Em 2023, a resposta social de Intervenção Precoce, desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social, era exercida por uma instituição, com uma taxa de utilização de 80%.

No mesmo ano, regista-se a existência de um equipamento com a resposta CACI (destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência com mais de 18 anos), e de um Lar Residencial (destinado a alojar pessoas com deficiência que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar) ambos com taxa de ocupação de 100%.

Já o Centro de Reabilitação Profissional, que procura a integração no mercado de trabalho destas pessoas, intervém no concelho de Tomar e nos concelhos limítrofes, não sendo possível apurar valores de capacidade e número de utentes.

CARACTERIZAÇÃO DAS VALÊNCIAS DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA A POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA NO CONCELHO | 2023

	 Equipamentos	 Capacidade	 Utentes	 Taxa de utilização
Intervenção Precoce	1	46	37	80%
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	1	90	90	100%
Lar Residencial (Deficiência)	1	14	14	100%
Centro de Reabilitação Profissional	1	-	-	-

DISTRIBUIÇÃO DAS VALÊNCIAS DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DIRIGIDAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM TOMAR. POR INSTITUIÇÃO | 2023

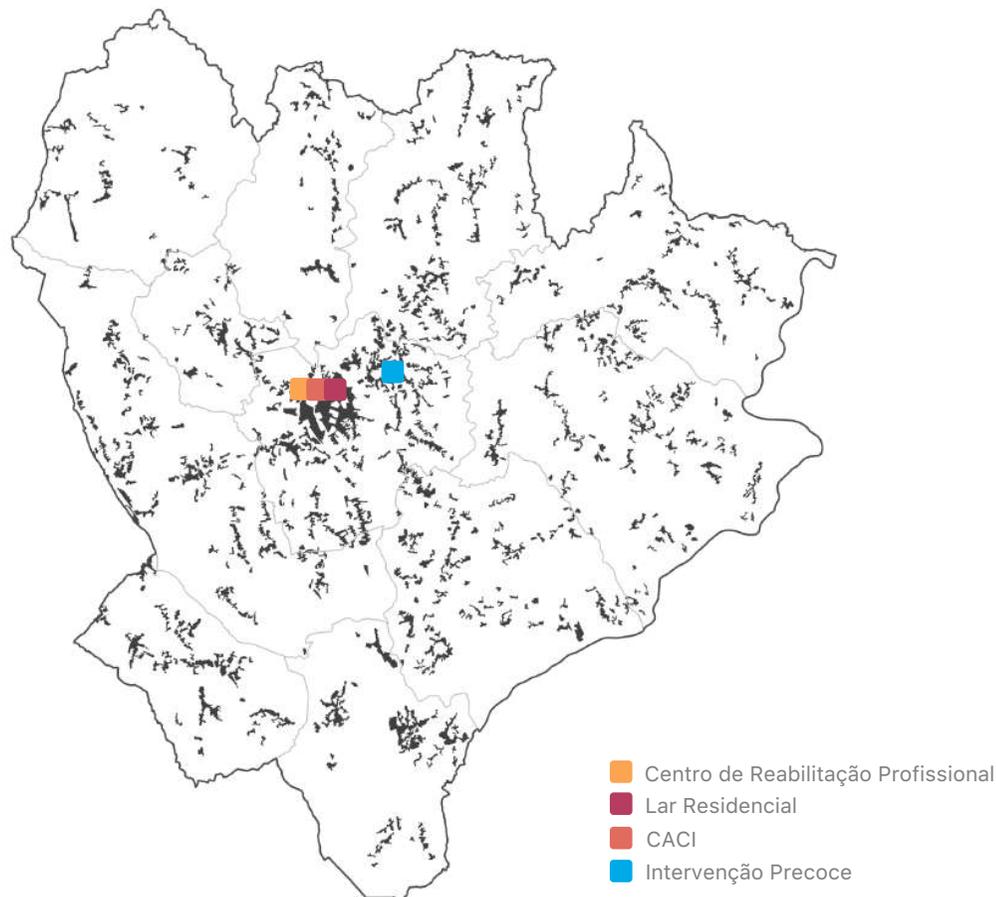
	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	Lar Residencial	Intervenção Precoce	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação	Serviço de Apoio Domiciliário	Residência Autónoma	Centro de Reabilitação Profissional
Centro de Integração e Reabilitação de Tomar	✓	✓	X	X	X	X	✓
Centro Social e Paroquial da Serra	X	X	✓	X	X	X	X

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

As respostas sociais para a população com deficiência e incapacidade, identificadas atrás, estão concentradas na cidade de Tomar e são asseguradas por apenas duas instituições: Centro de Integração e Reabilitação de Tomar e Centro Social e Paroquial da Serra.

É importante destacar que, no que respeita às valências de Residência Autónoma e Centro de Apoio à Vida Independente, a oferta é inexistente, sendo esta tipologia de respostas fundamental para a promoção da independência da pessoa e para proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DE RESPOSTAS DIRIGIDAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE | 2023



PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO

A doença mental é uma doença que pode ser desencadeada por fatores biológicos, genéticos, temperamentais, psicológicos e contextuais, afetando praticamente todas as dimensões da vida. As preocupações, as ansiedades e os sentimentos de depressão causados por diferentes efeitos sociais, como a pandemia, a instabilidade internacional, o desemprego, o aumento do custo de vida, etc., como ainda, as pressões da esfera digital e das redes sociais tendem a agravar o estado de saúde mental da população em geral, tendo-se revelado, nos anos mais recentes, uma maior incidência nas crianças e nos jovens.

O trabalho ao nível da saúde mental em Tomar tem sido realizado pela Associação de Saúde Mental do Médio Tejo (ASMMT), o Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT), e pela Câmara Municipal de Tomar que disponibiliza um Gabinete de apoio psicossocial em saúde mental (parceria com a ASMMT que presta consultas de psiquiatria à população).

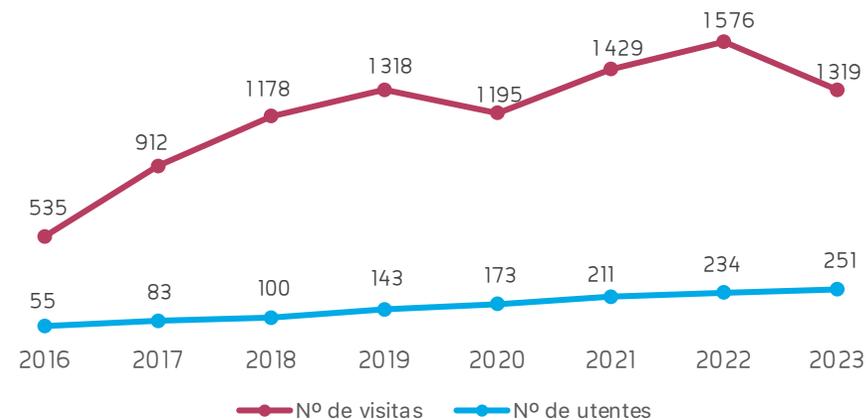
De destacar as diferentes iniciativas promovidas pela ASMMT relacionadas com literacia em Saúde Mental (workshops para cuidadores formais/informais de doentes mentais e workshops dirigidos a alunos dos diferentes agrupamentos) apostando numa ação preventiva e também de combate ao estigma, como ainda em respostas sociais mais focalizadas na população com doença mental (Fórum Sócio Ocupacional e Equipa de Apoio Domiciliário em CCI).

Ao nível do acompanhamento de doentes do foro mental e psiquiátrico realizado pelo CMHT, e apesar de não se dispor de dados relativos apenas a Tomar, destaca-se um crescimento nos últimos oito anos dos utentes em acompanhamento domiciliário pelo serviço de psiquiatria, o que reforça a necessidade de uma atenção especial para este problema e nas respostas a disponibilizar a curto e médio prazo.

CARACTERIZAÇÃO DAS VALÊNCIAS DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA A POPULAÇÃO COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO | 2023

	Equipamentos	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
Fórum Sócio Ocupacional	1	10	10	100%
Equipa de Apoio Domiciliário de CCI em Saúde Mental ¹	1	8	0	0%

ATIVIDADE DO SERVIÇO DE PSIQUIATRIA DAS 3 UNIDADES HOSPITALARES QUE COMPÕEM O CHMT | EVOLUÇÃO 2016-2023²



⁽¹⁾ A Equipa de Apoio Domiciliário entrou em funcionamento em outubro de 2023

⁽²⁾ Os dados de 2023 reportam até outubro

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA DO FORO MENTAL

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

GAIVOTAS NO NABÃO

Parceria da Câmara Municipal de Tomar com os Agrupamentos de Escolas de Tomar e a Associação de Saúde Mental do Médio Tejo, no âmbito da dinamização de atividades de voluntariado que se realiza de junho a setembro. Tem como objetivos a promoção de integração social, o combate ao estigma e a capacitação das pessoas com doença mental. A intenção é co-partilhar a dinamização das Gaivotas com as Associações de Estudantes dos 2 Agrupamentos Escolares, a participação de jovens candidatos do OTL Longa duração pelo IPDJ e envolver o ROL na integração de pessoas portadoras de doença mental ou devidamente assinaladas pelas entidades parceiras.



INTEGRATIVAMENTE

MAIS DO QUE CUIDAR, CAPACITAR

INTEGRATIVAMENTE

Protocolo com a Associação de Saúde Mental do Médio Tejo, para a instalação do Integra-T-bar, no Cine-teatro Paraíso, com o objetivo de garantir a reabilitação de pessoas com doença mental e da sua integração na comunidade. O projeto procura facilitar a promoção de atividades de socialização, diminuir o isolamento da população, através da proximidade de serviços, criando um espaço de atividades socio ocupacionais para as pessoas com doença mental.



+ACESSO PARA TODOS – POR COMUNIDADES MAIS INCLUSIVAS*

Projeto em parceria com a Associação Salvador, em que a Câmara se assume como investidor social do projeto, apoiado pela Portugal Inovação Social, através de Fundos da União Europeia (EU). Tem como objetivo mobilizar a sociedade em geral enquanto agentes para a mudança para mapeamento de espaços quanto às condições de acessibilidade com vista ao combate ao isolamento e exclusão social das pessoas com deficiência motora e/ou mobilidade reduzida.



REDE DE OCUPAÇÃO LOCAL

PROJETO ROL REDE OCUPACIONAL LOCAL

Projeto aprovado pelo CLAS – Conselho Local de Ação Social, que tem como objetivo contribuir para a ocupação e integração social através do desenvolvimento de atividades ocupacionais/profissionais para pessoas em situação de vulnerabilidade social, portadoras de incapacidade/deficiência e/ou doença mental, envolvendo os vários parceiros sociais do território. Destina-se a residentes no concelho de Tomar e serve como contributo à integração social, bem como no combate ao estigma e preconceito associados a estas pessoas.

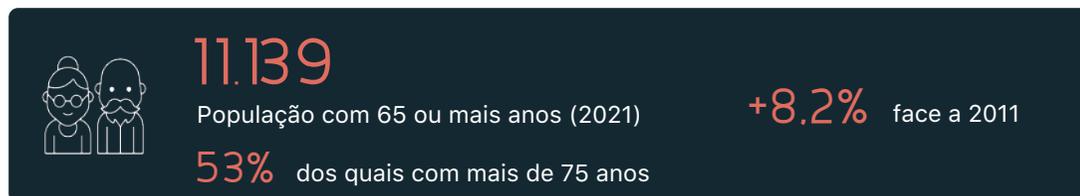


PESSOA IDOSA

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) é considerado idoso aquele que tem 60 ou mais anos de idade, no entanto, nos países desenvolvidos, essa etapa da vida começa oficialmente aos 65 anos. Neste capítulo do diagnóstico reconhece-se que ser idoso não é, nem deverá ser, sinónimo de velhice, trata-se apenas de um estágio de vida, no qual há cada vez mais pessoas a viver, devendo-se olhar para elas de uma forma especial.

Em 2021, o concelho de Tomar apresentava um índice de envelhecimento superior ao registado no Médio Tejo e na região Centro, por cada 100 jovens existiam 293,8 idosos, valor muito superior aos 195,6 registados em 2011.

No que respeita ao índice de longevidade – que traduz a relação entre a população mais idosa (75 e mais anos) e a idosa (65 ou mais anos) – Tomar apresentava, em 2021, um índice de 52,7, o que indica que é bastante considerável a percentagem de população mais idosa a residir no território. Este valor acompanha a tendência de aumento nacional e regional nos últimos 20 anos, no entanto, o concelho de Tomar apresenta a maior subida neste índice +10,5 p.p.



ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO



ÍNDICE DE LONGEVIDADE



PESSOA IDOSA

Em Tomar, a proporção de pessoas idosas (+ 65 anos) a viverem sozinhas no total dos agregados unipessoais era de 16,4% em 2021, valor superior às médias registadas no Médio Tejo, na região Centro e em Portugal. Estes dados revelam o isolamento em que muitos idosos se encontram no concelho, com maior destaque para a freguesia da Sabacheira (20,3%), a UF de Além da Ribeira e Pedreira (19,6%) e UF de Serra e Junceira (19,4%).

Desde 2011 que a GNR realiza a Operação “Censos Sénior”, com o objetivo de registar todas as pessoas idosas a residir em locais isolados ou sozinhas e proceder a uma avaliação do risco. Nas situações em que a pessoa idosa revela especial vulnerabilidade, a GNR procede à sua sinalização e remete para as respetivas entidades competentes, ainda que procure manter também uma vigilância das mesmas, com visitas domiciliárias algumas vezes ao ano.

De acordo com os dados do Censo Sénior, verificou-se um aumento do número de pessoas idosas a viverem sozinhas e/ou isoladas entre 2017 e 2019 e um decréscimo entre 2019 e 2022, de forma generalizada em todo o território do concelho. Estas situações de maior vulnerabilidade a que estão expostas, requerem mais atenção e apoio, quer por parte da família – que cada vez mais não têm disponibilidade para o fazer –, quer por parte das instituições públicas privadas ou do setor social que prestam serviço de apoio social no concelho.

PROPORÇÃO (%) DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS UNIPessoais COM PESSOAS DE 65 OU MAIS ANOS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA - 2021



EVOLUÇÃO DO N.º DE PESSOAS IDOSAS A VIVER SOZINHAS E/OU ISOLADAS REGISTRADAS NOS CENSOS SÉNIOR/GNR



PESSOA IDOSA

RESPOSTAS SOCIAIS

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI)

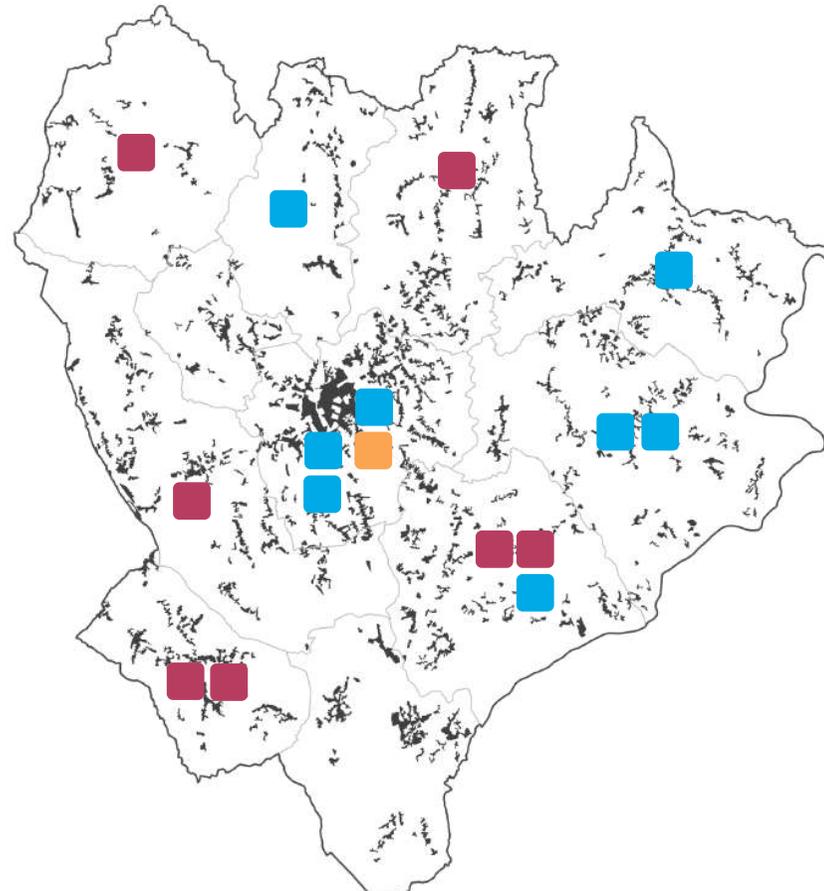
As transformações nos estilos de vida das famílias, aliado ao aumento da população mais idosa, identifica uma maior necessidade de estruturas residenciais, que proporcionem alojamento na íntegra para pessoas idosas ou para pessoas que se encontram em situação de perda de Independência e/ou autonomia, bem como para aquelas que vivem sozinhas sem retaguarda.

No concelho de Tomar, de acordo com a informação constante na Carta Social (GEP/MTSSS), existiam em 2023, 15 Estruturas Residenciais para a População Idosa (ERPI), das quais oito eram entidades privadas sem fins lucrativos e que estavam, praticamente, na sua ocupação máxima (99%). No início de 2023 não existiam lugares em ERPI comparticipados pela Segurança Social, existindo listas de espera em praticamente todas as instituições privadas sem fins lucrativos que, de acordo com os dados apurados junto das instituições, rondaria os 240 idosos.

Para além destes 15 lares residenciais para idosos, o concelho de Tomar dispõe ainda de uma Residência Assistida, da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, que em 2023 tinha uma taxa de ocupação de 50%.

Os 15 equipamentos de ERPI, apesar de se distribuírem por várias freguesias, apresentam uma maior concentração na UF de Tomar (3) e na freguesia de São Pedro de Tomar (3), seguido da freguesia de Paialvo e UF de Serra e Junceira, ambas com duas ERPI.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ERPI | 2023



- ERPI de Entidades sem fins lucrativos (53.3%)
- ERPI de Entidades com fins lucrativos (46.7%)
- Residências Assistidas



PESSOA IDOSA

RESPOSTAS SOCIAIS

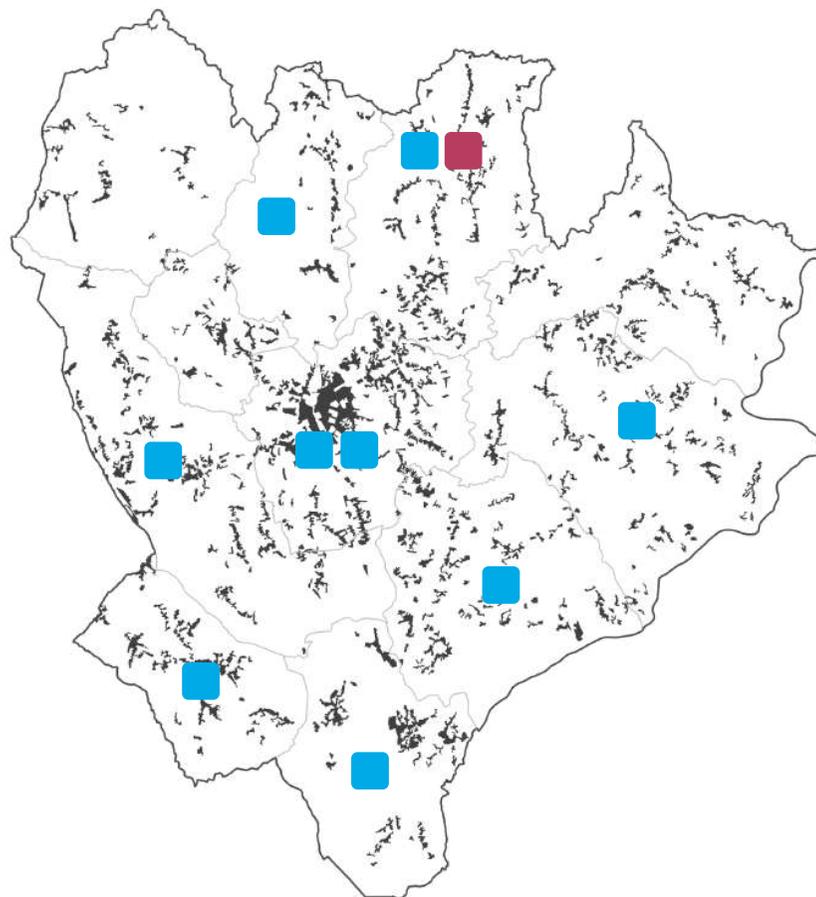
CENTRO DE DIA

O progressivo envelhecimento da população tem permitido transformações na tipologia de oferta de serviços e cuidados à população idosa, e os Centros de Dia surgem hoje como uma alternativa à institucionalização dos idosos, permitindo que estes possam continuar a habitar a sua casa, a manter o seu relacionamento com outras pessoas, criando-se assim condições para a sua participação na vida da comunidade em que estão inseridos, com capacidade para desenvolverem um conjunto de atividades promotoras de um envelhecimento ativo.

De acordo com a informação constante na Carta Social (GEP-MTSSS), no concelho de Tomar os 10 centros de dia têm ainda capacidade para acolher mais idosos, estando longe da sua ocupação máxima (70,5%).

Em 2023, a distribuição dos Centros de Dia pelas freguesias concelhias era bastante equilibrada, ainda que as freguesias da Sabacheira, Carregueiros e Olalhas estivessem desprovidas desta tipologia de resposta social para idosos.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS DE DIA | 2023



■ Entidades sem fins lucrativos (81.8%)

■ Entidades com fins lucrativos (9.1%)

10



Equipamentos

275



Capacidade

194



Utentes

70.5%



Taxa de utilização

PESSOA IDOSA

RESPOSTAS SOCIAIS

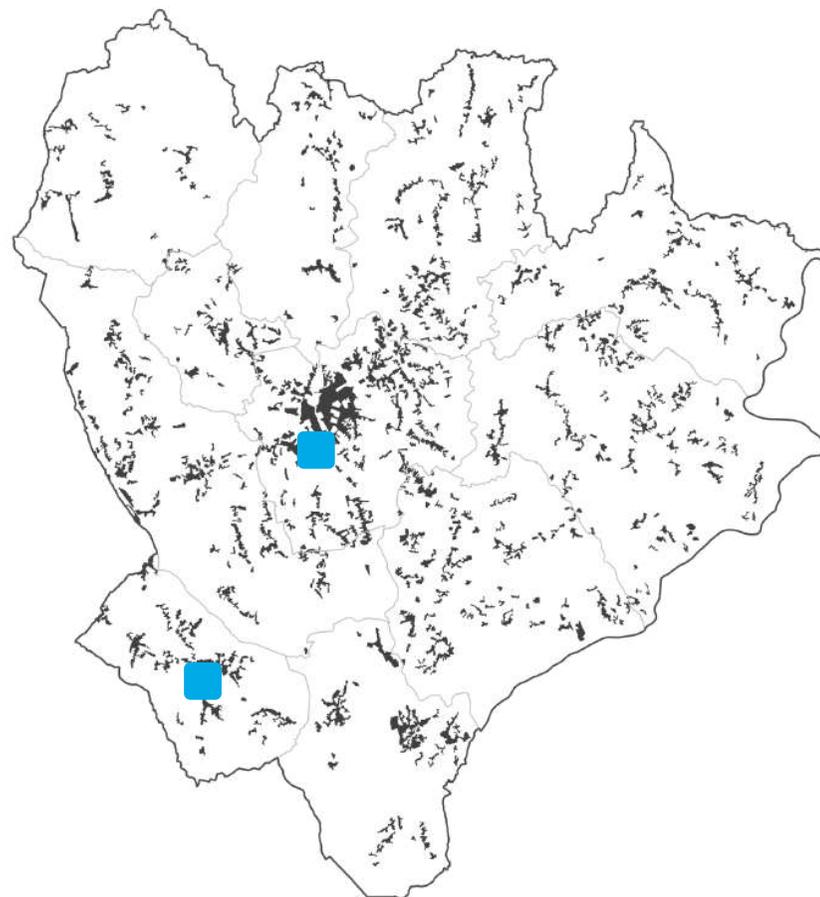
CENTRO DE CONVÍVIO

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS DE CONVÍVIO | 2023

A par da resposta social de Centro de Dia, existe ainda o Centro de Convívio, enquanto resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

De acordo com a informação constante na Carta Social (GEP-MTSSS), no concelho de Tomar existiam dois equipamentos desta natureza, com uma taxa de ocupação 72,5%.

Em 2023, um Centro de Convívio estava localizado na União das Freguesias de Tomar e o outro na Freguesia de Paialvo.



■ Entidades sem fins lucrativos (100%)

■ Entidades com fins lucrativos (0%)



PESSOA IDOSA

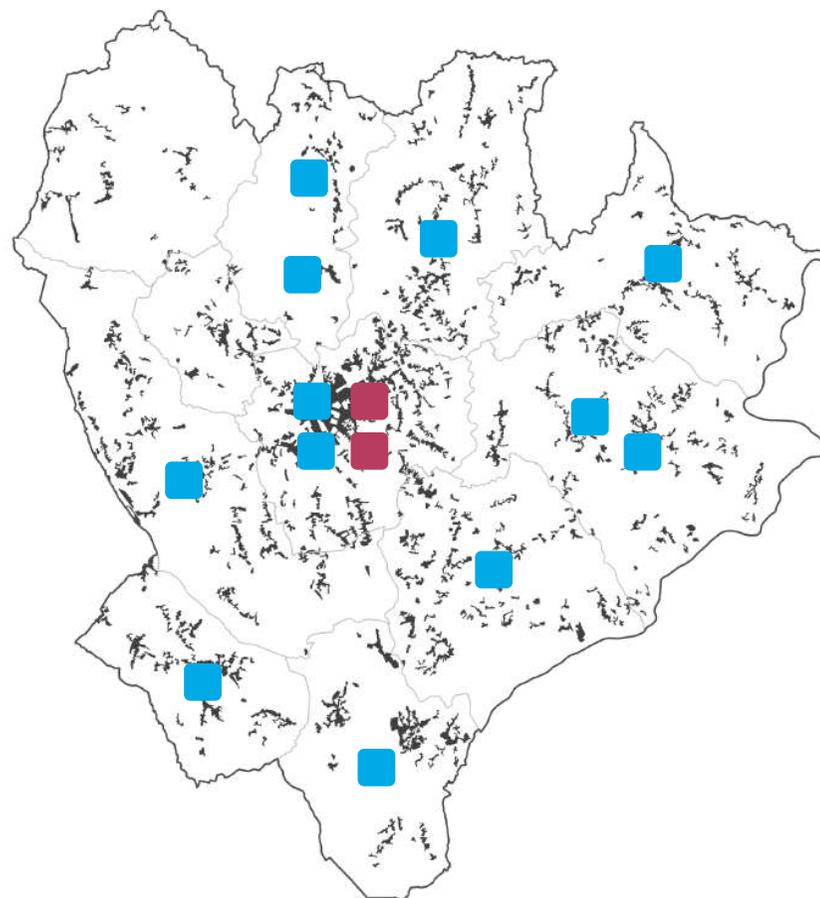
RESPOSTAS SOCIAIS

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Outra das respostas sociais com vista à promoção da qualidade de vida das pessoas idosas, e disponível no concelho de Tomar, é o Serviço de Apoio Domiciliário, em que uma ou várias equipas deslocam-se até casa das pessoas de modo a cuidar da sua higiene pessoal e habitacional, das roupas e da alimentação, prestando assim cuidados individualizados e personalizados no domicílio.

De acordo com a informação constante na Carta Social (GEP-MTSSS), no concelho de Tomar, existiam, em 2023, 14 entidades a prestar o Serviço de Apoio Domiciliário, com uma taxa de utilização de 57,5%. No que respeita à sua distribuição territorial, verifica-se uma dispersão mais homogénea por todo o município, exceção feita, nas freguesias da Sabacheira e Carregueiros, cujo serviço pode estar a ser oferecido por instituições localizadas em freguesias vizinhas.

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO DOMICILIÁRIO | 2023



- Entidades sem fins lucrativos (85.7%)
- Entidades com fins lucrativos (14.3%)



PESSOA IDOSA

UNIVERSIDADE SÉNIOR

As Universidades ou Academias Sénior visam proporcionar o aumento da qualidade de vida dos idosos, estimulando a comunicação, a aprendizagem e a criatividade, dinamizando atividades culturais, educativas e sociais, num ambiente informal. Estas instituições destinam-se a adultos com idade igual ou superior a 50 anos, independentemente do seu grau de escolaridade. As universidades sénior integram a RUTIS – Rede de Universidades da Terceira Idade de Portugal.

Criada em 2007, a Universidade Sénior de Tomar tem as suas instalações no antigo colégio Nuno Álvares, realizando também algumas ações formativas na Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca. Em 2023, passaram pela universidade mais de 300 alunos inscritos nas 30 disciplinas que constituem a sua oferta formativa: Artes Decorativas, Astrologia, Atividades Aquáticas, Canto Coral, Clube da Caminhada, Danças Tradicionais, História da Arte, Informática, Informática na ótica do Utilizador, Inglês, Lavoros, Literatura Portuguesa, Multiculturalidade da história de uma região num País, Natureza e Bem Estar, Pintura, Português, Tardes de Partilha com Arte, Teatro, Terapia Prânica, Zumba.

Tal como as congéneres portuguesas, a UST funciona em regime de educação não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida, sendo todos/as os/as professores/s voluntários/as.

Em 2023, o município de Tomar realizou uma intervenção nas instalações da Universidade Sénior, dotando o espaço de um elevador e de novas instalações sanitárias, garantindo melhores condições para os seus alunos(as).

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE TOMAR



PESSOA IDOSA

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

MENTE SÁ

O projeto tem como objetivo geral valorizar as competências, saberes e cultura dos idosos, bem como combater o seu isolamento social. Mensalmente, os Lares e Centros de Dia de Tomar são visitados por 2 técnicos da Biblioteca Municipal para proporcionar momentos de partilha entre a população sénior. O Projeto “percorre os caminhos do concelho de Tomar para levar livros, leituras, atividades, animação, bem-estar e histórias de vida. Pretendemos alertar para a necessidade de valorização e respeito pelos velhos porque envelhecer é um privilégio, uma arte e um presente da vida.



CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO

É dirigido a todos os munícipes com idade igual ou superior a 65 anos que estejam recenseados e possuam residência permanente no concelho de Tomar e cuja média de rendimentos mensal do agregado familiar seja igual ou inferior ao ordenado mínimo nacional. O Cartão concede um desconto de 50% na fatura da água desde que possuam o contador em seu nome há pelo menos um ano e que o consumo mensal de água não ultrapasse os 10m³ e desconto no Cartão Passe do Idoso aos utentes dos TUTomar.

“LER DOCE LAR”

O projeto permite que mensalmente, seja possível levar, a alguns idosos isolados no concelho de Tomar, livros e “dois dedos de conversa” que, segundo os próprios, “são momentos muito agradáveis e são alturas em que se sentem muito menos sós. Os livros deixados pelo projeto “Ler doce lar” em suas casas, entre cada uma das visitas, atenua a solidão e promove o bem-estar da população idosa.



DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

SAÚDE

Incentivos à atração/contratação de médicos estrangeiros (nível nacional).

Incentivos para atração e retenção de profissionais de saúde (CIMT).

Unidades de saúde privadas em Santarém, Leiria, Coimbra (valência hospitalar e serviço de urgências).

Construção de nova Unidade de Cuidados Continuados em concelho limítrofe (gestão nacional das vagas).

Projeto de requalificação do Centro de Saúde da Nabância (protocolo entre a autarquia e a Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo).

Reintegração de médicos já reformados no SNS (Centros de Saúde).

Criação de Unidade de Saúde Rural (concentração de recursos).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

SAÚDE

Dificuldades de contratação de médicos para o SNS (Clínica Geral e Familiar e médicos especialistas).

Escassez de recursos no Serviço Nacional de Saúde (clínicos, administrativos, logísticos, financeiros, materiais).

Constituição das ULS - Unidades Locais de Saúde: eventual instabilidade (mesmo que temporária/período de adaptação).

Saída de profissionais do SNS para o setor privado (tabelas remuneratórias, condições de trabalho, ...).

Pressão acrescida sobre SNS em função do envelhecimento da população.

Limitação da Rede Nacional de Unidades de Cuidados Continuados (número de camas).

Dificuldade de atração e retenção de profissionais de saúde para os Centros Hospitalares regionais (maior atratividade do litoral e, em especial, dos grandes centros urbanos).

Escassez de profissionais de saúde já pressiona fortemente alguns serviços do CHMT (por exemplo, períodos de contingência planeada da Urgência Pediátrica da Unidade Hospitalar de Torres Novas).

Recurso excessivo à urgência hospitalar por falta de resposta dos Centros de Saúde (escassez de profissionais de Medicina Geral e Familiar).

Inexistência de Plano Municipal de Saúde.

Dificuldade de atração e retenção de profissionais de saúde nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários (sobretudo nas freguesias rurais).

Dificuldade em arranjar médico de família até para situações consideradas como prioritárias (por exemplo, mulheres grávidas migrantes).

Envelhecimento das instalações das extensões de saúde.

Necessidade de equipas de intervenção multidisciplinar na área da saúde.

Incapacidade de recurso a unidades de saúde privada por parte de pessoas mais carenciadas (desigualdade social).

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

SAÚDE | ACESSIBILIDADES

Redefinição de rota(s) de carreira(s) municipais que permitem a acessibilidade a Unidades de Saúde.

Serviço LINK | Transporte a Pedido (CIMT): Reestruturação recente com alargamento geográfico e alargamento de horário.

DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Qualificação e qualidade da resposta social local (embora insuficiente capacidade instalada: ver também 'Domínios de vulnerabilidade').

Projeto(s) para reforço da capacidade instalada (resposta sociais para a incapacidade e deficiência).

ROL – Rede de Ocupação Local: programa de incentivo à (re)integração socioprofissional de pessoas com problemas de saúde mental, com deficiência ou incapacidade ou outras vulnerabilidades (Rede Social).

Existência de Centro de Atividades Ocupacionais e Centro de Reabilitação – Formação Profissional.

Presença/atuação de entidades da sociedade civil (exemplo: ACRESCER - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Necessidades Educativas Especiais).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

SAÚDE | ACESSIBILIDADES

Dificuldade dos utentes sem meio de deslocação próprio de aceder às unidades de cuidados de saúde primários e centros hospitalares por transporte público (mormente os utentes já por si mais vulneráveis: idosos, pessoas com condições materiais de vida mais precárias).

Impacto negativo nas próprias unidades de saúde pela dificuldade de acesso por transporte público: fator de ineficiência e de entropia (falta a consultas, necessidade de remarcação de consultas, ...).

Custo do transporte de doentes (empresas privadas).

DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Insuficientes respostas na área da deficiência e incapacidade (capacidade instalada CACI e, sobretudo, no Lar Residencial; inexistência de Internamento Temporário).

Encerramento do Lar Residencial durante o mês de agosto.

Dificuldades de integração de pessoas com deficiência ou incapacidade (preconceito social).

Insuficiência de incentivos às empresas para integração de pessoas com deficiência ou incapacidade (incentivos às empresas).

Baixa empregabilidade dos cursos de formação profissional que enquadram este público-alvo.

Pouca qualificação dos formadores para enquadrar pessoas com deficiência e incapacidade nas ações de formação profissional.

Barreiras arquitetónicas: obstáculo à mobilidade/manutenção da autonomia funcional de pessoas mais vulneráveis.

Exaustão física e emocional de muitos cuidadores de pessoas com deficiência e envelhecimento dos próprios cuidadores (fragilidades das políticas públicas no domínio dos cuidadores informais).

Promoção de alterações legislativas sem escutar as entidades com intervenção no terreno e/ou sem integrar as suas propostas.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

SAÚDE MENTAL

Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Médio Tejo.

Projeto Visita Domiciliária do Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Médio Tejo (valência premiada pela Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental).

Equipa de Apoio Domiciliário de CCI em Saúde Mental (a entrar em funcionamento em outubro).

ROL – Rede de Ocupação Local: programa de incentivo à (re)integração socioprofissional de pessoas com problemas de saúde mental, com deficiência ou incapacidade ou outras vulnerabilidades; potencial de crescimento do ROL.

Fórum sócio-ocupacional.

Medida ‘Contrato Emprego-Inserção’ (IEFP) permite enquadrar também pessoas com problemas de saúde mental.

Disponibilidade das entidades locais para dar resposta a utentes que não são o seu público-alvo específico (por exemplo, serviço de Apoio Domiciliário a pessoas com problemas de saúde mental).

Ações de informação e sensibilização na área da saúde mental nas escolas (associação local).

PESSOAS IDOSAS (INCLUINDO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES)

Universidade Sénior de Tomar.

Conta CAF (pode suportar apoio para ajudas técnicas e/ou pequenas obras de adaptação da residência de pessoas idosas carenciadas).

Censos Sénior e visitas domiciliárias aos idosos sinalizados (GNR).

Projeto Lar Aldeia (Sport Clube Operário de Cem Soldos).

CAST + perto.

História em movimento.

Aluguer de ajudas técnicas a custos controlados para famílias de baixos rendimentos (IPSS).

Transporte a pedido.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

SAÚDE MENTAL

Pessoas com doença mental e em situação de isolamento social e vulnerabilidade social.

Inexistência de respostas na comunidade dedicadas especificamente à área da saúde mental em Tomar e no Médio Tejo (Residência Autónoma, Residência de Apoio Moderado).

Inadequação das respostas ao perfil de algumas pessoas com doença mental gera resistência a alguns utentes (por exemplo, integração de pessoas em estruturas da área da deficiência e incapacidade para frequência de formação profissional).

Inexistência de uma Rede de Cuidados Continuados de Saúde Mental.

Inexistência de recursos na área da saúde mental com ligações ao sistema judicial (antecipação da saída de detidos inimputáveis a cumprir medidas de segurança em hospitais psiquiátricos e que não têm rede de suporte familiar).

Envelhecimento de muitos dos cuidadores de pessoas com problemas de saúde mental.

PESSOAS IDOSAS (INCLUINDO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES)

Isolamento social de pessoas idosas (ainda agravado pela crise pandémica).

Perceção da existência de mais idosos isolados do que os sinalizados (escassez de efetivos que possibilite uma atualização mais regular dos Censos Sénior) e incapacidade para visitar os idosos isolados mais do que duas vezes.

Escassez de atividades para pessoas idosas.

Não continuidade do CLDS: falta de recursos para continuar a desenvolver algumas das atividades de forma continuada (exemplo: visitas ao domicílio).

Inexistência de um serviço de teleassistência municipal (situações de emergência).

Dificuldade de muitas famílias em assegurar os cuidados necessários aos seus familiares idosos quando estes têm alterações nas suas condições de autonomia, noutros casos, desresponsabilização familiar/delegação da responsabilidade nas instituições (exemplo: casos de abandono de idosos em unidades hospitalares).

Enfraquecimento gradual do sentido de comunidade e de solidariedade entre vizinhos que prevalecia antigamente, mesmo nas zonas mais rurais: enfraquecimento das redes de suporte locais agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade de alguns idosos.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

ERPI | ESTRUTURAS RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Esforço das entidades para qualificarem o mais possível as suas respostas sociais [ver também 'Sustentabilidade das IPSS e Qualificação das Respostas Sociais'].

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

PESSOAS IDOSAS (INCLUINDO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES)

Falta de políticas nacionais que incentivem o envelhecimento ativo (incluindo a inserção laboral das pessoas já em idade): prevenção de problemas de saúde emocional e física, manutenção/reforço de redes de sociabilidade e redes de suporte.

Dificuldade de cativar pessoas idosas para projetos de voluntariado.

Condicionamento da autonomia de vida das pessoas idosas por fragilidade da rede de transportes públicos (sobretudo durante o período de férias escolares).

Pouca divulgação do transporte a pedido (desconhecimento do modelo de funcionamento: contactos, preços, ...) e inibição por receio de não saber fazer a marcação.

Barreiras arquitetónicas: obstáculo à mobilidade/manutenção da autonomia funcional.

ERPI | ESTRUTURAS RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Capacidade instalada (vagas protocoladas com Segurança Social).

Acolhimento de pessoas para quem as ERPI não são a resposta mais adequada, mas para as quais não existem alternativas imediatas (idosos com indicação para Cuidados Continuados (cuidados clínicos) ou pessoas com deficiência com indicação para Lar Residencial).

Baixas sociais: dificuldade de encontrar vagas em ERPI (protocoladas com a Segurança Social) para idosos que, após internamento e alteração da sua autonomia, não têm condições para regressar ao domicílio.

Resistência dos próprios idosos (que querem manter a sua autonomia residencial o mais possível) e incapacidade financeira para as famílias suportarem custo com a integração na resposta social leva à integração em ERPI de idosos já em situação de grande vulnerabilidade/dependência.

Concorrência desleal de lares não licenciados (menor qualidade da resposta destes).

Necessidade de alargamento da capacidade instalada em ERPI.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

CENTROS DE DIA E CENTROS DE NOITE

Capacidade instalada (vagas protocoladas com Segurança Social, lista de espera nalguns equipamentos ao quais os idosos/familiares atribuem maior qualidade na oferta de atividades, por exemplo).

Acolhimento de idosos para quem o Centro de Dia já não é a resposta mais adequada (para alguns a deslocação diária para a resposta social é violenta), mas para os quais não há vagas protocoladas com Segurança Social em ERPI. Alguns utentes acabam por encontrar resposta em lares não licenciados).

Inadequação das atividades propostas nos Centros de Dia à motivação de muitas pessoas idosas hoje em dia.

Inexistência de Centro de Noite: alguns idosos manifestam o receio de estar sozinhos à noite no seu domicílio, embora mantenham a vontade e a capacidade para manter a sua autonomia funcional durante o dia.

SAD | SERVIÇOS DE APOIO DOMICILIÁRIO

Inadequação dos SAD ao perfil, às expectativas e necessidades reais de algumas pessoas idosas: intervenção multidisciplinar (prestação de cuidados de enfermagem, fisioterapia, estimulação neuro-cognitiva, limpeza mais aprofundada da habitação, ...) [Ver também 'Sustentabilidade das IPSS e Qualificação das Respostas Sociais'].

Idosos sem apoio de SAD por incapacidade financeira (próprios e famílias), levando a que alguns vivam em condições frágeis de higiene e salubridade. Ainda que, indiretamente, SAD é também um instrumento para sinalização de situações de vulnerabilidade.

Acordos com Segurança Social não cobrem a prestação de cuidados domiciliários todos os dias da semana incluindo fins de semana (custos suportados pelas próprias IPSS muitas vezes).

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

DEPENDÊNCIAS

CRI - Centro de respostas Integradas (Equipa de Tratamento de Abrantes).

Consulta de Jovens de Risco (atendimento local, no Centro de Saúde, consulta deslocalizada do CRI; jovens não têm de ter consumos ativos, assim intervenção também no âmbito da prevenção, esclarecimento, acompanhamento).

Articulação/encaminhamento do SAAS para Centro de Respostas Integradas (incluindo de casos que foram sinalizados ao SAAS por outros interlocutores locais: escolas, por exemplo).

Consciência da maioria dos atores sociais locais que os consumos/dependências rapidamente se assumem como um problema de saúde pública (e não só um problema do foro individual e/ou familiar).

Disponibilidades da maioria dos atores sociais locais para ajudar na acessibilidade dos utentes aos centros de tratamento de dependências.

INTERVENÇÃO PRECOCE

Equipa de intervenção precoce.

Criação de unidade de pedopsiquiatria do CHMT (projetada).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

DEPENDÊNCIAS

Aumento do número de jovens na Consulta de Jovens de Risco (lista de espera para Consulta pois escassez de recursos humanos no CRI não permite reforço da consulta).

Rotatividade dos técnicos dos Centros de Respostas Integradas (modelo definido a nível nacional): dificuldade de intervenção de continuidade, sendo que, com jovens de risco, este trabalho de continuidade é fundamental (intervenção precoce, evitar a repetição de padrões).

Aceitação social/desvalorização do(s) perigos do consumo de álcool e facilidade de acesso a consumos alcoólicos (pontos de venda, custo).

Pressão do grupo de pares (alguns jovens mais suscetíveis à pressão do grupo de pares para consumos).

Associação entre consumos de substâncias psicoativas (consumo de álcool enquanto percussor potencial de outros consumos e, nalguns casos, dependências).

Poucas atividades para os jovens (sobretudo em período de férias escolares).

Acessibilidades no interior do país dificultam acesso dos utentes aos centros de tratamento (agravado em período de férias escolares).

Alteração da tipologia de consumos (tendência em Portugal e na Europa): consumo de estimulantes (associado a raves), haxixe, álcool.

Diminuição da idade de experimentação (tendência nacional e europeia), até porque a experimentação também é um ato normativo, em grupo.

INTERVENÇÃO PRECOCE

Aumento do número de crianças em intervenção precoce (número de crianças acompanhadas excede já os protocolos com a Segurança Social).

Desresponsabilização de algumas famílias ou cuidadores e/ou indisponibilidade destes para escutar e intervir consoante a orientação dos técnicos.

Principal expectativa das famílias de crianças em intervenção precoce é o cuidado de saúde (desvalorização dos outros domínios da intervenção precoce).

Carência de recursos de pedopsiquiatria locais/regionais que possibilitem o acompanhamento continuado necessário (Hospital da Estefânia, em Lisboa, é o Centro Hospitalar de referência).

Dificuldade em continuar a dar o mesmo apoio na rede de escolas públicas por via do aumento significativo das crianças em intervenção precoce.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

SUSTENTABILIDADE DAS IPSS E QUALIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS

Qualificação das equipas técnicas (diferentes áreas de intervenção social)

Tomar Social | Espaço Social: boa prática de dinamização e apoio das entidades locais.

Programa de Apoio ao Associativismo (enquadra IPSS concelhias).

Esforço das IPSS para angariarem recursos.

Instrumentos de financiamento para as respostas sociais, nomeadamente o Programa de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2030, em particular o Programa Regional do Centro 2021-2027 (Centro 2030).

RESPOSTAS SOCIAIS | RECURSOS HUMANOS

Disponibilidade das entidades formativas para adequarem a oferta às necessidades das respostas sociais.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

SUSTENTABILIDADE DAS IPSS E QUALIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS

Montantes de comparticipação da Segurança Social por utente não asseguram a sustentabilidade e/ou a possibilidade de modernizar e qualificar as respostas sociais, para mais quando o acolhimento de utentes cujo perfil não se adequa à resposta social em que está integrado representa um acréscimo significativo de custos para a entidade (por exemplo, integração de idosos em ERPI que, pelos cuidados clínicos que necessitam, deveriam estar já integrados em Unidades de Cuidados Continuados, ou idosos integrados em Centros de Dia, mas que deviam estar em ERPI: promoção de outras/novas atividades para a integração de pessoas com deficiência ou incapacidade, etc).

Envelhecimento demográfico torna urgente a necessidade de qualificação do SAD | Serviços de Apoio Domiciliário, mas montantes de comparticipação não possibilitam esse investimento das IPSS (intervenção multidisciplinar das equipas de SAD: prestação de cuidados de enfermagem, fisioterapia, estimulação neuro-cognitiva, limpeza do domicílio, ...).

Exigências legais às IPSS que não conseguem por vezes suportar (regulamentação).

Carga burocrática que impende sob as entidades sociais (relação com a Administração Central e entidades financiadoras).

Pouca capacidade financeira para qualificar as atividades nas respostas sociais (por exemplo, contratação de animadores sociais para ERPI ou Centros de Dia, levando a que, por vezes, as atividades sejam desenvolvidas por outros colaboradores sem formação específica).

Necessidade de recorrer a formas mais voluntaristas de angariação de fundos em todas as valências sociais: idosos, deficiência ou incapacidade, dependências, crianças com necessidades educativas especiais... (festas, sardinhas, passeios,)

Aumento de custos (conjuntura económica nacional e internacional)

PRR: reduzido montante alocado à modernização profunda do setor social do país: modernizar as infraestruturas e equipamentos que existem e construir novas respostas.

RESPOSTAS SOCIAIS | RECURSOS HUMANOS

Dificuldades de contratação de colaboradores para respostas sociais (pouca atratividade do posto de trabalho, baixa remuneração, horários de trabalho prolongados e por turnos, dificuldades de acesso por transporte público, ...).

Dificuldades de encaminhamento de formandos para formação e para as respostas sociais (pós-formação): salários, funções, horários de trabalho, acesso por transporte público).

CONCLUSÕES

Na saúde, a realidade concelhia caracteriza-se pela maioria das tendências que mantêm o setor sob grande pressão no país atualmente. Pese embora sejam identificados alguns domínios de oportunidade (por exemplo, contratação de médicos estrangeiros ou a reintegração de médicos já reformados no SNS), no terreno existe a perceção que não são suficientes para, a curto e médio prazo, mitigar aquele que é visto como o principal constrangimento: a escassez e/ou dificuldade de contratação de médicos pelo Serviço Nacional de Saúde. Em Tomar, tal como no país, este constrangimento traduz-se não só nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários, mas também nos Centros Hospitalares (e que, no Médio Tejo, já conduziram a períodos de contingência planeada da Urgência Pediátrica da Unidade Hospitalar de Torres Novas).

A existência de unidades de saúde privadas na região pode ser encarada como um recurso para alguns municípios, mas faz emergir situações de desigualdades social, na medida em que as pessoas com menores condições materiais de vida não têm capacidade económica para aceder a esses serviços de saúde.

A futura reorganização do SNS, com a criação da Unidade Local de Saúde, gera alguma expectativa e receio nos interlocutores, no sentido em que, para além do período de ajustamento em que poderão surgir mais ineficiências, receia-se que a reorganização do sistema não seja suficiente para

esbater o que, localmente, é percecionado como uma gradual degradação da prestação de cuidados de saúde no setor público por falta de recursos. Neste sentido, existe também a preocupação de que a saúde passe não só a refletir, mas também a acentuar cada vez mais fatores de desigualdade social. Por outro lado, e do ponto de vista de quem, como profissional, tem de recorrer muitas vezes às unidades de cuidados de saúde primários e hospitalares, existe também o receio de passar ainda a ter mais dificuldades de encontrar as respostas de forma célere para os seus utentes. Essa preocupação expressa-se já, de acordo com a informação recolhida junto de interlocutores com intervenção direta em vários domínios, em casos concretos. Tal é o caso da dificuldade em encontrar respostas rápidas para perfis-tipo que, até há pouco tempo, eram enquadrados quase imediatamente, como sejam, por exemplo, mulheres grávidas imigrantes (cada vez maior dificuldade em conseguir médico de família para enquadrar estes casos em que o acompanhamento clínico é premente). A percentagem de utentes com médico de família no concelho atingiu em 2023 os 91,6%, no entanto, 24,5% dos utentes da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Tomar continuam a aguardar pela atribuição de um médico de família.

Ainda que no que concerne ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, vários interlocutores reportaram também as dificuldades que os utentes têm em aceder por vezes às consultas programadas e/ou

de urgência via rede de transportes públicos inter-concelhia. Significativamente, esta dificuldade gera também fatores de ineficiência nos próprios serviços de saúde (por exemplo, falta de consultas programadas, necessidade de reagendamento dessas consultas).

Na área da deficiência ou incapacidade, os atores destacam a qualidade da resposta social local, mas identificam também a insuficiência da capacidade instalada (CACI, Lar Residencial e inexistência de Internamento Temporário). A fragilidade das políticas públicas dirigidas aos cuidadores informais leva a que alguns cuidadores de pessoas com deficiência estejam exaustos física e emocionalmente, o que, por sua vez, pressiona ainda mais as respostas sociais. Por outro lado, prevalece ainda o preconceito social que obsta, muitas vezes, à efetiva possibilidade de integração das pessoas com deficiência ou incapacidade. A este nível, mas por relação às pessoas com doença do foro mental, é destacada pela positiva a ROL – Rede de Ocupação Local, um programa de incentivo à (re)integração socioprofissional de pessoas com problemas de saúde mental, com deficiência ou incapacidade ou outras vulnerabilidades (iniciativa atualmente gerida no âmbito do CLAS).

CONCLUSÕES

Também na área da saúde mental são sublinhadas várias fragilidades, destacando-se nomeadamente a inexistência de respostas comunitárias dedicadas especificamente à área da saúde mental em Tomar e no Médio Tejo (Residência Autónoma, Residência de Apoio Moderado) ou a inexistência de uma Rede de Cuidados Continuados de Saúde Mental a nível nacional. A desadequação das respostas passíveis de mobilizar para o perfil de algumas pessoas com doença mental gera resistência nalguns destes utentes, o que se torna um obstáculo à sua capacitação e autonomização. Também aqui, tal como no caso da Saúde em geral, boa parte das fragilidades identificadas decorrem das políticas públicas a nível nacional. Apesar disso, a nível regional são designados também alguns recursos importantes, tanto a nível da administração central como de promoção por parte da sociedade civil (por exemplo, Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Médio Tejo e seu projeto Visita Domiciliária e, ainda que com capacidade limitada, o Fórum Sócio Ocupacional e a breve entrada em funcionamento de uma equipa de Apoio Domiciliário de CCI em Saúde Mental pela Associação de Saúde Mental do Médio Tejo).

De referir por fim, os fortes constrangimentos que se colocam já hoje às equipas de intervenção precoce. Para além da escassez de recursos humanos que permitam fazer face ao aumento do número de crianças acompanhadas, a desresponsabilização e a desadequação das expectativas de algumas famílias ou cuidadores

(centramento na prestação de cuidados de saúde e desvalorização dos outros domínios da intervenção precoce) gera fatores de entropia sobrecarregando ainda mais a equipa. A criação de uma Unidade de Pedopsiquiatria no CHMT (projetada) possibilitará, ainda assim, passar a aceder regionalmente a recursos que, atualmente, só são disponíveis em Lisboa (Hospital de referência).

Em relação às populações especialmente vulneráveis, as pessoas idosas são referenciadas amiúde, ainda que o concelho de Tomar apresente um índice de envelhecimento elevado, em 2021, por cada 100 jovens existiam 293,8 idosos, tendo este indicador registado um aumento significativo no período intercensitário. O concelho de Tomar acompanha a tendência nacional de envelhecimento da população, ainda que a um ritmo superior, o que deve gerar uma maior atenção e intervenção junto da população mais idosa residente no concelho, e em especial nas zonas mais rurais.

Apesar da realização dos Censos Sénior, a escassez de efetivos nas forças de segurança dificulta uma atualização mais frequente e, assim, existe um receio generalizado entre os atores sociais locais de que, na prática, existam mais idosos isolados do que os sinalizados. O isolamento social dos idosos é potenciado pelo estilo e ritmo de vida nas sociedades contemporâneas, que leva a que, designadamente, algumas famílias se confrontem com muitas

dificuldades para acompanhar os seus familiares mais idosos e/ou que deleguem em entidades terceiras a responsabilidade pela prestação de cuidados, mas também pelo enfraquecimento gradual do sentido de comunidade e de solidariedade entre vizinhos que prevalecia antigamente, mesmo nas zonas mais rurais.

Em termos das respostas sociais para os idosos, colocam-se questões de capacidade instalada e até mesmo da inexistência de Centro de Noite, mas também, uma vez mais, definições de políticas públicas, mormente a insuficiência de acordos protocolados com a Segurança Social e a inadequação dos montantes de comparticipação por utente pela Administração Central. Desafiando, por um lado, a sustentabilidade das IPSS (e que as leva, por vezes, a ter de recorrer a práticas ditas voluntaristas), limita, por outro, a possibilidade efetiva que têm para qualificar as respostas sociais (diversificação e qualificação das atividades, por exemplo, tanto em ERPI, como nos Centros de Dia ou nos Serviços de Apoio Domiciliário).

A dificuldade em encontrar colocação em ERPI, em vagas protocoladas com a Segurança Social, para pessoas idosas após períodos de hospitalização e nos casos em que o retorno ao domicílio não é possível por perda de autonomia da pessoa (hospitalizações sociais) é, aliás, uma dificuldade reportada também pelos próprios profissionais que trabalham no setor de saúde.

CONCLUSÕES

Por outro lado, o acolhimento de pessoas cujo perfil de necessidade não corresponde à resposta social de enquadramento (por exemplo, acolhimento de pessoas idosas que exigem cuidados clínicos específicos ou acolhimento de idosos em Centros de Dia que deveriam estar já em ERPI) não só representa um custo de funcionamento acrescido para as IPSS, como se reflete depois na dinamização de atividades passível de promover e, por esta via, na resistência de alguns idosos mais isolados à possibilidade de passarem a frequentar Centros de Dia, por exemplo.

A existência do Centro de Respostas Integradas dota a região de um recurso fundamental na área da prevenção dos consumos e do tratamento das dependências. O CRI assegura a Consulta de Jovens em Risco uma vez por semana no Centro de saúde, o que se assume também como um recurso muito importante para Tomar, especificamente. Apesar disso, de registar que existe lista de espera para estas consultas, reflexo da escassez de recursos humanos com que o CRI se debate e que impossibilita o reforço deste serviço desconcentrado no concelho, mas também o aumento do número de jovens munícipes encaminhados para esta consulta. Esta carência é agravada ainda pela rotatividade dos técnicos da equipa do CRI (fruto do modelo de apoio a nível nacional) que influi necessariamente na relação terapêutica entre técnico e utente e, sobretudo,

nas dinâmicas de prevenção dos consumos e /ou tratamento que são o objetivo máximo último daquela relação.

No que respeita ao tratamento, as acessibilidades a nível regional configuram-se como um dos principais obstáculos, pois, a despeito dos esforços desenvolvidos pelas autarquias e pela Comunidade Intermunicipal, mantêm-se alguns obstáculos à mobilidade via transporte público a nível regional (ir ao tratamento pode demorar um dia inteiro por causa das deslocações).

Em termos da prevenção das dependências de salientar três pontos fundamentais: para começar, a aceitação social do consumo do álcool, aceitação essa que se verifica tanto entre os jovens, como significativamente, entre os adultos. De resto, não é incomum, de acordo com alguns agentes locais, que as famílias tendam a desvalorizar o consumo de álcool por parte dos seus filhos exatamente por ser 'só' álcool (por oposição a outras substâncias psicoativas que tendem a assustar mais os pais/famílias). Esta desvalorização social do consumo de álcool, a par da facilidade de acesso (pontos de venda) e até mesmo do seu baixo custo, faz com que as ações de informação e sensibilização devam ser encaradas como uma aposta relevante no Plano de Desenvolvimento Social. Este aspeto é tão mais relevante quanto uma parte importante dos casos de violência doméstica estão associados também a problemas de consumo de álcool.

Ainda no que respeita aos jovens, de registar também a alteração das tipologias dos consumos que se tem verificado não só em Portugal (e que se reflete também no concelho), mas também a nível europeu. Por outro lado, e sendo esta também uma tendência europeia, observa-se uma tendência de diminuição da idade de experimentação. Assim, em termos da intervenção futura importa definir iniciativas articuladas entre vários agentes que abordem também a dimensão do grupo de pares e dos fatores protetores.

6

SEGURANÇA, PROTEÇÃO E CIDADANIA



CRIMINALIDADE

Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Contra o estado	Outros
277	461	152	14	54

Sendo globalmente considerado um território seguro, o concelho de Tomar apresenta, ainda assim, níveis de criminalidade ligeiramente mais elevados do que os registados no Médio Tejo e na região Centro. Em 2015, foram registados pelas autoridades 35,8 crimes por mil habitantes, enquanto no Médio Tejo esse valor era de 28,5 e na região Centro de 28,2 crimes por mil habitantes.

Apesar disso, verificou-se uma diminuição significativa deste índice entre 2015 e 2021. Esse decréscimo é comum a todas as unidades territoriais, mas é particularmente significativa em Tomar, sendo mesmo no concelho que se observa uma taxa de variação negativa mais elevada (-26,8). Assim, em 2021, os crimes registados por mil habitantes no concelho eram ainda superiores aos do Médio Tejo e do Centro, mas já inferiores aos do Continente.

Totalizando quase metade dos crimes registados, a categoria dos crimes contra o património (que inclui os crimes de furto) é o mais representativo (48,1%).

Os crimes contra as pessoas (crimes de ofensa à integridade física, de violência doméstica, de ameaça e coação) representavam, em 2021, 28,9% do tal de crimes registados no concelho e os crimes contra a vida em sociedade 15,9%. A distribuição relativa por tipo de crime é comum a todas as unidades territoriais de referência.

CRIMES COMETIDOS POR TIPO DE CRIME (EM % DO TOTAL DE CRIMES) | 2021

	Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Outros
Continente	25.7	50.1	11.6	2.2	10.3
Centro	28.3	49.1	13.0	2.3	7.3
Médio Tejo	28.1	48.9	14.1	2.1	6.8
Tomar	28.9	48.1	15.9	1.5	5.6

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

CRIMES REGISTADOS PELAS POLÍCIAS POR MIL HABITANTES

	2015	2021	Taxa de variação (%)
Continente	34.2	28.0	-18.1
Centro	28.2	23.6	-16.3
Médio Tejo	28.5	22.4	-21.5
Tomar	35.8	26.2	-26.8

Fonte de dados: IDGP/MJ, Fonte: PORDATA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em 2021, Tomar apresentava uma taxa de crimes de violência doméstica por mil habitantes (1,2) inferior à do Médio Tejo (1,5) e, sobretudo, em relação à da região Centro (2) e do Continente (2,1).

Concomitantemente, verificou-se uma redução bastante acentuada dos crimes de violência registados pelas autoridades de segurança pública no concelho entre 2015 e 2021 (taxa de variação negativa equivalente a -56,1%). A esse nível, o Médio Tejo e sobretudo Tomar apresentam mesmo uma tendência inversa à do Continente e à da região Centro, onde se observa um aumento do número registados destes crimes.

Os dados da APAV relativamente a Tomar não denotam esse decréscimo, mas tratando-se de situações de procura de ajuda voluntária por parte das vítimas, e sabendo-se que muitas pessoas se sentem ainda constrangidas a fazê-lo, os números não são diretamente comparáveis com os dados do Ministério da Justiça. De qualquer maneira, registre-se que, segundo os Relatórios Anuais da APAV, o número de vítimas apoiadas no concelho se mantém relativamente estável desde 2019, ao invés do que se regista em relação a Portugal, onde o aumento tem sido contínuo (de 9.344, em 2018, para 14.688 em 2022). Este aumento conduziu a que, entre 2020 e 2022, a APAV tenha registado um aumento de 25,5% do número de atendimentos efetuados pelos seus Serviços de Proximidade.

Em Portugal, as mulheres continuam a ser a principais vítimas (77,7% em 2022, num total de 14.688), registando-se o atendimento também, em 2022, de 1.528 pessoas idosas, 2.595 crianças e jovens e 3.013 vítimas do sexo masculino.

Como recurso, o município de Tomar inaugurou, em 2020, o Espaço M. Este espaço atendimento e apoio às vítimas de violência doméstica e de género, conta com técnicos com formação em Técnicas de Apoio à Vítima e está integrado no Projeto Maria, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que intervém sobre o fenómeno da violência doméstica em todos os municípios da região.

CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA)

	2018	2019	2020	2021	2022
Continente	9.344	11.676	13.093	13.234	14.688
Médio Tejo	72	109	136	97	107
Tomar	16	23	21	19	22

Fonte: APAV (Relatórios anuais)

CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REGISTADOS PELAS POLÍCIAS POR MIL HABITANTES

	2015	2021	Taxa de variação (%)	Crimes registados por mil habitantes (2021)
Continente	20.800	21.028	1.1	2.1
Centro	4.378	4.494	2.6	2.0
Médio Tejo	476	357	-25.0	1.5
Tomar	98	43	-56.1	1.2

Fonte de dados: IDGP/MJ, Fonte: PORDATA

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Constituídas com o objetivo de promoção dos direitos e da proteção das crianças e dos jovens em perigo, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral, as Comissões de Crianças e Jovens em Risco assumem-se hoje como um instrumento fundamental de intervenção comunitária no domínio da Infância e da Juventude.

Em Tomar, e por relação a 2016, verifica-se um decréscimo do número total de processos movimentados em 2022 (296 processos em 2016, 264 processos em 2022).

A desagregação dos dados pelo tipo de processo põe em evidência, no entanto, que aquele decréscimo resulta sobretudo da diminuição do número de processos transitados e do número de processos reabertos, e que, comparando com 2016, se verifica, na prática, um aumento do número de processos instaurados (136 em 2022 contra 103 em 2016).

Esta dinâmica está, de resto, em linha com a tendência nacional, onde mesmo entre 2021 e 2022 se continuou a verificar um aumento do número de sinalizações de situações de perigo e um acréscimo do número de crianças e jovens acompanhados. De acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ, este acréscimo das sinalizações e, por consequência do número de crianças e jovens acompanhadas e com medidas em execução, resulta também da consciencialização crescente da sociedade civil em geral (pessoas e entidades em geral) para o papel fundamental em matéria da proteção das crianças e jovens.

Analisando por situações de perigo, em 2022, as problemáticas mais diagnosticadas foram a 'Negligência' (29%), a 'Violência Doméstica' (21,7%, e que, se adicionada à tipologia de 'Maus-Tratos' (7,2%) ascende a 28,9% do total de sinalizações), e os comportamentos que atentam ao direito à educação. As situações atentatórias do Direito à Educação de crianças e jovens representaram 20,3% das comunicações à CPCJ, e os 'Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude' (comportamentos de crianças e jovens que afetam o seu bem-estar e o seu desenvolvimento sem que os pais e cuidadores se oponham de forma adequada) totalizaram 18,8% das sinalizações.

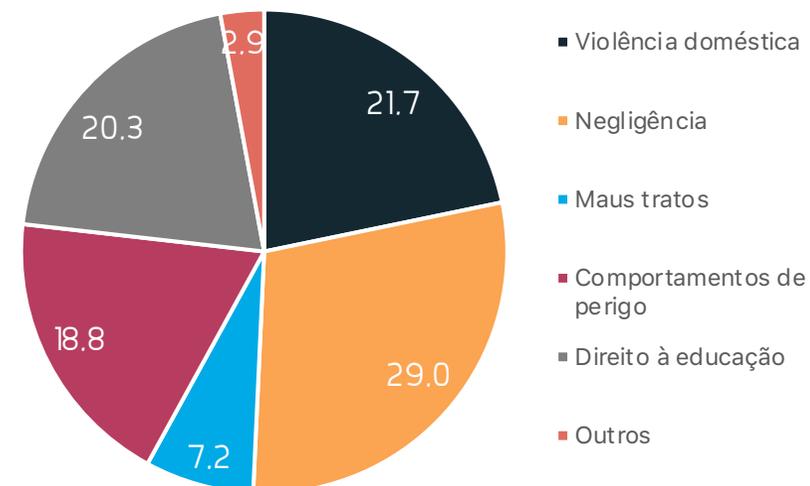
Também a nível nacional, os comportamentos de perigo na infância e juventude ganharam relevo entre as tipologias de perigo registadas pelas CPCJ, passando a ser a terceira categoria mais comunicada e diagnosticada.

MOVIMENTO PROCESSUAL POR TIPO DE PROCESSO (2015 E 2022)

	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	Processos movimentados (total)
2016	139	103	54	296
2022	95	136	33	264

Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2016 e 2022); CNPDPCJ

PROBLEMÁTICAS DIAGNOSTICADAS (2022)



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2016 e 2022); CNPDPCJ

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Dado o peso que esta categoria assume já também em Tomar, a inexistência de algumas estruturas e respostas sociais dirigidas especificamente às crianças e jovens assume particular relevância. Destaca-se a inexistência de Lar de Infância e Juventude e, sobretudo, numa perspetiva de acompanhamento e intervenção integrada junto do público-alvo (que envolve também a intervenção junto dos seus familiares e cuidadores) a inexistência de CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental no concelho. Esta fragilidade afigura-se tão mais relevante quanto a esmagadora maioria das medidas em execução em 2022 no concelho era justamente o 'Apoio junto dos pais/outro familiar' (118 num total de 126 medidas em execução, equivalente a 81,7%)

Pelo seu âmbito de intervenção, as forças de segurança são a principal entidade sinalizadora (30,3%) de situações de risco. Do ponto de vista da perspetivação da intervenção social concelhia, destaca-se também o papel crucial que os estabelecimentos de ensino (19,7%), os vizinhos e outras pessoas particulares (14,6%), os 'estabelecimentos de saúde' (7,3%), projetos implementados no terreno (4,5%), denunciadores anónimos (1,7%) e as IPSS (0,6%) têm neste domínio. Representando, no total, 48,4% do total de sinalizações, assumem-se como interlocutores fundamentais no sistema de promoção e proteção. Para além disso, revela a importância de se continuar a investir nas ações de informação e de sensibilização da comunidade em geral.

MEDIDAS EM EXECUÇÃO POR TIPO MEDIDA (2022)

Acolhimento Residencial	Apoio junto de outro familiar	Apoio junto dos Pais
8	15	103

ENTIDADE SINALIZADORA (2022)

	%
Forças de Segurança	30.3
Estabelecimentos de Ensino	19.7
Vizinhos e Particulares	14.6
Ministério Público	9.0
Estabelecimentos de Saúde	7.3
Tribunal	4.5
Projetos (comunitários e outros projetos)	4.5
Autarquia	2.8
Familiares (incluindo 'pai' e 'mãe')	2.8
CPCJ	2.2
Anónimos	1.7
IPSS	0.6



- 0 Lar de Infância e Juventude
- 0 CAFAP

ACIDENTES DE VIAÇÃO

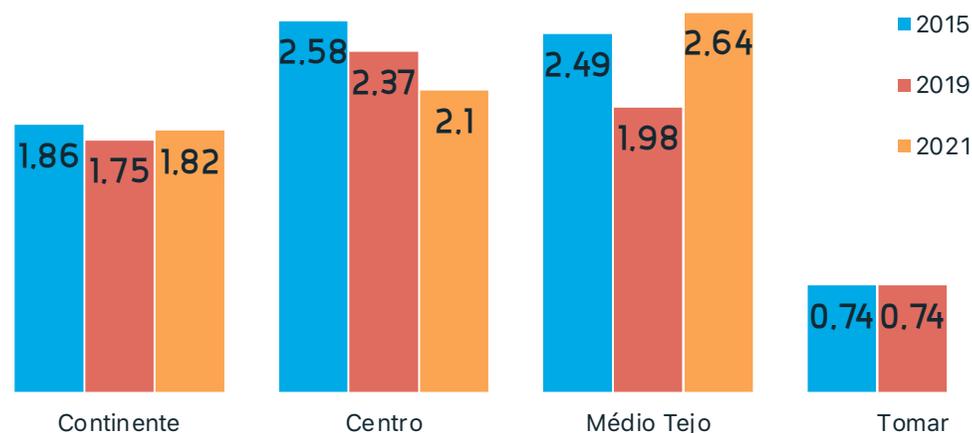
Tomar apresenta um índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (IG) bastante inferior às outras unidades territoriais de referência, sendo que, em 2021, o valor foi mesmo nulo (IG=0), mas registou um aumento relevante no Médio Tejo.

Na medida em que, de acordo com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária a sinistralidade rodoviária em 2021 foi ainda bastante condicionada pelas alterações verificadas na mobilidade em contexto pandémico, optou-se por apresentar dados também para o ano de 2019 (pré-pandemia). Como se observa, o índice de gravidade da sinistralidade rodoviária em Tomar em 2019 era de 0,74, exatamente o mesmo valor que em 2015.

Sendo este um indicador positivo, importa alertar, no entanto, para o facto de o número de crimes por condução com álcool no concelho de Tomar ser, em 2021, tanto em termos absolutos como relativos, o mais elevado do Médio Tejo: nesse ano, e com um total de 121 crimes, esse indicador de criminalidade no concelho representa 26,4% do total registado no Médio Tejo. Do ponto de vista da perspetivação da intervenção, este deverá ser, portanto, um elemento a levar em linha de consideração.

Este elemento é tão mais relevante quanto surge em conformidade com as indicações do SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências que alerta para uma tendência de crescimento dos consumos de risco ou dependência na população com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos no ciclo de 2017 a 2020, o que inverte a tendência do ciclo anterior (2013-2016) em que registou uma alteração positiva de alguns indicadores, designadamente a diminuição dos consumos, a perceção dos menores sobre o consumo de álcool e melhorias ao nível da morbilidade e da mortalidade (Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool, 2021).

ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS



ÍNDICE DE GRAVIDADE = NÚMERO DE ÓBITOS POR ACIDENTES DE VIAÇÃO

	Total de acidentes de viação c/ vítimas	N.º acidentes com vítimas mortais	N.º de feridos graves	N.º de feridos ligeiros	Crimes por condução c/álcool
Continente	29.217	502	1.987	34.194	20.417
Centro	7.087	143	528	8.267	5.466
Médio Tejo	681	16	67	799	458
Tomar	124	0	8	148	121

BOMBEIROS



O município de Tomar é atualmente servido por uma corporação de bombeiros (gestão municipal). De acordo com os dados oficiais, em 2021, os Bombeiros do Município de Tomar tinham 79 efetivos, mais 3 do que em 2015, sendo um corpo de bombeiros misto, isto é, que integra bombeiros sapadores e bombeiros voluntários (génese da corporação).

No cumprimento da regulamentação legal, os Bombeiros do Município de Tomar são uma unidade operacional e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o exercício de missões, entre outras, no âmbito do sistema integrado de emergência médica (emergência pré-hospitalar), assistência à população, socorro em acidentes, incêndios rurais, habitacionais e industriais, e compromisso de estruturas.

Em 2018, foi deliberado pelo Executivo a assinatura de um protocolo com o INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica no sentido da constituição de um Posto de Emergência Médica (PEM) no concelho.

De salientar que a corporação de bombeiros não faz o transporte de doentes não urgentes (emergência hospitalar), ficando esse transporte a cargo de empresas privadas.

Por relação com as outras unidades territoriais de referência, Tomar é o único que registou uma taxa de variação positiva entre 2015 e 2021 do número de efetivos (+3,9%). Apesar desse reforço, o número de habitantes por bombeiro é ainda bastante superior ao do Médio Tejo, ao da região Centro e até mesmo ao do Continente.

A atualização dos veículos e dos equipamentos (logística, comunicações, equipamentos de proteção individual, etc.) é assegurada pela autarquia.

CARACTERIZAÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS DE TOMAR | 2021



	Corporações de bombeiros	Bombeiros		Variação 2015/2021	Habitantes por bombeiro
		2015	2021		
Continente	438	27.427	24.584	-10.4	403.4
Centro	42	8.988	7.593	-15.5	295.8
Médio Tejo	17	1.125	1.048	-6.8	219.9
Tomar	1	76	79	3.9	463.2

AUTORIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Autoridades de segurança pública em Tomar



1 GNR - Posto Territorial de Tomar



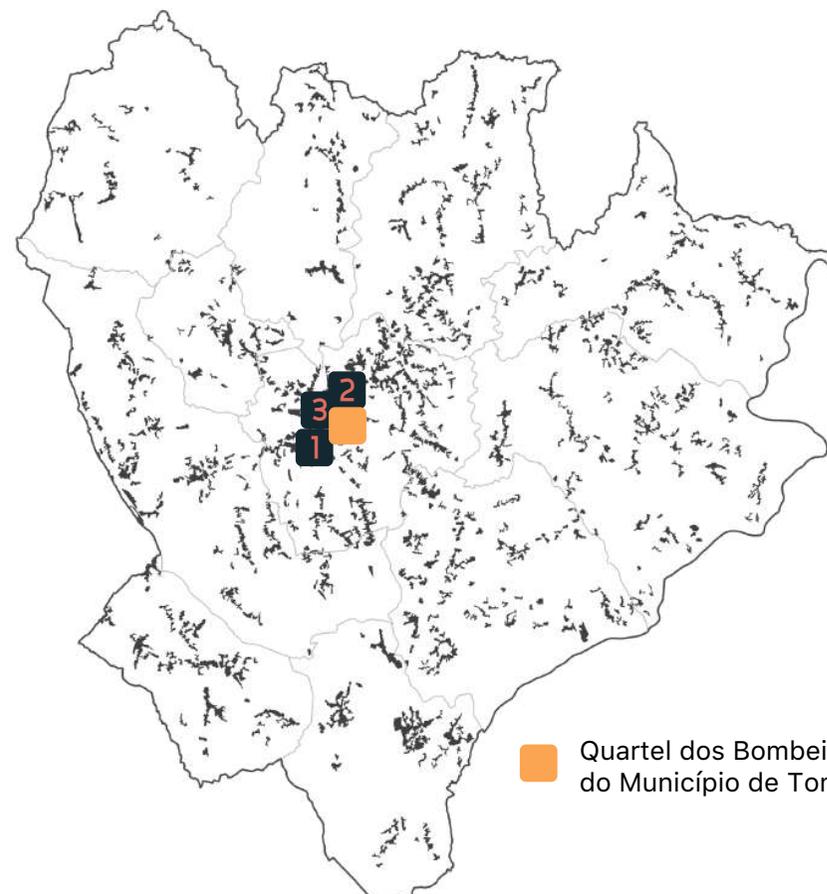
2 Policia de Segurança Pública de Tomar

3 Proteção Civil (C.M. Tomar)

Em termos de autoridades de segurança pública, o concelho de Tomar conta com a presença quer da PSP - Polícia de Segurança Pública, quer da GNR - Guarda Nacional Republicana. O Destacamento Territorial de Tomar da GNR é constituído por cinco Postos Territoriais (Redefinição das subunidades operacionais, Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro), um deles situado no território concelhio:

- Posto Territorial de Caxarias
- Posto Territorial de Fátima
- Posto Territorial de Ferreira do Zêzere
- Posto Territorial de Ourém
- Posto Territorial de Tomar

Em 25 de setembro de 2020 entrou em vigor o PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Tomar, documento no qual estão definidos as orientações e os normativos relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a desempenhar em operações de proteção civil.



 Quartel dos Bombeiros do Município de Tomar

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Com uma área total de 351 km², o concelho de Tomar representa 10,5% do território do Médio Tejo (3.344 km²) e 0,4% do território de Portugal continental (89.102km²). Para além da sua área urbana e periurbana, Tomar tem também uma área rural significativa (área agrícola, área florestal e matos) e ainda povoamentos florestais.

Em face das alterações climáticas, os fenómenos climáticos extremos, entre os quais, e em Portugal, se têm destacado sobretudo as ondas de calor, têm potenciado o surgimento de incêndios florestais e rurais de grandes dimensões, que para além das perdas ambientais no sentido mais estrito do termo têm também custos e impactos profundos a nível económico e social.

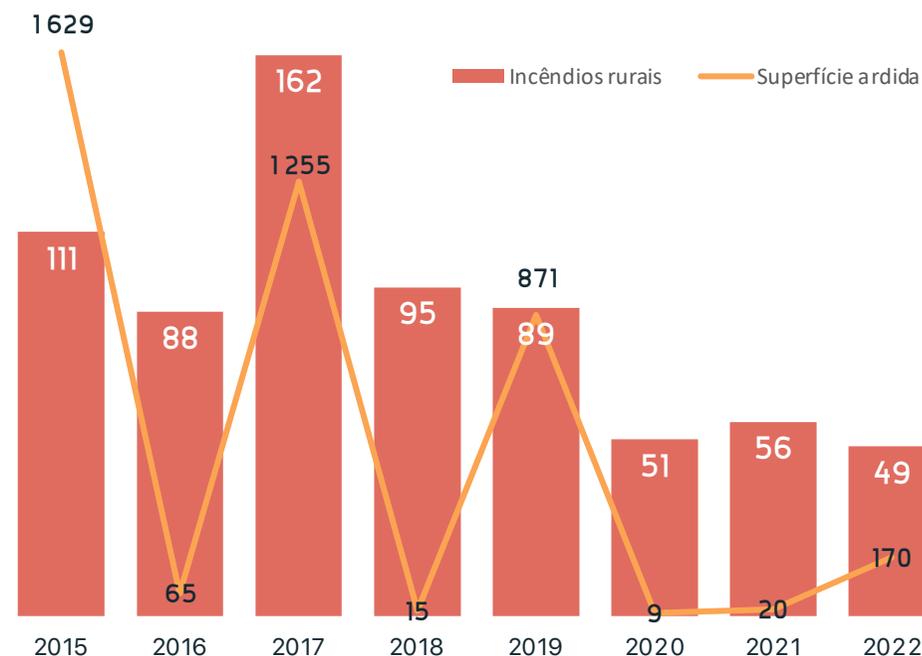
No concelho de Tomar, 2015, 2017 e 2019 configuram-se como os anos em que incêndios de grandes proporções levaram a maior superfície ardida. Em 2022, e por relação aos dois anos anteriores, verificou-se um aumento da área ardida, em particular nos povoamentos florestais (130ha).

Organicamente, a Câmara Municipal de Tomar dispõe de uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta, integrada na Divisão de Proteção Civil. No cumprimento das obrigações legais, em agosto de 2020, entrou em vigor o PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Tomar cuja vigência é até 2029.

SUPERFÍCIE ARDIDA EM TOMAR (HA) | 2022

Povoamentos florestais	Matos	Área Agrícola
130	16	24

INCÊNDIOS RURAIS E SUPERFÍCIE ARDIDA EM TOMAR (2015-2022)



IGUALDADE DE GÉNERO

RENDIMENTOS

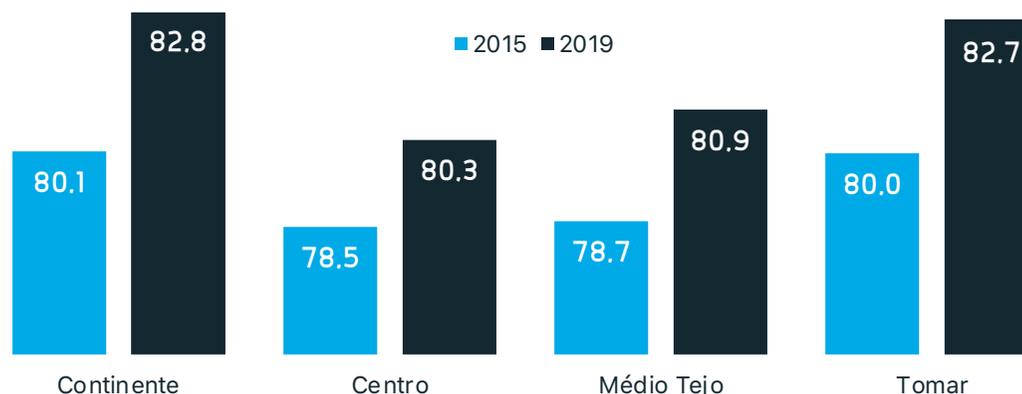
Enquadradas no âmbito mais alargado da defesa dos Direitos Humanos, as temáticas da igualdade de género e não discriminação têm ganhado um peso crescente ao nível da discussão pública, mas também das próprias políticas públicas. A nível nacional, foi publicada, em 2018, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual.

Considerando os últimos dados disponíveis do Observatório de Luta Contra a Pobreza, e por comparação com os homens (21.2%), as mulheres continuam a constituir-se como o grupo em maior risco de pobreza ou exclusão social (23.5%). (Pobreza e exclusão social em Portugal, Relatório 2022)

De facto, apesar de a diferença entre as taxas de participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho ter vindo a diminuir nos últimos anos, persistem fatores de desigualdade de género, designadamente a distância entre níveis salariais médios de homens e mulheres (associado não só, mas também à progressão das carreiras e ao acesso a lugares de chefia e de direção).

Analisando os níveis salariais médios, verifica-se a manutenção de uma disparidade entre homens e mulheres em todas as unidades territoriais, sendo que, no concelho de Tomar, a distância entre esses níveis salariais é muito semelhante à do Continente, mas inferior à do Médio Tejo e à da região Centro. Ainda assim, em 2019, o nível salarial médio das mulheres no concelho representava ainda só 82,7% do ganho mensal médio dos homens.

DISPARIDADE NO GANHO MÉDIO MENSAL (ENTRE SEXOS - %) | 2015 - 2019



Tomar é o 6.º território do Médio Tejo com menor disparidade no ganho médio mensal entre sexos.

Apenas Constância (64,2%), Entroncamento (73,4%), Mação (75,4%) Abrantes (78,7%) e Ourém (79,1%) registam menor disparidade no ganho médio mensal.

O ganho médio mensal (GMM) contempla o montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário; inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

IGUALDADE DE GÉNERO

SUBSÍDIO PARENTAL

Fruto da própria mudança societária ao longo das últimas décadas sobretudo nas sociedades contemporâneas ocidentais, para além dos indicadores do ensino e do mercado de trabalho, a parentalidade passou a ser encarada também como um domínio de análise das desigualdades de género. Historicamente concebido para apoio da maternidade/mães, há uma década e meia o regime de proteção da parentalidade foi alterado implementando incentivos legais para a partilha da licença parental.

Apesar do maior número de beneficiárias continuarem a ser as mães, a proporção de pais beneficiários do subsídio parental (47,3%), em 2021, em Tomar, surge já em linha com os valores do Médio Tejo e da região Centro, e mais elevados até do que os registados no Continente (46,6%). Este indicador é mais relevante quando se observa que, em 2015, Tomar registava valores inferiores aos do Médio Tejo e ao Centro.

Se, até certo ponto, a variação positiva entre 2015 e 2021 espelhará também a tendência social para, nos casais mais jovens, se desconstruir mais o estereótipo da mãe enquanto única cuidadora, quando se analisa o número médio de dias de licença regista-se, apesar de tudo, uma diferença ainda muito significativa entre géneros: o número médio de dias gozados pelos homens (26,4) restringe-se quase exclusivamente ao período de licença parental inicial exclusiva do pai (que tem uma duração total de 25 dias úteis, dos quais 15 têm carácter de gozo obrigatório e 10 de gozo facultativo).

A inexistência de medidas ativas que incentivem uma maior partilha das responsabilidades familiares e uma maior sensibilização da população para a temática é, de resto, uma das lacunas identificadas Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.

BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO PARENTAL

	Total (2021)	Beneficiários(as) (%)			
		2015		2021	
		H	M	H	M
Continente	154.004	44.2	55.8	46.6	53.4
Centro	32.155	45.8	54.2	47.7	52.3
Médio Tejo	3.122	45.0	55.0	47.3	52.7
Tomar	465	41.6	58.4	47.3	52.7

	N.º médio de dias de licença				Variação do n.º médio de dias de licença (2015-2021)
	2015		2021		
	H	M	H	M	
Tomar	26.4	105.8	32.1	106.6	5.7

IGUALDADE DE GÉNERO

POLÍTICA MUNICIPAL

No cumprimento das obrigações protocoladas, o município de Tomar aprovou já o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, no qual estão identificadas as prioridades estratégicas de intervenção para o horizonte temporal de 2023-2026:

- Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações, a todos os níveis da administração pública,
- Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional,
- Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género,
- Promover uma cultura e comunicação social livres de estereótipos sexistas e promotoras da Igualdade entre Mulheres e Homens,
- Integrar a promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens no combate à pobreza e exclusão social,
- Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados,
- Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTQIA+ e da discriminação em razão da OIEC (Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais).

Significativamente, o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação define a promoção da igualdade e da não discriminação enquanto fator de promoção da coesão socio-territorial a dever ser incorporado nos diferentes domínios de intervenção do município, abrindo caminho a iniciativas no âmbito da promoção da igualdade de género em múltiplos domínios da intervenção social local.



2023 - 2026



MINORIAS E COMUNIDADES MIGRANTES

Em linha com a dinâmica que se regista no Continente, Tomar tem vindo a registar um aumento da população residente com nacionalidade estrangeira. De acordo com os dados oficiais, que naturalmente registam apenas as pessoas com estatuto legal de residente, entre 2015 e 2022, o concelho registou uma taxa de variação de 103,8%: em 2015, a população estrangeira com estatuto legal de residente representava 1,8% do total de população residente, em 2022 essa proporção subiu para 3,7%.

Tomar está integrado na Rede de Centros Locais de Apoio à Integração dos imigrantes, dispondo de um gabinete desde 2016 que trabalha em articulação com o ACM - Alto Comissariado para as Migrações, IP. Os CLAIM são estruturas descentralizadas pelo território nacional cujo objetivo é apoiar o processo de acolhimento e integração dos migrantes em articulação com as diversas estruturas locais, e a promoção da interculturalidade a nível local.

Por definição legal, os utentes do Centro de Apoio à Integração de Migrantes podem requerer que não haja registo dos seus dados na plataforma do ACM – Alto Comissariado para as Migrações, pelo que os dados do CLAIM de Tomar, sendo oficiais, estão registados por defeito. Ainda assim, e como se verifica, o CLAIM tem observado um número de registos/utentes significativo, com especial destaque nos anos de 2019 e 2020.

Salvagarde-se, evidentemente, que nem todos os residentes de nacionalidade estrangeira são utentes do CLAIM, pois esta, sendo uma estrutura de apoio aberta a todos, tende a ser naturalmente procurada por migrantes com um perfil socioeconómico e com um percurso migratório mais vulneráveis.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE

	2015	2022	Taxa de variação (%)
Continente	3.8	7.7	102.6
Centro	2.3	4.8	105.7
Médio Tejo	2.0	4.0	97.9
Tomar	1.8	3.7	103.8

NÚMERO DE ATENDIMENTOS NO CLAIM - CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE TOMAR

2018	2019	2020	2021	2022
64	152	152	66	86

Fonte: CLAIM Tomar

NÚMERO DE ATENDIMENTOS NO SAAS

2022	2023
34	71

Fonte: SAAS Tomar

MINORIAS E COMUNIDADES MIGRANTES

Pese embora não sejam disponibilizados dados desagregados ao nível do município, de registar que de acordo com o último estudo sobre a Pobreza e exclusão social em Portugal (2022), o risco de pobreza ou exclusão social entre a população estrangeira quase duplicou, acentuando a disparidade social entre os estrangeiros e a população nacional: entre 2020 e 2021, a vulnerabilidade aumentou de 18.9% para 35%. No que respeita à população estrangeira extracomunitária, de registar que o risco de pobreza era, em 2020, 1.06 vezes mais elevado do que o dos nacionais, mas, em 2021, a disparidade acentuou-se ainda mais para 1.69. (Pobreza e exclusão social em Portugal, Relatório 2022) Este é, então, um elemento a dever ser levado em linha de consideração e monitorizado em Tomar.

Em agosto de 2023 foi aprovada a nova candidatura ao Programa Escolhas, a qual deixa de estar centrada apenas na comunidade roma residente no concelho e propõe o alargamento do âmbito da sua intervenção também às crianças e jovens de comunidades migrantes. Assim, o âmbito de intervenção do projeto passará a ser as crianças e os jovens provenientes das comunidades migrantes e não migrantes onde sejam visíveis fatores de vulnerabilidade social que levam ao absentismo e ao abandono escolar, baixa escolaridade, fraca qualificação e forte exclusão do mercado de trabalho e/ou baixa intensidade laboral.

No âmbito do Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania, e em articulação com a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2022), o município de Tomar definiu o Plano Local para a Integração da Comunidade Cigana que possibilitou trabalhar junto da comunidade, entre 2019 e 2022, com dois objetivos principais:

- Promover a integração local e a participação democrática das comunidades ciganas;
- Implementar estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária.

No momento de realização do Diagnóstico Social, não existia uma atualização deste Plano, nem uma definição da intervenção projetada junto da comunidade roma e da comunidade em geral (aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária).



SEGURANÇA, PROTEÇÃO E CIDADANIA

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O Conselho Municipal de Segurança é uma instância de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação. Tem como objetivos:

Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município; formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança e prevenção; promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social; aprovar pareceres e solicitações relacionados com as questões de segurança e inserção social; proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica e apresentar propostas de ações; avaliar dados da sinistralidade rodoviária e formular propostas de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no município; promover a participação ativa dos cidadãos e das instituições locais na resolução dos problemas de segurança pública.

PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO

Aprovação e implementação do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, definindo a promoção da igualdade e da não discriminação enquanto fator fundamental da coesão socio-territorial.

CLAIM

Tomar dispõe de CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes desde 2016, funcionando em articulação com o ACM - Alto Comissariado para as Migrações. O objetivo do CLAIM é apoiar o processo de acolhimento e integração dos migrantes em articulação com as diversas estruturas locais, e a promoção da interculturalidade a nível local.

ESPAÇO M

Inaugurado em 2020, o Espaço M está direcionado para o atendimento e apoio às vítimas de violência doméstica e de género. O Espaço M está integrado no Projeto Maria da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que intervém sobre o fenómeno da violência doméstica em todos os municípios da região.

O atendimento e o apoio são assegurados por profissionais com formação em Técnicas de Apoio à Vítima.

Acompanhamento RAP (Resposta de Apoio Psicológico) de crianças e jovens vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica.

COOL@RT _ E9G (PROGRAMA ESCOLHAS)

Projeto delineado para intervir junto de crianças e jovens provenientes das comunidades migrantes e não migrantes existentes no concelho de Tomar, e onde são visíveis fatores de vulnerabilidade social que levam ao absentismo e abandono escolar, baixa escolaridade, fraca qualificação e forte exclusão do mercado de trabalho e/ou baixa intensidade laboral. Por via da intervenção definida propõe-se romper com mecanismos de reprodução da vulnerabilidade social e, assim, com percursos de exclusão social.

O Cool@rt assenta numa parceria alargada com dez atores sociais locais: Câmara Municipal de Tomar, Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário Abrantes Tomar, Agrupamento de Escolas Templários, Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, Junta de Freguesia de São João Baptista e S. Santa Maria dos Olivais, Junta de Freguesia de Paialvo, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Instituto Politécnico de Tomar, Escola Profissional de Tomar.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

CRIMINALIDADE

Baixo nível de criminalidade e de criminalidade violenta.

Relação de proximidade entre forças de segurança e população em geral.

Conselho Municipal de Segurança (reativação recente).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Espaço M - espaço de atendimento e apoio às vítimas de violência doméstica e de género (CMT/CIMT).

Enquadramento da violência doméstica como crime público contribui para o esforço de educação e sensibilização social.

Articulação das forças de segurança com as entidades sociais que intervêm com as várias temáticas que emergem em casos de violência doméstica (forças de segurança são a primeira linha de intervenção).

IGUALDADE DE GÉNERO

Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (Médio Tejo em Igualdade).

Iniciativas da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (Promoção do Médio Tejo em Igualdade, ações de informação e sensibilização, encontros de partilha e boas práticas).

Inclusão da temática da igualdade de género nos programas curriculares.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

OUTROS

Clima de tensão e agressividade crescente por parte dos utentes dos serviços públicos de saúde (assunção de que têm todos os direitos).

Risco de desumanização dos serviços: escasso investimento público nas respostas sociais tende a colocar os serviços sob pressão acrescida.

CRIMINALIDADE

Escassez de efetivos na PSP (limitação de nível nacional; dificuldade de alocar mais efetivos a certos programas: Escola Segura, apoio a idosos, ...).

Ligeiro aumento do número de casos de burlas com idosos e dos crimes contra a propriedade (associados geralmente a consumos de estupefacientes).

Ligeiro aumento do número de desacatos da ordem pública por jovens (ligado ao consumo de substâncias psicoativas).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Aumento do número de sinalizações por violência doméstica (associação frequente ao consumo de álcool; aceitação social do álcool enquanto bebida social).

Aumento dos casos reportados de violência no namoro (aumento dos pedidos às forças de segurança para dinamização de ações de esclarecimento e sensibilização: violência no namoro, *bullying*, novas tipologias de crimes (redes sociais e cibersegurança, consumos, distúrbios alimentares).

Burocracia associada aos casos de violência doméstica leva algumas vítimas a retirar queixas.

Sentimento de vergonha em assumir estatuto de vítima por parte de algumas mulheres (denúncia formal às autoridades).

Manutenção de uma conceção de violência doméstica que a associa sobretudo à agressão física (subalternização de outras dimensões do fenómeno e sinais de alerta, por exemplo, violência emocional e psicológica).

Demora no encaminhamento para casa-abrigo (mesmo em casos em que o afastamento da vítima deveria ser imediato).

IGUALDADE DE GÉNERO

Carácter mais pontual com que algumas iniciativas têm sido implementadas (não tanto numa lógica de trabalho de continuidade).

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

BOMBEIROS E PROTEÇÃO CIVIL

Articulação/protocolo de encaminhamento para outros serviços sociais da autarquia: sinalização de casos.

Ações de sensibilização nas escolas (riscos inerentes à proteção civil: sismos, inundações, incêndios florestais e urbanos).

Corporação de Bombeiros Sapadores de Tomar.

Integração de 30 bombeiros voluntários.

MINORIAS E COMUNIDADES MIGRANTES

Consciência crescente da importância e dos benefícios da Interculturalidade por parte dos atores sociais locais.

Inexistência de situações graves e/ou estruturais de tensão entre a população já residente e as novas comunidades migrantes.

Inserção laboral (intencional) de alguns membros da comunidade cigana por entidades públicas.

Esforço de contactos mais próximos com alguns membros da comunidade cigana (incluindo jovens) por parte de algumas entidades públicas para mediação com a comunidade cigana.

Disponibilidade de algumas famílias da comunidade cigana para contactos e integração com a restante comunidade local.

Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

BOMBEIROS E PROTEÇÃO CIVIL

Transporte de doentes (transporte comum) assegurado apenas por empresas privadas: dificuldade de algumas pessoas/agregados fazerem face ao custo de transporte (carência económica, desigualdade social).

MINORIAS E COMUNIDADES MIGRANTES

Fragilidade económica com que alguns migrantes chegam ao território concelhio (vulnerabilidade à pobreza acrescidas pela atual conjuntura económica, potenciando outros problemas sociais: por exemplo, sobrelotação de fogos).

Aumento do número de pedidos de arrendamento acessível por parte de migrantes.

Dificuldade de alguns municípios em integrar culturas e modos de vida distintos dos 'seus'.

Processos de reunificação familiar (imigrantes) pressionam ainda mais serviços públicos e respostas sociais.

Economia informal/trabalho não declarado (comunidade migrante).

Maior dificuldade de integração no mercado de trabalho de alguns novos perfis de migrantes (sobretudo de origem asiática, pela barreira da língua).

Aumento do número de sinalizações à CPCJ de crianças e jovens de comunidades migrantes da comunidade cigana.

Menor disponibilidade de algumas famílias da comunidade cigana para integração na comunidade local.

Falecimento de um anterior interlocutor-chave com a comunidade cigana (principal mediador com a comunidade), dificuldade em encontrar outros mediadores.

Episódios de alguma tensão e conflitualidade entre comunidade cigana e população já anteriormente residente nos bairros municipais.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância.

Candidaturas recentes a CAFAP.

Consulta de Jovens de Risco (atendimento local, no Centro de Saúde, consulta deslocalizada do Centro de Respostas Integradas).

Programa Escola Segura.

VOLUNTARIADO

Banco Local de voluntariado de Tomar.

Adesão aos programas de voluntariado do IPDJ.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Aumento no número de sinalizações à CPCJ no período pós-pandemia.

Inexistência de CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Encerramento do Centro de Acolhimento Temporário.

Lista de espera para a Consulta de Jovens de Risco (falta de recursos humanos).

Prolongamento no tempo de soluções de fim de linha por alguma fragilidade da intervenção direta: agregados que acompanhados por várias entidades sem coordenação e estratégia concertada entre si.

Aceitação social/desvalorização do(s) perigo(s) do consumo de álcool e facilidade de acesso a consumo de álcool (pontos de venda, custo).

Perceção de aumento do consumo de haxixe entre os jovens.

Influência negativa/pressão do grupo de pares, agravada quando se associa consumo de estupefacientes e/ou presença no grupo de jovens com antecedentes criminais (fatores de risco).

Concentração de jovens com alguns consumos na zona da biblioteca (perceção de insegurança para a restante comunidade).

Escassez de atividades para os jovens (ocupação dos tempos livres) abre espaços a comportamentos mais antissociais, destrutivos, eventualmente desviantes.

Uso do impacto da 'pandemia' para justificar e, assim, legitimar, comportamentos de algumas crianças e jovens.

VOLUNTARIADO

Dificuldade de motivar pessoas para iniciativas de voluntariado continuado, baixo nível de participação social (nível nacional).

CONCLUSÕES

A maioria dos interlocutores considera Tomar um concelho seguro e onde a perceção da população sobre a segurança é, de maneira geral, satisfatória. Esta perceção é confirmada também pelos dados estatísticos que denotam uma taxa de criminalidade mais ou menos em linha com a do Médio Tejo e da região Centro. Significativamente, alguns dos agentes locais, entendem que o facto de Tomar ser uma cidade de média dimensão, com um nível de interconhecimento pessoal elevado e onde estes episódios chegam rapidamente ao conhecimento da população em geral, pode, em certas circunstâncias alimentar uma perceção sobre o aumento do nível de criminalidade, mas que, na prática, não corresponde à realidade.

A situação mais referida pelos interlocutores contactados durante a realização do Diagnóstico Social, e em função daquilo que é o feedback que têm dos utentes com que contactam no seu exercício profissional ou da sua própria vivência enquanto munícipes, prende-se com a aglomeração de jovens juntos nas imediações dos estabelecimentos do ensino secundário e, principalmente na zona da Biblioteca Municipal de Tomar. Apesar disso, existe a convicção de que não só não é um fenómeno grave nem em crescimento, como a concentração de jovens na zona da biblioteca está longe de ser recente, isto é, é algo que alguns dos próprios interlocutores se recordam de fazer enquanto jovens.

Pese embora o consumo de substâncias psicoativas por parte dos jovens nestas áreas do

território concelhio não gere, grosso modo, níveis de preocupação elevados entre os agentes locais, deve ser uma dimensão da intervenção social a ser abordada via ações de sensibilização e de informação. Do ponto de vista dos dados estatísticos, o indicador mais preocupante prende-se com a sinistralidade rodoviária associada a consumos de álcool: o número de crimes por condução com álcool no concelho de Tomar foi em 2021 o mais elevado do Médio Tejo (ainda que, no total da sinistralidade rodoviária, Tomar registe o menor índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas). De resto, a aceitação social do consumo de álcool e facilidade de acesso ao consumo é identificada também como uma das áreas problemáticas.

Os crimes de violência doméstica registados pelas autoridades de segurança pública, de que as mulheres continuam a ser as principais vítimas, diminuíram no concelho de Tomar nos últimos anos, o que surge em contraciclo com a tendência observada no país. Apesar disso, a informação qualitativa recolhida durante este Diagnóstico suscita alguns elementos de preocupação a dever ser afrontados na intervenção social projetada para o concelho nos próximos anos. Por um lado, destaca-se o aumento do número de sinalizações associadas ao consumo de álcool, por outro, o aumento dos casos sinalizados de violência no namoro, com um reforço dos pedidos às forças de segurança para dinamização de ações de esclarecimento e sensibilização. Tratando-se esta

última de uma população mais jovem, nascida e educada num contexto socio-histórico em que a violência doméstica já não era socialmente aceite, este dado alerta para a relevância do reforço das ações de educação social junto deste segmento populacional. Este facto é tão mais importante quanto, de acordo com a informação recolhida junto dos agentes locais, persiste uma conceção de violência doméstica associada sobretudo à agressão física, subalternizando dimensões de violência emocional e psicológica.

No domínio das crianças e jovens em risco, a inexistência de CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental é frequentemente apontada como uma das principais fragilidades concelhias no momento. Sendo uma resposta tipificada pela Segurança Social como estruturante do serviço de apoio a famílias em risco psicossocial com crianças ou jovens pois atua também no desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais, a sua inexistência dificulta que sejam delineadas intervenções mais de fundo junto de algumas crianças e jovens e seus agregados familiares. Este acompanhamento revela-se tão mais crucial quanto se tem registado um aumento do número de processos instaurados pela CPCJ e a principal medida em execução é o 'Apoio junto dos pais'. Embora sendo uma resposta de fim de linha, o encerramento em 2020 do Lar de Infância e Juventude retirou mais uma resposta social para este segmento populacional.

CONCLUSÕES

A inclusão social de minorias e comunidades migrantes é outro aspeto referenciado amiúde pelos interlocutores locais. No que respeita à integração da comunidade cigana, existe a convicção de que, com a conclusão do realojamento do Flecheiro, se entrou, por assim dizer, numa nova fase da intervenção junto da comunidade. Por forma a trabalhar efetivamente a inclusão social, esta intervenção implica trabalhar também as representações sociais da comunidade maioritária, envolvendo um conjunto alargado de parceiros. (Ver também Capítulo 8. Habitação)

Para além desta mesma componente de reforço dos mecanismos de integração, o aumento do número de migrantes no concelho suscita alguma preocupação, na medida em que, no momento de realização do diagnóstico, e em face da fragilidade económica com que alguns migrantes chegam ao território, se receia que não sejam capazes de fazer face ao agravamento das condições de vida. Este receio está em linha com os dados do último estudo sobre a Pobreza e exclusão social em Portugal (2022) que identifica um agravamento substancial do risco de pobreza ou exclusão social entre a população estrangeira.

Já no que respeita à Igualdade de Género, persistem no concelho, tal como no país, fatores de desigualdade entre homens e mulheres para os quais importa sensibilizar e educar também socialmente.

O Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, já em vigor, integra-se nesse esforço, contemplando diferentes iniciativas nos diversos domínios da realidade social local.



7

CULTURA
E DESPORTO

DESPESAS EM ATIVIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

O município de Tomar canalizou, em 2021, 8% das suas despesas em cultura e desporto, ainda que inferior aos valores médios do Continente (8,3%), da região Centro (9,8%) e do Médio Tejo (12,5%), no entanto, apresenta uma taxa de crescimento anual composta de 4,1% no período 2015/2021, o que revela uma aposta do município nas atividades culturais e desportivas.

Considerando as despesas com atividades culturais e recreativas dos últimos seis anos, o município de Tomar apresenta uma média de despesa por habitante de 37,8€, muito inferior às médias nacionais e regionais. Quando se consideram as despesas com atividades e equipamentos desportivos, a média destas despesas nos últimos seis anos baixa para os 32,3€ por habitante. No entanto, Tomar apresenta valores mais elevados face à média nacional, demonstrando uma boa alocação dos seus recursos no apoio e promoção do desporto no seu território.

Se tivermos em conta a evolução destas duas categorias de despesa nos últimos sete anos, constata-se uma maior oscilação no investimento em cultura e alguma estabilidade no investimento em desporto.

DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM CULTURA E DESPORTO POR HABITANTE (MÉDIA DOS ÚLTIMOS 5 ANOS) E DESPESAS EM CULTURA E DESPORTO NO TOTAL DAS DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM 2021

	Despesas em atividades culturais e criativas por habitante (€)	Despesas em atividades e equipamentos desportivos por habitante (€)	Despesas das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas	TCAC ^(*) (2015 – 2021) Despesas em cultura e desporto
Continente	46.7	30.2	8.3%	3.7%
Centro	51.9	35.5	9.8%	4.6%
Médio Tejo	65.4	45.2	12.5%	5.0%
Tomar	37.8	32.3	8%	4.1%

EVOLUÇÃO DA DESPESA EM CULTURA E DESPORTO POR HABITANTE EM TOMAR (€)



DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA

No município de Tomar o investimento municipal em cultura cresceu nos últimos sete anos a um ritmo de 5,9% ao ano, acima das médias de crescimento do país (3,7%) e da região Centro (4,2%). No entanto, em 2021, Tomar apresenta uma despesa por habitante de 33,3€, inferior aos valores médios do Continente, da região Centro e do Médio Tejo.

Os maiores gastos em cultura realizaram-se nas artes do espetáculo (32,5%), cerca de 395 mil euros em 2021, com a maior verba alocada à música (70%). De acordo com os dados, os 24% das despesas em atividades interdisciplinares foram, na sua totalidade, para o apoio a entidades culturais e criativas, o que corresponde a cerca de 292 mil euros.

Ao nível do património, com uma despesa de cerca de 96 mil euros, a despesa incidiu sobretudo nos museus (77,5%), repartindo-se o restante pelo financiamento a “monumentos, centros históricos, sítios protegidos” e ao “património imaterial”, tendo a Festa dos Tabuleiros ter sido inscrita em 2023 no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial e estando em curso a preparação de uma candidatura internacional a Património Imaterial da Humanidade da UNESCO.

CARATERIZAÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA | 2021

	Total de despesas com cultura (€)	Despesa total em cultura por tipologia (% face ao total)					Despesa total por habitante (€)	TCAC Despesa em cultura (2015/2021)
		Património	Bibliotecas/arquivos	Artes do espetáculo	Atividades inter-disciplinares	Outras despesas em cultura		
Continente	473 357 030	25.8	16.4	21.7	26.0	10.1	47.9	3.7
Centro	121 152 923	23.8	17.4	26.5	23.2	9.1	54.2	4.2
Médio Tejo	17 381 490	21.1	18.7	26.4	26.4	7.4	75.8	7.1
Tomar	1 215 168	10.2	20.7	32.5	24.0	12.5	33.3	5.9

CULTURA

MUSEUS E PATRIMÓNIO

Em 2021 o concelho de Tomar contava com quatro museus abertos ao público no seu território, com uma média, em 2019, de 441 visitantes por mil habitantes, destacando-se uma percentagem significativa de visitantes estrangeiros (33,7%) no total de visitantes.

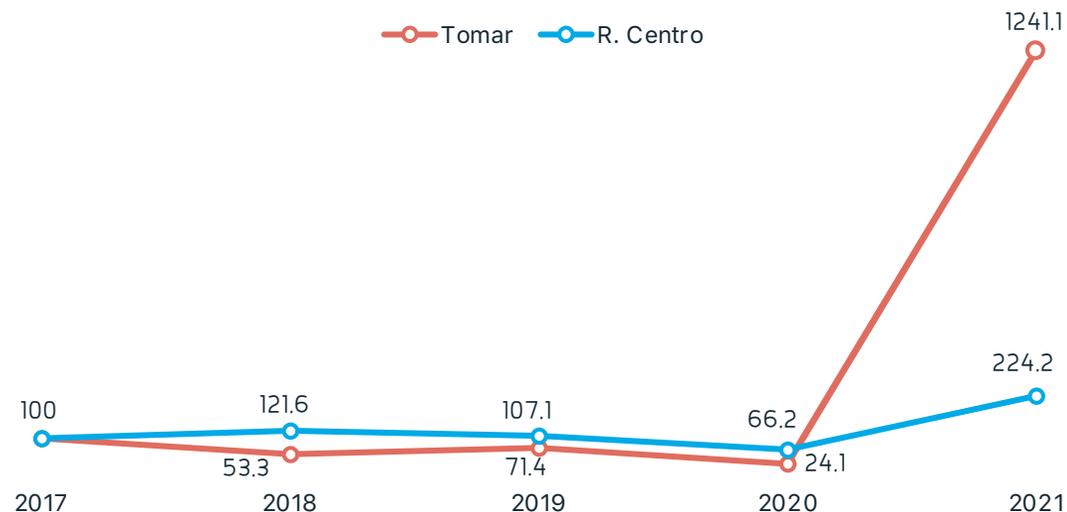
Entre 2017 e 2020, o número de visitantes a museus sofreu crescimentos pouco significativos, acompanhando o crescimento registado na região Centro, ainda que a um ritmo mais lento, com um maior decréscimo em 2020 por causa das medidas de restrição à COVID-19. No entanto, o ano de 2021 regista uma subida abrupta no número de visitantes a museus.

As visitas escolares apresentam um peso irrisório no total de visitantes a museus, ao contrário do registado a nível nacional e regional, no entanto, estas mesmas visitas foram muito restringidas em função das medidas impostas em 2020 e 2021 pela Covid-19. Destaque-se a importância de retomar as estratégias adotadas nos últimos anos, quer por iniciativa dos próprios museus, quer por muitos municípios que apoiam visitas de estudo das escolas, possibilitando aos mais jovens o contacto com a arte e o património material dos seus territórios.

CARACTERIZAÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA | 2021

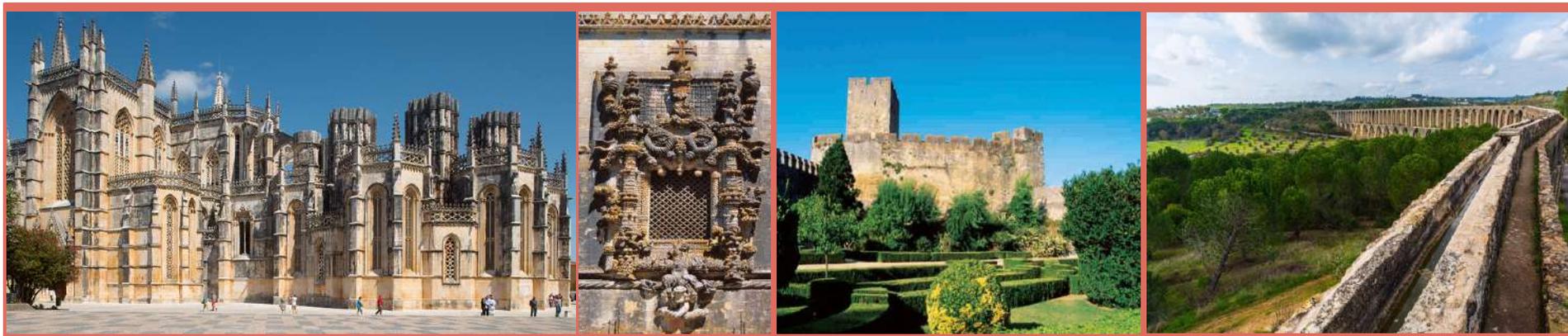
	Museus em atividade (n.º)	Despesas municipais em museus por mil habitantes (€)	Visitantes por mil habitantes (n.º)	Visitantes escolares (%)	Visitantes estrangeiros (%)
Continente	581	5.888	688	5.3	37.9
Centro	198	7.74	497	7.6	12.9
Médio Tejo	25	8.363	391	7.2	8.1
Tomar	4	2.647	441	0.6	33.7

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS (2017 = 100)



CULTURA PATRIMÓNIO HISTÓRICO

MONUMENTOS E EDIFÍCIOS NOTÁVEIS



O Convento de Cristo foi sede da Ordem do Templo, até 1314, e da Ordem de Cristo, a partir de 1357. Do castelo (1160) faz parte a charola octogonal (finais do Séc. XII), santuário românico de influência oriental. A Nave manuelina, tanto internamente como exteriormente, é guarnecida de uma profusa ornamentação escultórica simbólica, heráldica e sacra. Aqui destaca-se a Janela do Capítulo, ladeada por dois gigantescos contrafortes é ornada por um exuberante universo figurativo onde estão presentes os temas de marinhagem (a madeira, o cordame, as boiás, etc.), as insígnias da Ordem (a cruz heráldica, esfera armilar, o brasão do reino) e figurações simbólicas, particulares à mística da Cavalaria Espiritual e à missão que a Ordem de Cristo tinha na empresa das Descobertas. Este conjunto foi classificado pela UNESCO como Património Mundial em 1983. Trata-se da maior área monumental de Portugal e uma das maiores do mundo. O Aqueduto estende-se ao longo de cerca de seis quilómetros, fazendo a ligação da água a partir de quatro nascentes situadas nos arredores da cidade de Tomar, no lugar de Pegões, até ao Convento de Cristo. É composto por um total de 180 arcos de volta perfeita e representa uma das mais importantes obras públicas do século XVII, em Portugal.



IGREJA DE SANTA MARIA DO OLIVAL
Representativo da arquitetura gótica em Portugal.



IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA
Templo de estilo gótico tardio que junta elementos do estilo manuelino e barroco.



IGREJA E CONVENTO DE SÃO FRANCISCO
Edifício com uma profunda influência maneirista, englobando fachada erudita com pórtico clássico e estrutura tripartida.

SINAGOGA E JUDIARIA DE TOMAR

Único templo hebraico proto renascença existente em Portugal, com influências orientais.



IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA
Construção com características e influências maneiristas.

CULTURA EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A CASA MEMÓRIA LOPES-GRAÇA



CENTRAL ELÉTRICA DE TOMAR
NÚCLEO MUSEOLÓGICO



MUSEU DOS FÓSFOROS



NÚCLEO DE ARTE CONTEMPORÂNEA
- MUSEU MUNICIPAL -



A MOAGEM – FÁBRICA DAS ARTES -



NÚCLEO INTERPRETATIVO
DA SINAGOGA DE TOMAR



O NÚCLEO MUSEOLÓGICO
DA FUNDAÇÃO TOMARENSE

CENTRO INTERPRETATIVO
TOMAR TEMPLÁRIO



CINETEATRO PARAÍSO



BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TOMAR

CULTURA

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

CAMINHOS

É um programa cultural que promove o encontro da Cultura com o território, o seu património e paisagem, o encontro das comunidades com os visitantes, locais ou de passagem, e o encontro dos artistas com o público.

FESTIVAL DE ARTES DE RUA DE TOMAR

Decorre em setembro, com propostas variadas nas artes de rua, com performances de teatro, música, espaço de streetfood, Estátuas Vivas, que dão ânimo a centro histórico.



COM-TEMPL.-ARTE

Procura a afirmação de Tomar como “galeria de arte” num novo cenário de turismo artístico/cultural de âmbito regional, nacional e internacional, potenciando a criação e divulgação da arte pública urbana através da afirmação e reconhecimento da identidade de Tomar através da representação e homenagem ao património histórico (edificado e natural), ao património imaterial e a figuras históricas tomarenses.

FESTIVAL ZÊZERE ARTS

Festival de música internacional organizado pela Musicamera, em parceria com os Municípios de Tomar, Ferreira do Zêzere, Batalha e Ourém. Integra dezenas de concertos, residências artísticas, ópera, entre outros momentos de elevada qualidade artística.

FESTIVAL BONS SONS

Festival de música, organizado pelo Sport Clube Operário de Cem Soldos, com o apoio do Município de Tomar. Dezenas de músicos portugueses passam pela aldeia de Cem Soldos, colocando o concelho de Tomar no roteiro dos festivais de música de verão. Toda a comunidade acolhe o projeto, e a ele dedica meses de preparação, para receber milhares de jovens e menos jovens.

FESTA TEMPLÁRIA

Recriações, visitas, seminários, acampamentos, mercados, concursos, entre outras atividades, irão evocar a história, as lendas, os segredos e os mitos, da mais rica e poderosa instituição medieval, a Ordem dos Templários.



MUSEU100DISTÂNCIAS

Com o objetivo de eliminar barreiras, distâncias e qualquer tipo de limitações que impossibilitem a realização de visitas, o Município de Tomar apresenta uma solução tecnológica de fácil acesso e utilização, que possibilita a visita personalizada a diferentes equipamentos museológicos e monumentos locais: Núcleo Museológico da Fundação Tomarensis; Núcleo Museológico da Central Elétrica de Tomar; Sinagoga de Tomar e Núcleo interpretativo Abraão Zacuto; Núcleo de Arte Contemporânea – Museu Municipal.



FESTA DOS TABULEIROS

Realiza-se de 4 em 4 anos no princípio de julho. A sua origem remonta ao Culto do Espírito Santo, instituído no Séc. XIV, mas nela se vislumbram as origens remotas das antigas festas das colheitas, seja pela profusão de flores, seja pela presença do pão e das espigas de trigo nos tabuleiros.

ROTEIRO MUSEOLÓGICO DE TOMAR

O Roteiro Museológico de Tomar pretende ser um modelo de organização e comunicação dos equipamentos culturais, museológicos e monumentos de gestão municipal, assim como, simultaneamente, um contributo para a oferta turística e cultural local, através da estruturação de uma experiência passível de ser organizada para diferentes segmentos e desmultiplicada em diferentes atividades, desenvolvida a partir dos conteúdos disponíveis nesses mesmos ativos territoriais

CADERNOS CULTURAIS NABANTINOS

Os Cadernos Culturais Nabantinos – Revista Cultural da Câmara Municipal de Tomar, que contam com 3 números publicados (desde 2021) são uma publicação de investigação científica interdisciplinar de divulgação cultural e de periodicidade anual.

DESPESAS MUNICIPAIS EM DESPORTO

No município de Tomar o investimento municipal em desporto cresceu nos últimos sete anos a um ritmo de 2,4% ao ano, abaixo das médias de crescimento do país (3,7%), da região Centro (5,1%), mas em linha com registado no Médio Tejo (2,3%). Em 2021, Tomar apresenta a menor despesa por habitante face às outras unidades territoriais (31,3€), ainda que a par com a média nacional (31,6€).

Em 2021, as despesas em desporto foram sobretudo dirigidas para a construção e manutenção de equipamentos desportivos (78%), o que corresponde a cerca 890 mil euros, e 15% para o apoio às associações desportivas presentes no território, cerca de 172 mil euros.

CARATERIZAÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS EM DESPORTO | 2021

	Total de despesas com desporto (€)	Despesa total por tipologia (% face ao total)				Despesa total por habitante (€)	TCAC de despesa em desporto (2014/2020)
		Atividades desportivas	Associações desportivas	Construção e manutenção de equipamentos desportivos (ar livre + recintos fechados)	Outras atividades não especificadas		
Continente	312.433.969	28.1	23.7	41.3	6.9	31.6	3.7
Centro	87.917.581	20.3	23.9	52.1	3.6	39.3	5.1
Médio Tejo	11.407.892	9.9	14.9	66.5	8.8	49.7	2.3
Tomar	1.143.822	6.9	15.1	78.0	0.0	31.3	2.4

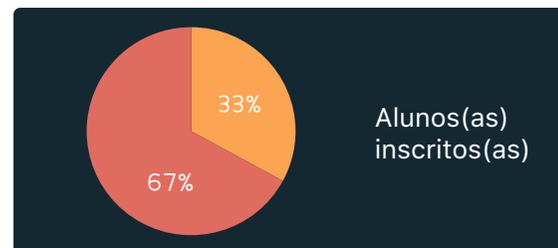
DESPORTO ESCOLAR

O desporto escolar, que procura estimular a prática da atividade física e da formação desportiva como meio de promoção do sucesso dos(as) alunos(as) e de estilos de vida saudáveis, com respeito pelos princípios de igualdade de oportunidades e da diversidade, constitui-se como um importante meio para o desenvolvimento de competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

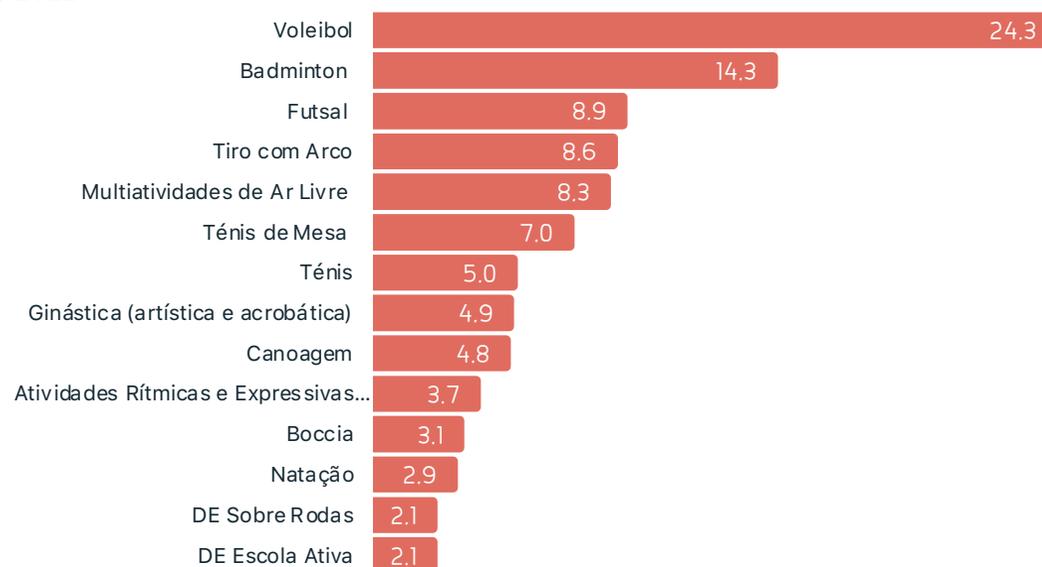
A escola, na maior parte das vezes, é o único meio para se ser fisicamente ativo, quer através da educação física e do desporto escolar, quer ainda através das simples brincadeiras no recreio. A atividade desportiva tem uma contribuição positiva para o desenvolvimento social, oferecendo um sentimento de pertença a uma equipa ou grupo, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de capacidades e competências valorizadas e de redes sociais com maior coesão e atitude cívica. É também fundamental para a promoção da prática desportiva ao longo da vida e para massificação e elevação do desporto em qualquer território.

Atualmente o desporto escolar em Portugal abrange cerca de 43 modalidades, potencialmente passíveis de serem praticadas pelos(as) alunos(as) nas suas escolas e em outros equipamentos municipais, participando em competições regionais, nacionais e internacionais. Em Tomar, no ano letivo de 2022/23, eram praticadas 14 modalidades de desporto escolar, com 840 praticantes inscritos(as), correspondendo a 33% do total de aluno(as) matriculados(as) nas diferentes escolas dos dois Agrupamentos Escolares.

PESO DOS(AS) ALUNOS(AS) QUE PRATICAM DESPORTO ESCOLAR NO TOTAL DE ALUNOS(AS) MATRICULADOS(AS)(*) - 2022



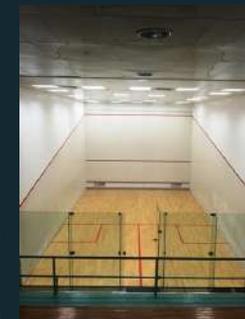
% DE ALUNOS POR MODALIDADE NO TOTAL DE ALUNOS EM DESPORTO ESCOLAR | 2022



INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

O concelho de Tomar apresenta uma rede de equipamentos desportivos diversificada, ainda que muito concentrada no centro urbano do concelho. Para além dos equipamentos de âmbito municipal, com destaque para o Complexo desportivo de Tomar, o Pavilhão Municipal de Tomar e o Estádio municipal António Eduardo Fortes existem ainda outros espaços desportivos no concelho, apoiados pela Câmara Municipal de Tomar, destinados à prática desportiva de âmbito escolar e associativo.

COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR



Em funcionamento desde Março de 2003.

Piscinas cobertas
Ginásio
2 courts de Squash
4 courts de Ténis
600 lugares de bancada

+ de 9 mil utilizações mensais

ESTÁDIO MUNICIPAL ANTÓNIO EDUARDO FORTES



- Campo em relvado sintético destinado à prática de futebol 11 e de 7;
- Pista de atletismo em piso sintético;
- Setor para lançamento peso;
- Setor para salto em comprimento e triplo salto.

PISCINA DESCOBERTA (VASCO JACOB)



Engloba dois tanques descobertos, um de crianças e um de adultos.

PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR



Possui um ringue que possibilita a prática de diversas modalidades desportivas coletivas: Futsal, Basquetebol, Voleibol, Andebol, Badminton, Hóquei em Patins, Patinagem Artística.

CENTRO DE NATUREZA DA PÓVOA



Além de centro Cyclin'Portugal, com cerca de 150 Km de percursos, tem 23 km de percursos pedestres.



Outros equipamentos que visam o desenvolvimento de atividades desportivas quer ao nível escolar, municipal ou associativo:

Pavilhão Jácome Ratton;

Campo de Futebol 7 da da Nabância;

Pavilhão de Santa Iria;

Polidesportivo da Quinta de Santo André;

Polidesportivo do logradouro da Rua Amorim Rosa.

DESPORTO

PROJETOS EMBLEMÁTICOS



TOMAR - CAPITAL DO HÓQUEI

Em Tomar "Capital do Hóquei" realiza-se o melhor Torneio de Clubes de Hóquei em Patins do Mundo. Em 2023 contou com a participação das 8 melhores equipas masculinas e femininas da época anterior em Portugal!

CANOAGEM

O "9.º Vogar contra a indiferença" inicia-se pela manhã na Praia fluvial do Sobreirinho e continua com um percurso fluvial em canoa e outras embarcações pelo rio Nabão até ao Parque do Mouchão na cidade de Tomar, trata-se de uma ação de defesa de rios Vivos sem poluição e Livres de açudes e barragens para assegurar a conservação dos ecossistemas e habitats aquáticos.



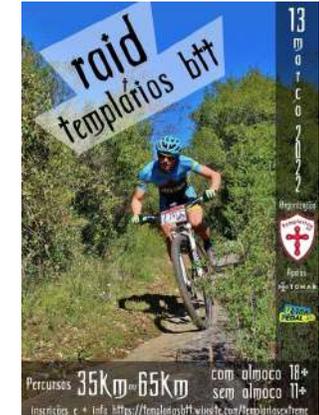
SEMANA DA JUVENTUDE

Evento com atividades desportivas e culturais, promovido pela Câmara Municipal de Tomar em parceria com agentes e associações locais.



TOMAR - BTT

Prova de 2 dias, de dificuldade física e técnica média/elevada. Total de 200 kms.



MINI RAID TEMPLÁRIOS BTT

35 kms, 800D+, dificuldade física e técnica média e Raid Templários BTT: 65 kms, 1400D+ dificuldade física média/alta e técnica média.

MOVE-TE

Os principais objetivos desta mostra são por um lado dar a conhecer as várias atividades desenvolvidas por cada associação ao longo do ano e por outro lado ajudar as crianças, jovens e pais a escolher a atividade para ocupação de tempos livres que mais gostam e que melhor se encaixa no seu horário escolar.



DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL

Património histórico-cultural e identitário concelhio.

Inauguração do Centro Interpretativo Tomar Templário: dinamização em redes nacionais e internacionais.

Enraizamento e dinamismo de alguns clubes e coletividades locais.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Programa de Apoio ao Associativismo (alargado às IPSS).

Algumas coletividades já são agentes ativos de desenvolvimento social local; potencial de envolvimento de outras coletividades em projetos e iniciativas sociais.

Inovação social promovida por algumas coletividades (exemplo: Lar Aldeia/Cem Soldos).

Papel central de algumas coletividades para as sociabilidades e redes de suporte locais.

Dinamismo do associativismo jovem (constituição recente de algumas associações juvenis na área da cultura, e da ecologia e ambiente).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Dificuldade de algumas coletividades manterem o dinamismo de outrora (tendência do país em geral).

Dinâmicas societárias fomentam algum individualismo (impacto negativo no engajamento associativo).

Necessidade de iniciativas que motivem a crescente mobilização e envolvimento do movimento associativo no desenvolvimento social.

Poucas iniciativas no âmbito da intergeracionalidade.

Limitação/degradação de alguns espaços para desenvolver atividades.

CONCLUSÕES

Nos últimos sete anos, o Município de Tomar apresenta uma taxa de crescimento anual de despesas em cultura e desporto de 4,1%, ritmo acima das médias nacionais e regionais, o que revela o esforço de investimento que tem sido realizado com vista à promoção de atividades culturais e desportivas no concelho.

Tomar assume-se como um concelho com um vasto património histórico e uma oferta cultural diversificada e continuada, que se distingue no contexto regional e até nacional. O Convento de Cristo, o Aqueduto e o Castelo dos Templários emergem como uma âncora da oferta cultural concelhia, a par de uma rede qualificada de equipamentos e eventos culturais, com destaque para a Festa dos Tabuleiros, nos quais se desenvolvem não só atividades de natureza estritamente cultural ou recreativa, mas também com uma abrangência social e comunitária.

Ao nível desportivo, Tomar apresenta uma rede de equipamentos desportivos diversificada, ainda que muito concentrada no centro urbano do concelho, em especial no Complexo Desportivo de Tomar e no Pavilhão Municipal, no entanto destaca-se uma aposta municipal no desporto de proximidade, existindo uma rede de equipamentos desportivos descentralizada em algumas freguesias. Para além destes equipamentos, destaca-se ainda o investimento na promoção de atividades desportivas dirigidas a segmentos populacionais

específicos e à realização de grandes eventos desportivos de âmbito nacional e internacional.

O património histórico-cultural e identitário de Tomar é, de um modo geral, visto como uma marca identitária que consubstancia o que várias vezes é referido localmente como orgulho tomarense. Do ponto de vista da promoção do desenvolvimento social, este elemento é relevante no sentido em que tem subjacente a convicção dos atores sociais locais de que o movimento associativo concelhio é mobilizável para iniciativas de intervenção social em vários domínios. O movimento associativo é visto, assim, como um recurso local importante e passível de ser potenciado em articulação com os demais atores sociais locais.

O apoio municipal ao movimento associativo recreativo, cultural e desportivo revela-se fundamental para a promoção da identidade do território, e permitirá assegurar a transmissão da herança histórica e os valores culturais às futuras gerações. Em 2021, o município de Tomar alocou 24% das despesas em cultura no apoio a entidades culturais e 15% do total das despesas em desporto para o apoio às associações desportivas.

O apoio ao movimento associativo foi assumido pelo município como uma aposta importante, tendo sido o regulamento revisto por forma a poder abarcar também o apoio às IPSS – Entidades Particulares de Solidariedade Social.

A par da alteração dos estilos de vida que levaram a uma perda de centralidade das coletividades locais na dinamização da vida comunitária, o individualismo prevalecente nas sociedades contemporâneas tem contribuído em Tomar, como no país em geral, para uma perda do dinamismo que muitas tiveram no passado. Apesar de tudo, não só algumas das coletividades e associações locais são já hoje agentes ativos de desenvolvimento social local, como se enquadram inclusivamente no âmbito formal de alguns fóruns locais de intervenção social, como, por exemplo, as Comissões Sociais de Freguesia e/ou o Conselho Local de Ação Social. (ver também Trabalho em Rede).

Outro elemento encarado localmente como muito positivo é a constituição recente e o dinamismo de algumas associações juvenis, que poderão ser enquadradas também em projetos e iniciativas sociais estruturantes.

8

HABITAÇÃO



HABITAÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

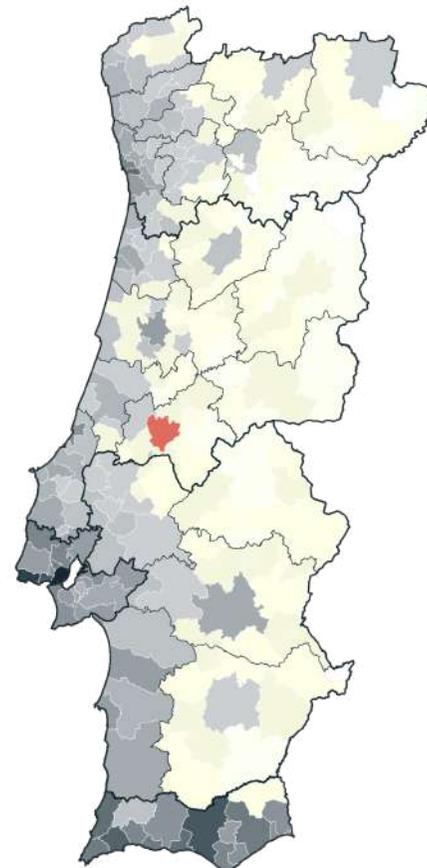
Nos últimos anos agravaram-se os problemas de acesso à habitação no país, com impactos que se estendem a cada vez mais famílias e com múltiplas causas. O forte recuo na oferta de habitação nos últimos anos, por via da construção ou reabilitação, conjugado com um peso insuficiente da habitação pública, mas também uma alteração do perfil da procura, motivado pela procura estrangeira e pelas transformações que ocorreram na economia, no turismo (emprego e alojamento local), na agricultura ou nas atividades desenvolvidas pelas plataformas digitais tem produzido impactos no acesso à habitação, numa primeira fase observados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve, mas com alastramento já à maioria dos territórios, como é o caso de Tomar.

De facto, a evolução dos preços da habitação tem contribuído para um agravamento das desigualdades no país. O aumento dos preços, quer no mercado de aquisição, quer no mercado de arrendamento, tem superado o aumento dos salários, agravando a situação de vulnerabilidade de muitas famílias, em particular num cenário de aumento de taxas de juro que tem influenciado as suas decisões, com impactos na redução do recurso ao crédito, sobretudo por parte das famílias mais jovens.

Tomar apresenta o 3.º valor mediano mais elevado das vendas de alojamentos familiares da região do Médio Tejo, apenas superado por Ourém (934€/m²) e Entroncamento (848€/m²), tendo registado um crescimento de 15% face a 2019.

O mercado de arrendamento de Tomar mostra que o território apresenta o valor mediano mais elevado das rendas dos novos contratos de arrendamento do Médio Tejo, tendo registado um crescimento de 44% face a 2017, observando-se também um aumento dos novos contratos de arrendamento de 5% no mesmo período. Esta atratividade crescente do concelho pode sugerir a captação de famílias residentes na AML que procuram em Tomar uma melhor qualidade de vida, beneficiando também da proximidade aos principais centros de emprego do país, localizados na AML.

ÍNDICE DO VALOR MEDIANO DAS VENDAS DE ALOJAMENTOS FAMILIARES | 2022

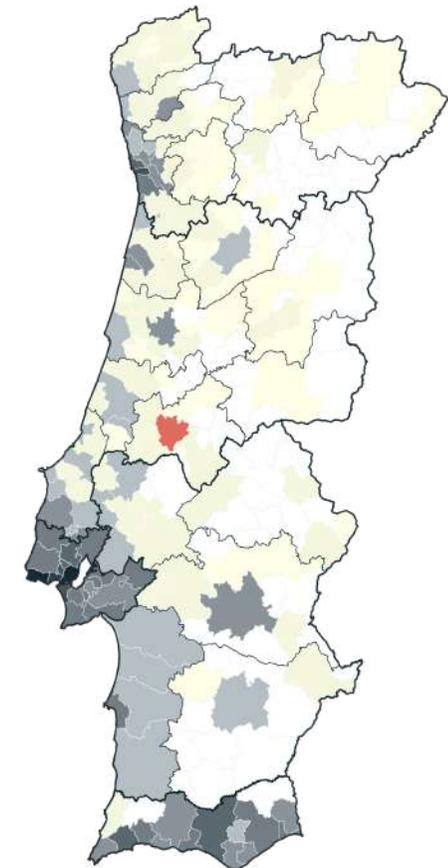


0 475

Tomar = 100

822€/M² +15% face a 2019

ÍNDICE DO VALOR MEDIANO DAS RENDAS DE ALOJAMENTOS FAMILIARES | 2022



0 275

Tomar = 100

4.73€/M² +44% face a 2017

OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Em Tomar mais de 60% dos alojamentos familiares clássicos eram ocupados como residência habitual (6.º mais elevado da região), num cenário em que os concelhos de Entroncamento (77%) e Vila Nova da Barquinha (72%) apresentavam o maior pendor residencial no Médio Tejo.

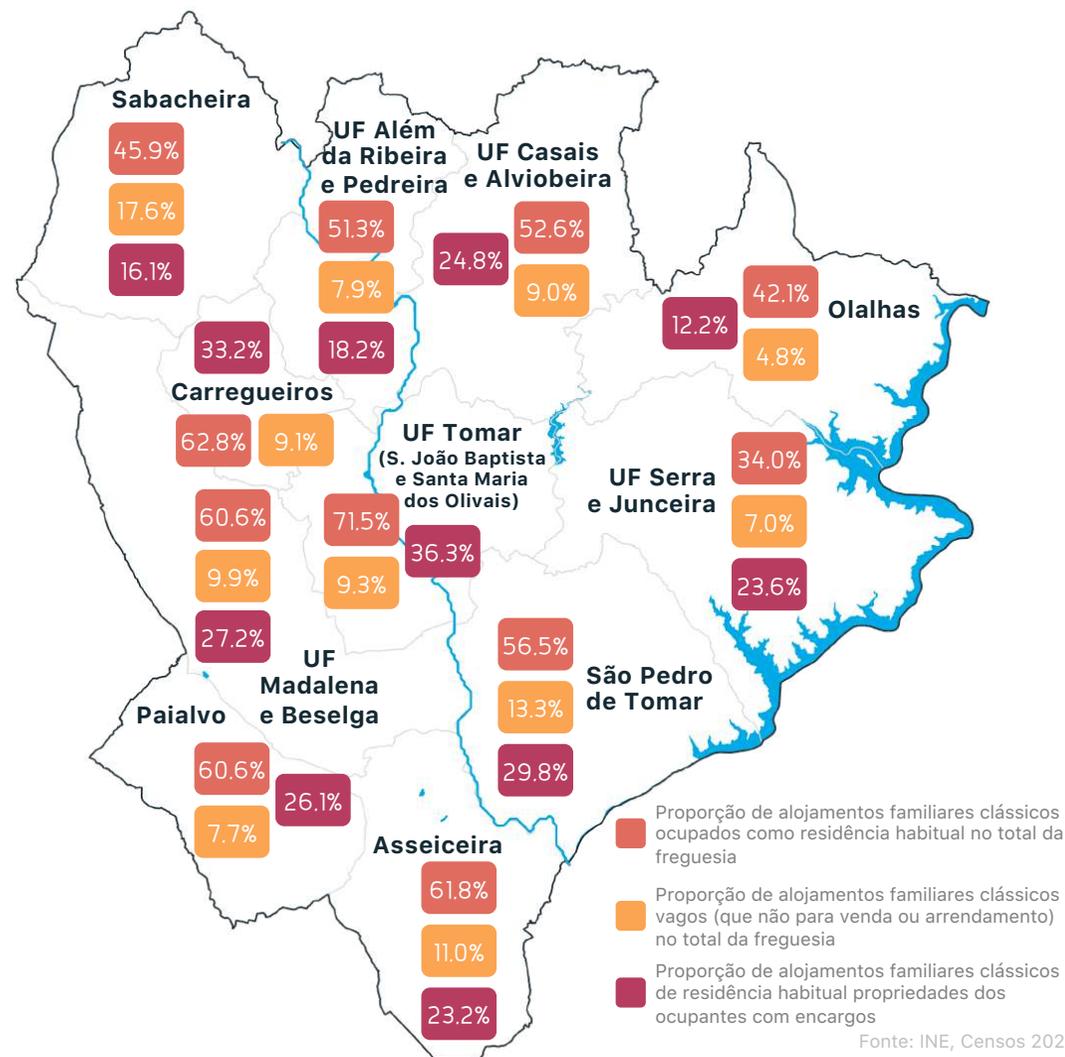
Este posicionamento resulta, no essencial, da elevada concentração de alojamentos na cidade de Tomar (40% dos alojamentos familiares do concelho) e de uma elevada proporção de alojamentos ocupados como residência habitual (72%, a mais elevada de todas as freguesias).

A norte do concelho observava-se uma menor preponderância da residência habitual, mas com forte predomínio da segunda residência: Olalhas (46,5% dos alojamentos como segunda residência), Sabacheira (32,6%), UF de Casais e Alviobeira (29,6%) e UF de Além da Ribeira e Pedreira (27,4%). Na UF de Serra e Junceira mais de metade dos alojamentos familiares correspondiam a segunda residência.

Em 2021 existiam no território cerca de 2.500 alojamentos familiares vagos (que não se encontravam para venda ou arrendamento), o que corresponde a 9,4% dos alojamentos do concelho, observando-se uma concentração (40%) na UF de Tomar e uma maior proporção nas freguesias de Sabacheira (17,6%), São Pedro de Tomar (13,3%) e Asseiceira (11,0%).

Mais de três quartos dos alojamentos familiares de residência habitual eram propriedade dos ocupantes. Cerca de 30% destes alojamentos apresentavam um encargo mensal de capital e juros em dívida para pagamento de empréstimo à aquisição de habitação própria. Mais de 25% dos proprietários tinham um encargo mensal superior a 400€ que, no cenário atual de subida de taxas de juro, pode aumentar consideravelmente as dificuldades das famílias em pagar os seus empréstimos.

FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS | 2021



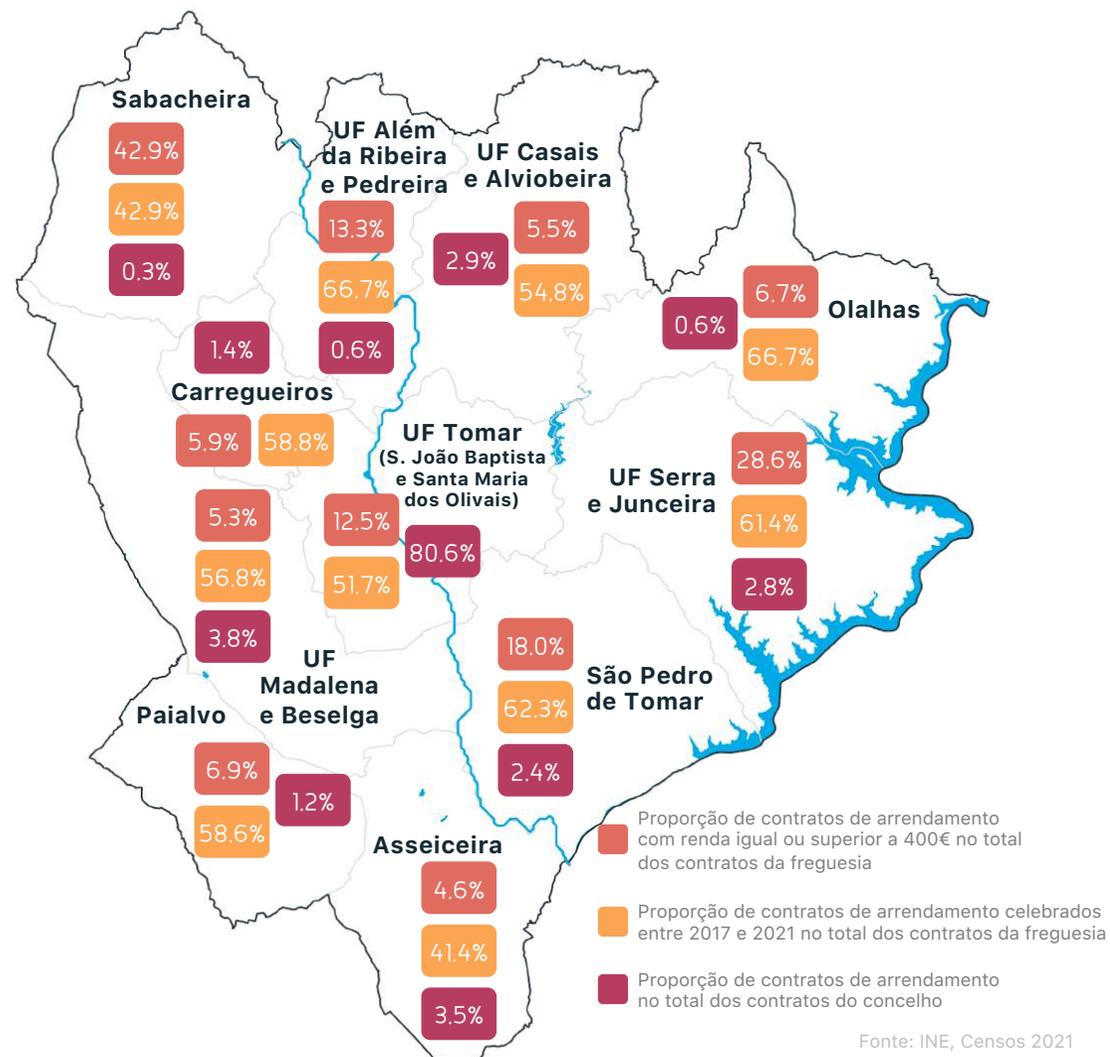
MERCADO DE ARRENDAMENTO

Em 2021, existiam em Tomar mais de 2.500 alojamentos familiares de residência habitual que se encontravam arrendados, o que correspondia a 16,0% do total dos alojamentos de residência habitual do concelho, representando um aumento de 12% face a 2011. No Médio Tejo, apenas o Entroncamento (20,6%) e Vila Nova da Barquinha (16,8%) apresentavam uma peso mais elevado do mercado de arrendamento.

Mais de 80% dos alojamentos familiares de residência habitual que se encontravam em regime de arrendamento localizavam-se na UF de Tomar, tendo-se observado um aumento de 14% em relação a 2011. De facto, o mercado de arrendamento apresentava uma reduzida dimensão nas restantes freguesias (UF de Madalena e Beselga, a segunda freguesia apresentava apenas 95 contratos). Pese embora o crescimento expressivo na UF de Serra e Junceira (89,2%), Carregueiros (41,7%) e São Pedro de Tomar (32,6%), estas freguesias representaram apenas 6,6% do total dos alojamentos arrendados no concelho.

O retrato do mercado de arrendamento em 2021 evidencia os efeitos das subidas das rendas desde 2017. Em Tomar mais de 80% dos contratos de arrendamento com renda igual ou superior a 400 euros foram celebrados entre 2017 e 2021; a UF de Tomar foi responsável por mais de 80% destes contratos. Também na UF de Serra e Junceira observou-se um aumento dos contratos de arrendamento com valores das rendas superiores a 400€, no período 2017-2021. Estes contratos representavam cerca de 30% dos 70 contratos de arrendamento ativos em 2021 nesta freguesia.

CONTRATOS DE ARRENDAMENTO 2021



HABITAÇÃO SOCIAL

A habitação social municipal é constituída, atualmente, por 188 fogos, encontrando-se 174 ocupados em regime de renda apoiada e quatro habitações subarrendadas. Os restantes nove fogos encontram-se desocupados e exibem necessidades de reabilitação, que se estendem aos bairros sociais e às habitações dispersas.

A habitação social concentra-se na cidade de Tomar (96% dos fogos) e sobretudo no Bairro 1.º de Maio, onde se localizam mais de 54% dos fogos. Observa-se um esforço do Município de Tomar em procurar alargar a oferta de habitação social a outros territórios concelhios (Maxial e Valbom), que permite dar uma resposta mais localizada às necessidades habitacionais das famílias mais vulneráveis.

Vivem nos fogos de habitação social 492 pessoas, com predomínio de pessoas do género feminino (55%). Mais de um quinto dos residentes tem mais de 60 anos, com 24 pessoas nesta faixa etária a viverem isoladas.

O Rendimento Social de Inserção (28%) e a Pensão de Velhice (30%) constituem as principais origens do rendimento dos residentes nos bairros sociais. Tratando-se, no essencial, de famílias em situação de vulnerabilidade, com baixos rendimentos, mais de metade das rendas praticadas encontram-se abaixo dos 20 euros.

As carências habitacionais persistem no território e tendem a agravar-se com a retração da economia. Em 2023, no âmbito do Atribuição de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado concorreram 57 agregados, com 49 elegíveis para atribuição de habitação, para os quais não existe uma resposta no quadro da habitação pública.

HABITAÇÃO SOCIAL



ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

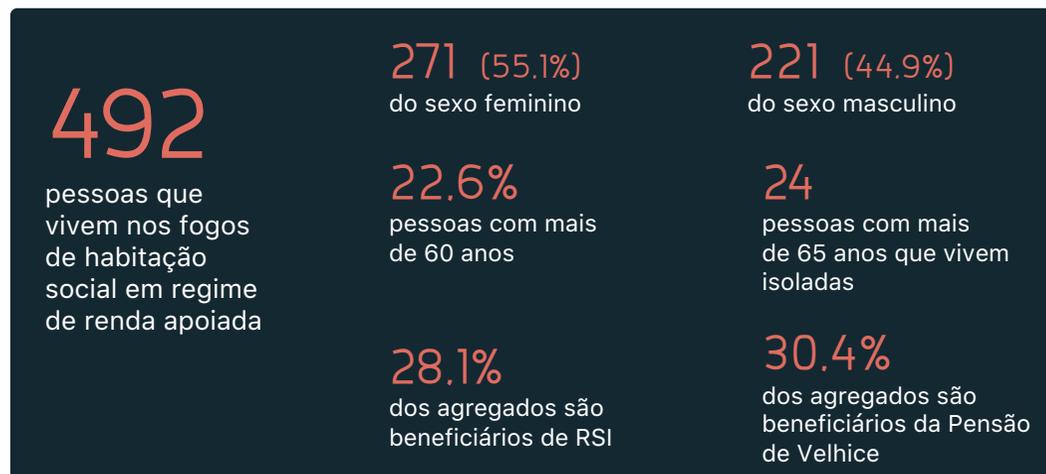
Consciente dos problemas de acesso à habitação, recentemente agravados por uma conjuntura adversa de subida de taxas de juro, o Município de Tomar elaborou a sua Estratégia Local de Habitação (ELH) que diagnosticou as carências habitacionais no território.

Foram sinalizadas as famílias que vivem em condições indignas nas habitações sociais, em habitações próprias ou famílias que não conseguem aceder a uma habitação no mercado e que solicitaram uma habitação, mas para as quais não existe uma resposta através do stock de habitação social municipal.

As carências habitacionais assumem uma natureza mutável, sobretudo num quadro de incerteza e escassez de oferta em todo o país, agravado pelos efeitos da inflação, da subida das taxas de juro e da perda de poder de compra. Estes efeitos começam a fazer-se sentir, com um aumento dos pedidos de habitação e, em particular, por parte de residentes de nacionalidade estrangeira.

Por outro lado, observa-se um aumento da dificuldade de acesso à habitação no mercado de arrendamento por parte de famílias com rendimentos intermédios. O crescimento das rendas e as dificuldades de aquisição de habitação, agravadas pela subida das taxas de juro, exigem, num quadro de necessidade de fixar população jovem no concelho, uma resposta habitacional, quer da esfera pública, quer por via de investimento privado, que permita disponibilizar habitações em regime de arrendamento acessível.

CARATERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE RESIDEM EM HABITAÇÃO SOCIAL



AGREGADOS QUE VIVEM NAS HABITAÇÕES SOCIAIS. POR ESCALÃO DE RENDA



ELH DE TOMAR

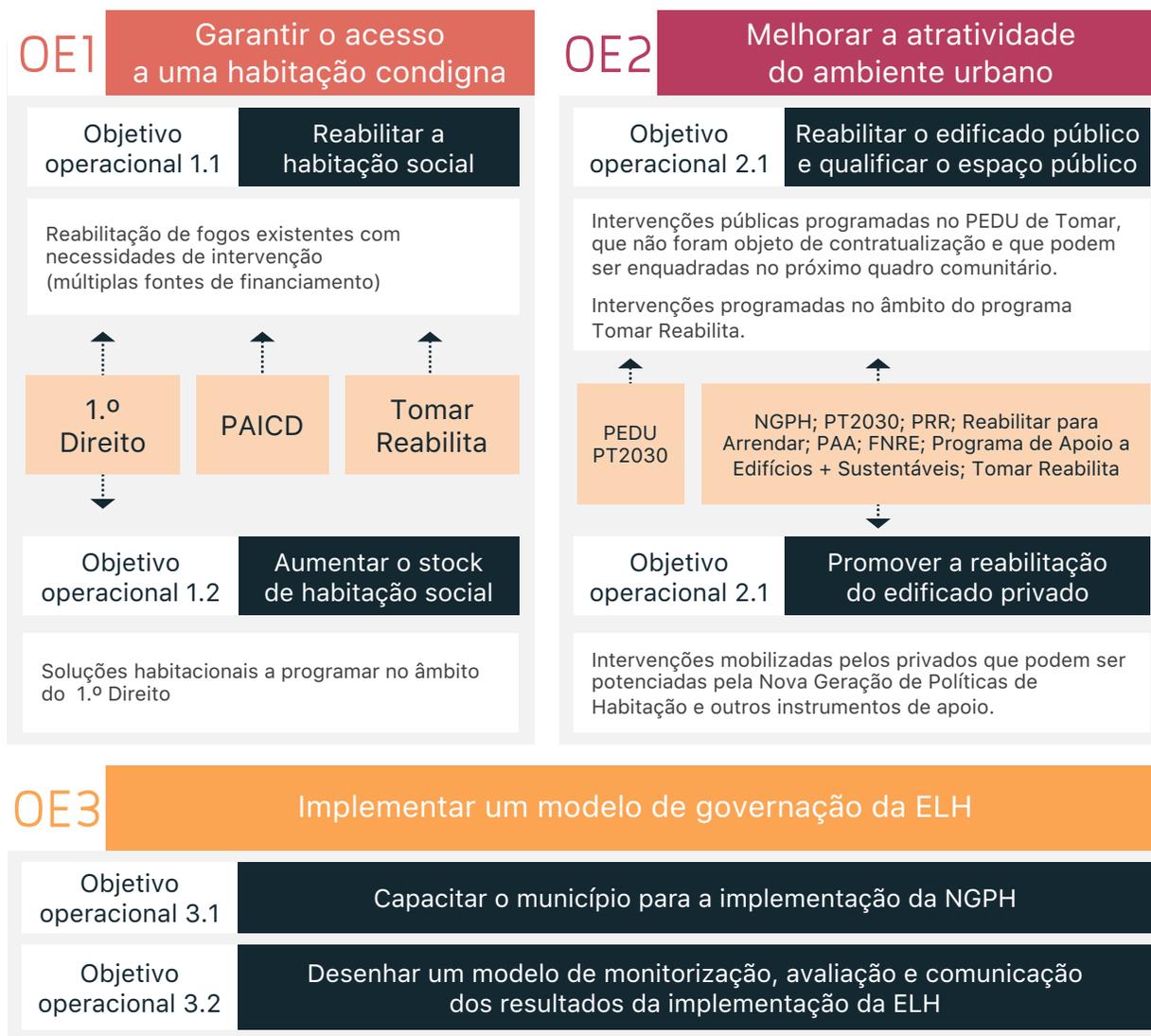
REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO

A ELH de Tomar desenhou um referencial estratégico de intervenção sustentado em três objetivos estratégicos:

- **Garantir o acesso à habitação**, dirigido às famílias que vivem em condições indignas, através da reabilitação dos bairros sociais e frações dispersas e do aumento do stock de habitação social;
- **Melhorar a atratividade do ambiente urbano**, dirigido à reabilitação do espaço público e do edificado (público e privado).
- **Implementar um modelo de governação da ELH**, dirigido à capacitação do município e ao desenho de um modelo de monitorização, avaliação e comunicação dos resultados da implementação da ELH.

A ELH de Tomar prevê, no seu plano de ação, para o Objetivo Estratégico 1, financiado pelo 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação um investimento superior a 12 milhões de euros, até 2026, para corrigir as carências habitacionais das famílias que vivem em condições indignas, através da reabilitação dos bairros sociais e do aumento do stock de habitação social.

Paralelamente, o Município de Tomar tem realizado investimentos na aquisição de habitações no centro histórico, promoveu o realojamento das famílias que viviam em núcleos precários no Flecheiro, que permitiu avançar com a requalificação das margens do Rio Nabão nessa área, e celebrou com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P um protocolo para a construção de habitações em regime de renda acessível.



HABITAÇÃO

PROJETOS EMBLEMÁTICOS

TOMAR REABILITA

Este programa traduz uma aposta firme na reabilitação do município que, através de intervenções no edificado e espaço público, pretende mobilizar o investimento dos atores privados para a reabilitação do edificado com necessidades de intervenção, promovendo, dessa forma, a revitalização dos principais núcleos urbanos do território.

A operacionalização do Programa Tomar Reabilita é dinamizada, em grande medida, pela criação de seis Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para os núcleos urbanos de Asseiceira, Cem Soldos, Olalhas, Paialvo, Pedreira e Tomar, que para além de um conjunto de incentivos fiscais integra, ainda, a agilização dos procedimentos de controlo prévio decorrentes do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).

Tomar Reabilita

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

HABITAÇÃO (MUNICIPAL) E HABITAÇÃO INDIGNA

Estratégia Local de Habitação aprovada.

Programa de arrendamento apoiado (C. M. Tomar).

Aumento projetado da oferta de habitação pública (habitação apoiada, arrendamento acessível, arrendamento jovem).

Conclusão dos realojamentos do Flecheiro.

Dispersão dos realojamentos pelo território urbano concelhio.

Reconhecimento por parte de alguns municípios da virtualidade da dispersão dos realojamentos por diversas áreas e bairros concelhios (rutura com processos de segregação socio-territorial).

GESTÃO DOS BAIRROS/EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

Canalização de recursos (humanos) anteriormente afetos ao processo de realojamento para iniciativas de sensibilização, educação e inclusão social.

Intenção de acompanhar mais a integração dos novos moradores nos locais de realojamento (uso do espaço doméstico e do espaço público, sentido de responsabilidade individual e coletiva, sentimento de pertença, participação social).

Diversidade de associações e coletividades no concelho que podem suprir a inexistência de associações nos bairros sociais.

Know-how acumulado nas várias edições do Programa Escolhas (alargamento do projeto concelhio a outras minorias/às várias comunidades mais vulneráveis).

Casos de integração social de agregados da comunidade cigana no centro histórico.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

HABITAÇÃO (MUNICIPAL) E HABITAÇÃO INDIGNA

Escassa oferta/disponibilidade de fogos de habitação social e ou de renda acessível (lista de espera para habitação municipal).

Escassez de fogos disponíveis no mercado para aquisição por parte da autarquia (reabilitação para arrendamento municipal).

Morosidade inerente à reabilitação profunda de fogos habitacionais.

Elevada taxa de fecundidade de algumas comunidades (indisponibilidade de fogos de maior tipologia que possibilite a atribuição de outra habitação).

Pessoas/agregados a viver ainda em habitação indigna (freguesia de Paialvo, casos já identificados).

Constrangimentos à implementação e execução das Estratégias Locais de Habitação (Administração Central).

GESTÃO DOS BAIRROS/EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

Desafios de integração dos novos residentes nos edifícios/bairros de acolhimento: diferentes modos de apropriação do espaço privado e do espaço público por diferentes comunidades (potencial fonte de tensão e conflitualidade).

Descontentamento de certos membros da comunidade cigana com critérios de realojamento (desconcentração pelo território, tipologias).

Centro comunitário (junto à GNR) identificado como zona mais problemática.

Auto-isolamento de alguns antigos residentes nos edifícios/bairros que acolheram agregados realojados (principalmente pessoas idosas, mais vulneráveis ao isolamento social).

Morosidade e exigência dos processos de integração e de gestão dos bairros de habitação municipal (recursos humanos, intervenções de educação social, mudança de mentalidades).

Fraco sentimento de pertença e de comunidade nos bairros sociais concelhios.

Inexistência de projetos estruturados e estruturantes de intervenção social nos bairros que acolheram os novos realojamentos, bem como de associações ou coletividades nos que se assumam como interlocutores privilegiados e promotores de atividades.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

DINÂMICAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Incentivos e benefícios fiscais à reabilitação do tecido edificado (Tomar Reabilita).

Instrumentos de financiamento destinados à melhoria da eficiência energética das habitações.

Benefícios fiscais para os proprietários de habitações arrendadas em regime de arrendamento acessível.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

DINÂMICAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Escassa oferta de habitação no mercado de arrendamento.

Especulação imobiliária.

Dificuldade de retenção da população mais jovem em processo de autonomização da família de origem (dificuldade de acesso à habitação).

Dificuldade de atração e retenção de nova população residente ((dificuldade de acesso à habitação).

Contributo indireto para isolamento social dos mais idosos (mobilidade residencial dos familiares mais jovens).

Aumento do número de pedidos de habitação a renda acessível/habitação social.

Sobrelotação de fogos/partilha de habitações por parte de migrantes.

CONCLUSÕES

O período de realização do Diagnóstico Social de Tomar coincide com um marco importante no domínio da intervenção social no concelho: em agosto de 2023, a autarquia procedeu à demolição das duas últimas barracas/casas abarracadas na cidade. O realojamento destes dois agregados familiares traduz, assim, o fim de um processo longo de intervenção por via do qual se pretendia acabar com as situações de habitação indigna na cidade de Tomar.

A conclusão deste processo de realojamento, centrado sobretudo nas famílias da comunidade cigana concentradas no Largo do Flecheiro, uma das entradas de Tomar, marca também, por outro lado, o início de uma outra etapa da intervenção social concelhia.

Por um lado, a dispersão dos agregados familiares alvo de realojamento pelo território urbano concelhio foi uma opção estratégica intencional com o objetivo de romper com o isolamento e segregação desta comunidade, mas coloca desafios que se passam a assumir-se agora também como prioridades de intervenção para os próximos anos. Promover a efetiva inclusão social da comunidade, favorecendo os mecanismos de troca e os laços entre a comunidade cigana desde há muito residente no município e a comunidade em geral, incluindo os novos residentes de outras comunidades migrantes, é uma das prioridades assumidas localmente. A inclusão social das comunidades étnicas e migrantes residentes

deverá assumir-se, portanto, como prioritária no Plano de Desenvolvimento Social de Tomar.

Por outro lado, a conclusão deste processo moroso e exigente em termos de recursos, incluindo recursos humanos, significa que alguns desses recursos podem ser agora direcionados para essa outra prioridade, isto é, concentrar mais esforços e recursos para as ações de sensibilização social e educação social. O propósito de trabalhar a efetiva inclusão social implica, como apontam diferentes interlocutores locais, o trabalho e as iniciativas de proximidade tanto com as comunidades étnicas e migrantes, como, significativamente, com a comunidade em geral.

No decurso do processo participativo que sustenta também este Diagnóstico Social, alguns interlocutores alertaram para as situações de isolamento a que alguns dos antigos moradores dos edifícios e bairros que acolheram os agregados familiares alvo de realojamento ao longo dos últimos meses se remetem agora.

Este auto-isolamento justifica-se por noções pré-concebidas, por diferentes formas de apropriação do espaço residencial e do espaço público, e também pelo desconhecimento e auto-centramento de todas as comunidades um pouco sobre si próprias, dimensões que importa abordar com iniciativas levadas a cabo em parcerias locais alargadas.

De acordo com a informação recolhida, são sobretudo as pessoas mais idosas a auto-isolarem-se. Sabendo-se que esta é uma fase do ciclo de vida em que as redes de sociabilidade e as redes de suporte locais tendem a ser fundamentais, este é um elemento que deverá ser mantido sobre vigilância, antecipando-se a importância de dirigir iniciativas específicas também para este segmento da população local.

Tal como noutros domínios (ver também Trabalho em Rede) o aprofundamento das dinâmicas de parceria assume-se como fundamental nos próximos anos. A inclusão social não se restringe à resposta a situações de vivência em habitação indigna; pelo contrário, envolve todos os outros domínios da vida social concelhia (educação, saúde, associativismo, etc.) e passa pela criação de trocas e laços entre diferentes comunidades locais. Assim, este esforço de inclusão social só será passível de concretizar mediante a participação de um conjunto alargado de atores sociais locais com intervenção nos diversos domínios e com a especificidade dos vários segmentos populacionais (comunidade de etnia cigana, há muito residente no concelho, novos residentes migrantes, comunidade local).

CONCLUSÕES

A inexistência de associações e coletividades nos bairros sociais assume-se também como um fator de fragilização, tanto mais que, segundo a informação recolhida, o espírito de pertença e de ligação à comunidade nos bairros sociais é bastante débil. Pontualmente, terão existido momentos em que se assistiu a um maior espírito de união entre moradores dos bairros, mas nunca foi o suficiente para gerar o dinamismo necessário que levasse a uma maior formalização (por exemplo, constituição de Comissão de Moradores). Reporta-se, assim, a inexistência de estrutura(s) que promovam, de forma organizada e mais ou menos continuada, o sentimento de pertença ao bairro e/ou a uma comunidade.

Do ponto de vista mais institucional, a inexistência de estruturas locais (Comissões de Moradores, grupos de jovens, etc.) dificulta a emergência de interlocutores locais que possam servir de mediação entre os moradores e serviços institucionais. Fragiliza também, potencialmente, os canais de sinalização que, em teoria, poderiam favorecer intervenções mais imediatas em situações de especial vulnerabilidade social. Do ponto de vista da apropriação do espaço público, favorece o isolamento dos moradores nas suas habitações (o que pode ser espacialmente mais problemático no caso da população idosa, por exemplo), vulnerabilizando os laços de sociabilidade local e, assim, das potenciais redes de suporte local para as pessoas mais vulneráveis. Apesar de tudo, a diversidade de associações e

coletividades com intervenção relevante no concelho é identificada como uma oportunidade, no sentido em que, sendo potencialmente mobilizáveis para alguns projetos e iniciativas, podem suprir a inexistência de associações nos bairros sociais.

As dinâmicas prevaletentes atualmente no mercado imobiliário geram também preocupação entre a maioria dos atores sociais locais. A escassa oferta de habitação no mercado de arrendamento e a tendência de crescimento das rendas não só contribuem para a degradação das condições materiais de vida de algumas pessoas e agregados residentes no concelho (acrescendo às situações de pobreza e de vulnerabilidade à pobreza), como fragilizam a capacidade de retenção no concelho da população mais jovem em processo de autonomização da família de origem, bem como a atração de nova população residente para o concelho. Ainda que indiretamente, receia-se que esta dificuldade tenda a acentuar a dinâmica de envelhecimento demográfico concelhia e que contribua também para o crescente isolamento social dos mais idosos (mobilidade residencial dos familiares mais jovens).

Paralelamente, começam a surgir indícios de casos de sobrelotação de fogos (sobretudo por pessoas de comunidades migrantes). Fruto também da conjuntura económico-social atual, de acordo com a informação recolhida tem-se verificado um aumento do número de pedidos de habitação a

renda acessível/habitação social, aos quais o município não tem capacidade para dar resposta imediata. A escassez de oferta de fogos habitacionais no mercado imobiliário dificulta o investimento no aumento do parque habitacional municipal a curto prazo, e os constrangimentos à implementação e execução da Estratégia Local de Habitação são um obstáculo relevante à concretização das medidas previstas.

9

TRABALHO EM REDE



TRABALHO EM REDE

A transferência de competências da Administração Central para os municípios exige uma reorganização de algumas respostas sociais. Sendo um processo recente, e na opinião de alguns atores sociais locais, subsistem ainda algumas indefinições que podem constranger a sua capacidade de ação. Apesar de tudo, esta não é uma opinião consensual entre os agentes locais, existindo outros que não o têm sentido como um obstáculo. De resto, este processo de ajustamento não ocorre apenas no município de Tomar, mas em todos os outros concelhos do país, pelo que as soluções encontradas podem ser também diversas.

Implicando, nalguns casos, a mudança dos interlocutores institucionais e até, noutros casos, a reorganização de alguns serviços, a transferência de competências aproxima as respostas ao terreno. Desse ponto de vista, pode configurar-se como uma oportunidade para agilizar essas respostas. No entanto, do ponto de vista estratégico, a oportunidade só será efetiva e completamente concretizada se, a partir dela, for possível alicerçar uma resposta mais articulada entre os atores dos vários domínios de intervenção social concelhios. Assim, para além da potencial maior celeridade das respostas, poder-se-ão consolidar respostas não só mais próximas, mas também mais integradas, isto é, que possibilitem acionar as respostas de vários domínios da intervenção social.

Dada a multidimensionalidade dos problemas sociais, esta integração e articulação das respostas tende a ser um fator essencial para melhor conseguir trabalhar com as causas dos problemas (por oposição a uma intervenção só mais paliativa),

mas também com a ramificação com que os problemas sociais tende a fazer-se sentir. Por exemplo, trabalhar com crianças ou jovens sinalizados pela escola implica, em rigor, trabalhar também os elementos de desestruturação do agregado familiar, pois, só assim, se pode ambicionar a tentar resolver a causa dos problemas.

Importa considerar ainda um outro elemento no domínio da articulação da intervenção social. Algumas iniciativas recentes por parte da Administração Central propõem recursos e/ou novos modelos de intervenção aos territórios concelhios. Tal é o caso, por exemplo, do Radar Social. Embora sejam iniciativas referenciadas pontualmente por alguns agentes concelhios, existe o receio de que, na prática, não se traduzam num aumento efetivo dos recursos locais. Esse receio decorre, significativamente, do próprio diagnóstico que alguns desses agentes fazem, da intervenção social no concelho no momento atual.

Globalmente, existe um consenso mais ou menos generalizado sobre a boa articulação entre os técnicos de várias entidades concelhias. De resto, percebe-se que a celeridade de resposta a situações que vão surgindo decorre, justamente, da boa relação existente e da facilidade de acesso entre equipas técnicas de diferentes instituições. Como noutros contextos territoriais, discernem-se casos de algum afastamento entre certas entidades, mas, no geral, e entre técnicos, os canais de comunicação parecem ágeis e facilitadores da resposta social.

Constituindo-se como um elemento muito positivo de Diagnóstico Social, esta facilidade e informalidade de contacto entre os técnicos encerra, ainda assim, uma outra dimensão que importa não negligenciar. É que, grosso modo, existe também a perceção de que, no momento, essa articulação está ainda bastante centrada ao nível da resposta imediata a problemas que vão surgindo no terreno. Ou seja, alguns atores locais identificam a inexistência de um modelo organizativo que promova a articulação sistémica e continuada entre as equipas de diferentes valências: a despeito da boa relação e da articulação entre os técnicos locais em geral, que permite acionar algumas respostas de forma célere e eficaz, verifica-se que, noutras situações, mormente aquelas que remetem para a mudança de comportamentos e/ou mentalidades de indivíduos ou agregados familiares não está definido um modelo de gestão que favoreça uma intervenção integrada e prolongada no tempo.

TRABALHO EM REDE

Tal leva a que se verifique, por vezes, uma multiplicação/sobreposição de diagnósticos (sinalização de casos problemáticos ou de situações de vulnerabilidade) e, sobretudo, a que, nalguns casos, pese embora a resposta imediata tenha sido acionada, os fatores de vulnerabilidade desses indivíduos ou famílias se prolonguem no tempo dificultando a efetiva autonomização dos indivíduos e/ou agregados familiares.

No âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS) têm vindo a ser dados passos no sentido de aprofundar o seu potencial para se constituir como esse fórum de reflexão e de planeamento estratégico sobre o desenvolvimento e a intervenção social concelhia. De referir, por exemplo, o destaque regular dado à apresentação de projetos e iniciativas locais e regionais no CLAS, com os quais as entidades concelhias poderão desenvolver ações concretas ou aos quais podem recorrer também como recurso. Tal revela também a ambição de alargar o âmbito do próprio Conselho Local de Ação Social.

Como se dizia, existe também a perceção, no entanto, de que para se assumir verdadeiramente como fórum estratégico do desenvolvimento social concelhio, a articulação entre as entidades de Tomar terá de ser ainda alargada.

Desde logo, reforçando os domínios de articulação entre técnicos no concelho, isto é, descentrar a articulação do domínio mais

restrito da resposta a situações sociais específicas e/ou de emergência, alargando-a para um nível mais de intervenção estratégica integrada. Dito por outras palavras, trabalhar no sentido de delinear intervenções sistémicas e participadas por várias entidades nos casos em que, para além da intervenção imediata, a resolução dos problemas exige uma intervenção mais abrangente e continuada no tempo.

Por outro lado, fomentando o envolvimento crescente das equipas diretivas das diferentes instituições locais, pois uma reconfiguração da estratégia e modelo de intervenção social exige um nível de decisão e de compromisso institucional. É exatamente por este motivo que a facilidade de acesso e a capacidade de articulação entre as equipas técnicas locais é identificada formalmente no Diagnóstico Social como uma força concelhia, mas o menor envolvimento das instâncias decisoras dessas entidades surge como um fator de fragilidade.

É sustentada na reflexão crítica sobre as várias fragilidades, potencialidades e ambições identificadas pelos próprios atores sociais locais durante o processo de realização deste Diagnóstico Social que se propõe então o reforço dos domínios de articulação entre eles.

A este nível, de destacar a importante referência que já existe localmente. Com efeito, e embora com um âmbito territorial distinto, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pode assumir-se como referência no esforço de promoção de um modelo de desenvolvimento

social assente no planeamento e na mobilização estratégica dos recursos locais.

Em Tomar, a opção passou também pela constituição de Comissões Sociais de Freguesia. Pela informação recolhida, percebe-se que, para além de modelos de funcionamento distintos, a dinâmica de cada uma das Comissões Sociais de Freguesia varia também.

De salientar, desde logo, o impacto que a crise pandémica (Covid 19) teve nestas instâncias de governança local. Os confinamentos e o distanciamento social traduziram-se numa perda de dinâmica em muitas delas, sendo que, no pós-pandemia, algumas não retomaram ainda o seu ritmo de reuniões regulares periódicas. Para além disso, encontram-se diferenças também no modelo de gestão adotado internamente. A este nível, umas Comissões estão mais centradas na discussão de casos individuais enquanto outras se orientam mais no sentido de ser um fórum de reflexão e de mobilização de recursos na freguesia. De sublinhar também, o facto de alguns agentes locais identificarem uma politização que consideram excessiva de algumas Comissões Sociais de Freguesia como um fator de fragilização das mesmas, no sentido em que, segundo dizem, desmobiliza alguns parceiros sociais de terem uma postura mais ativa.

TRABALHO EM REDE

Apesar de tudo, e ainda que nalguns casos isso se manifeste de forma latente, parece haver uma percepção mais ou menos generalizada de que o foco central das Comissões Sociais de Freguesia deverá ser o da mobilização de recursos com vista à promoção do desenvolvimento social da freguesia, impulsionando uma dinâmica coletiva entre instituições concelhias (saúde, segurança, emprego, proteção social, etc.) e as demais entidades sociais, económicas, culturais, desportivas e associativas que permita às equipas técnicas aceder com mais celeridade e eficiência aos recursos existentes.

A despeito das ressalvas anteriores e de algumas debilidades que os próprios agentes locais identificam, existe uma convicção maioritária no terreno de que não só as Comissões Sociais de Freguesia têm contribuído para a mobilização acrescida de alguns parceiros locais, como, por consequência, acreditam que existe ainda margem de manobra para aprofundar o seu papel na promoção do desenvolvimento social do território.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Atualização do Diagnóstico Social (em curso) e do Plano de Desenvolvimento Social: definição dos eixos estratégicos de desenvolvimento e das prioridades de intervenção (em curso).

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

Iniciativas estruturantes já delineadas e implementadas no âmbito da Rede Social mostram o potencial que o CLAS tem em termos da projeção, da articulação e da capacitação da intervenção social concelhia (por exemplo, CAF - Centro de Apoio à Família, ROL - Rede de Ocupação Local) e, sobretudo, de se constituir como o fórum estratégico do desenvolvimento social concelhio.

Desconcentração dos plenários do CLAS pelo território concelhio (aprofundamento do conhecimento das várias instituições: recursos, instalações, etc.).

COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA (CSF)

Constituição das CSF contribuiu para a mobilização acrescida de parceiros/sociedade civil, sendo esse um elemento essencial para os técnicos das entidades públicas e sociais (maior conhecimento sobre os recursos existentes na freguesia e agilização do acesso a esses mesmos recursos; Existem, porém, diferenças entre freguesias/CSF).

Sustentação/robustecimento da intervenção social das Juntas de Freguesia (descentramento da intervenção e apoio social da figura do Presidente da Junta de Freguesia, maior articulação e integração da intervenção).

Potencial de aprofundamento do papel das CSF.

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Inexistência de uma estratégia concertada de desenvolvimento social (intervensões, projetos, iniciativas tendem a ter um carácter mais casuístico).

Pouca continuidade dos projetos na área social (projetos que se mostraram relevância social/boas-práticas).

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

CLAS não funcionar ainda verdadeiramente como fórum de reflexão e de planeamento estratégico do desenvolvimento social concelhio.

Enquadramento legal da Rede Social: não sustenta o CLAS como verdadeiro fórum de reflexão estratégica local (centrando-se mais na emissão de pareceres) e não lhe confere as competências para criar um modelo de gestão otimizado dos recursos existentes no concelho (dificuldade de romper com a intervenção mais atomizada e centrada em cada instituição).

Perda de algum dinamismo da Rede Social de Tomar (que, no passado, já lançou iniciativas pioneiras) e dificuldade crescente de mobilizar alguns atores sociais locais (na fase inicial da Rede Social a maioria das entidades era mais colaborativa).

Perceção sobre a politização do CLAS (geradora de alguma tensão).

Assunção que a 'Rede Social' é uma estrutura da autarquia, quando a Rede Social deve assumir-se como uma construção coletiva, um fórum partilhado por todos.

COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA (CSF)

Perda de dinâmica de algumas CSF (durante o período pandémico, mas que se prolongou nalguns casos para além dele).

Perceção sobre a politização de algumas CSF (fator de desmotivação para alguns técnicos e obstáculo à mobilização de alguns parceiros locais da sociedade civil).

Centramento, por vezes, na discussão de casos individuais.

DOMÍNIOS DE OPORTUNIDADE

ARTICULAÇÃO REGIONAL

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo: referência em termos de articulação da intervenção social em vários domínios da realidade social (Planos para a Igualdade, Meio - para andar no Médio Tejo e Link - Transporte a Pedido (Transportes Públicos), Articulação da Oferta Formativa (SANQ), PEDIME, Programa IntegrativaMente, Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo ...).

Atualização do Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo (MT-PIDSI)

ARTICULAÇÃO DA INTERVENÇÃO SOCIAL LOCAL

Relação entre a generalidade das equipas técnicas com intervenção social no concelho (setor público, privado e associativo): informalidade, facilidade de acesso, canais de comunicação ágeis, favorecendo a celeridade da resposta perante situações emergentes.

Capacidade de mobilização das entidades locais

Iniciativas de atendimento deslocalizado e conjunto entre entidades.

Reuniões regulares entre diretores técnicos de entidades locais (área de intervenção dos idosos).

ENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL

Disponibilidade de alguns empresários locais para participar mais em iniciativas de promoção do desenvolvimento (perceção decorrente dos contactos que alguns interlocutores locais têm do contacto com tecido empresarial local).

DOMÍNIOS DE VULNERABILIDADE

ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA INTERVENÇÃO SOCIAL LOCAL

Afastamento/dissensos entre algumas entidades sociais locais.

Perceção sobre politização de algumas entidades sociais locais (fator de entropia a dinâmicas de coordenação da intervenção mais acentuadas e de desconforto e certa desmotivação nalguns técnicos (não no exercício das suas funções no sentido estrito, mas mais na perceção da inconsequência de investir noutros modelos de intervenção concelhia).

Menor participação das equipas diretivas das entidades sociais locais nos fóruns municipais (maior dificuldade em reorganizar o modelo de intervenção concelhia conferindo-lhe um carácter mais multidimensional e sistémico).

Fragilidade nalguns domínios de articulação leva algumas entidades a sentir a necessidade de iniciativas mais voluntaristas (por exemplo, campanhas de recolha de alimentos quando existe essa resposta no concelho).

[não é consensual] Dificuldade em romper com a lógica dominante de que cada freguesia deve ter todos os serviços/respostas, resistência à concertação entre freguesias para partilha de unidades/respostas sociais de maior dimensão com área de intervenção inter-freguesias.

Sobreposição de diagnósticos/equipas de diagnóstico no terreno (sem que tal resulte muitas vezes numa resposta direta sistémica e integrada): dificuldade de passar do diagnóstico para a intervenção integrada nalguns casos (por vezes, sinalização de casos por várias entidades sem que haja continuidade em termos da intervenção social propriamente dita, levando a que certos casos se prolonguem no tempo ou se agravem mesmo).

Obstáculo à capacidade de atuar sobre as causas e a multidimensionalidade dos problemas: não consolidação de uma perspetiva de 'intervenção de caso' (Gestor de caso) e de 'Planos de intervenção Familiar' (educação, formação, saúde, emprego, comportamento, apoios sociais e requisitos de acesso/manutenção de apoios sociais...).

ENVOLVIMENTO DO TECIDO EMPRESARIAL

Presença/participação frágil do tecido empresarial e industrial local nas instâncias de promoção do desenvolvimento social concelhio (maior fragilidade das redes de trabalho concelhias).

Débil marketing social: dificuldade das entidades com intervenção social divulgarem o seu trabalho, os seus objetivos e a as suas necessidades junto do tecido empresarial e industrial.

10

ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O município de Tomar é membro efetivo da Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, integrando o projeto *ClimAdaPT.Local*, precursor na elaboração de estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas (EMAAC), documento que tem permitido ao município incorporar nas suas políticas e instrumentos de planeamento um conjunto de medidas de adaptação às alterações climáticas.

As projeções climáticas para o município de Tomar identificam como eventos climáticos de maior potencial de ocorrência e impacto a diminuição da precipitação anual e o aumento da temperatura, sobretudo as máximas no outono e verão, com intensificação da ocorrência de verões mais quentes e secos. Projeta-se ainda um aumento da frequência de ondas de calor e de eventos de precipitação intensa ou muito intensa, associada a cheias e inundações.

Apesar dos impactos negativos esperados, admite-se que das alterações climáticas possam advir algumas oportunidades para o desenvolvimento económico local, como seja a diminuição da sazonalidade da atividade turística.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PROJETADAS PARA O MUNICÍPIO DE TOMAR



PRINCIPAIS IMPACTOS CLIMÁTICOS NEGATIVOS PROJETADOS PARA O MUNICÍPIO DE TOMAR

- ▶ Perda de biodiversidade e património natural
- ▶ Aumento da ocorrência de incêndios
- ▶ Danos na agricultura e pecuária com possíveis perdas da produção
- ▶ Degradação dos sistemas de abastecimento e drenagem de água
- ▶ Danos em infraestruturas (rodoviárias, ferroviárias, abastecimento de água, saneamento, energia e telecomunicações)
- ▶ Aumento da erosão e perda de solo, e da ocorrência de deslizamento de vertentes
- ▶ Danos na saúde pública

IMPACTES E VULNERABILIDADES SOCIAIS AOS RISCOS E ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Conhecer os riscos e vulnerabilidades territoriais e sociais, determina a forma como se ocupa o território e programa a instalação de equipamentos, infraestruturas e demais serviços de interesse geral, procurando equilibrar o funcionamento do sistema urbano, com todos os benefícios que daí advêm.

A interação entre fatores climáticos e não-climáticos (sociais, demográficos, ocupação do território, planeamento, etc.) não só determina os impactos reais de eventos climáticos atuais, como pode também alterar as condições de exposição a eventos climáticos futuros.

Num cenário de crescente agravamento da vulnerabilidade aos riscos e aos efeitos das alterações climáticas, o quotidiano das populações e o funcionamento das atividades sofrerão de forma progressiva os seus impactos, expondo a fragilidade dos grupos sociais mais vulneráveis e das comunidades mais desfavorecidas, em concreto no que respeita à saúde pública e à carência económica.

A situação de pobreza energética, transversal a grande parte das habitações do concelho, afetará sobretudo os grupos sensíveis; é a população mais envelhecida, e com menos recursos económicos a mais vulnerável às débeis condições de conforto térmico do parque habitacional, e em particular a que mais sofrerá com a intensificação das ondas de calor.

Num território com características marcadamente rurais como é Tomar, os impactos sobre os sistemas produtivos (agrícola e florestal), a biodiversidade e os recursos naturais, pressionados pelos fatores climáticos, tendem a afetar de forma mais evidente a população rural, que não só reside em áreas mais vulneráveis, como também delas depende economicamente.

A diminuição da rentabilidade florestal e da capacidade produtiva da agricultura familiar e de subsistência, acompanhadas da tendência crescente da sazonalidade do emprego no setor são ameaças que colocam em situação de vulnerabilidade económica um maior número de famílias e que aceleraram o processo de abandono do espaço rural.

A degradação da paisagem e do espaço rural (em sentido lato) poderá traduzir-se também na perda de atratividade turística de Tomar, ameaçando a competitividade da economia local e regional.

A difícil mobilização em torno das questões ambientais e a resistência à mudança de hábitos e comportamentos não é indissociável do perfil socioeconómico da população e carece de uma intervenção integrada, embora diferenciada, e dirigida a públicos-alvo específicos.

A real extensão (e custos) dos impactes sociais e económicos de médio-longo prazo decorrentes da eventual ocorrência de riscos e efeitos das alterações climáticas são difíceis de avaliar. Daí ser

imperativa a introdução desta problemática nas políticas municipais, de forma transversal, coerente e eficaz, respondendo de forma adequada às necessidades dos diferentes grupos populacionais e setores económicos, reforçando de forma efetiva a sua resiliência e capacidade de adaptação.

Nesta perspetiva de promoção do desenvolvimento social, importa também que os desafios da adaptação e transição climática atentem à necessidade de ponderar critérios que valorizem a dimensão de equidade na forma como os custos dessa adaptação e transição são distribuídos pelos diferentes grupos sociais.

11

TRANSIÇÃO
DIGITAL



TRANSIÇÃO DIGITAL

A transição digital ocupa um lugar central nas políticas europeias. A Comissão Europeia pretende preparar a Europa para a era digital, com o desenvolvimento de soluções que colocam as pessoas em primeiro lugar, que irão proporcionar *"novas oportunidades para as empresas, incentivar o desenvolvimento de tecnologias fiáveis, fomentar uma sociedade aberta e democrática, apoiar uma economia dinâmica e sustentável, contribuir para o combate às alterações climáticas e assegurar a transição ecológica"*.

A Comissão Europeia, no quadro do Instrumento de Assistência Técnica, ajuda os Estados-Membros a concretizar as reformas destinadas a fomentar o crescimento digital e a implementar as soluções inovadoras para empresas e para os cidadãos, bem como melhorar a acessibilidade e a eficiência dos serviços públicos.

À escala nacional, o Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal reconhece a importância da *"transição para um país mais digital e, consequentemente, mais competitivo e mais fortalecido a nível internacional"*. O Plano de Ação tem como propósito acelerar a transição digital no país, sem deixar ninguém para trás, e projetar o país no mundo, assumindo como principais áreas de foco a capacitação digital das pessoas, a transformação digital das empresas e a digitalização do Estado.

A transição digital assumirá um papel instrumental no desenvolvimento social, num quadro em que será necessário potenciar os benefícios da digitalização e, ao mesmo tempo, enfrentar um contexto desafiante que está a emergir das múltiplas transformações que estamos a assistir.

No contexto mais específico do desenvolvimento social salienta-se o contributo da transição digital para a **melhoria e reforço das competências, para a facilitação da relação com a administração pública e para a capacitação das respostas sociais**.

As competências digitais são, cada vez mais, fundamentais para estudar, trabalhar, comunicar, aceder a serviços públicos em linha e encontrar informação de confiança. São também um motor fundamental da competitividade e da capacidade de inovação e um fator determinante da coesão social e do bem-estar pessoal.

O **Pilar I: capacitação e inclusão digital** do Plano de de Ação para a Transição Digital de Portugal refere que a qualificação dos portugueses deve centrar-se, sobretudo, *"num investimento inclusivo, que estimule o acesso ao ensino e à aprendizagem ao longo da vida e que favoreça a criação de condições de acesso, generalizado, facilitado e gratuito, à Internet, enquanto motor de atualização de conhecimentos e competências"*.

A capacitação e inclusão digital das pessoas surgem como mecanismos essenciais para uma resposta ao impacto da digitalização na vida de cada indivíduo, exigindo medidas diferenciadas em função do ciclo de vida dos cidadãos:

- integração transversal das tecnologias nas diferentes áreas curriculares dos ensinos básico e secundário, que contribuam para a aquisição de competências digitais necessárias à plena realização pessoal e profissional de crianças e jovens, bem como a igualdade de oportunidades no acesso a equipamentos e recursos digitais de qualidade;
- alargamento da oferta formativa das instituições de ensino superior e a sua aproximação às empresas, garantindo uma resposta às necessidades específicas do mercado laboral no âmbito das competências digitais;
- respostas de formação profissional incluindo a requalificação de trabalhadores empregados ou desempregados que fomente o emprego na área digital e que assegure a minimização do impacto da automação no mercado de trabalho;
- iniciativas que concorram para o desenvolvimento de competências digitais na sociedade em geral, sustentadas em três pilares: educação digital, formação profissional e requalificação, inclusão e literacia digital.

TRANSIÇÃO DIGITAL

O Pilar III: Digitalização do Estado do Plano de de Ação para a Transição Digital de Portugal refere que a *"a aposta num setor público dinâmico, ao nível das tecnologias de informação e comunicação, bem como ao nível da modernização e inovação tecnológica, permite, em termos globais, aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, constituindo, por isso, um dos principais desígnios do Governo em matéria de transição digital"*.

Este pilar foca-se, não só na administração central, mas também no poder local e regional. Pretende-se que a transição digital *"desempenhe um papel fundamental na institucionalização de poderes ágeis e abertos, facilitando o acesso de empresas e cidadãos a dados e informação do Estado, e na criação de territórios inteligentes, mais próximos e conectados"*.

O desenvolvimento e a expansão da oferta de serviços públicos disponíveis online e a promoção da simplificação e eficiência dos processos internos são objetivos essenciais deste pilar, que se consubstanciam em serviços públicos digitais, administração central ágil e aberta e administração regional e local conectada e aberta.

Os impactos da transição digital começam a fazer-se sentir nas mais diversas esferas, beneficiando também de um quadro favorável para o financiamento das várias medidas à escala nacional, regional ou local, quer através da política de coesão (Portugal 2030), quer no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

O programa Rampa Digital, orientado para o desenvolvimento de competências digitais para todos e o Museu100distâncias, que possibilita a visita personalizada a diferentes equipamentos museológicos e monumentos locais mostram já os impactos da transição digital em Tomar em benefício da população.

Adicionalmente, o quadro de possibilidades aberto pelo Portugal 2030 e pelo PRR poderá permitir ao Município e aos demais entidades locais, em particular as que possuem respostas sociais, implementar as medidas que potenciem a adoção de novas tecnologias, a capacitação dos recursos e das respostas sociais e promovam a aproximação aos cidadãos.

Com efeito, no quadro da execução do PRR a Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais tem financiado investimentos na qualificação, na melhoria das respostas existentes ou na implementação de novas respostas que apostem, quer na transição digital, quer na transição energética.

Este financiamento assume-se como crítico num cenário caracterizado por dificuldades das entidades em promover investimentos com recurso a capitais próprios ou a empréstimos, em particular num contexto que se prevê prolongado de elevadas taxas de juro.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Município de Tomar aderiu à plataforma ODSLocal, uma plataforma nacional de promoção e divulgação de boas práticas ao nível do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estando comprometido com a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados, por unanimidade, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a 25 de setembro de 2015.

O município tem desenvolvido atividades no âmbito dos ODS. Por exemplo, a realização de ateliê de expressão plástica "coração de criança" dedicado ao ODS 3 – Saúde de qualidade, no dia Mundial do Coração, e ateliê de experiências dedicado ao ODS 4 - Educação de Qualidade, no Dia Nacional de Monitorização da Água, entre outras atividades.

O Plano de Desenvolvimento Social de Tomar, como instrumento de planeamento estratégico e operacional com uma alargada abrangência setorial, incorpora nos seus pilares e pressupostos as ambições dos ODS.

No Diagnóstico Social de Tomar realiza-se uma leitura cruzada ao posicionamento do município nos indicadores dos ODS com os domínios de vulnerabilidade e oportunidade identificados no Diagnóstico Social, procurando-se sinalizar os principais indicadores com convergência mais lenta ou de divergência face às metas assumidas em cada ODS.

Esta leitura pretende constituir-se como um ponto de partida para a definição da ambição do Plano de Desenvolvimento Social e da sua estratégia de intervenção, bem como para a identificação de tipologias de projetos que contribuam para os ODS.



LEITURA ODS DIAGNÓSTICO SOCIAL

	Domínios de intervenção DS	Ação Social Habitação
	<p>Trajatória de divergência para com a Meta 1.2 “Reduzir a pobreza em pelos menos 50%”, avaliada pelos “Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%)”.</p> <p>Trajatória de divergência para com a Meta 1.4 “Igualdade de acesso à propriedade, serviços básicos, tecnologia e recursos económicos”, aferida através do “Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)”, que têm vindo a aumentar nos últimos anos, colocando em causa, considerando a evolução recente, o cumprimento da meta em 2030.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Saúde, dependências e estruturas de apoio a populações especialmente vulneráveis
	<p>Trajatória de divergência para com a Meta 3.4 “Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental”, nomeadamente no que diz respeito à mortalidade prematura (antes do 75 anos), mortalidade por diabetes mellitus e mortalidade por tumores malignos.</p> <p>Trajatória de convergência no número de médicas/os, enfermeiras/os e farmácias por mil habitantes não permitirá cumprir a Meta 3.8 “Cobertura universal de saúde” para 2030.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Atividades económicas e mercado de trabalho
	<p>A evolução da proporção da superfície agrícola candidata a apoios para pequena agricultura não permitirá cumprir a Meta 2.3 “Aumentar a produtividade e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos” em 2030. Se a tendência de evolução se mantiver, Tomar ficará a menos de metade do caminho da meta.</p> <p>Lenta evolução na Meta 2.4 “Sistemas sustentáveis de produção de alimentos e práticas agrícolas resilientes”, em particular no baixo volume de candidaturas a apoios à pequena agricultura e à manutenção de agricultura biológica, que podem contribuir para dinamizar os processos de inclusão social da população que depende, em maior ou menor grau, da agricultura. Se a tendência de evolução se mantiver, Tomar ficará a menos de metade do caminho da meta em 2030.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Educação Atividades económicas e mercado de trabalho
	<p>Desempenho menos favorável face à Meta 4.3 “Acesso igual ao ensino técnico e profissional e superior acessível”, induzido por uma reduzida “Proporção de indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos” que, ao ritmo de convergência atual, não permitirá atingir a meta estabelecida para 2030.</p> <p>Trajatória recente de divergência no indicador “Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)”, que contribui para a Meta 4.3.</p>	

LEITURA ODS DIAGNÓSTICO SOCIAL

	Domínios de intervenção DS	Segurança, proteção e cidadania
	<p>Trajatória de divergência para com a Meta 5.1 “Acabar com a discriminação contra as mulheres e meninas”, observando-se uma ligeira redução da “Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem” que, com base na trajetória recente, não permitirá atingir a meta definida para 2030.</p> <p>Trajatória de convergência no indicador “Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social”, mas que, face à evolução recente, não permitirá atingir a Meta 5.4 “Valorizar os cuidados não remunerados e promover responsabilidades domésticas partilhadas” em 2030.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	<p>Desafios de convergência para com a Meta 6.3 “Melhorar a qualidade da água, tratamento de águas residuais e reutilização segura”, sobretudo no que diz respeito ao indicador “Proporção da área das massas de água superficiais com estado global “bom e superior” (%)”, onde se observa um elevado diferencial para a meta assumida para 2030 (25,7%, valor em 2021, face a 86,8%, valor da meta para 2030).</p> <p>Lenta evolução do indicador “Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para o uso eficiente da água na agricultura (%)”, 0,73% em 2021, face à meta de 12,8% em 2030, não permitirá cumprir a Meta 6.4 “Aumentar a eficiência do uso da água e garantir o abastecimento de água potável”.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	<p>Trajatória de divergência face à Meta 7.3 “Duplicar a melhoria da eficiência energética”, aferida pelos indicadores “Proporção de edifícios com certificação energética com classificação A a C(%)” e “Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.)”, cuja evolução, a manter-se, não permitirá atingir a meta para 2030.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Atividades económicas e mercado de trabalho
	<p>Trajatória de divergência para com a Meta 8.8 “Proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho seguros”, observando-se uma redução da “Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo (%)”.</p>	

	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	<p>Atual trajetória de convergência para com a Meta 9.5 “Promover a investigação e atualizar as tecnologias industriais”, medida através do indicador “Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante (%)”, não permitirá atingir a meta projetada para 2030.</p>	

LEITURA ODS DIAGNÓSTICO SOCIAL

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES 	Domínios de intervenção DS	Ação social
	Trajetória de convergência para com a Meta 10.1 "Reduzir as desigualdades de rendimento", registando-se uma redução da "Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20) (n.º)", que, face ao ritmo de diminuição dos últimos anos, permitirá atingir a meta definida para 2030.	

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	Domínios de intervenção DS	Habitação Sustentabilidade ambiental
	Trajetória de divergência para com a Meta 11.1 "Habitação segura e acessível", com um crescimento da inacessibilidade à habitação a preços comportáveis para as famílias nos últimos anos. Trajetória de divergência face à meta 11.6 "Reduzir o impacto ambiental negativo nas cidades", induzida, em particular, pelo aumento dos "Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)" cuja meta para 2030 (360) não será cumprida se mantida a evolução recente.	

12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	Trajetória de divergência face à meta 12.5 "Reduzir significativamente a produção de resíduos", determinada, sobretudo, pelo aumento dos "Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)", não obstante a convergência positiva para o cumprimento desta meta nos indicadores "Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)" e "Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)".	

13 AÇÃO CLIMÁTICA 	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	Trajetória de convergência para com a Meta 13.2 "Integrar medidas relativas às alterações climáticas nas políticas e no planeamento", registando-se uma ligeira diminuição da "Emissão de gases de efeito estufa (kt CO ₂ eq)" que, todavia, não permitirá cumprir a meta estabelecida para 2030.	

14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	Trajetória de convergência muito positiva para com a Meta 14.1 "Reduzir a poluição marinha", nos indicadores "Plástico recolhido (t) por 10 mil habitantes" que permitirá atingir a meta para 2030.	

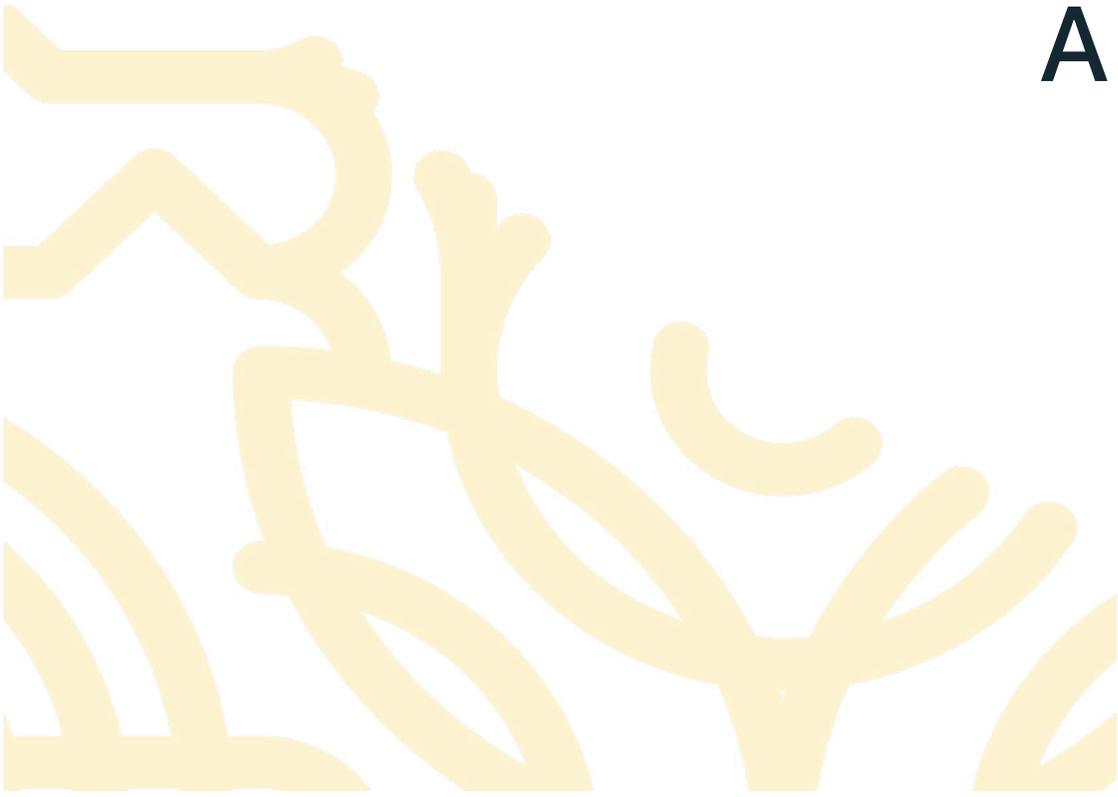
15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	Domínios de intervenção DS	Sustentabilidade ambiental
	Trajetória de estagnação face à meta 15.1 "Conservar e restaurar ecossistemas terrestres e de água doce", com destaque para a ainda baixa "Proporção de massas de água com bom estado/potencial ecológico (%)". Em 2021 o valor observado para o indicador foi de 44,4% face à meta de 100% para 2030. Trajetória de estagnação para com a Meta 15.5 "Proteger a biodiversidade e os habitats naturais", sobretudo no que diz respeito à "Proporção de espaços naturais no Solo Rústico (%)".	

LEITURA ODS DIAGNÓSTICO SOCIAL

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES 	Domínios de intervenção DS	Segurança, proteção e cidadania Trajetória de divergência para com a Meta 16.7 “Garantir a tomada de decisão adequada, inclusiva e representativa”, aferida pela evolução do indicador “Taxa de abstenção nas eleições autárquicas (%)” que, ao ritmo atual, não permitirá atingir a meta definida para 2030.
---	----------------------------	--

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 	Domínios de intervenção DS	Educação Trajetória de convergência para com a Meta 17.8 “Fortalecer a capacidade em ciência, tecnologia e inovação”, com um aumento substancial no indicador “Número médio de alunas/os por computador com ligação à Internet matriculadas/os no ensino não superior (nº)”, observando-se uma diminuição em 2021 que, ainda assim, não permitirá convergir para o valor da meta assumida para 2030.
---	----------------------------	---

ANEXOS



ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS*

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
1ª Associação Regional Pesca Desportiva de Rio	geral@arpd.pt
30POR1LINHA - Associação Sociocultural e Ambiental	atrintaporumalinha@gmail.com
ACRESCER – Associação de Pais e Amigos de crianças com necessidades educativas especiais de Tomar	acrescer@sapo.pt
Associação Casa 9 Soldos	casa9soldos@gmail.com
Associação Cultural Coreto d'El Rey (Marquesa de Ciranda)	geral@marquesadeciranda.pt
Associação Cultural e Desportiva da Portela S. Pedro	n/d
Associação Cultural e Desportiva de São Silvestre	acdsaosilvestre@gmail.com
Associação Cultural e Recreativa de Carvalhos de Figueiredo	acrcarvalhosfigueiredo@gmail.com
Associação Cultural e Recreativa Amendoense	acramendoense@gmail.com
Associação Cultural e Recreativa da Póvoa	n/d
Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira	acrlinhaceira@gmail.com
Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita	acrsantacita1975@gmail.com
Associação Cultural e Recreativa do Centro da Freguesia de Casais	associacaocasais@gmail.com
Associação Cultural e Recreativa do Rancho Folclórico "Os Camponeses" de Minjoelho	rfcampminjoelho@sapo.pt
Associação cultural desportiva e beneficência dos bombeiros de Tomar	acdbbt@gmail.com
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Freguesia da Junceira	acdrjunceira@hotmail.com
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Asseiceira	acdasseiceira92@gmail.com
Associação Cultural, Recreativa e Social Venda Nova	acrsvendanova@sapo.pt
Associação de Antigos Alunos do Liceu Nacional de Tomar e Escola Secundária Santa Maria do Olival	antigosalunosliceuessmotomar@gmail.com

*Associações registadas no Registo Municipal de Associações em dezembro de 2023.

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Associação de Cultura e Recreio de Olalhas	acrol.1980@gmail.com
Associação de Cultura, Desporto e Solidariedade Social de Paço da Comenda	dinaacdsspc@gmail.com
Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos Tempo Livre dos Lugares de Marmeleiro e Capela	asspaisjebpedreira@hotmail.com
Associação de Dadores Benévolos de Sangue do Hospital de Tomar	geral@dadoressanguetomar.pt
Associação de Defesa Cinegética da Freguesia de São Pedro de Tomar	adcf.sao.pedro@gmail.com
Associação de Melhoramentos, Recreio e Cultura da Roda Pequena	victor.dinis42@gmail.com
Associação de Natação do Distrito de Santarém	andsantarem@gmail.com
Associação dos Apicultores do Centro de Portugal	info@apicultoresdocentro.pt
Associação de Estudantes da Escola Secundária de Santa Maria do Olival	ae.essmo.geral@gmail.com
Associação de Turismo Militar Português	geral@turismomilitar.pt
Associação dos Forcados Amadores de Tomar	tomargfa@gmail.com
Associação Gerar Oportunidades	go.geraroportunidades@gmail.com
Associação Luso-Brasileira de Grappling	albgrappling@gmail.com
Associação Motor Rota dos Templários	a.m.r_dos_templarios@hotmail.com
Associação MG - Memorial Mendes Godinho	a-mmgsapo.pt
Associação Nacional Rádio CB/DX de Tomar	anarcbdx@gmail.com
Associação Oficina da Abelha	oficinadaabelha@gmail.com
Associação Os Corta Asfalto de Thomar	cortaasfaltodethomar@gmail.com
Associação "Os Amigos do Fado de Tomar"	amigosfado9@hotmail.com
Associação Protetora dos Animais da Região do Ribatejo - Tomar	aparrtomar@gmail.com

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Associação Rancho Folclórico e Etnográfico e Museu Rural de Alviobeira	mmnunes.s@sapo.pt
Associação Recreativa das Aboboreiras	ar.aboboreiras@hotmail.com
Associação Recreativa e Cultural "Os Quatro Unidos"	arcosquatrounidos@gmail.com
Associação Recreativa e Cultural de Além da Ribeira	arcaribeira@hotmail.com
Associação Recreativa e Desportiva de Charneca do Maxial	farmo.vieira@gmail.com
Associação Thomar Honoris	geral@thomarhonoris.pt
Automóvel Clube de Tomar	act.tomar2007@gmail.com
Basket Club de Tomar	basketctomar@gmail.com
CAA Portugal	caaportugal@outlook.pt
Canto Firme de Tomar - Associação de Cultura	direcao@cantofirme.pt
Casa do Benfica em Tomar	casabenficatomar@slbenfica.pt
Cavaleiras de Sellium - Tuna Feminina do IPTomar	cavaleirasdesellium@gmail.com
Confraria da Irmandade do Divino Espírito Santo de S. Miguel de Carregueiros	ruigraca22@gmail.com
Confraria Gastronómica dos Templários	templariosconfraria@gmail.com
Centro Cultural de Carril-Vales	centroculturaldecarrilvales@hotmail.com
Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal de Tomar	ccd@cm-tomar.pt
Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo	ccdportomendo@sapo.pt
Centro Cultural e Recreativo de Vale de Idanha	ccrevali2020@gmail.com
Centro de Bem Estar Social Cultural Recreativo e Desportivo de Valdonas	centrodevaldonas@gmail.com
Centro Cultural e Recreativo dos Lugares Unidos do Suimo	sevenalive2212@gmail.com
Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar	cepprt@gmail.com

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Centro de Convívio e Cultura das Barreiras	cccbarreiras@gmail.com
Centro de Reunião e Convívio do Povo da Zona dos Brazões	centrorcpzbrazoes@gmail.com
Centro Recreativo, Desportivo de Vale Florido ,Venda e Maxieira	rosy.freitas@sapo.pt
Centro Recreativo e Cultural da Freguesia de Carregueiros	crcf.carregueiros@gmail.com
Centro Recreativo e Cultural de Alviobeira	carlos_scp_silva@hotmail.com
Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João	crcddj@gmail.com
Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico "Os Camponeses" da Peralva	rfcperalva@hotmail.com
Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João	crcddj@gmail.com
Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Rancho Folclórico "Os Camponeses" da Peralva	rfcperalva@hotmail.com
Centro Recreativo dos Trabalhadores da Peralva	crtperalva@hotmail.com
Clube de Actividades de Lazer e Manutenção - CALMA	calmaclub@gmail.com
Clube de Amigos Unidos pela Natação - CAUN	natacao.hidro.hydorider@gmail.com
Clube de Jovens Os Aerocalminhas	ruimendes66@gmail.com
Clube Desportivo Templários BTT e Aventura	templariosbtt@gmail.com
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 44 Tomar	ca.44@escutismo.pt
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 837 Cem Soldos	geral.837@escutismo.pt
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 941 Asseiceira	geral.941@escutismo.pt
Cubo D´Ideias - Associação Criativa	geral@cubo-ideias.pt
Drama & Beijo - Associação Cultural	dramaebeico@gmail.com
Escola de Futebol de Tomar Associação	efta@sapo.pt
Espaço 0. Artes Comunicantes – Associação de Cultura	espacozeroteatro@gmail.com

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Erasmus Student Network Tomar - ESN Tomar	board@esntomar.org
Fatias de Cá de Tomar	geral@fatiasdeca.pt;joana.jacob@gmail.com
Federação do Folclore Português - CTR Alto Ribatejo	ctr.altoribatejo@gmail.com
Faz Eco	fazeco.associacao@gmail.com
Ginásio Clube de Tomar	gctsecretaria@gmail.com
Grupo Desportivo da Nabância	canoagem.nabancia@gmail.com
Grupo Desportivo e Recreativo da Sabacheira	geral@gdrsabacheira.pt
Grupo Motard Ramot	grupomotard_templarios@hotmail.com
GK20	pedroajluis@gmail.com
IP Thomar - Rugby Associação	iptomarrugby@gmail.com
Juventude Mariana Vicentina	paialvojm@gmail.com
JazzWithin - Associação Artística e Cultural	jazzwithin@gmail.com
Juventude e Associativismo de Tomar - JATO	david.sousa@sfgp.pt
Lua Singular - Produção de Eventos	luasingular@gmail.com
Kinostrum - Associação Cultural Fílmica	kinostrum.acf@gmail.com
Kromuz da Bola - Associação de Cultura e Desporto	kromuzdabola1998@gmail.com
Montanhexímia - Associação Desportiva	wildboys.dh@gmail.com
Motor Clube de Tomar	motorclubedetomar@gmail.com
MuDaRa Companhia das Artes, Associação Cultural	artes.mudara@gmail.com
Núcleo de Árbitros de Futebol do Ribatejo Norte	n.arbitros.frn@gmail.com
Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo de Jerusalém - OPCTJ	geral@opctj.pt
O TEMPLARDOG- Grupo Desportivo Canino	templardog@gmail.com

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Plano Extraordinário - Clube de Cinema	peclubecinematomar@gmail.com
Portugal by Rock - Associação	portugalbyrock@gmail.com
Panóplia de Mistérios - Associação de Animação Cultural	presidente.mysterio@gmail.com
Rancho Folclórico "Os Canteiros" da Pedreira	rfpedreira@sapo.pt
Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina	nabantina.geral@gmail.com
Sociedade Filarmónica Paialvense "Manoel de Mattos"	sfpmm1896@gmail.com
Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira	srmpedreira@srmpedreira.com
Sociedade Instrutiva Recreativa e Desportiva Vilanovense	sirdvilanovense@gmail.com
Sport Club Operário de Cem Soldos	geral@scocs.pt
Sporting Clube de Tomar	geral@sct.pt
Ténis Clube Tomar	tenisclubetomar@gmail.com
The Water Ski Club	francisorodrigues@thewaterskiacademy.com
Thomarsellium Associação de Desporto e Dança de Tomar	thomarsellium@gmail.com
TomarIniciativas - Associação de Cultura	tomariniciativas@hotmail.com
Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar, Associação Cultura	apais_marm@hotmail.com
The Bells Brass Ensemble	thebellsbrassensemble@gmail.com
TT Minjoelho - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva	minjoelhott@gmail.com
União Futebol, Comércio e Indústria de Tomar	uniaofcitomar@gmail.com
União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar	uae@ipt.pt
Wake Villa Wakeboard Club	nunoeca@wakevilla.com

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Associação de Apoio Social Freguesia de São Pedro de Tomar	ass.apoiosocial.spedro@gmail.com
Associação de Cultura Desporto e de Solidariedade Social de Paço de Comenda	centrodia.acdss@sapo.pt
Associação Cultural e Recreativa e Social da Venda Nova	acrsvendanova@sapo.pt
Associação de Saúde Mental Médio Tejo	associacaosaudementalmEDIATEJO@gmail.com
Cáritas de Tomar	caritastomar@gmail.com
Centro de Assistência Social de Tomar	centrosocialtomar@sapo.pt
Centro de Assistência Social de Olalhas	casolalhas@gmail.com
Centro de Integração e Reabilitação de Tomar - CIRE	anacalado.cire@gmail.com
Centro Social Paroquial de Asseiceira	centrosocasseiceira@sapo.pt
Centro Social Paroquial de Além da Ribeira	jorge1graca@gmail.com
Centro Social e Paroquial Nossa senhora da Conceição de Paialvo	centrosocialpaialvo@gmail.com
Centro Social e Paroquial da Serra	iptomar@gmail.com
Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário de Abrantes/Tomar	geral@cvp-abrantedetomar.pt
Santa Casa da Misericórdia de Tomar	hospital@scmt.pt
Sociedade Filarmónica Gualdim Pais	contabilidade@sfgp.pt
Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira	lrn@srmpedreira.com

ASSOCIATIVISMO EM TOMAR

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS

NOME DA ASSOCIAÇÃO	E-MAIL
Associação de Pais e Amigos das Escolas da Linhaceira - APAEL	apaeli@gmail.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 Santo António	aspaisstoantonio@gmail.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 Raul Lopes de Tomar	atleb1tomar@gmail.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação de Cem Soldos - APEECS	apeecs@outlook.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Vale do Calvo	apeecs@outlook.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância Raul Lopes	atl_jit@hotmail.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da EB1 e JI do Marmeleiro	apais_marm@hotmail.com
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância de Pedreira	asspaisjiebpedreira@hotmail.com
Associação de Pais Freguesia de Casais	apaiscasais@gmail.com



**DIAGNÓSTICO
SOCIAL
DE TOMAR
2023**